

Mestrado em História e Património.  
Ramo C: Mediação Patrimonial

# De Recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança - Dar vida a espaços históricos: contributos para a criação de um Núcleo Museológico -

Ana Patrícia Paiva Barrigas

**M**

2017



**Ana Patrícia Paiva Barrigas**

**De Recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança  
- Dar vida a espaços históricos: contributos para a criação de um  
Núcleo Museológico -**

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de especialização em Mediação Patrimonial, orientado pela Professora Doutora Inês Amorim e coorientado pela Professora Doutora Alice Lucas Semedo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

novembro de 2017



# De Recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança

- Dar vida a espaços históricos: contributos para a criação de um  
Núcleo Museológico -

Ana Patrícia Paiva Barrigas

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de  
especialização em Mediação Patrimonial, orientado pela Professora Doutora Inês Amorim  
e coorientado pela Professora Doutora Alice Lucas Semedo

## Membros do Júri

Professora Doutora Helena Osswald  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Luísa de Castro Vasconcelos G. Jacquinet  
Investigadora do CITCEM e do CEHR

Professora Doutora Inês Amorim  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores



## Sumário

Agradecimentos.....	8
Resumo.....	9
Abstract .....	10
Índice de ilustrações.....	12
Índice de tabelas .....	13
Índice de gráficos .....	14
Lista de abreviaturas e siglas.....	15
Introdução .....	16
Capítulo 1. – De Recolhimento a Colégio — a definição de um espaço e da sua administração	34
1.1. Fundação e construção de um espaço.....	41
1.2. Administração e organização .....	55
Capítulo 2. – A admissão de meninas .....	69
2.1. As regras de ingresso e permanência .....	69
2.2. A dinâmica das entradas.....	76
2.2.1. Da fundação à integração das meninas externas .....	76
Capítulo 3. – A organização do quotidiano ao longo dos séculos.....	84
3.1. O corpo: comer, vestir e viver.....	85
3.2. Ensino de prendas: casa de labores .....	99
3.3. A prática e a formação religiosa: oração, culto e associativismo.....	104
3.4. Instrução: desenvolvimento e metodologia de ensino.....	109
3.5. De Recolhimento a espaço de sociabilidade externo — para lá do quotidiano.....	124
3.6. O reconhecimento do mérito — um conceito de educação.....	130
Capítulo 4. – Manter o legado vivo — entre a História e o Património.....	134
4.1. Entre legado e património — o uso do passado e o(s) museu(s) — breve reflexão.....	134
4.1.2. Da pertinência da criação do Núcleo Museológico no CNSE.....	139
4.2. Inventariar —um passo para a conservação e desenvolvimento do discurso museológico: Núcleo Museológico no CNSE .....	141
4.3. O espaço: instalar o Núcleo Museológico.....	144
4.4. Reviver uma Casa com História(s).....	147
Conclusão.....	160
Referências bibliográficas .....	163
Anexos.....	180

Anexo 1: Relatório breve de Estágio realizado no Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO) em torno da construção de conteúdos destinados à criação de um Núcleo Museológico do CNSE.....	181
Anexo 2: Exemplo da estrutura de inventário adotada para os objetos do CNSE, baseada no modelo Historic House Collections: Drawing up a Collections Management Plan (em Excel) .....	186
Anexo 3: Listagem de normas que vigoraram no Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança e presentes no AHSCMP. Breve descrição .....	188
Anexo 4: Número de entradas de órfãs e porcionistas, entre 1731-1849 .....	195
Anexo 5: Número total de órfãs e pensionistas em regime de internato, entre 1884-1955...	197
Anexo 6: Número total de alunas semi-internas e externas entre 1947 e 1973.....	199
Anexo 7: Hino das Recolhidas .....	200
Anexo 8: Cronologia dos acontecimentos do Recolhimento, segundo o presente relatório de estágio .....	202

## **Agradecimentos**

À Professora Inês Amorim. O percurso durante o mestrado criou um sentimento de amizade e forte admiração pelo seu profissionalismo e determinação. Ajudou-me a crescer e a aprender mais. As suas orientações, auxílio, sugestões, sabedoria e tranquilidade tornaram possível apresentar hoje este projeto.

À Professora Alice Semedo, pelas sugestões e incentivos à sensibilização em Museologia.

À Professora Helena Osswald, pela amizade e bons conselhos.

À SCMP e à Eng<sup>a</sup>. Paula Aleixo, agradeço a oportunidade de ter trabalhado num projeto que em muito orgulha esta instituição.

A toda a equipa do MMIPO que me acolheu de forma extraordinária. Um especial agradecimento à Dr. Regina Andrade, não só pela sua total disponibilidade, amizade e preocupação, como também pelo caminho que me ajudou a seguir durante toda a investigação.

A todas as pessoas que me acolheram e me ajudaram no Arquivo da Casa da Prelada. O apoio e a disponibilidade foram fundamentais no percurso arquivístico que se desenvolveu nesta instituição.

Aos meus pais, pelo apoio, incentivo e compreensão. Sem eles não seria o que sou hoje. À minha irmã, que estando a atravessar um momento difícil, nunca deixou de me dar força e mostrar que a vida se deve levar sempre com um sorriso. À minha avó que infelizmente não chegou a tempo de me ver terminar este percurso e a que muito se iria orgulhar. A toda a família pelas palavras de apoio.

A todos que me acompanharam nesta jornada, pela confiança e pela paciência, o vosso apoio incondicional não vai ser esquecido.



## Resumo

Na Idade Moderna, os recolhimentos funcionaram como espaços de acolhimento de mulheres desamparadas, entre as quais meninas que ficavam sem apoio das suas famílias — o do pai, por morte ou ausência, ou de ambos os progenitores. Estas instituições tinham como finalidade preservar a honra da condição feminina, defendê-las e prepará-las para enfrentarem a sociedade, fora de paredes. Para isso, ministravam uma educação própria a cada idade e que evoluiu conforme as mudanças de cada época.

No século XVIII, fruto da conjugação social entre as Obras de Misericórdia que a Santa Casa da Misericórdia do Porto preconizava e os seus benfeitores, nasceu, no Porto, o Recolhimento de S. Lázaro (1722), destinado ao acolhimento de órfãos. Atualmente designado por Colégio de Nossa Senhora da Esperança, foi nomeado também por Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança praticamente durante toda a sua existência, refletindo as sucessivas vagas de modernização ao longo do tempo.

Tendo este quadro definido, o objetivo do trabalho desenvolvido é múltiplo: por um lado analisar a história e o *modus vivendi* das meninas que estavam no Recolhimento, atendendo sobre o seu quotidiano e, por outro, associar este seu percurso ao legado que nos chegou através de espaços e objetos que é necessário interpretar e valorizar (património). O estágio e a investigação inerente exigiram a exploração de fontes documentais, a procura de elaboração de inventários (ou de desenho de grelhas sínteses de informação pré-existente e atualizável) e a proposta de tópicos e blocos temáticos possíveis de inserir numa futura exposição ou núcleo museológico do Colégio de Nossa Senhora da Esperança e do Museu e Igreja da Misericórdia (MMIPO).

**Palavras-chave:** Colégio Nossa Senhora da Esperança, Museu da Misericórdia do Porto, Núcleo Museológico, Assistência, Ensino Feminino.

## Abstract

In the modern age, shelters worked like foster homes for helpless women, among whom girls who had lost the support of their families – the father's, by death or absence, or from both progenitors. These institutions had as a purpose to preserve the honour of the female condition, defend and prepare them to face the society outdoors. To do so, they managed a suitable education for each age that evolved as time went by.

In the 18<sup>th</sup> century, fruit of the social conjugation among the works of mercy that Santa Casa da Misericórdia do Porto advocated and its benefactors, was born, in Porto, the Recolhimento de S. Lazáro (1722) intended to house orphan girls. Currently designated by Colégio de Nossa Senhora da Esperança, it was also appointed as Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança practically during its entire existence, reflecting the successive waves of modernization over the years.

The goal of the our work is multiple: on the one hand to analyse the history and the *modus vivendi* of the girls that were in the shelter, regarding their daily life, and on the other hand to associate this path to the legacy that was brought to us through spaces and objects that is necessary to interpret and valorise (heritage). The internship and the inherent investigation required the exploration of documental sources, the quest for the elaboration of inventories (or the drawing of pre-existing and upgradeable information synthesis grids) and the purpose of possible topics and thematic blocs to insert in a future exhibition or museological nucleus of Colégio da Nossa Senhora da Esperança and Museu e Igreja da Misericórdia (MMIPO).

**Keywords:** Colégio Nossa Senhora da Esperança, Misericórdia do Porto Museum, Museological Nucleus, Assistance, Female Teaching.



## **Índice de ilustrações**

Ilustração 1: Fac-simile da 1ª fol. do testamento do P. <sup>a</sup> Manuel de Passos Castro .....	43
Ilustração 2: Retrato do Padre Manuel de Passos Castro, presente na reserva da SCMP. ....	44
Ilustração 3: Planta do 1º pavimento do RNSE em 1897-1898.....	51
Ilustração 4: Planta do 2º pavimento do RNSE em 1897-1898.....	52
Ilustração 5: Exemplo de Hino cantado pelas meninas nas Festividades.....	126
Ilustração 6: Fotografia que marca a presença das meninas num evento fora do Colégio.....	128
Ilustração 7: Anverso e Reverso de medalha de mérito do Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança.....	132
Ilustração 8: Funções museológicas baseado na Lei Quadro dos Museus Portugueses.....	136

## Índice de tabelas

Tabela 1: Qualidades e Funções da Regente no RNSE, segundo os Estatutos de 1725.....	59
Tabela 2: Qualidades e Funções da Vice-Regente no RNSE, segundo os Estatutos de 1725.....	61
Tabela 3: Qualidades e Funções da Porteira no RNSE, segundo os Estatutos de 1725 .....	62
Tabela 4: Qualidades e Funções da Mestra no RNSE, segundo os Estatutos de 1725.....	63
Tabela 5: Qualidades e Funções das Serventes de dentro e fora no RNSE, segundo os Estatutos de 1725 .....	65
Tabela 6: Movimento total de meninas internas, semi-internas e externas entre 1960 e 1973 ...	82
Tabela 7: Distribuição de tarefas segundo os Estatutos de 1725 (horário de 1 de outubro até à páscoa).....	85
Tabela 8: Doenças no RNSE no ano de 1896-1897 .....	96
Tabela 9: Distribuição de tarefas em dias religiosos, segundo os Estatutos de 1725.....	105
Tabela 10: Destino das órfãs durante os anos de 1865 e 1887 .....	112
Tabela 11: Distribuição das lições semanais por disciplinas .....	115
Tabela 12: Visitas de Estudo efetuadas pelas meninas do Recolhimento entre 1951 e 1959 ...	122
Tabela 13 Exercício de análise para instalação do NM-CNSE .....	140
Tabela 14: Proposta para um percurso expositivo do NM-CNSE.....	146
Tabela 15: Objetos da cozinha e do refeitório em 1883.....	149
Tabela 16: Enxoval para a instalação de uma menina órfã em 1888 .....	151
Tabela 17: Objetos da sala de desenho e de instrução complementar em 1883 .....	151
Tabela 18: Conteúdo das salas de piano em 1883.....	156

## **Índice de gráficos**

Gráfico 1: Hierarquia do Recolhimento segundo os Estatutos de 1725 .....	55
Gráfico 2: Estrutura dos empregados do RNSE, segundo os Estatutos de 1725 .....	58
Gráfico 3: Número de entradas de órfãs e porcionistas, entre 1731-1849 .....	77
Gráfico 4: Número total de órfãs e pensionistas em regime de internato, entre 1884-1955 .....	78
Gráfico 5: Número total de alunas semi-internas e externas entre 1947 e 1973 .....	82

## **Lista de abreviaturas e siglas**

**AHMP** Arquivo Histórico Municipal do Porto  
**AHSCMP** Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto  
**CMP** Collections Management Plan  
**CNSE** Colégio de Nossa Senhora da Esperança  
**CP** Casa da Prelada  
**DGPC** Direção-Geral do Património Cultural  
**ISMAP** Instituto de Surdos-Mudos Araújo Porto  
**JECF** Juventude Estudantil Católica  
**MMIPO** Museu e Igreja da Misericórdia do Porto  
**MPF** Mocidade Portuguesa Feminina  
**NM** Núcleo Museológico  
**NM-CNSE** Núcleo Museológico do Colégio de Nossa Senhora da Esperança  
**p.** página  
**qtd.** Quantidade  
**RNSE** Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança  
**RONSE** Recolhimento de Órfãs Nossa Senhora da Esperança  
**SCMP** Santa Casa da Misericórdia do Porto  
**séc.** século

## Introdução

O estudo dos órfãos em geral, porque desamparados do seu núcleo familiar, ou de um dos seus progenitores (em particular do pai), tem sido objeto de uma reflexão historiográfica. Associa-se à dimensão social de pobreza, ao risco de exclusão total, aos pobres entre os pobres. Para os inícios do século XVI, uma vasta historiografia aponta para a fundação de inúmeros estabelecimentos com várias designações (colégios, recolhimentos, asilos, hospitais) que recebiam órfãos desamparados<sup>1</sup>. Este encerramento institucional não significa que anteriormente não existissem iniciativas de apoio à sua sobrevivência, mas as Misericórdias, surgidas nos finais do séc. XV, assumiram como uma das suas prioridades a da proteção à orfandade, em particular a feminina<sup>2</sup>. Tratava-se de instituições, em grande medida, tuteladas pela Santa Casa da Misericórdia<sup>3</sup>, embora não exclusivamente<sup>4</sup>.

Ao longo da Idade Moderna, assistiu-se à ampliação da prática de recolhimento de mulheres em instituições de abrigo, nomeadamente órfãs, mulheres viúvas e outras, sem a sombra tutelar do seu pai. Tratava-se, portanto, de uma assistência muito particular, numa sociedade em que se procura exaltar a pureza e a honra feminina, mal defendida na sua fragilidade e difícil de manter nos mais carecidos meios sociais<sup>5</sup>. O que estava em causa era a manutenção da condição social consoante o estatuto social em que cada

---

<sup>1</sup> Sobre este assunto ver CASCÃO, Rui — “Vida Quotidiana e sociabilidade”. In MATTOSO, José (dir.) — **História de Portugal**. Editorial Estampa, vol.5. p. 439-440; e ainda, REIS, Maria de Fátima — “Educação e Assistência em Portugal: ritmos e evolução”. *Revista Saber & Educar*, Cadernos de estudo [em linha]. n.º21(2016), 148-155. [consult. 10 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/issue/view/26/showToc>>.

<sup>2</sup> MACHADO, Maria de Fátima — “A misericórdia do Porto e a dotação das órfãs (1540-1580)”. In **A Solidariedade nos séculos: A confraternidade e as obras. Actas do I Congresso da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2009.

<sup>3</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães — **As Misericórdias de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

<sup>4</sup> Sobre este assunto ver. ABREU, Laurinda — **Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)**. Lisboa: Colibri, 2004; REIS, Maria de Fátima, REIS, Maria de Fátima — “Educação e Assistência em Portugal: ritmos e evolução” ... p.148-155.; SÁ, Isabel dos Guimarães – op. cit., p.125.

<sup>5</sup> Como síntese veja-se JESUS, Elisabete Maria Soares de — **Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)**. Porto: 2006. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



mulher se inseria, pelo que se poderia ser de condição nobre, mas pobre, pela perda da sua condição socialmente hereditária<sup>6</sup>.

O estudo que aqui desenvolvemos, em torno do Recolhimento de Órfãs de S.Lázaro/Colégio de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança surgiu num determinado contexto, na época moderna (século XVIII), embora tenha por trás séculos de experiência no acolhimento das órfãs, entre atribuição de dotes para o casamento e a sua formação ocupacional. A Misericórdia do Porto desde o século XVI que recebia legados para a dotação de órfãs (por exemplo, o legado de D. Manuel de Noronha, bispo de Lamego, ou do Cardeal D. Henrique), acumulando conhecimento sobre procedimentos e limitações<sup>7</sup>. Contudo, o acontecimento que despoletou a criação daquele Recolhimento foi a intenção dos testamenteiros (o reverendo Dionísio Botelho Pereira de Almeida e o licenciado António Pacheco Pereira) do legado do Padre Manuel de Passos Crasto<sup>8</sup>, tesoureiro-mor da Colegiada de Cedofeita, que deixara testamento à Misericórdia do Porto, com o desejo de aplicarem o remanescente desse legado “[...] em obras pias”<sup>9</sup>. Foi, por isso, que nasceu no Porto, “hum Recolhimento de Meninas Orphas”, “para a educação das meninas orphas”. Com efeito, aprovada esta intenção de aplicação do legado pela Mesa que governava a Misericórdia do Porto (a 26 de agosto de 1722), a 8 de março de 1724 ordenou-se que se fizessem os estatutos, assim como se decidiu ser construído em S. Lázaro (depois de se ponderar outras alternativas)<sup>10</sup>. A 24 de maio de 1724 o Recolhimento “para se criarem as orfãs pobres e porcionistas desta cidade” estava a ser construído o edifício e foram aprovados, em Mesa, os seus estatutos, com 48 capítulos<sup>11</sup>.

Efetivamente, a reconstituição cronológica através dos Livros de Lembranças, permite demonstrar que a obra se iniciara só a 8 de maio de 1727, sendo alvo de sucessivos investimentos, pedidos de empréstimos a juros, legados de particulares e da Câmara, ao

---

<sup>6</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos a Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia de 3 de Dezembro de 1884 até 30 de Junho de 1885...” (1885), p.36.

<sup>7</sup> MACHADO, Maria de Fátima — “A misericórdia do Porto e a dotação das órfãs (1540-1580)” ...p.70.

<sup>8</sup> Em alguns documentos aparece o nome do Padre Manuel de Passos Castro, escrito assim: Manoel de Passos Castro. No entanto, quando ele os assina, escreve sempre Manoel de Passos Castro.

<sup>9</sup> AHSCMP — Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, nº6 (1674-1738), fl. 415-416.

<sup>10</sup> AHSCMP — Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, nº6 (1674-1738), fl. 425-426v.

<sup>11</sup> AHSCMP — Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, nº6 (1674-1738), fl. 440-441.

ponto de as despesas ultrapassarem o orçamento inicial<sup>12</sup>. Logo a 28 de janeiro de 1731, mesmo sem os acabamentos planificados, decidiu a Mesa interromper as obras em curso, para permitir a entrada de algumas órfãs, embora a um nível embrionário (em número de órfãs recolhidas) que não justificaria a aplicação dos estatutos já aprovados, pelo que “[...] se regeria pelas determinações da Mesa bons e louváveis conselhos de sua Regente e o que fosse melhor para o serviço de Deus, crédito da Casa e boa educação das orphãs, e que os ditos Estatutos só terião inteira observancia, e se praticariam inviolavelmente quando de todo se concluísse o dito Recolhimento”<sup>13</sup>. Em cumprimento desta vontade, e recrutada uma Regente no “Real Recolhimento da Rainha Santa do Anjo” (tratava-se do Recolhimento da Rainha de Santa Isabel do Anjo, de fundação em 1672), já existente na cidade<sup>14</sup>, solenizou-se a entrada das primeiras órfãs e da Regente, a 27 de maio de 1731<sup>15</sup>.

Este é o breve quadro histórico, de fundo que introduz a componente de investigação histórica desenvolvida em estágio, que procurou aprofundar o quotidiano desta instituição através de um conjunto de elementos patrimoniais (documentais em suporte papel e em indicadores considerados património móvel e imóvel) que resistiram à degradação, inevitável, dos tempos, seja por desconhecimento, seja por esquecimento da sua existência. Hoje, porém, perante a vontade de criar um núcleo museológico, que comunique com o Museu da Misericórdia, releamos a informação, procurando media-la e dando interpretação aos vestígios materiais que respondem à imaterialidade de uma forte e sacrificada vontade fundadora.

Assim, embora se trate de um relatório de estágio ele contém não apenas uma descrição de tarefas (que se enunciam em anexo 1), como também a montagem de um

---

<sup>12</sup> A pesquisa nos Livros de Lembranças corrige o que alguns autores já escreveram sobre o assunto. O autor J.A. Pinto Ferreira, na obra da sua autoria afirma que as obras foram sendo realizadas a partir de 30 de setembro de 1724, e em julho de 1725, o dinheiro disponível para o edifício já estava gasto, pouco mais estando os alicerces. Veja-se FERREIRA, J.A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança (Fundado na cidade do Porto no séc. XVIII)**. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, [19-?]. p.75.

<sup>13</sup> AHSCMP — Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco. 8, nº6 (1674-1738), fl.539-540v.

<sup>14</sup> Sobre este recolhimento e o que já existiam anteriormente (do Ferro ou de Nª Sª do Patrocínio), assim como as instituições existentes, de acolhimento feminino em Conventos, Corpus Christi, Santa Clara, S. Bento da Avé Maria e Madre Deus de Monchique, veja-se JESUS, Elisabete Maria Soares — **Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)**. p.32-33.

<sup>15</sup> AHSCMP — Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco. 8, nº6 (1674-1738), fl.542v-543.

projeto, as fases desenvolvidas de investigação, produção de conhecimento e proposta de mediação (capítulo 4).

### **1. Justificação e objetivos**

O estágio foi desenvolvido no âmbito do 2º ano de mestrado em História e Património, ramo Mediação Patrimonial, sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e, realizou-se nas instalações da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) e no quadro dos projetos em desenvolvimento pelo Museu e Igreja da Misericórdia do Porto (MMIPO)<sup>16</sup>.

A realização do projeto que propusemos foi ao encontro dos objetivos do MMIPO, que procurava desenvolver os conteúdos narrativos em torno do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança (RNSE), atual Colégio Nossa Senhora da Esperança (CNSE), e contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos acerca do dia a dia daquela Instituição, suporte essencial à definição de um percurso de preservação e interpretação do lugar e dos objetos móveis e imóveis associados.

Para isso, o primeiro objetivo passou por investigar o percurso histórico da instituição, na longa duração, onde se procura tratar assuntos relativos à sua organização, funcionamento, quotidiano, festividades, etc., bem como entender a evolução dos conceitos acerca da educação e dos métodos pedagógicos e de ensino adotados naquele Recolhimento/Colégio. O segundo objetivo, incluiu uma compreensão do espaço do atual Colégio de Nª Sª da Esperança, reconstituindo, na medida do possível, o dia a dia das suas habitantes através da interpretação das coleções atualmente existentes e para a sua futura representação num espaço museológico.

Esta primeira etapa – a História do Recolhimento – serve a segunda etapa – de valorização da informação como recurso mediador, como Património – porque a função dos núcleos museológicos é a de responder à necessidade de conservação e de mediação das coleções que lhe chegaram, perceber o seu sentido e comunicar com diferentes públicos. Ou seja, colocam à disposição do público um acervo patrimonial que permite

---

<sup>16</sup> Ver relatório breve do trabalho desenvolvido durante o estágio – Anexo 1.

um diálogo entre o passado, o presente e o futuro. Deste modo, sendo o espólio do CNSE, aos dias de hoje uma herança histórica e cultural relevante, esta proposta pressupõe uma maior interação com a vocação diacrónica do Recolhimento/Colégio, uma história das suas funcionalidades, entre a assistência e o que se foi designando por educação que traduzia os conceitos de cada época e celebre a memória da instituição, nos bons e maus momentos.

Em suma, os **objetivos** são:

- Contribuir com uma exposição narrativa da instituição, procurando focar no *modus vivendi* das meninas durante diferentes períodos;
- garantir um destino unitário da coleção de peças do Colégio e valorizá-la através da investigação, incorporação, conservação, interpretação e por fim a exposição e divulgação dos mesmos, com fins educativos, científicos e lúdicos;
- apresentar um projeto integrado, na linha de propostas conhecidas *Historic House Collections: Drawing up a Collections Management Plan*<sup>17</sup>;
- desenvolver um percurso que sirva para definir linhas orientadoras de um espaço museológico que recupere o sentido da arquitetura funcional do CNSE e desse modo disponibilize ao público, *in situ*, o espólio que se encontra em reserva;
- cativar diferentes tipos de público (inclusive antigos alunos/as) e estimular o desejo para conhecer não só a história da instituição, mas também a sua importância no plano educacional na cidade do Porto;
- concretizar o que, teoricamente, se entende por mediação patrimonial, nomeadamente em torno do património como construção material e simbólica do passado;
- contribuir, como se deseja, para concretizar os objetivos museológico da SCMP.

O projeto desenhado teve as suas devidas adaptações, dada a longevidade e complexidade do CNSE — facto dos materiais dispersos e múltiplos — pelo que, embora

---

<sup>17</sup> **Historic House Collections: Drawing up a Collections Management Plan** [Em linha]. [consult. 11 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.english-heritage.org.uk/content/learn/conservation/2543455/2543024/drawing-up-collections-management-plan.pdf>>.

se tenha abordado todos estes objetivos, eles tiveram que obedecer a adaptações de caráter metodológico, como se verá no capítulo 1.

Ficou claro que era demasiado ambicioso para um ano apenas, mas pensa-se que se traçaram as linhas condutoras de etapas subsequentes que a SCMP queira vir a desenvolver.

## **2. Fontes e Metodologia**

O foco que pretendemos dar ao nosso trabalho é o de uma reconstituição do dia a dia do Recolhimento/Colégio, que exigiu um levantamento das fontes de informação existentes, quer as secundárias (de caráter bibliográfico) quer as primárias (manuscritas ou impressas). Foi necessário proceder a uma investigação que fizesse, em primeiro lugar, um enquadramento histórico e social da instituição e, posteriormente, abordasse o dia a dia das órfãs, vivências, numa interpretação dos objetos, dos espaços, das suas funcionalidades, entre outros aspetos.

Por outro lado, a investigação e todo o trabalho desenvolvido, foi no sentido de contribuir para a implantação de um núcleo museológico, que permitisse recuperar alguns dos espaços do CNSE segundo uma metodologia proposta por um modelo defendido em *Historic House Collection: Drawing up a Collections Management Plan*, no contexto da aproximação ao *Understanding Place: Historic Area Assessments*, o que ao invés de uma visão tradicional que apenas vê coleções, objetos dispersos em museus, propõe uma união entre si — uma visão holística, digamos assim. Ou seja, olhar para o espaço e ver onde eles estariam, transportando para a visão do público uma maior realidade vivencial, de uso, colocando os objetos nos lugares e facilitando a interpretação integrada das coleções.

Para seguir estas linhas orientadoras exigiu todo um trabalho de investigação que será descrito aqui, desde a informação bibliográfica à documental, assim como a análise, compilação e proposta de inventários, de modo a propor possíveis níveis de mediação.

### **2.1. Fontes de Informação**

A pesquisa foi orientada por uma série de questões para entendimento de todo o percurso do RNSE: o que é um recolhimento? Para que serviu? Qual era o seu campo de

atuação? Com base nestas perguntas, percorreu-se a bibliografia de carácter geral sobre o assunto, como foi exemplo a obra de Isabel dos Guimarães Sá<sup>18</sup>, que estruturou o seu trabalho em cinco capítulos, sendo um deles dedicados às obras de caridade da misericórdia, incluindo os Recolhimentos. A sua breve reflexão ajudou no entendimento claro da fundação destas instituições. Também Maria Adília da Fonseca<sup>19</sup>, na sua dissertação de doutoramento, fez uma longa reflexão sobre o papel dos recolhimentos na vida feminina, fazendo um enquadramento do nascimento destas instituições com as reformas tridentinas.

Entendido e respondida as perguntas, o segundo passo passou por explorar o Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança num contexto particular, ou seja, fazer uma descrição espacial, origens e motivos para a sua construção e por fim entender o seu funcionamento administrativo (quem mandava, como eram distribuídas as tarefas entre as várias entidades, etc.). Em primeiro, tentou-se entender o que existia sobre o assunto, que trabalhos já tinham sido desenvolvidos sobre esta temática e o que poderia ser feito para enriquecer a história desta instituição. Especificamente sobre o RNSE, a pesquisa bibliográfica revelou-se muito escassa, ou praticamente inexistente. A obra de J.A. Pinto Ferreira<sup>20</sup>, é o título que se destaca e claramente é o guia dos trabalhos onde o RNSE aparece mencionado. Trata-se de uma obra que procura, essencialmente, abordar os antecedentes da construção do edifício bem como a evolução da sua arquitetura entre 1725 e 1839. Contudo, podemos ainda encontrar na sua obra, a transcrição total do testamento do Padre Manuel de Passos Castro, os primeiros estatutos da instituição e ainda uma série de estampas do património material do Recolhimento (mobiliário, quadros), da sua fachada e plantas. Esta obra revelou-se fundamental na nossa pesquisa por dois aspetos: em primeiro lugar porque permitiu a consulta fácil dos Estatutos de 1725 (já que, os originais, que não se encontravam em boas condições), posteriormente porque, reuniu uma série de informações acerca da construção do edifício e da Igreja, depois de

---

<sup>18</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães — **As Misericórdias de D. Manuel I a Pombal...** p. 21-139.

<sup>19</sup> FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da — **O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814). Clausura e destinos femininos**. Braga: 2013. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

<sup>20</sup> FERREIRA, J.A. Pinto — **Recolhimento de órfãos de Nossa Senhora da Esperança (Fundado na cidade do Porto no séc. XVIII)**. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, [19-?].

1725, permitindo compreender como se desenvolveram as obras, a que ritmo, com que dificuldades, sem ter que recorrer obrigatoriamente às fontes primárias, que tal como os estatutos, eram de difícil leitura e em estado de conservação delicado.

Sobre o RNSE, encontraram-se ainda textos resultantes do II e III Congresso da Santa Casa da Misericórdia do Porto, entre os quais, *O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança da Misericórdia do Porto – as órfãs e as porcionistas (1731-1850)*<sup>21</sup>, que fornece importantes dados sobre o número de entradas e saídas de órfãs e porcionistas (1731-1849, que usámos e tratámos graficamente), traça o perfil e destino de algumas porcionistas, bem como uma breve descrição das condições e funções, segundo os Estatutos de 1725 e 1838. Um outro estudo<sup>22</sup> privilegiou a fonte “termos de fiança” para a admissão de órfãs, para dar continuidade ao estudo do recolhimento, entre 1862 e 1890. A autora analisou o tipo de orfandade, o número de entradas e saídas durante o período estudado e ainda uma tabela com o nome, estado, idade e naturalidade das órfãs. Este trabalho foi meramente informativo, não estando no nosso foque explorar os assuntos desenvolvidos por Ana Sílvia Albuquerque por nem sempre se adequarem às séries que construímos.

O sentido relacional do então RNSE com a cidade do Porto e outros recolhimentos aqui instalados exigiu cruzar percursos. Entre os vários estudos que se irão mencionar durante todo este texto, destaque para a tese de mestrado de Elisabete M.<sup>a</sup> Soares de Jesus, *Poder, Caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)*<sup>23</sup>. A autora aborda a ação assistencial feminina, as suas especificidades e o funcionamento deste tipo de instituições, descrevendo parcialmente o quotidiano das mulheres recolhidas e os seus comportamentos. Outra obra de igual importância foi a de Luciana Mendes Gandelman: *Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos Recolhimentos femininos da Santa Casa*

---

<sup>21</sup> BARREIRA, Aníbal — “O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança da Misericórdia do Porto – as órfãs e as porcionistas (1731-1850)”. In **Culto, cultura, caridade. Atas do II Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Misericórdia do Porto, 2012. p. 473-495.

<sup>22</sup> ALBUQUERQUE, Ana Sílvia — “Colégio de Nossa Senhora da Esperança: Contributos para a sua história”. In **Saúde, Ciência e Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Misericórdia do Porto, 2014. p. 125-139.

<sup>23</sup> JESUS, Elisabete Maria Soares de — **Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)**. Porto: 2006. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)<sup>24</sup>, que compara três instituições (duas no Brasil e uma em Portugal), sendo uma delas o Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, no Porto. A autora focou-se essencialmente no século XVIII, período de fundação e desenvolvimento destas instituições e também recorreu sistematicamente à obra de J.A. Ferreira para a obtenção de informações a incluir no seu trabalho e não tanto na exploração de fontes manuscritas.

Já para os séculos XIX e XX, e para a interpretação do papel destas instituições no âmbito do ensino privado foram importantes os estudos de Margarida Felgueiras<sup>25</sup>, em que explica a difícil e frágil emergência do ensino privado em Portugal durante o século XIX e o XX, fazendo um rápido enquadramento do ensino privado no Colégio Nossa Senhora da Estrela. Ainda sobre as perspetivas do ensino profissional feminino, o trabalho de Maria Teresa Valente Pinto<sup>26</sup>, que dedicou a sua obra ao ensino industrial público, em Portugal, num período de grandes mudanças (1884-1910). Sobre o ensino e educação praticada em Portugal, existem muito poucas informações. Pode afirmar-se que existe uma lacuna grave na historiografia nacional sobre este tema, o que dificultou a correta interpretação dos dados encontrados sobre a educação praticada no RNSE durante o período de estudo.

De todos os trabalhos que se encontraram, são poucos ou nenhuns aqueles que se preocupam em estudar o *modus vivendi* das recolhidas. Das leituras e bibliografias analisadas, percebeu-se que os trabalhos desenvolvidos na área dos recolhimentos, fazem particularmente menção à vida espiritual, às transgressões cometidas pelas recolhidas<sup>27</sup>,

---

<sup>24</sup> GANDELMAN, Luciana Mendes — **Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos Recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)**. Campinas: 2005. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

<sup>25</sup> FELGUEIRAS, Margarida Louro — “A difícil e frágil emergência de um ensino privado não confessional em Portugal (final do século XIX e primeira metade do século XX)”. In PINTASSILGO, J. (coord.) — **Laicidade, religiões e educação na Europa do Sul no Século XX** [Em linha]. (2013), 299-318. [consult. 13 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70370?locale=pt>>.

<sup>26</sup> PINTO, Maria Teresa Valente — **A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e Representações**. Lisboa: 2008. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Aberta.

<sup>27</sup> Veja-se o trabalho de LOPES, Maria Antónia — “Transgressões femininas no Recolhimento da Misericórdia do Porto, 1732-1824”. In **Saúde, Ciência e Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016. p. 95-123.



origens ou dotes de casamento, entre outros assuntos, que tornam estas instituições demasiado fechadas, dando mesmo a ideia de que, não tendo como objetivo final o mesmo dos conventos, em muito se assemelhavam. Por isso, temas como o funcionamento da sua vida interna ou preocupações com o quotidiano, nomeadamente, a sua dieta alimentar e a sua relação com a saúde, o vestuário, ensino e prática de atividades de foro religioso ou não (por exemplo, festas de apresentação de trabalhos, leituras, recreio, etc.), são escassas, muito provavelmente pela dificuldade de raiz – o facto das fontes primárias não favorecerem esta abordagem. No trabalho de Elisabete Jesus ou no de Carla Machado<sup>28</sup>, existem algumas referências sobre a alimentação ou o vestuário das recolhidas, mesmo do universo do Recolhimento (criadas, por exemplo) contudo pouco exploradas, porque não era esse o objetivo da sua investigação.

Deste modo, percebeu-se que a historiografia nacional, de síntese, aponta alguns rumos (por exemplo na *História da Vida Privada em Portugal*)<sup>29</sup>, mas no caso presente havia que encontrar informação primária, que se localizava (em parte), no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP)<sup>30</sup>.

No que ao Recolhimento/Colégio diz respeito, consultaram-se, pelo que poderiam traduzir em termos de governação/administração do Recolhimento, os Estatutos e Regulamentos<sup>31</sup>. Caracterizam-se pelo conjunto de regras que geriam o recolhimento, mas também por abordarem pontos sobre a rotina das recolhidas, alimentação, vestuário, momentos de devoção, e outros elementos. No entanto, o estudo do quotidiano de um recolhimento, somente através desta fonte, torna-o limitativo porque a norma não traduz, em muitos casos, a prática, embora a estructure. Esta situação exigiu a exploração de outras fontes, nomeadamente os Livros de Lembranças e os relatórios da gerência que traduziam as decisões da Mesa Administrativa da Misericórdia, os livros de despesa e receita, inventários, livros de registo de entrada e saída de pessoal do recolhimento, entre outros.

---

<sup>28</sup> SOUSA, Carla Manuela — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**. Braga: 2014. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

<sup>29</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães — “Os espaços de reclusão e a vida nas margens”. In MATTOSO, José (dir.) — **História da Vida Privada: a Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 276-299.

<sup>30</sup> AMORIM, Inês — “Roteiro do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto”. Separata. **Revista de História**. vol.7 (1987), p. 229-263.

<sup>31</sup> Ver Anexo 3.

Para completar o estudo, foram recolhidos do Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), plantas, cartografia da cidade, fotografias da fachada do Recolhimento, da Igreja<sup>32</sup> e ainda uma fotografia da medalha que as recolhidas recebiam como prémio<sup>33</sup>.

Por outro lado, no que diz respeito à informação considerada pela SCMP como património móvel, acedeu-se a um conjunto de inventários, realizados ao longo do tempo e que foram não só objeto de análise, como de interpretação e acrescento (ver anexo 1 e 2).

## 2.2. Metodologia

Como já se acautelou, o CNSE continua, hoje, as suas funções, sem interrupção, pelo que houve que decidir, em primeiro lugar, perante uma informação tão vasta e a impossibilidade de tudo tratar, períodos que traduzem fases da vida da instituição. Esta decisão baseou-se na própria consulta da informação, mas, à medida que esta se acumulava, era essencial criar fases, sob pena de se acumularem dados sem nexos. Ou seja, o período de estudo fica-se pelo ano de 1974, quase 250 anos da instituição, faseado em três momentos: **a.** 1725- 1731, data da sua fundação (pode conter algumas informações parcas dos segundos estatutos do RNSE e do aditamento realizado posteriormente, quando justificado); **b.** 1870- 1920 (período de fortes alterações na estrutura do edifício e no ensino); **c.** 1956-1974 (última fase do recolhimento de enquadramento com a evolução do ensino e do sistema interno de admissão de alunas semi-internas e externas). Contudo poderá fazer-se algumas referências, quando de interesse, de outros períodos pois, apesar de não estarem incluídos nos períodos estabelecidos, podem influenciar em alguma informação desses anos.

---

<sup>32</sup> A este propósito, o AHMP disponibiliza online alguns destes elementos. ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO. **Recolhimento de órfãos de Nossa Senhora da Esperança** [em linha]. [consult. 22 ago 2017] Disponível em WWW: <URL:<http://gisaweb.cm-porto.pt/names/3576/documents/>>.

<sup>33</sup> Note-se que a fotografia da Medalha de mérito do Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança, referente ao prémio de dois beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Teresa de Jesus Gomes Pinto de Oliveira e seu marido, Miguel Joaquim Gomes Pinto. Esta fotografia é o único testemunho de um dos muitos prémios que as meninas recebiam de compensação. As informações acerca da mesma são escassas: sabe-se que foi tirada por um fotógrafo que juntou algumas fotografias para a obra de J.A. Pinto Ferreira que nunca chegou a ser adicionada à publicação. Cf. FERREIRA, J.A. Pinto — **Recolhimento de órfãos de Nossa Senhora da Esperança**...p. 201.

A opção por um período de tempo tão vasto, ainda que faseado, prende-se com a perspetiva de entender a sua importância tanto na questão assistencial, como na questão educacional, pois só assim é possível entender as mudanças que se assistiram no interior do Recolhimento/Colégio. Compreende-se, por isso, não só a estrutura da proposta deste relatório, como também a incidência da nossa pesquisa sobre esta ou aquela fonte, os caminhos e eventuais desvios, perante existir ou não informação consistente.

Sem dúvida que os Livros de Lembranças foram essenciais para esclarecer, em definitivo, a questão da fundação (como já se procurou fazer logo na introdução), mas o longo século XIX encontrou nos Relatórios de Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Porto, já impressos, informação sistematizada entre os anos de 1860 e 1974. Os Relatórios de Gerência foram essenciais para entender as obras e as alterações nas instalações da instituição, o conteúdo dos legados e dotes (apesar de não terem sido explorados neste trabalho, em todas as suas vertentes, mas apenas por poderem conter informações sobre objetos oferecidos), a descrição de festividades religiosas e a presença das meninas em eventos (missas, momentos teatrais, conferências, festas temáticas, etc.), prémios e gratificações dadas às meninas pelo bom comportamento e pelo seu desempenho nas diversas disciplinas, nomeação dos exames escolares que as alunas realizavam nos liceus, alimentação, vestuário, entre outros assuntos.

Também se levantou nestes Relatórios, sistematicamente, e tratou em tabelas e gráficos, o movimento das meninas órfãs e pensionistas em regime de internato entre 1884-1956, e, para os anos de 1947-1973, a entrada das alunas semi-internas e externas.

Os relatórios foram também fundamentais no sentido de serem um guia para os acontecimentos e problemas que se encontraram no Recolhimento nos anos de 1870-1916 e de 1956-1974, nomeadamente em questões relacionadas com o ensino. Cruzaram-se com as informações que os regulamentos disponibilizavam, nomeadamente acerca da estrutura do ensino a partir de 1916.

Relativamente à abordagem do quotidiano, face à normalização dos estatutos, procuraram-se as dinâmicas, o realmente operado, através da consulta dos livros de despesas e de recibos de pagamento, que indicassem compras associadas às despesas alimentares, material adquirido (uso doméstico, escolar, uso para a cerca, etc.), entre

outros. Os livros de receita e despesa disponíveis no AHSCMP<sup>34</sup> cobrem os anos de 1731 até 1865, e contêm o registo dos alimentos que diariamente se compravam para as refeições das meninas, alguma louça e material de cozinha, entre outros bens, sobressaindo, elementos que se destacavam frente a compras sistemáticas. Já o livro das folhas de pagamento<sup>35</sup>, apresenta algumas faturas correspondentes a mercearias, lojas de compra de utensílios, entre outros, mas nem sempre a informação é suficiente, nem se consegue associar à aquisição do património material do RNSE. De qualquer forma, através da sua análise percebeu-se que existia a compra, com regularidade, de materiais para as aulas de música ou para outras disciplinas (nomeadamente, material escolar e livros). Em muitos casos até foi possível saber o local de compra, quantidade, alguma descrição do produtor, mas muito pouco acerca do produto, em grande parte insuficiente para caracterizar devidamente todos os objetos que chegaram aos nossos dias e estão inventariadas.

Por outro lado, pareceu-nos promissora a pesquisa de dois livros de inventários: um de 1733-1780 e um outro que contempla todos os objetos existentes no ano de 1883<sup>36</sup>. Há ainda referência a um inventário da igreja de S. Lázaro em 1755. À primeira vista, e em conjunto com os Relatórios, estes livros de inventário seriam muito importantes para as tarefas que se estavam a desenvolver no que refere à identificação e reconhecimento do património material existente do RNSE/CNSE. Contudo, estes inventários revelaram-se insuficientes relativamente as informações que pudessem levar à identificação das peças (produtor, fabrico, autor, origem, data de entrada na SCMP, entre outros aspetos).

A investigação não pôde ser completada por, de momento, ser impossível aceder a outros inventários, referidos nos relatórios e noutras fontes que nunca foram encontradas

---

<sup>34</sup> Os livros que se encontram disponíveis no AHSCMP são: Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco. 1, nº. 1-15 (1731-1777); Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco. 2, nº. 1, 1a (1777-1779); Despesa diária do Recolhimento. Série K, Bco. 2, nº2-6 (1799-1820); Receita e despesa do Recolhimento das meninas órfãs. Série M, Bco.1, nº.8-15 (1731-1779); Despesa diária do Recolhimento. Série M, Bco.1, nº.16-18 (1816-1865); Receita e despesa do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança. Série M, Bco.2, nº.1-6 (1774-1793).

<sup>35</sup> Os livros possíveis de consultar no AHSCMP, com as folhas de pagamento do Recolhimento, compreendem o período entre. 1883 a 1917.

<sup>36</sup> Cf. AHSCMP — Inventário dos bens do Recolhimento (1733-1780). Série M, Bco.2, nº.8; AHSCMP — Tombo do Recolhimento. Inventário de todos os haveres pertencentes ao Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança (1883). Série M, Bco. 2, nº. 2a. Este inventário possui ainda algumas aquisições realizadas posteriormente (até 1896).

ou que poderão estar na documentação proveniente do CNSE e recentemente incorporado no Arquivo da SCMP, mas que se encontra em fase de higienização e inventariação (terá inventários, álbuns de fotografias, cadernetas escolares das meninas, fotografias em quadros, entre outros materiais).

Uma outra frente foi a da informação relativa aos objetos que são vistos como coleções. O apoio da orientadora na SCMP foi essencial porque nos colocou em contacto com vários recenseamentos/inventários, feitos ao longo do tempo, e que apresentavam alguns problemas. As dificuldades no trabalho de atualização das fichas de inventário eram claras: material com características diferentes (mobiliário, instrumentos musicais, cerâmica, etc.), poucas informações acerca das peças e inventários com localização incerta. Mesmo assim, localizaram-se algumas das peças do Recolhimento na reserva da SCMP e outras ainda estão no Colégio. Também o Museu possui algum do património móvel do Colégio (cerâmica, paramentaria, prata e mobiliário), tal como a Casa da Prelada (candeeiros, relógio, mobiliário).

Metodologicamente, e dado que a pesquisa feita anteriormente não conseguia estabelecer associações entre as compras e os bens móveis, nem nos foi possível, sublinhe-se, ler, sistematicamente, o conteúdo dos legados, testamentos e doações ao CNSE, que pudessem interpretar a entrada desses objetos, houve então que traçar outro caminho – a análise das suas características – marcas. Foi neste processo que se achou necessário traçar outra estratégia: primeiro, encontrar bibliografia de contextualização, identificação e caracterização das peças, nomeadamente, obras sobre cerâmica, instrumentos musicais, equipamentos e utensílios. Por exemplo, no caso da cerâmica, recorreu-se a obras relacionadas com indústrias de referência da época, como a Fábrica da Vista Alegre ou a Fábrica de Cerâmica de Massarelos. Na cerâmica, muitas vezes o material que existia tinha marcas de fabrico o que facilitou a tarefa espacial e temporal da peça.

Em simultâneo, procedeu-se à análise dos inventários já existentes na SCMP (em papel e alguns deles em *Excel*) para aproximação ao património material existente hoje do CNSE. Entendeu-se que seria também necessário consultar normas de inventário e explicações sobre como se poderia organizar um inventário, tendo em atenção a dispersão

dos que se encontraram na Santa Casa. Recorreu-se à coleção de títulos *Normas de Inventário*<sup>37</sup>, publicado pela DGPC que, no âmbito das suas competências em matéria da elaboração de normativos e recomendações na área do inventário e da digitalização de Património Cultural Móvel, permitiu a identificação de alguns objetos e aprofundamento de conhecimentos na identificação de coleções. Ainda a propósito deste assunto, a plataforma *Sistemas do Futuro*<sup>38</sup> disponibiliza o acesso on-line ao *in web*<sup>39</sup>, um directório *online* de acesso ao património cultural e natural. Esta plataforma disponibiliza vários inventários, sendo um deles o *Património Museológico da Educação*<sup>40</sup>, útil para reconhecer algumas peças de carácter pedagógico que existiam no colégio.

Finalmente, a vontade de querer atualizar as fichas de inventário disponíveis no SCMP, conduziu-nos à adoção de um tipo de inventário mais dinâmico, que não tirando a essência ao modelo tradicional, tinha como objetivo acrescentar novos campos de interesse sobre a peça — nomeadamente adaptar algum do trabalho que se estava a desenvolver em conjunto com as informações recolhidas das fontes primárias.

Para isso, fez-se uma adaptação a um projeto que se assemelhou com as linhas do *Historic House Collection: Drawing up a Collections Management Plan*<sup>41</sup> e que consiste num plano de gestão de coleções (CMP) que pretende orientar para o cuidado a longo prazo de uma coleção de artefactos e garantir que sejam preservados no futuro, no seu local de origem. Este plano centra-se em coleções de objetos de arte fina, mobiliário e outros itens que se preservaram em casas históricas (ou não) em vez de exibir os objetos e coleções em ambientes de museus.

---

<sup>37</sup>DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL— Normas de Inventário [Em linha]. [consult. 9 mar. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/NormasInventario.aspx>>.

<sup>38</sup> SISTEMAS DO FUTURO [Em linha]. [consult. 15 abr. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://sistemasfuturo.pt/>>.

<sup>39</sup> IN WEB [Em linha]. [consult. 15 abr. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://inwebonline.net/index.htm>>.

<sup>40</sup> PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO DA EDUCAÇÃO [Em linha]. [consult. 15 abr. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://edumuseu.sec-geral.mec.pt/>>.

<sup>41</sup> HISTORIC HOUSE COLLECTIONS: DRAWING UP A COLLECTIONS MANAGEMENT PLAN [Em linha]. [consult. 18 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.english-heritage.org.uk/content/learn/conservation/2543455/2543024/drawing-up-collections-management-plan.pdf>>.

Para a realização desta tarefa fez-se uma tabela *Excel* que contemplava os campos que já existiam nos modelos da SCMP bem como novos campos que se acharam necessários de acrescentar, nomeadamente informações históricas sobre a peça, a sua possível localização no colégio, e a sua função à época, pormenores de iconográfica ou marcas, entre outros<sup>42</sup>. Ao mesmo tempo que os inventários eram atualizados, a adaptação deste modelo permitia uma reorganização das coleções no espaço podendo ser útil não só para esta tarefa de inventariação como também para a sua futura aplicação no NM-CNSE, como se demonstra de seguida.

Mesmo assim, este trabalho irá exigir uma continuidade. Se por um lado havia a referência à compra de serviços de louça (talheres, copos, etc.) ou de mobiliário para o quarto (camas, comodas, etc.) das educandas, por outro lado, e muitas vezes, a única informação existente eram o preço total das peças e não as suas características. O livro das folhas de pagamento ajudou na medida em que algumas das faturas permitiram saber o nome do fabricante, o ano, ou a loja onde tinha sido comprado. No entanto, estas informações eram demasiado básicas para entender se as informações colhidas eram as que correspondiam a uma peça hoje sobrevivente. Mesmo assim, conclui-se que muitos dos objetos relacionados com a memória da instituição já não existem, outros estão em fase de restauro e outros exigem mais investigação, porque surgem como sendo desaparecidos. Importa referir que apesar de existir muito património religioso, este não foi objeto de pesquisa, porque na sua generalidade já está a ser inventariada pela Dr.<sup>a</sup> Regina Andrade (nomeadamente a paramentaria da Igreja do CNSE), responsável pelo património artístico da SCMP.

Finalmente, como articular todo este percurso? Como colocar os objetos nos espaços? Como narrar a vida de uma instituição através de âncoras do tempo como são os rastros da sua existência? Estas questões têm sido colocadas do ponto de vista teórico acerca dos usos do património<sup>43</sup>, dos objetos como mediadores<sup>44</sup>. Mas todas estas questões exigem que se realize um dos passos de comunicação – não apenas as técnicas,

---

<sup>42</sup> Ver Anexo 2.

<sup>43</sup> SMITH, Laura Jane — **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

<sup>44</sup> HOLSBEKE, Mirelle et al. — **The object as mediator: On the Transcendental Meaning of Art in Traditional Cultures**. Antuérpia: Etnografisch Museum, 1996.

mas os conteúdos. Exige, ainda, que se pense no sentido de qualquer núcleo museológico<sup>45</sup>, da ideia de “continuidade” ou rotura, entre a continuidade da função original do património, a finalidade para a qual o património foi pretendido originalmente e a da conexão da comunidade (hoje) com o património.

Perante este quadro, procuramos apresentar algumas linhas estruturadoras de uma proposta de um núcleo museológico, usando, em grande medida o trabalho acerca dos *Museus da Universidade do Porto. Projeto museológico*<sup>46</sup>, na qual conseguimos entender como deve ser constituído um núcleo museológico. Também neste procedimento, e face a toda a investigação e trabalho desenvolvido durante o estágio, incluiu-se uma representação do património possível de integrar nas instalações e em que locais. Visto que os artefactos existentes são escassos, incluíram-se neste ponto objetos que foram encontrados (ou mesmo não encontrados) durante a investigação e que faria sentido serem representados no NM-CNSE, através de múltiplos processos (réplicas, desenhos, ou projeções em 3D, etc.)

Assim sendo, a estrutura deste relatório segue o percurso e a própria opção metodológica. Compõe-se de quatro capítulos. O primeiro, procura entender o papel dos recolhimentos em particular o do CNSE, nas suas diferentes fases, a sua origem, fundação, a estrutura do edifício, a administração e a caracterização de cada um dos elementos – entre o definir dos espaços e a sua administração. O segundo procura entender a dinâmica de frequência, quantas foram, oscilações, cálculos que mesmo que venham a ser recalculados em tempos futuros, permitirão perceber a atratividade do CNSE. O capítulo 3 entra na vida quotidiana das meninas, segundo os espaços temporais definidos e desenvolvendo-se em blocos temáticos: alimentação, saúde e higiene, vestuário, orações, plano educacional e a sua evolução no quadro do que se entende por modernização do ensino privado, entre outros aspetos. Por último, o capítulo 4, procurará ser uma proposta de projeto de mediação, neste caso de um núcleo museológico, como e

---

<sup>45</sup> POULIOS, Looanis — **The Past in the Present: A Living Heritage Approach - Meteora, Greece** [Em linha]. London: Ubiquity Press, 2014. [consult. 22 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://dx.doi.org/10.5334/bak>>.

<sup>46</sup> SILVA, Armando Coelho F. da — “Museus da Universidade do Porto. Projeto museológico”. *Revista da Faculdade de Letras* [Em linha]. vol.1, série I, (2002), 221-246. [consult. 2 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: [ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3581.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3581.pdf)>.



porquê seria importante a sua construção, as linhas orientadoras necessárias, baseadas em trabalhos desenvolvidos neste ramo. Ao longo do texto, será ainda feita uma referência ao património material do CNSE, através de imagens que aproximarão o leitor do real.

## Capítulo 1. – De Recolhimento a Colégio — a definição de um espaço e da sua administração

O Recolhimento evoluiu para Colégio o que traduz, uma conceção de vida dentro e fora dos seus muros, certamente, diferenciada. Sobre o sentido de Recolhimento, a sua atuação e função, são já inúmeros os trabalhos desenvolvidos no panorama da historiografia nacional e internacional<sup>47</sup>, e que irão sendo citados consoante se justifique. Já sobre o papel, específico do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança procurar-se-á contribuir com um conhecimento adicional ao que hoje já se escreveu<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Por toda a Europa, nomeadamente Espanha, Itália, países do Norte da Europa ou ainda espaços coloniais, tem trabalhado sobre este assunto. Veja-se o caso do trabalho de GANDELMAN, Luciana Mendes — **Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos Recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)**. Campinas: 2005. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, a autora desenvolveu um estudo sobre três recolhimentos, dois deles no Brasil (Salvador e Rio de Janeiro) e outro no Porto (Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança); ALGRANTI, Leila Mezan — **Honradas e devotas: mulheres da colônia. Estudo sobre a condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750 1822**. São Paulo: 1992. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; COATES, Timothy J. — **Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português (1550-1755)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. Sobre outros Recolhimentos ver CASTRO, Maria de Fátima — O Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha. Da sua instituição à administração pela Santa Casa da Misericórdia. **Bracara Augusta**. Braga. vol. 46. (1998), 169-250. Também sobre o mesmo recolhimento ver MACHADO, Carla Manuela Sousa — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**. Braga: 2014. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Minho.; COLEN, Luísa — Assistência às órfãs no Bairro Alto: o Recolhimento da Rua da Rosa. **Revista da SCML** [Em linha]. n.º 32 (2014), 126-139. [Consult. 10 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: [http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2015-05/2015-05-25103012\\_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33\\$72f445d4-8e31-416a-bd01-d7b980134d0f\\$292E1578-3CAE-49DB-9AD4-88C3C6D9CD52\\$\\$storage\\_image\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2015-05/2015-05-25103012_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33$72f445d4-8e31-416a-bd01-d7b980134d0f$292E1578-3CAE-49DB-9AD4-88C3C6D9CD52$$storage_image$$pt$$1.pdf)>; COLEN, Luísa — Do Recolhimento das Órfãs ao Instituto de São Pedro de Alcântara. **Revista da SCML** [Em linha]. n.º 33 (2015), 138-151. [consult. 10 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: [http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2015-11/2015-11-17110305\\_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33\\$72f445d4-8e31-416a-bd01-d7b980134d0f\\$F7C30241-D4AE-498A-9050-0BD09721256B\\$\\$storage\\_image\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2015-11/2015-11-17110305_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33$72f445d4-8e31-416a-bd01-d7b980134d0f$F7C30241-D4AE-498A-9050-0BD09721256B$$storage_image$$pt$$1.pdf)>.

<sup>48</sup> O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, no Porto, carece de estudos aprofundados sobre a sua existência. Referem-se, no entanto, alguns contributos que permitem aprofundar conhecimentos sobre esta instituição. FERREIRA, J.A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança (Fundado na cidade do Porto no séc. XVIII)**. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, [19-?]; GANDELMAN, Luciana Mendes — **Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos Recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)**. Campinas: 2005. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.; ALBUQUERQUE, Ana Sílvia — “Colégio de Nossa Senhora da Esperança: Contributos para a sua história”. In **Saúde, Ciência e Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Misericórdia do Porto, 2014. p.125-139; LOPES, Maria Antónia — “Transgressões femininas no

De forma sumária, podemos afirmar que os recolhimentos foram espaços destinados a salvaguardar a honra e o recato da condição feminina<sup>49</sup>. Assemelhavam-se, de certo modo, às “mercearias” da Idade Média que se entendiam por instituições de alcance religiosos e de caridade, destinadas a prover a sobrevivência de indivíduos de bons costumes, caídos na pobreza, a que se designavam por “merceeiros” ou “merceeiras”, em troca de assistirem à celebração de um número fixo de missas e de rezas pela alma do seu patrono<sup>50</sup>. Nos finais do século XVIII, a definição em dicionário esclarecia a multiplicidade do termo “recolhimento”. Dependendo dos possíveis fundadores, porque criados pela Coroa, arcebispos, bispos ou por particulares, os recolhimentos eram definidos como “casa de morar”, “local mais interior”, “casa de religião” ou “retiro do mundo”<sup>51</sup>.

Foi com as reformas levadas a cabo pelo Concílio de Trento (1545-1563) que os recolhimentos assumiram o seu espírito<sup>52</sup>. Como afirma Maria Antónia Lopes, neles se recolhiam mulheres leigas que não faziam votos religiosos, mas habitavam em comunidade, num quotidiano que se aproximava do que se vivia nos conventos, mas numa

---

Recolhimento da Misericórdia do Porto, 1732-1824”. In **Saúde, Ciência e Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016. p.95-123; SANTOS, Regina Maria Andrade Pereira dos — **Património Artístico da Santa Casa da Misericórdia do Porto: Dinâmica da sua conservação no século XVIII**. 1995. Seminário apresentado em Ciências Históricas - Variante do Património na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1995.

<sup>49</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães — “Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas”. *Revista Oceanos* [Em linha]. n.º 35 (1998), 49. [consult. 22 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4549>>. REIS, Maria de Fátima Dias dos Reis — “Poder régio e tutela episcopal nas instituições na época moderna. Os recolhimentos de Lisboa”. In ABREU, Laurinda — *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Lisboa: Colibri, 2004; JESUS, Elisabete Maria Soares de — **Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)**. Porto: 2006. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; consulte-se, também, RIBEIRO, António Magalhães da Silva — **Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI- XVIII)**. Braga: 2009. Tese de doutoramento em História.

<sup>50</sup> Sobre a instituição e o papel das mercearias na Idade Média, ver SÁ, Isabel dos Guimarães — **Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p.26-28.

<sup>51</sup> SILVA, António de Moraes — **Dicionário da Língua Portuguesa**. 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1844. vol. II, p.616.

<sup>52</sup> Este tipo de instituições, desenvolveram-se no seio da moral cristã e sob o padrão monástico ou conventual.

componente menos fechada<sup>53</sup>. Esta diversidade funcional tem sido demonstrada em diferentes estudos de pesquisa<sup>54</sup>.

Em Portugal, os recolhimentos surgiram por todo o país, e enquadraram-se nos imperativos definidos pela Coroa e pela intervenção da Igreja em matéria assistencial<sup>55</sup>. Foram um alvo privilegiado nas atividades assistenciais, prática que esteve, largas vezes, a cargo da Misericórdia<sup>56</sup>, mas também de outras instituições de caridade (ordens terceiras, autoridades civis e eclesiásticas<sup>57</sup>, particulares<sup>58</sup>, confrarias), envolvida na ajuda aos mais carenciados.

Atendendo ao modelo monástico imposto — pela implementação da clausura e da estrutura arquitetónica dos edifícios conventuais, subjacente à sua vigilância —, os recolhimentos — acolhendo mulheres que tiveram percursos de vida distintos — assumiram-se como espaço de oração, obediência, estudo e trabalho, hierarquicamente organizados, sob uma apertada vigilância e cumprimento de regras rígidas, que variavam a sua tipologia podendo acolher mulheres oriundas de vários estratos sociais e estados civis que podiam permanecer para toda a vida ou temporariamente<sup>59</sup> nestas instituições.

---

<sup>53</sup> LOPES, Maria Antónia — Protecção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de Estudo e Investigação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p.101

<sup>54</sup> Veja-se a obra de Laurinda Abreu na sua íntegra.

<sup>55</sup> REIS, Maria de Fátima Dias dos Reis — Poder régio e tutela episcopal nas instituições na época moderna. Os recolhimentos de Lisboa... p.263-264; Ver ainda SÁ, Isabel dos Guimarães — [Assistência]: II Época Moderna e Contemporânea. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). — **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. I. p.140-148.

<sup>56</sup> Sobre as Misericórdias, no panorama nacional, existem muitos trabalhos que explicam o seu papel em matéria de assistência. BASTO, Artur de Magalhães — **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. 2ª ed. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1997; SÁ, Isabel dos Guimarães — **As Misericórdias de D. Manuel I a Pombal**...op. cit.; PAIVA, José Pedro (coord.) — **Portugalia Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. vol. 1 (2002) - vol. 9 (2010).

<sup>57</sup> A preocupação com a salvação das almas em pecado transformou os bispos nos principais impulsionadores da criação de Recolhimentos femininos. A este propósito, vide SÁ, Isabel dos Guimarães — [Assistência]: II Época Moderna e Contemporânea... p.145; JESUS, Elisabete — **Poder, caridade e honra: O Recolhimento do Anjo no Porto (1672-1800)** ... p.16.

<sup>58</sup> Ver, estudo FERNANDES, Maria de Lurdes Correia — “Viúvas ideais, viúvas reais: modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI e XVII)”. Faces de Eva: estudos sobre a mulheres. n.º 1-2, (1999), 51-86; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de — “Dotar para casar: os dotes e as órfãs do padre Francisco Correia da Cunha (1750-1890)”. Ler história [Em linha]. n.º 44 (2003), 61-72. [consult. 2 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8299>>.

<sup>59</sup> O tempo de permanência era uma das características que distinguia os recolhimentos dos conventos, tal como o fato de nos recolhimentos não exigir votos perpétuos de religião. As duas instituições assemelham-se em outros aspetos: em ambas as instituições, as mulheres tinham de cumprir uma vida claustral, e em ambas havia a preocupação de afastá-las do contacto com o mundo e a esfera pública, tendo em vista a sua

Neste ponto, distinguíam-se dos conventos femininos, pois não exigiam votos religiosos, nem permanência definitiva.

Poderíamos dizer que tinha duas funções: receber mulheres ou raparigas de reputação impoluta ou mulheres “arrepentidas”<sup>60</sup>, prostitutas ou mães solteiras que precisavam de afastar do mundo e reabilitar<sup>61</sup>. Destes argumentos, entende-se que os recolhimentos constituíram um dos mecanismos de controlo dos destinos femininos, utilizados pelas autoridades eclesiásticas, civis e familiares, no intuito de combater aquilo que, à margem do discurso laico e eclesiástico, consideravam marginalidade social feminina<sup>62</sup> ou degradação moral<sup>63</sup>.

A preocupação com a preservação e defesa da honra feminina acentuou-se na sociedade pós-tridentina, nomeadamente para aquelas que se encontravam mais desamparadas e desprovidas de qualquer referência e tutela masculina. Deste modo, os recolhimentos responderam como uma das estratégias de normalização e defesa da honestidade feminina, impedindo o desvio social com o internamento de crianças e mulheres.

---

proteção, purificação ou punição. Veja-se FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da — **O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814)** ... p. 4-5.

<sup>60</sup> Os recolhimentos das arrependidas estão frequentemente sob a invocação de Santa Maria Madalena. Sobre este assunto consultar. FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da — **O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814)** ... p.80.

<sup>61</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães — **As Misericórdias de D. Manuel I a Pombal**...p.122.

<sup>62</sup> Sobre este assunto, Elisabete Jesus proferiu uma breve reflexão: “marginalização social feminina, no Antigo Regime, era sinónimo de pobreza e/ou de degradação moral, isto é, de liberdade sexual. O afastamento das redes familiar-social podia resultar de uma degradação moral per si ou de um empobrecimento, que inevitavelmente conduziria àquela. A moralidade media-se pelo cumprimento ou não dos preceitos morais cristãos (no caso das mulheres: castidade, honra, prática religiosa, etc.), uma vez que os desvios sexuais femininos eram simultaneamente pecado e crime, aos olhos de Deus e dos homens, constituindo uma ofensa à família e à sociedade. Nesta situação, a marginalização social resultava de uma transgressão, de uma colisão, com as regras de enquadramento da própria sociedade.” In JESUS, Elisabete Maria Soares de — **Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)** ...p.17. Sobre as questões de marginalização vide MORENO, Humberto Baquero — “A exclusão social no Portugal medievo. Exclusão na História”. **Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social**. Oeiras: Celta Editores, 2000. p. 12; ALMEIDA, João Ferreira de — “Integração social e exclusão social: algumas questões”. **Análise Social** [Em linha]. vol. XXVIII, nº123-124 (1993), 829-834. [consult. 22 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292685C6oHU6bm4Iv42AH9.pdf>>.

<sup>63</sup> LOPES, Maria Antónia, op. cit. p.. p.101

Embora com antecedentes que remontam aos tempos medievais<sup>64</sup>, é na Idade Moderna que os recolhimentos ganham força, depois das reformas que se fizeram sentir em questões assistenciais, no ocidente. As transformações socioeconómicas que se operaram e se traduziram no aumento demográfico e crescimento urbano, tiveram consequências que se refletiram na propagação da pobreza, demonstrando que a caridade medieval já não correspondia às necessidades sociais do período em mudança<sup>65</sup>.

Terão existido inúmeros Recolhimentos. Conforme o público-alvo a que se destinavam: “[...] para convertidas (mulheres pecadoras que queriam mudar de vida e fazer penitência), para virtuosas (mulheres que queriam fugir aos perigos do mundo, podendo ser jovens donzelas, normalmente órfãs pobres, senhoras casadas ou viúvas), para decretadas ou depositadas (mulheres solteiras ou casadas, de meios não populares, que eram encerradas por ordem familiar, governamental ou eclesiástica)”<sup>66</sup>. Contudo, não quer dizer que os Recolhimentos não pudessem ter mais do que um tipo de destinatário, como é exemplo no Porto o *Recolhimento do Ferro* (1651), que tinha como público alvo prostitutas e mulheres malcomportadas; o *Recolhimento da Rainha Sta. Isabel do Anjo* (1672), que acolhia órfãs, viúvas, casadas com maridos ausentes (todas de condição nobre); o *Recolhimento das Manteladas de Francisco* (1686) para Irmãs Terceiras doentes, velhas e pobres.

Aos olhos da sociedade, os recolhimentos albergavam mulheres honestas cuja condição era vulnerável. A necessidade da assistência era completada pela forma material, destinada às recolhidas que tinham dificuldades económicas, por razões diversas (orfandade, viuvez, velhice). Esta assistência material, completada pela assistência moral e espiritual esteve sempre presente no conceito de “pobre”<sup>67</sup>. No entanto, verifica-se que muitas vezes as recolhidas não padeciam de uma pobreza relacionada com o limiar da sobrevivência (pobreza objetiva), mas com a potencial perda de estatuto social (pobreza

---

<sup>64</sup> Referência às mercearias. Apesar das mercearias serem de uma época medieval, segundo a autora Isabel Guimarães de Sá, elas continuavam a ser atribuídas e criadas ao longo da Idade Moderna. Ver SÁ, Isabel dos Guimarães – *As Misericórdias de D. Manuel I a Pombal*...p.122.

<sup>65</sup> FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da — *O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814)* ...p.4.

<sup>66</sup> JESUS, Elisabete — *Poder, caridade e honra: O Recolhimento do Anjo no Porto (1672-1800)* ...p.19.

<sup>67</sup> Sobre o conceito de pobreza consultar LOPES, Maria Antónia — *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage Editores, 2000. p. 27-163.

subjetiva)<sup>68</sup>, inserindo-se num grupo de “pobres envergonhadas”, ou seja, indivíduos de estatuto nobre empobrecidos<sup>69</sup>.

Muitos dos recolhimentos tinham como objetivo prioritário a proteção de jovens órfãs, procurando desviar as meninas dos “perigos do mundo”. Acolhiam donzelas órfãs pobres, que procuravam um sustento alimentar, alojamento e um dote de casamento, que só era possível com uma formação educativa e religiosa, tendo como objetivo a formação da “perfeita mulher” — instruída, esposa e mãe. No Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, tutelada pela Misericórdia do Porto, as órfãs recebiam (ou não) dotes para se poderem casar, mas nem todos os recolhimentos visavam o casamento das suas internas<sup>70</sup>: alguns acolhiam apenas mulheres seculares, honradas, que pretendiam uma vida recolhida e voltada para a oração e para Deus, ou então mulheres casadas, cujos maridos estivessem ausentes, ou que não estivessem a terem um comportamento de esposas exemplares.

É neste quadro, de órfãs donzelas pobres que se integra o **Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança**. Destinava-se a órfãs e a porcionistas de “bom comportamento” como em geral os recolhimentos da misericórdia. A função patenteada por este recolhimento não deixa de se enquadrar num objetivo mais alargado, o de preparar uma “perfeita mulher” expressão já do século XIX, como se verá, para a vida no exterior. Para isso facultavam-se os ensinamentos e práticas cristãs, bem como o ensino de labores. Importa mencionar que a ideia da prática cristã foi sofrendo várias alterações: apesar dos recolhimentos no geral serem habitados por mulheres leigas que não faziam votos religiosos, este recolhimento teve uma componente religiosa que acompanhou o quotidiano das suas habitantes desde o início da instituição e que se irão mostrar no capítulo 3.3.

---

<sup>68</sup>ALMEIDA, João Ferreira de — “Integração social e exclusão social: algumas questões...p. 830-833.

<sup>69</sup> Entende-se por “pobres envergonhados”, pessoas que tinham *status* social e que haviam caído na pobreza pela velhice, viuvez e outros motivos e que por causa da sua qualidade não podiam pedir esmolas publicamente nem servir a outras pessoas. JESUS, Elisabete — **Poder, caridade e honra: O Recolhimento do Anjo no Porto (1672-1800)** ... p.19.

<sup>70</sup> Este assunto não vai ser desenvolvido no presente relatório. Contudo, leia-se sobre este assunto ARAÚJO, Maria Marta Lobo de — “Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas misericórdias portuguesas (séculos XVI- XVIII)”. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra, coord. — **Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)**. Braga: CITCEM, 2010.

O espaço em estudo sofreu transformações, marcadas pelo tempo e pelo que se concebia ser um projeto de educação de meninas. As mudanças de designativos apontam nesse sentido: primeiro Recolhimento (de Órfãs, de S. Lázaro), depois Colégio, parecendo indicar dois projetos. No primeiro caso, podemos dizer que o designativo de Recolhimento era dado por se tratar de um espaço de resguardo, de guarda de meninas, de senhoras, afastadas dos perigos da vida. A evolução por que passa, afasta-o sempre da noção de asilo<sup>71</sup>, dirigido a pobres, pelo que nunca o foi, no sentido dos grupos mais dependentes socialmente. Mas existiu sempre um projeto educativo, o que é fundamental, e que evoluirá, ao ponto de se designar por colégio<sup>72</sup>, numa evolução semântica que traduz um ensino privado, mesmo que venha a ter alguns contratos, mesmo que pontuais, com a educação do Estado<sup>73</sup>.

A expressão Colégio surge plasmada nos seus estatutos apenas no *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de 1981*, altura em que se substituiu o termo recolhimento<sup>74</sup> mas a discussão acerca do que era a sua vocação desenvolve-se desde a década de 80 do século XIX<sup>75</sup> e materializa-se num dos discursos que fazem parte dos relatórios da Mesa que na altura dirige a Santa Casa, como em 1896:

“Para uns o ideal é o regresso ao “silêncio, modestia e total retiro em que viviam estas meninas, isentas da comunicação do seculo” como refere o padre Agostinho Rebello da Costa em o anno de 1789.

Para outros, pelo contrario, as meninas devem apparecer em publico, figurar em festas, familiarisarem-se com o mundo.

Para uns o ensino deve reduzir-se a uma instrucção litteraria summaria, prendas feminis e artes domesticas, isto é, deve produzir boas donas de casa.

---

<sup>71</sup> Durante a investigação, tentou-se entender em que momento os designativos dados a esta instituição sofreram alterações. Contudo, percebeu-se que seria muito difícil pois, muitas das vezes, o designativo da instituição (Recolhimento de órfãs, Recolhimento Nossa Senhora da Esperança, Colégio Nossa Senhora da Esperança, etc.) eram utilizados em simultâneo, sem a sua correta aplicação.

<sup>72</sup> FELGUEIRAS, Margarida Louro — “A difícil e frágil emergência de um ensino privado não confessional em Portugal (final do século XIX e primeira metade do século XX)”. In PINTASSILGO, J. (coord.) — **Laicidade, religiões e educação na Europa do Sul no Século XX** [Em linha]. (2013), 299-318. [consult. 13 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70370?locale=pt>>.

<sup>73</sup> Sobre a componente educativa que o Recolhimento assumiu ao longo da sua existência veja-se capítulo 3.4

<sup>74</sup> AHSCMP — **Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto**. Porto: Tipografia Primitiva Da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, 1987. p. VIII.

<sup>75</sup> ALMODOVAR, António — “Crescer e sustentar”. In AMORIM, Inês (coord.) — **Sob O Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: SCMP, 2017. vol. III. (no prelo)



Para outros é preciso que a dona de casa vá preparada para eventualmente prover á sua própria sustentação e da família, procurando conquistar emprego nas profissões em que o sexo fragil menos tem a soffrer da concorrência masculina ou com vontade póde lutar com ella.

Para outros ainda a educação deve approximar-se da que as classes abastadas proporcionam ás suas filhas, acompanhar a instrucção secundaria official e preparar mesmo ao ingresso nos cursos superiores, se tanto fôr possível.

Salvo pois o terreno da educação moral e religiosa salvo a exigência das qualidades de dona de casa, em que, todos são concordes, áparte pequenas questões de detalhe, as divergências são profundas.

As direcções successivas inclinando-se ora n'um sentido ora n'outro e a braços com uma situação financeira avariada, tem sido impotentes para impellir o estabelecimento n'um caminho rasgado de progresso.”<sup>76</sup>

Não está em causa apurar, verdadeiramente, as causas internas e externas a estas mudanças, que, pelo excerto, serão de dupla natureza, nomeadamente as próprias questões de sustentabilidade financeira e de formas de governação e administração.

### 1.1. Fundação e construção de um espaço

A origem do Recolhimento foi recordada vezes sem fim, ao longo do tempo. As informações que aqui compilámos<sup>77</sup>, são retiradas, em grande medida, dos relatórios de gerência da Santa Casa do século XX.

O momento fundacional é conhecido, por vezes sem o rigor necessário<sup>78</sup>. A 28 de Agosto de 1718, faleceu na freguesia de Santo Ildefonso (Porto), e foi sepultado na Igreja dos Religiosos de Nossa Senhora do Carmo (Igreja das Carmelitas), o Padre Manoel de Passos Castro, filho de Manuel de Passos e de Catarina de Castro<sup>79</sup> que deixou um legado significativo à Misericórdia, sendo que não estava nos seus planos um Recolhimento, mas sim, entre as disposições do seu testamento, seis dotes de 50\$000 réis para seis «mossas horfhans de pay honradas e virtuosas», à escolha dos testamenteiros<sup>80</sup>. Inserir-se naquilo que era e continuará a ser, uma das Obras de Misericórdia realizadas pela Santa Casa, de

---

<sup>76</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1896 até 30 de Junho de 1897... (1897), p. 368-370.

<sup>77</sup> As fontes utilizadas referenciam-se na introdução e na metodologia.

<sup>78</sup> Surgirá em breve, um estudo aprofundado por JESUS, Elisabete — “O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança”. In AMORIM, Inês (coord.) — **Sob O Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: SCMP, 2017. vol. II (no prelo).

<sup>79</sup> AHSCMP — História do Recolhimento de Orfãs de Nossa Senhora da Esperança. In “Relatório da Gerencia da Santa casa da Misericordia do Porto, desde 1º de Julho de 1913 a 30 de Junho de 1914... (1914), p. 3

<sup>80</sup> AHSCMP—Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, nº6 (1674-1738), fl. 415.

dotação de órfãs pobres ou órfãs para casar ou entrar em Conventos<sup>81</sup>. Seria injusto, como afirma Regina Andrade<sup>82</sup>, não mencionar um outro contributo, o de João Vieira de Macedo, desembargador da Relação, que nomeou a Misericórdia do Porto como testamenteira da sua herança, tendo reservado por cláusula testamentária, sete mil cruzados para serem aplicados nesta obra.<sup>83</sup>

O Padre Castro foi o tesoureiro-mor da Colegiada de Cedofeita, “[...] cargo de alguma proeminência e que geralmente demandava um ocupante de posses, acostumado ao trato com grandes somas e que fosse capaz de socorrer os cofres das instituições em caso de necessidade”<sup>84</sup>. Em testamento, deixou à Misericórdia do Porto um legado para que o remanescente fosse aplicado em “[...] obras pias pela sua alma”<sup>85</sup>, como bem parecesse aos seus testamenteiros, o reverendo Dionísio Botelho Pereira de Almeida e o licenciado António Pacheco Pereira. Em 1722, após a liquidação do remanescente dos bens do testador, o primeiro sugeriu “[...] que a obra para Deus mais grata, para o próximo mais útil, para a terra mais necessária e para a alma do testador mais proveitosa, seria um Recolhimento para Orfãs”<sup>86</sup>.

---

<sup>81</sup> Estudo em publicação de MACHADO, Maria de Fátima – “Dotes para casar ou entrar num convento”. In AMORIM, Inês (coord.) — **Sob O Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: SCMP, 2017. vol. I (no prelo).

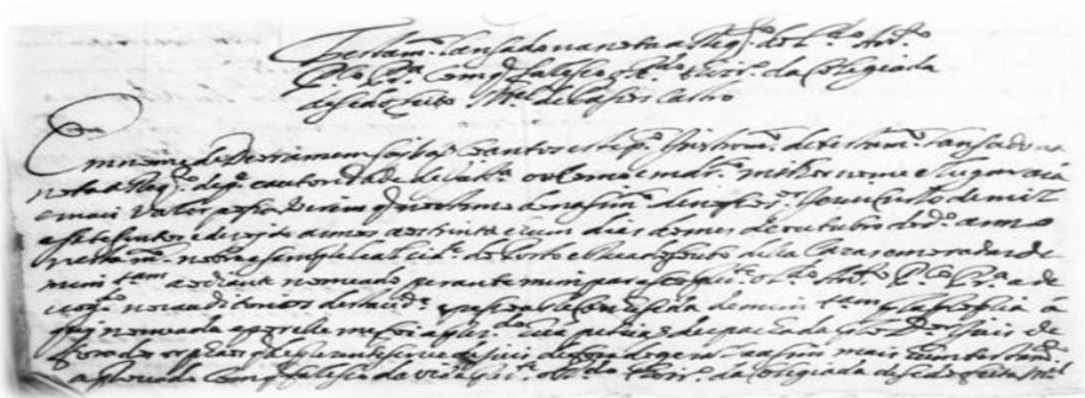
<sup>82</sup> SANTOS, Regina Maria Andrade Pereira dos — **Património Artístico da Santa Casa da Misericórdia do Porto: Dinâmica da sua conservação no século XVIII...**, ver capítulo IV da obra.

<sup>83</sup> A João Vieira de Macedo as meninas também vão dedicar uma oração pela importância que teve na Instituição como benfeitor. AHSCMP — Estatutos do Recolhimento das Meninas Órfãs de S. Lázaro de 1725. Série M, Bco.1, nº1, fl.4.

<sup>84</sup> GANDELMAN, Luciana Mendes — **Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia...** p.155.

<sup>85</sup> AHSCMP— Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, nº6 (1674-1738), fl.415.

<sup>86</sup> AHSCMP— História do Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In “Relatório da Gerência da Santa casa da Misericórdia do Porto, desde 1º de Julho de 1913 a 30 de Junho de 1914...” (1914), p. 3.



**Ilustração 1: Fac-simile da 1ª fol. do testamento do P.ª Manuel de Passos Castro.** Ver em Arquivo Distrital do Porto [Em linha]. [consult. 25 ago 2017]. Disponível em WWW: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/292253/?>>.

Depois de apresentada esta ideia ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Francisco Luís da Cunha Ataíde, também chanceler e governador das Justiças da Relação<sup>87</sup>, a mesma sugestão foi aceite e, desde logo, o Provedor convocou os Conselheiros da Mesa, para lhes apresentar a razão da assembleia. A 26 de Agosto de 1722<sup>88</sup>, o Provedor na Mesa, apelou à Irmandade que se se tivesse em atenção a caridade que nutria as bases da instituição e se pudesse utilizar o testamento do padre Manuel de Passos Castro nas obras pias, tal como o mesmo pediu, porque não existia na cidade do Porto nenhuma instituição para órfãs sob a alçada da Misericórdia do Porto. Era verdade no que dizia respeito à Santa Casa, embora, à época, existissem outros recolhimentos, como se viu atrás, destinados ao amparo de mulheres vulneráveis à prostituição, orfandade, viuvez, ausência temporária do marido, doença, velhice, pobreza.

A reunião da mesa participou o Provedor e os irmãos conselheiros, como também 49 irmãos da Irmandade, sendo por unanimidade aprovado que se firmasse o Recolhimento para as Meninas Órfãs. Também a Cúria Episcopal deu o seu parecer positivo a esta obra de caridade. Em reconhecimento da importância desta obra, o Vigário

<sup>87</sup> FERREIRA, J.A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança...** p. 40.

<sup>88</sup> “Assento por que se fes aceitação do remanescente da herança do Rev. Manuel de Passos Castro tesoureiro-mor, que foi da insigne Colegiada de Cedofeita para a erecção de hum recolhim.<sup>to</sup> de meninas órfãs.”. In AHSCMP — Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, nº6 (1674-1738), fl.415.

Geral decidiu abrir mão dos remanescentes a que teria direito para que esses fossem aplicados à construção do recolhimento<sup>89</sup>.

Aceite o remanescente de 6.474.600 reis<sup>90</sup> da herança do Padre Manuel de Passos Castro<sup>91</sup>, tornava-se necessário decidir o local adequado para a construção do edifício do Recolhimento. A princípio pensou-se nos terrenos junto dos celeiros da cidade, no entanto, por recusa do Paço, a sua concessão não foi cedida. A 26 de Agosto de 1724, determinou-se que a construção do Recolhimento teria lugar em S. Lázaro, em terrenos administrados pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, onde já a Misericórdia possuía uma Igreja e tinha capacidades para acolher um edifício de grandes dimensões, sem prejudicar o Hospital dos Lázaros, ali instalado e que desde setembro de 1721 passou da administração da câmara do Porto para a Misericórdia<sup>92</sup>.



**Ilustração 2: Retrato do Padre Manuel de Passos Castro**, presente na reserva da SCMP.

<sup>89</sup> “Assento por que se fes aceitação do remanescente da herança do Rev. Manuel de Passos Castro tesoureiro-mor...”, p. 415.

<sup>90</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãos de Nossa Senhora da Esperança**... p. 59.

<sup>91</sup> O retrato representado na ilustração 2, está atualmente nas Reserva da SCMP, proveniente do Colégio de Nossa Senhora da Esperança. Na pesquisa que se realizou para este trabalho, encontrou-se nos Relatórios de 1915-1916 (p. 328) e 1916-1917 (p. 229), informações em que se acredita que este retrato foi pintado e oferecido por Acácio Lino. A legenda que se lê no quadro não está correta, já que se provou que o Padre Manuel de Passos Castro não foi o fundador do RNSE, mas um dos vários indivíduos que permitiu a construção do edifício. Este retrato também se encontra disponível no Arquivo Municipal do Porto [Em linha], em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/292242/>.

<sup>92</sup> “Assento porque se determinou que se fizesse em São Lázaro o Recolhimento das orfãs...”. In AHSCMP—Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, lvº6 (1674-1738), fl. 425.

Em 1724, efetuavam-se as medições para a construção do edifício. A planta ficou ao encargo do Mestre António Pereira “[...] sujeito de grande ideia, e a quem o Cabido mandou vir de Lisboa para o desenho das obras da Sé”<sup>93</sup>. A 30 de setembro desse mesmo ano, já as obras se tinham iniciado. Em julho de 1725, o dinheiro disponível para as obras terminou e o pouco que havia desta obra eram os alicerces. A mesa, sem soluções de financiamento pediu ajuda ao Cabido da Sé do Porto, que lhe respondeu positivamente — talvez porque o Provedor da Misericórdia nos anos de 1723 e 1724 tenha sido, precisamente o deão do Cabido (Hierónimo de Távora e Noronha).

“Deão, Dignidades, Conegos, Cabido da Sé do Pôrto, sede Episcopal e Vacante, ordenamos ao Tesoureiro da Mitra, Manuel de Sousa Dias, dê a João Baptista, servente da Santa Casa da Misericórdia, 480\$000 reis para as obras do Recolhimento, de S. Lázaro, cuja quantia levaremos em conta nas gerais. Pôrto em Cabido 12 de Julho de 1725. Deão. Parada. Bernardes”<sup>94</sup>.

A ajuda para a construção do Recolhimento também passou por enviar para o Brasil, a várias entidades, uma espécie de “circulares” que partiram numa frota a 18 de junho de 1725. Nessas “circulares”, apelava-se à doação de esmolas para ajudar na edificação do Recolhimento, e que as mesmas fossem entregues à Santa Casa da Misericórdia do Porto ou, no Brasil, à pessoa que tivesse a Carta da Misericórdia para tal. Também em 1726, foi enviada ao rei D. João V, um pedido para que se pudessem recolher as esmolas em Portugal e no Brasil, com o mesmo fim, ao qual o rei não só concedeu licença como enviou autorização na forma de uma provisão dirigida ao vice-rei e governadores e, que deveria ser comunicada a todas as autoridades da colónia<sup>95</sup>.

Foram precisos 19 anos para se finalizar a construção do Recolhimento, e foram vários legados, as dádivas de autoridades civis e religiosas e as esmolas de peditórios que permitiram a sua conclusão. Em 1743, aquando do fim das obras, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia determinou a construção da Igreja de N. <sup>a</sup> Senhora da Esperança bem

---

<sup>93</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãos de Nossa Senhora da Esperança**... p. 74.

<sup>94</sup> AHSCMP— História do Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança. In “Relatório da Gerencia da Santa casa da Misericordia do Porto, desde 1º de Julho de 1913 a 30 de Junho de 1914...” (1914), p.5-9. Esta História transcreve documentação fundacional e enuncia os participantes neste processo.

<sup>95</sup> FERREIRA, J. A. Pinto, op. cit., p.77-80.

como de outras obras<sup>96</sup>. A construção da Igreja deu-se por finalizada a 17 de março de 1763, aquando da cerimónia da sua bênção:

“No dia 17 de Março de tarde forão os Irmãos Provedor, Escrivão, e mais conçelheiros da Menza, assistir á função da Benção da Igreja; a que tambem concorreo muita parte da nobreza, e innumeravel povo desta çidade, que com catholica emulação se querião todos distinguir na piedade, e no gosto de ver glorificada esta çidade com mais hum Santuario”<sup>97</sup>

No dia 19 de março, com a assistência do Provedor, Escrivão e Mesários, foi transladado o Santíssimo Sacramento do antigo oratório para o novo tabernáculo, em alvoroço, com muita gente a recorrer à igreja para assistir à celebração<sup>98</sup>.

Decorria o mês de abril de 1786, quando a Mesa, reunida sob a presidência do “[...] Provedor D. Rodrigo Brandão Pereira de Lacerda, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, compareceram o Rev.º António Moreira da Cruz, Cónego da Catedral de Braga, o Rev.º Agostinho Rebelo, Professo na Ordem de Cristo, e Pedro Wanzeler, tambem professo da mesma Ordem, que disseram como testamenteiros que eram do rev.º António José de Lima, Mestre Escola que foi na Catedral de Braga”<sup>99</sup>, da vontade do mestre de aplicar o seu legado em obras pias, souberam das dificuldades da Santa Casa em continuar as obras do Recolhimento. Por isso, resolveram “[...] aplicar 6.400\$00 reis do mencionado remanescente que são 16.000 cruzados, para a continuação de tal obra e só para ela. Neste acto entregaram 1.200\$000 reis porque em tão pouco tempo depois do falecimento não poderiam liquidar mais.”<sup>100</sup> Os mesmos testamenteiros, pediram como forma de lembrança do donativo feito pelo Mestre Escola, que fosse colocado no Recolhimento o retrato do falecido, como um dos benfeitores da casa. Pela primeira vez, segundo nos

---

<sup>96</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.101.

<sup>97</sup> AHSCMP — Livro 5º das Lembranças. Série D, Bco.8, nº7 (1739- 1787), fl.219-220.

<sup>98</sup> Sobre a primeira fase de construção do RNSE vide SANTOS, Regina Maria Andrade Pereira dos — **Património Artístico da Santa Casa da Misericórdia do Porto: Dinâmica da sua conservação no século XVIII**...op. cit., o capítulo IV trata do levantamento do material utilizado para a construção do edifício, assim como também menciona o nome dos artistas que ali trabalharam. Também FERREIRA, J. A. Pinto, op.cit., sobre a primeira fase de edificação. Ver ainda AHSCMP — Despesa da obra do Recolhimento das meninas órfãs. Série M, Bco.1, nº2 (1728-1732).

<sup>99</sup> AHSCMP— História do Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In “Relatório da Gerencia da Santa casa da Misericordia do Porto, desde 1º de Julho de 1913 a 30 de Junho de 1914...(1914), p. 57

<sup>100</sup> AHSCMP— História do Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In “Relatório da Gerencia da Santa casa da Misericordia do Porto, desde 1º de Julho de 1913 a 30 de Junho de 1914...(1914), p. 57.

sugere a documentação compulsada, o Recolhimento é designado, expressamente, por “Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança de Meninas Orfaz, no Bairro de São Lazaro”<sup>101</sup>, a 30 de abril de 1786.

A 13 de Maio de 1838, é requisitado à Câmara Municipal do Porto a licença e a aprovação de planta, destinada ao alargamento “[...] do Edefício do d. o Recolhimento ao lado do Nascente da Capella”.<sup>102</sup> A 21 de Junho de 1849, a Mesa pediu a autorização ao Definitório para comprar algumas propriedades da Vilela do Arrabalde, para assim levantar um muro em redor do Recolhimento a fim de evitar devassas. Foi autorizado e desse modo, aproximava-se com os traços que ainda hoje se pode encontrar.

Durante o seu longo período de existência assinalam-se várias alterações na estrutura do edifício, dependendo das condições financeiras, das decisões e opções estratégicas, como da própria adaptação ao número crescente de educandas (dormitório), à reestruturação do ensino (biblioteca, laboratórios, etc.), à necessidade de higienização do edifício ou por obras de força maior (incêndio, inundações, entre outros fatores).

Com efeito, o RNSE apesar de ser tutelado pela SCMP, era administrado por um orçamento especial, tinha mesmo as despesas separadas, desde 1731<sup>103</sup>, mas as queixas de défice muitas vezes condicionaram os melhoramentos a introduzir na remodelação do edifício. Atendendo às fontes consultadas, percebe-se que os melhoramentos introduzidos eram quase nenhuns para as necessidades da instituição. Este facto condicionou muitas vezes o número de entrada de meninas educandas para o recolhimento por este não ter condições de as albergar, situação que se fez notar desde 1848<sup>104</sup>. Não sendo possível fazer uma remodelação total de aumento do edifício por ser demasiado dispendiosa, faziam-se reformas nos dormitórios das órfãs — soalho novo, novas divisórias que

---

<sup>101</sup> AHSCMP — Livro 6º das Lembranças. Série D, Bco 8, nº 8 (1786-1825), fl. 2. Esta data surge pela aceitação do legado do mestre escola de Braga, António José de Lima, para acrescento ao edifício do Recolhimento da Esperança.

<sup>102</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança...** p. 122.

<sup>103</sup> Ver no AHSCMP Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco. 1, nº. 1-15 (1731-1777); Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco. 2, nº. 1, 1a (1777-1779); Despesa diária do Recolhimento. Série K, Bco. 2, nº2-6 (1799-1820).

<sup>104</sup> Os Relatórios da Gerência da SCMP, denunciam durante todo o período de funcionamento do Recolhimento a falta de entrada de meninas na instituição por falta de condições. As obras que se realizaram eram, normalmente, de pequena envergadura e que não merecem qualquer referência durante este relatório, pois o objetivo final deste trabalho ultrapassa este assunto.

permitiam mais acomodações. Entre obras de maior ou menor envergadura, o Recolhimento, tentava responder às necessidades das meninas que acolhia<sup>105</sup>, tendo as obras sofrido uma maior intensificação a partir da segunda metade do século XIX.

Com efeito, eram incansáveis os pedidos de aumento do edifício e, em 1862, dá-se a primeira ligação da parte mais antiga do edifício com uma nova, tendo esta comunicação sido feita pelo lado da cerca, por onde foi construída uma sala de 14,08m de comprimento e 4,84m de largura, com janelas de varanda para a mesma cerca. Foi ainda contemplado com um corredor de 23,32m de comprimento e 2,64m de largura. Esta obra foi muito dispendiosa, mas necessária, não só por auxiliar no serviço interno como também pela necessidade de alargamento do refeitório<sup>106</sup> que já não chegava para suportar todas as educandas que frequentavam a instituição.

No ano económico de 1875-1876, no plano de continuação das obras, fez-se o alinhamento do muro da cerca do Recolhimento, que deu uma perspectiva mais regular e arejada ao edifício. Contribuiu para a sua higienização e ainda a livre corrente de ar na parte posterior do RNSE e nas dependências ali situadas, aulas e lavores. O plano de obras contemplou ainda, na parte superior do edifício, um salão de 24,64m x 5,72m, que correspondiam a três salas de labor e, no dia das Exposições, esse espaço seria alargado, tornando-se mais amplo, o que por si facilitava a demonstração dos trabalhos e o acolhimento de mais pessoas. Construíram-se corredores largos e, em torno do claustro, 12 quartos ou saletas para as meninas porcionistas, com dimensões de 4,40m x 3,30m, que albergava 2 meninas em cada espaço. Ainda neste ano, a Administração, na visita que fez ao Recolhimento, notou que as condições gerais do edifício não estavam ainda harmonia com as condições necessárias de higiene e luminosidade. Sob proposta, mandou tirar as persianas colocadas em todas as janelas do edifício, e dar assim às habitantes, a luz e ar que careciam, tirando ao RNSE, “[...] a feição claustral que aquelles acessórios lhe imprimiam, e substituir por vidros fôscos a parte das vidraças que póde ser

---

<sup>105</sup> Como já foi referido, não se pretende nesta exposição relatar todas as alterações que a instituição sofreu, mas sim, contribuir com anotações de obras de maior relevo e que de alguma forma fazem hoje a necessidade de serem referidas pela importância que tiveram.

<sup>106</sup> Este refeitório ficaria somente concluído em 1864. Esta obra foi direccionada por Luíz José Ferreira Paes, mordomo das obras da SCMP e que mereceu agradáveis louvores pelo modo como planeou e executou a obra. Ver em AHSCMP — “Relatorio dos trabalhos da Mesa administradora da Santa Casa da Misericórdia do Porto, durante o anno economico de 1864 a 1865... (1865), p.37.



acessível á vistam tanto no interior como no exterior”<sup>107</sup>. Houve a necessidade da abertura de um poço para fornecer água para as latrinas novas<sup>108</sup>. Sem dúvida que o conceito de Recolhimento estava a alterar-se, como se escreveu atrás.

Até 1888, as obras foram aumentando gradualmente: construiu-se um salão “um dos mais magestosos e elegantes”<sup>109</sup>, que servia para alojar os labores ensinados na instituição; construíram-se quartos amplos, ventilados, com muita luz e corredores largos. Também se construiu um cano de esgoto, desde a loja ocupada pelo hortelão, nos baixos do edifício, até ao aqueduto geral, a fim de evitar inundações. Neste período de modernização do espaço da instituição, pensou-se também no encanamento das águas da Companhia e do gás (1886). Estes melhoramentos eram muito urgentes já que o sistema de iluminação era rudimentar.<sup>110</sup>

Foi precisamente no ano de 1888, durante a visita anual da Mesa ao Recolhimento, que as más condições que a estrutura do RNSE apresentava (edifício, capela e cerca) deixou os visitantes impressionados. Mais estupefactos ficaram por não existir uma casa de banho que tivesse capacidade para servir toda gente: “[...] impressionou a deterioração em que se encontrava o exterior do edifício, parecendo um d’esses antigos mosteiros prestes a desaparecer pela acção do tempo, do que uma casa de educação destinada não só á orphandade desvalida, mas tambem a meninas de famílias mais ou menos providas de bens de fortuna.”<sup>111</sup> Face a esta situação, deu-se princípio às obras mais urgentes, mandando-se lavar, reparar, pintar paredes, compor telhados e colocar tubos de ferro para a condução das águas.

---

<sup>107</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto durante o anno de 1875-1876...(1876), p.71. Foi um passo civilizador a todos a todos os níveis e recebido com ânimo por todos. Esta mudança radical nos hábitos da casa, com uma maior liberdade, podia contribuir para a educação física e moral das meninas. Nenhuma educanda tomou um comportamento desviante durante esta medida.

<sup>108</sup> Na leitura de outros trabalhos a referência aos poços é constante. A sua importância como sustento das instituições, rega de culturas, faz dele um elemento que merece ser referenciado na planta do Recolhimento. Veja-se por exemplo FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da — **O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814)**...p. 173; MACHADO, Carla Manuela Sousa — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**... p.33.

<sup>109</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto durante o anno de 1877-1878...(1878), p. 76.

<sup>110</sup> A propósito deste assunto, há nas folhas de pagamento inúmeros registos que comprovam este assunto. Somente em 1916-1917 há registo de uma instalação elétrica completa.

<sup>111</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1888 até 30 de Junho de 1889...(1889), p.140-141.

Já as casas de banho não sofreram qualquer intervenção, por não existir receita suficiente para a sua realização. Somente no económico de 1890-1891, depois do clínico reclamar urgentes obras para reunir as condições higiénicas (nomeadamente nas instalações sanitárias) necessárias para as recolhidas, é que se partiu para a reforma das latrinas da parte poente do edifício e na mudança desta divisão. Deitou-se este recinto abaixo e construiu-se: um sifão novo, bacia de despejos e lavatórios com sifão; revestiu-se o pavimento de mosaico e as paredes de azulejos, encanou-se a água e o gás para este compartimento. Também no rés-do-chão instalou-se outra latrina com o mesmo sistema, para uso das criadas<sup>112</sup>.

Acompanhando as tendências de reforma no ensino, da preocupação pelo papel da mulher na vida futura, das condições higiénicas e dos melhoramentos a introduzir para evitar a propagação de doenças, os anos que se seguiram a 1890, foram de discussões e de transformações que se refletiram na planta que viria a assumir a casa e, que se deveram à insistência do mordomo do Recolhimento — Francisco de Sousa Carqueja.

“Este Recolhimento soffreu grande melhoramentos e maiores serão quando estiverem ultimadas todas as obras projectadas e cuja execução vai em breve principiar.

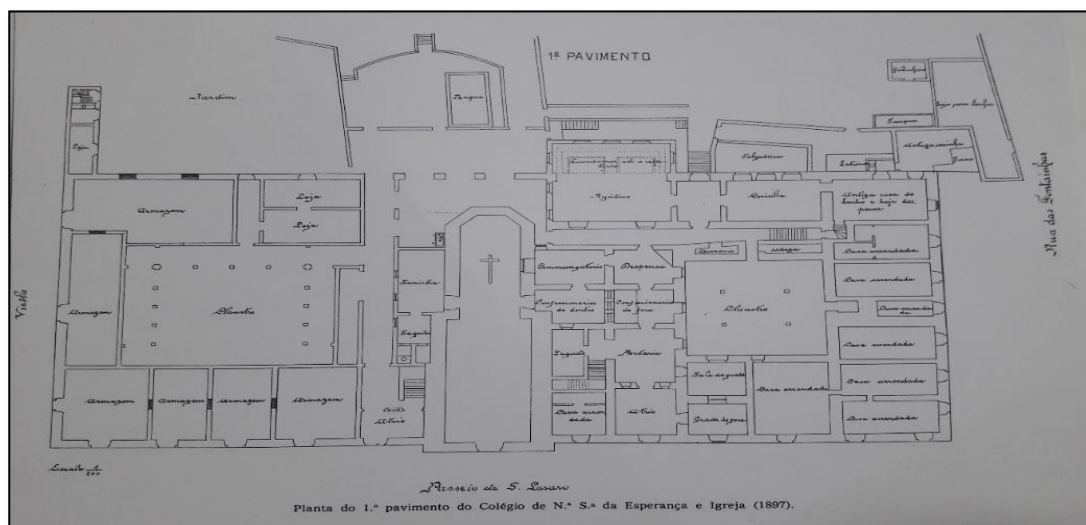
Com estes melhoramentos fica incontestavelmente um dos melhores collegios do Porto senão o melhor, quer o consideremos do ponto de vista hygienico, quer de commodidades”<sup>113</sup>

Podemos considerar que o ano letivo de 1897-1898 marca, sob o ponto de vista dos melhoramentos materiais uma mudança na estrutura do espaço do Recolhimento. A obras prolongaram-se até ao ano de 1898-1899. É com base nas plantas do edifício do RNSE, disponibilizadas nas páginas do Relatório de 1897-1898, que podemos fazer uma descrição da sua estrutura (dividida em dois andares) e fixar como a segunda data mais importante na reorganização do espaço.

---

<sup>112</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerencia do 1.º de Julho de 1890 até 30 de Junho de 1891...(1891), p.160.

<sup>113</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerencia do 1.º de Julho de 1897 a 30 de Junho de 1898...(1898), p.198.



**Ilustração 3: Planta do 1º pavimento do RNSE em 1897-1898.** In AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua Gerencia do 1.º de Julho de 1897 a 30 de Junho de 1898...” (1898), p.202.

O rés-do-chão era composto essencialmente por armazéns e lojas no lado da viela<sup>114</sup>, ao centro destacava-se a igreja e do lado da Rua das Fontainhas, entre o átrio, a portaria, casas arrendadas, havia na parte de trás havia o refeitório, a cozinha<sup>115</sup> e a despensa<sup>116</sup>, que estava junto da cozinha e servia para depósito de massa, açúcar, arroz, feijão e para albergar fruta, entre outros alimentos. A casa de banho projetada e finalizada em 1898-1899, ficou numa das lojas alugadas e que ficava junto ao terreno que confrontava com a Rua das Fontainhas. Instalaram-se quatro tinhas para banhos gerais, um duche circular e quatro bacias para banhos parciais. Neste período incendiou-se a parte

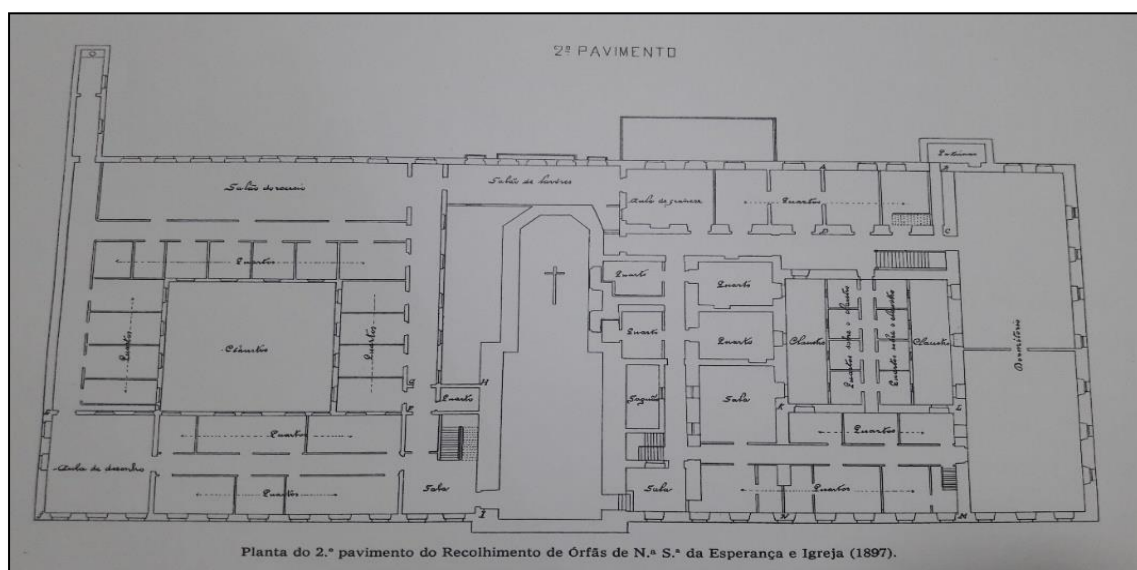
<sup>114</sup> As lojas que se encontravam na parte inferior do Recolhimento constituíam uma fonte de rendimento. O mesmo se verifica nas instalações do Recolhimento de Santo António do Campo da Vinha. Cf. MACHADO, Carla Manuela Sousa — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)** ... p.59-60.

<sup>115</sup> No ano de 1906-1907, concluiu-se a adaptação de uma das lojas ao lado poente a cozinha reservada para o ensino da arte culinária às educandas.

<sup>116</sup> Em 1915-1916, pensou-se na reforma da despensa, pois até então eram guardados os alimentos “com manifesto inconveniente”. Esta seção para além desta função funcionou como escola de arranjos domésticos que as educandas frequentavam para aprender para o futuro o governo das suas casas no que respeita a conservação, escolha e economia dos alimentos.

antiga da cozinha, causando prejuízos que foram cobertos pela Companhia Segurança<sup>117</sup> e foi mesmo a oportunidade de renovação e construção de uma enfermaria<sup>118</sup>.

O 2º andar do edifício era constituído essencialmente pelos dormitórios, quartos, pelas salas de ensino e pelo salão de labores. Sobre os dormitórios, a pedagogia recomendava a separação das educandas por classes, consoante as suas idades. Sendo o Recolhimento dotado por meninas entre os 9 e 21 anos, fez-se a separação por 3 classes: dos 9 as 15; dos 15-18 anos; e dos 18-21 anos. Pretendia-se, para a classe mais baixa, transformar os dois dormitórios, num só. Para a segunda classe, o objetivo era construir um dormitório, transformando para isso o salão de labores, corredor e quartos adjacentes num amplo dormitório. Face a estas divisões, os dormitórios deviam ser dotados de janelas, ventilados e com uma boa iluminação<sup>119</sup>, acompanhando assim as medidas de modernização no campo da higiene/saúde que faltava ao RONSE.



**Ilustração 4: Planta do 2º pavimento do RNSE em 1897-1898.** In AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua Gerencia do 1.º de Julho de 1897 a 30 de Junho de 1898...(1898), p.203

<sup>117</sup> Existem várias folhas de pagamento desta seguradora no AHSCMP. A partir de aqui houve uma maior preocupação neste sentido e no ano de 1956, procedeu-se à instalação e montagem de 18 extintores de incêndio à base de espuma.

<sup>118</sup> Em 1916, a sala onde se localizava a enfermaria era húmida e perto da cozinha, não tendo condições higiénicas. Foi por isso adaptada para despensa. Foi então que a enfermaria passou a ocupar o 2º andar do Colégio.

<sup>119</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1889 até 30 de Junho de 1890... (1890), p. 144-145.

Sob o ponto de vista dos melhoramentos materiais, os progressos introduzidos foram muito importantes. Estas plantas exibem um ponto de mudança da estrutura do edifício numa época áurea com o crescente número de educandas (como se verá no capítulo seguinte). Na igreja, também se fizeram constantes melhoramentos, bem como na sala de comunhão e na sacristia (1860), e ainda na fachada do edifício (1884). Trabalhos de limpeza, douramento do santuário foram outros aspetos que tornavam esta parte do edifício mais digna e apelativa<sup>120</sup>.

Depois destas intervenções, as obras que se realizaram foram de pequena envergadura. Destaca-se, contudo, no ano letivo de 1915-1916, as reformas e concertos do átrio e da portaria. O átrio com a sala da entrada, então chamada portaria, careciam de atenção: o seu aspeto escuro e pesado, com paredes espessas e com uma única janela, dos reposteiros e dos quadros das notas escolares, conferia um aspeto triste que “[...] sobremaneira influía no espírito mal disposto das crianças”<sup>121</sup> que iam entrar no recolhimento. Foi desse modo que se tomou a iniciativa de transformar a sala e torna-la mais confortável e alegre. Alterou-se a porta “[...] pesada por elegante porta envidraçada com vidros glacés, com um estrado largo, puxado fora para comodidade e elegância”<sup>122</sup>. A antiga “Roda”, foi transformada numa cómoda caixa para as cartas e do outro lado, o “Palratório”, foi transformado num armário, para encomendas, ambas com portas envidraçadas<sup>123</sup>.

Os reposteiros foram substituídos por cortinas brancas e com um ar mais alegre, a janela foi também alterada tal como as portas de comunicação para outras salas, que eram escuras e pesadas e foram adornadas de vidros e pintadas a branco. O mobiliário foi também alterado e colocaram-se nas paredes alguns quadros dos benfeitores. No átrio, foram colocados 2 bancos novos e a imagem da Padroeira do Colégio, que estava num nicho por cima da porta, coberta por uma rede de arame, foi posta a descoberto. Foi colocada também uma campainha elétrica a funcionar.

---

<sup>120</sup> Sobre a capela do Recolhimento não se fizeram levantamentos de dados para este trabalho. Contudo, sublinhe-se que nos livros de Receita e Despesa existe uma secção dedicada a este assunto.

<sup>121</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1915 a 30 de Junho de 1916...” (1916), p.313.

<sup>122</sup> Ibidem, p.313.

<sup>123</sup> Na estrutura atual do CNSE ainda é possível ver estas duas estruturas.

Na parte da Cerca, onde se podiam encontrar alguns alimentos cultivados pelo RNSE, foram também melhoradas as condições para a construção de parque de recreio<sup>124</sup>. Este espaço serviu também para as meninas se dedicarem à prática de floricultura, horticultura e jardinagem. Existia ainda um galinheiro e um coelheiro, que foram reformados no ano de 1908, para dar lugar à construção de uma nitreira<sup>125</sup>. Os amplos e espaçosos jardins da cerca do Recolhimento eram, assim, aproveitados para recreio e distração das educandas. Já no ano de 1915, “[...] os passeios foram regularizados, as águas encanadas, um resguardo de pedra foi feito na extensão de muitos metros, sobre o pomar, para as educandas não caírem; foram colocados bancos de pedra e de ferro em diferentes lugares apropriados”<sup>126</sup> e ainda se construiu um baloiço.

A partir de 1935, as intervenções no edifício não mereceram muito destaque por parte dos Relatórios de Gerência (construiu-se um campo de jogos e ainda aos gabinetes e laboratórios, e outras obras de pequena dimensão). Em 1962 dava-se uma ampliação do edifício com “[...] 31 salas de aula, modernas, arejadas e cheias de luz, oferecendo todas as condições para um bom rendimento escolar, e que tem merecido os mais rasgados elogios das pessoas que as têm visitado. São dignos de menção os recreios ao ar livre e cobertos, amplos e apreciáveis, para cuja realização muito contribuíram o interesse e bom gosto do Ex.<sup>mo</sup> Senhor Provedor”<sup>127</sup>. Em 1971, o Colégio possuía: dormitórios de alunas, quarto de vigilante, quarto de enfermeira e serventes, enfermaria, gabinete médico, sala de estudo, instalações sanitárias, arrecadação, sala de canto coral, piano, desenho, vestiários, arrecadação, rouparia entre outros.

Se por um lado era conferido um grande prestígio a esta instituição pela educação ali praticada, por outro lado, as condições do edifício, apesar das múltiplas obras realizadas, comprometeram, muitas vezes o seu futuro. O esforço das administrações em melhorar as condições do edifício, nunca foram suficientes para responder às suas necessidades. Entre as obras de maior envergadura, fizeram-se inúmeras obras de

---

<sup>124</sup> No ano letivo de 1903-1904, há referência à construção de uma estufa para flores que se destinavam a ornamentar a Igreja.

<sup>125</sup> A nitreira era um depósito onde convergiam os líquidos provenientes dos estábulos.

<sup>126</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1915 a 30 de Junho de 1916...” (1916), p.320.

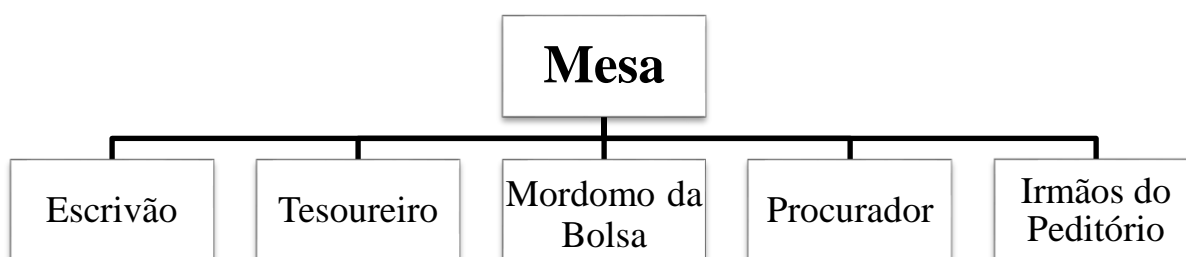
<sup>127</sup> AHSCMP — “Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1962) ... (1963), p.17.

reparação e conservação que não foram nomeadas como é o caso de pinturas, mudança de telhado ou soalho, instalação elétrica, colocação de azulejos<sup>128</sup>, saneamento, entre outros, por não ser possível, em tempo oportuno, realizar este trabalho minucioso de reconstituição sistemática das alterações do espaço do CNSE.

## 1.2. Administração e organização

O Recolhimento, apesar de tutelado e sob a proteção da Misericórdia, dependia de recursos e da iniciativa de instituidores particulares, que faziam doações ou deixavam legados, como se viu. Muitas vezes, eram responsáveis por deixarem condições/recomendações de como usar os seus recursos, definindo-se a sua aplicação em variadas situações. Depois de aplicados este legado, ficavam sob a responsabilidade da Irmandade, cujas autoridades máximas eram o Provedor, a Mesa de Conselheiros e a Junta dos Definidores<sup>129</sup>. Contudo, a administração do Recolhimento, segundo os Estatutos de 1725, dependia da Mesa da SCMP, que elegia um conjunto de irmãos com funções específicas na sua governação.

**Gráfico 1: Hierarquia do Recolhimento segundo os Estatutos de 1725**



Fonte: Estatutos do Recolhimento de órfãs de N.ª S.ª da Esperança, aprovados em 1731. In FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p. 129-133.

<sup>128</sup> No “hall” do Recolhimento, em 1937, revestiram-se as paredes com lambris de azulejo, com motivos de estilo Luís XVI. Provavelmente, os azulejos que se encontram hoje nas paredes do CNSE são precisamente estas a que se fazem referência nesta nota.

<sup>129</sup> Para o cargo de Definidores ou irmãos da junta elegiam-se pessoas com experiência, e aqueles que teriam mais notícias da Irmandade, uma vez que sendo os que decidem em nome de todos. Tinha como função deliberar junto à Mesa sempre que havia assunto grave para discutir. FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.131-133.

Todos os anos, pertencia ao Provedor e à Mesa da Misericórdia<sup>130</sup>, eleger os Irmãos que iriam servir de oficias no recolhimento: escrivão, tesoureiro, mordomo da bolsa, procurador, e irmãos do peditório<sup>131</sup>. Depois de serem eleitos, os mesmos eram chamados à Mesa, para darem juramento e assim satisfazerem as obrigações dos seus cargos. Todos os cargos estavam subordinados à Mesa, que podia despedir a Regente e os restantes oficias, quando assim o achasse conveniente.

O **Escrivão** tinha como funções rubricar os livros e fazer os assentos do dinheiro que recebesse do tesoureiro. Competia-lhe copiar “[...] os despachos que sobre qualquer matéria mandar observar a Mesa”<sup>132</sup> e registar a entrada das órfãs, porcionistas ou servente, fazendo-lhe o termo de entrada. O **tesoureiro** devia ser “[...] um dos de melhor suposição da irmandade, rico e abonado, que haja certeza nas suas contas.”<sup>133</sup> As suas funções para além de ter de assinar as verbas do dinheiro que eram recebidas devia ainda, ficar encarregado de receber os juros, rendas, alimentos e esmolas. O **Procurador** devia ir todos os dias ao Recolhimento apurar os mantimentos necessários para o sustento das meninas. Além destes oficias, a Mesa tinha a responsabilidade de eleger um **Mordomo da Bolsa**, que deveria ser inteligente e ter boas capacidades, tendo como funções, escrever “[...] tudo o que depender por despacho da Mesa, provedor, ou escrivão do Recolhimento”<sup>134</sup>. Tinha de ir ao Recolhimento “[...] todas as vezes que fôr necessário ou para isso tiver recado”<sup>135</sup>; os **Irmãos do Peditório**, tinha como cargo todos os Domingos pedir esmolas nas ruas da cidade para as meninas órfãs<sup>136</sup>.

Apesar das suas funções na administração do Recolhimento, os oficiais, provedor e mesa de conselheiros não podiam ter acesso ao interior da instituição. As suas diligências

---

<sup>130</sup> A nomeação era realizada no dia da Visitação (corresponde ao dia da Nossa Senhora da Visitação- visita de Nossa Senhora a sua prima Isabel- invariavelmente a 2 de julho, dia de eleições da Mesa). Todas as visitas da Mesa ao Recolhimento eram minuciosas. A Mesa percorria o estabelecimento, examinando escrupulosamente todas as suas dependências, notando a boa ordem em que tudo se encontrava. Cf. FERREIRA, J. A. Pinto, op. cit. p.170-171.

<sup>131</sup> Ibidem, p.129-130.

<sup>132</sup> Ibidem, p.130.

<sup>133</sup> Ibidem, p.131.

<sup>134</sup> Ibidem, p.132.

<sup>135</sup> Ibidem, p.132.

<sup>136</sup> Ibidem, p.172.



deveriam ser feitas na sala da grade do Recolhimento ou nos espaços mais externos, como é o átrio ou a portaria<sup>137</sup>.

Dentro da instituição, havia um grupo de oficiais mulheres que assumia as tarefas necessárias na regência do Recolhimento. No entanto, estas encontravam-se subordinadas em última instância ao Provedor e à Mesa, que, em casos mais graves, competia intervir.

Sobre a organização interna do RNSE importa desde logo destacar a influência da primeira base normativa que a instituição conheceu e a guiou durante o seu período de existência, com alguns melhoramentos e mudanças que se introduziram por força do tempo. O universo normativo do Recolhimento estava configurado segundo uma hierarquia bem limitada como se verifica pelos cargos descritos anteriormente. Para a orientação e criação de regras dentro da instituição, fizeram parte os estatutos, as decisões que a Mesa tomava e ainda os capítulos das Visitações, ou seja, as resoluções tomadas depois da inspeção regular ao Recolhimento.

Os Estatutos são sem dúvida, um elemento importante na regência do Recolhimento. No RNSE, depois de decidida a construção do Recolhimento, desde logo se pensou na sua elaboração. Para a sua preparação, foi pedido que fossem enviados de Roma, cópias dos estatutos que se praticavam no seminário romano, bem como outras cópias de outros estatutos de recolhimentos existentes em Portugal. Após a elaboração<sup>138</sup>, foi reunida a Mesa, com o Definitório, no dia 24 de maio de 1725, como consta no assento, em que foram “[...] todos lidos com vagar Capítulo a Capítulo e ouvido por todos com atenção, devido a matéria tão grave e ponderadas todas suas circunstancias se assentou por voto”<sup>139</sup>. Unanimamente foram aprovados, contudo, só em 21 de janeiro de 1731<sup>140</sup>, seguiu um novo Assento para que o Rei homologasse os primeiros Estatutos do

---

<sup>137</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãos de Nossa Senhora da Esperança**...p.169.

<sup>138</sup> Para a redação dos estatutos ficaram encarregues Francisco Luís da Cunha e Ataíde, cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da casa de sua majestade, chanceler governador da Relação do Porto e ex-provedor da Misericórdia, Luís Soares de Avelar, escrivão da irmandade e, Jerónimo de Távora de Noronha, o então provedor da irmandade e Jorge Pessanha Pereira, igualmente fidalgo da casa de sua majestade, que faleceu antes da sua aprovação.

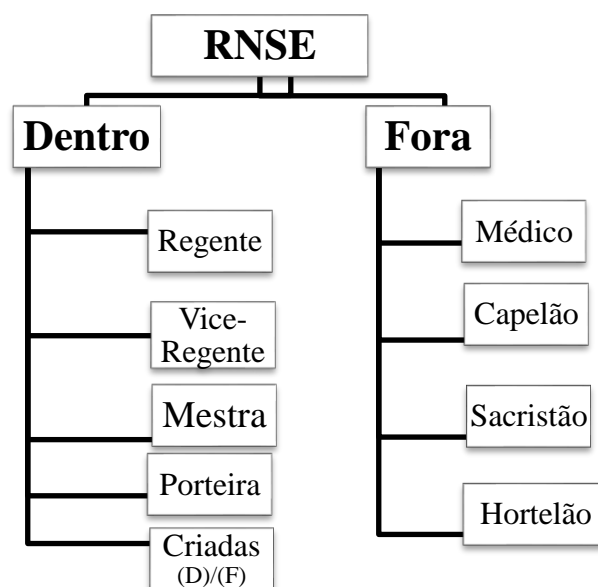
<sup>139</sup> “Assento da Conferencia sobre a aprovação dos estatutos do Recolhimento das Orphãs que se fez em São Lazaro...”. In FERREIRA, J.A. Pinto — **Recolhimento de órfãos de Nossa Senhora da Esperança**...p.126-127.

<sup>140</sup> “Assento que se fez para se pedir a Sua Majestade que Deos Guarde a confirmação destes estatutos”. In FERREIRA, J.A. Pinto, op.cit., p.128-129.

Recolhimento. Em novembro desse mesmo ano, D. João V, aprovou-os, concedendo-lhe os mesmos privilégios, liberdades e isenções concedidas ao Recolhimento de Órfãs de Lisboa<sup>141</sup> e tal como foi requerido pela Mesa, o monarca tomou o recolhimento sob a sua proteção. Era constituído por 48 artigos, e foi a base que guiou a instituição ao longo da sua existência, com algumas alterações para a sua adaptação ao longo do tempo.

Percebe-se deste modo que os estatutos “[...] eram concebidos não somente como peças normativas escritas cujas regras deviam ser dominadas pelos oficiais envolvidos no governo das instituições, mas também para serem lidas em voz alta perante a comunidade, sendo-lhe atribuído igualmente desta maneira um caráter de comunicação direta com as recolhidas e uma ligação com prescrições normativas baseadas na oralidade”<sup>142</sup>.

**Gráfico 2: Estrutura dos empregados do RNSE, segundo os Estatutos de 1725**



Fonte: Estatutos do Recolhimento de órfãs de N.ª S.ª da Esperança, aprovados em 1731. In FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p. 134-143.

<sup>141</sup> AHSCMP — História do Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. In “Relatório da Gerência da Santa casa da Misericórdia do Porto, desde 1º de Julho de 1913 a 30 de Junho de 1914...(1914), p. 51.

<sup>142</sup> GANDELMAN, Luciana Mendes — **Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia**...p. 155.

## Empregadas de dentro

A principal responsável do RNSE, é a **Regente**, como afirmam os primitivos Estatutos. Mulher com uma vida que deveria ser exemplar, pertencia-lhe o governo da instituição, utilizando a sua autoridade para manter a ordem e o respeito entre todos<sup>143</sup> e ainda lhe era incumbida a coordenação de todas as atividades que preenchiem o dia das recolhidas.

**Tabela 1: Qualidades e Funções da Regente no RNSE, segundo os Estatutos de 1725**

Oficial	Qualidades	Função
Regente	<ul style="list-style-type: none"><li>- Limpa de sangue, pura de toda a raça de qualquer infeta nação <sup>144</sup></li><li>- 40 anos ou mais, não devendo ser casada</li><li>- Boa disposição e saúde <sup>145</sup></li><li>- Branda e afável</li></ul>	-Substituir a Regente em caso de ausência.

À Regente deviam todas as pessoas do Recolhimento respeitar e subjugar, sem questionarem. Apesar do seu poder máximo, não podia despedir ninguém, nem deixar

<sup>143</sup> O uso da sua autoridade podia, em algumas situações, estar sujeito à interferência do bispo, quando a instituição dependia dele, da Mesa da Misericórdia, se é esta que o tutela (como é o Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança do Porto), ou da câmara, como é o exemplo do O Recolhimento de Santo António do Sacramento é um exemplo. Vide estudo aprofundado FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da — **O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814)** ...p. 25-26.; quando sobre a alçada o bispo, a ele pertencia eleger a regente por um período de três anos. Exemplo deste caso é o Recolhimento do Anjo, na qual o cargo de Regente e Vice- Regente estava sujeito ao um período de três anos. As regentes eram eleitas, de forma indireta, pelo bispo-administrador, que recolhia informações junto dos oficiais e de órfãs e porcionistas. A decisão final ficava ao critério do administrador, que afastado da vivência interna da comunidade, procurava saber, junto da mesma, quem merecia ser nomeado e quem mais se aproximava do perfil desejado. Sobre este assunto veja-se o estudo de JESUS, Elisabete Maria Soares de — **Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)**...p.78; No RNSE, o período de permanência regentes ou de vice-regente nos seus cargos não correspondia ao que acontecia com o Recolhimento do Anjo. Exemplo disso foi Mariana Rosa Josefa de Jesus que esteve 29 anos no Recolhimento (10-10-1773 — 08-03-1792) ou Francisca Ludovina de Morais Alão, regente no RNSE durante 25 anos (19-03-1794 — ?-02-1819). A este propósito consultar a tabela sobre as Regentes e Vice-Regente do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, entre 1731 e 1800. BARREIRA, Aníbal — “O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança da Misericórdia do Porto – as órfãs e as porcionistas (1731-1850)...p.491-492.

<sup>144</sup> FERREIRA, J.A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.135. Sobre a pureza de sangue ver ARAÚJO, Maria Marta Lobo de — “Mulheres, honra e clausura em Portugal (século XVIII)”. In PÉREZ, Laureano Rubio (coord) — **Instituciones y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (XVI-XX)**. Léon: Universidad de Léon, 2012. p.82.

<sup>145</sup> FERREIRA, J. A. Pinto, op. cit. p.133.

que alguém saísse sem avisar atempadamente a Mesa. Entre os seus deveres competia-lhe: antes de recolher à noite ir visitar as órfãs e ver se estavam “[...] em silêncio e modéstia”<sup>146</sup>; pertencia-lhe, mudar os lugares das camas, como os lugares no refeitório das órfãs e porcionistas, para evitar familiaridades entre elas; verificava ainda se as meninas cumpriam as regras estabelecidas, e se não fosse o caso, podia castigá-las severamente<sup>147</sup>. Tinha também o poder para repreender as mestras e porteiras quando estas se descuidassem e possuía uma “chave mestra” que abria todas as fechaduras dos armários das órfãs e porcionistas servindo para verificar o seu conteúdo — isto era um modo de controlo, estando sempre informada da vida das meninas.

O carácter da Regente era realmente importante aquando da sua seleção. A amabilidade, cuidado e vigilância, mas também a firmeza, transmitiam às meninas um sentimento que se aproximava com o papel protetor de uma mãe, como se assumirá mais tarde nas emendas aos estatutos<sup>148</sup>. A primeira regente foi Luísa Maria Pereira, vinda do Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo<sup>149</sup>, em maio de 1731<sup>150</sup>. Dois anos depois da sua entrada no RNSE, a 14 de julho de 1733, escreveu uma carta à Mesa a pedir que a

---

<sup>146</sup> FERREIRA, J.A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.136.

<sup>147</sup> Nos Estatutos de 1725 refere que quando as meninas cometessem algum desvio tinham como castigo “comer em pé, comer em terra, meia ração, pão e água, usar algumas rezas, bôlos e açoutes, às que tiverem menos de 12 anos, sendo a publicidade dos castigos correspondentes ao escândalo da culpa”.

<sup>148</sup> AHSCMP — “Additamentos e Emendas ao Estatuto de 26 de Novembro de 1731 do Recolhimento das Órfãs...”(1862), p.7. Também no Recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga havia a preocupação de que a Regente personificasse o papel de mãe e educadora, a quem devia imitar, e de quem se esperava carinho e dedicação. Por isso, esta devia evitar mostrar preferências e “inclinações” por umas, desprezando outras. Como tal, devia ser sempre mãe e nunca “madrasta”, pois dessas situações podiam surgir escândalos, inquietações e distúrbios, não só na relação regente interna, mas também entre a comunidade de recolhidas. Ver MACHADO, Carla Manuela Sousa — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**...p.47-48. Ainda sobre a distinção entre meninas e tal como acontecia com outros recolhimentos, era proibido à Regente tratar por desigualdade as meninas. Mas em 1894, a Regente do RNSE não cumpria com essa ordem o que levou gerou conflitos entre a regente e as meninas, provocando “desconfianças, zelos, zangas” e “despeitos e ódios”. Face a esta situação, o mordomo da casa — Adriano Maria Cerqueira Machado — a procurar outra pessoa para ocupar este lugar. Ver AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1894 até 30 de Junho de 1895...” (1895), p.342-352.

<sup>149</sup> Ver estudo aprofundado JESUS, Elisabete Maria Soares de — **Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)**...p.164. O facto desta primeira regente ser de um recolhimento com um sentido de clausura, dá a ideia que este recolhimento tinha o mesmo fim. Mas rapidamente

<sup>150</sup> AHSCMP —Entrada das meninas órfãs, oficiais e serventes no Recolhimento. Série M, Bco. 2, n.º10 (1731-1783), fl.1.

despedissem por falta de saúde<sup>151</sup>. Foi substituída por Mariana Rosa Josefa de Jesus, proveniente do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Arrifana de Sousa, que geriu o recolhimento durante 29 anos. O seu falecimento deixou saudades e mereceu inúmeros elogios por parte da Mesa<sup>152</sup>.

A regente, como órgão máximo do governo interno do recolhimento, possuía uma razão maior do que a dos restantes elementos. Os sobejos deviam ficar para as órfãs ou para se repartirem. Devia andar vestida “[...] de lã sem poder usar de coisa de seda, de côr muito honesta e limpa sem fitas, nem pentes na cabeça”<sup>153</sup> e ainda usar uma touca como as de viúva, com a qual se devia apresentar quando falasse às pessoas.

Ao longo do tempo, o papel da regente como superintendente de todo o governo interno do Recolhimento manteve-se, respeitando sempre as regras estatutárias da instituição. Foi responsável por todo o governo espiritual e temporal. Depois de escolhido o dia para a abertura do Recolhimento, a Regente teve a primeira oficialização do cargo, em frente ao Provedor e da Mesa, onde recebeu “[...] as chaves da portaria com que clausurou logo em presença de todos o dito Recolhimento”.<sup>154</sup>

Função com semelhante responsabilidade era a da **Vice-Regente**.

**Tabela 2: Qualidades e Funções da Vice-Regente no RNSE, segundo os Estatutos de 1725**

<b>Oficial</b>	<b>Qualidades</b>	<b>Função</b>
Vice-Regente	- Pessoa com maior capacidade no interior no Recolhimento.	-Substituir a Regente em caso de ausência.

Este cargo deveria ser ocupado por alguém do recolhimento com maior capacidade. A sua obrigação era a de substituir a Regente, quando esta estivesse impedida, mas também, dormir e ajudar em todas as tarefas do Recolhimento, quando as mestras estivessem ocupadas ou doentes. Tal como à Regente, as órfãs e as porcionistas deviam-

<sup>151</sup> AHSCMP — Livro das saídas das órfãs, oficiais e serventes do Recolhimento. Série M, Bco.2, n.º 7 (1731-1781), fl. 2.

<sup>152</sup> BARREIRA, Aníbal — “O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança da Misericórdia do Porto — as órfãs e as porcionistas (1731-1850)...p.491-492.

<sup>153</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.137.

<sup>154</sup> “Assento de lembrança do dia em que entraram as meninas órfãs no novo Recolhimento de São Lázaro” [31 de maio de 1731]. In AHSCMP — Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, nº6, fl.542v.

lhe total respeito, reconhecendo-a como superior. Podia castigá-las, informando imediatamente a Regente do sucedido<sup>155</sup>. A primeira Vice-Regente entrou em funções somente a 17 de janeiro de 1745, ou seja, 14 anos depois da entrada das primeiras meninas para o Recolhimento. Eufrásia Maria de Jesus, saiu em outubro de 1791 e foi substituída por estar em avançada idade para continuar a exercer o cargo, em que esteve 46 anos a assumir funções.

Também a função da **porteira** se revestia de grande relevância e responsabilidade, tendo em consideração a disciplina rígida da instituição. A primeira porteira entrou no Recolhimento a 27 de maio de 1731, ao mesmo tempo que a Regente e a Mestra.

**Tabela 3: Qualidades e Funções da Porteira no RNSE, segundo os Estatutos de 1725**

Oficial	Qualidades	Função
Porteira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limpa de toda a raça;</li> <li>- 40 anos ou mais, não devendo ser casada, (ou se fosse, que o seu marido estivesse ausente do Reino);</li> <li>- Pessoa de virtude e nunca houvesse nada de negativo a dizer a seu respeito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Guarda da portaria;</li> <li>- Examinar os recados vindos do exterior;</li> <li>- Impedir a comunicação entre o interior e exterior das recolhidas</li> </ul>

No papel de vigilante e zelo no Recolhimento, a porteira era a “guardiã” da casa, fiscalizando entradas e saídas de pessoas e de objetos, delimitando os espaços, interior e exterior, e as barreiras que as separavam. Esta situação assemelhava-se com a de outros recolhimentos, dentro e fora do Reino. Entre as funções já mencionadas (ver quadro acima), possuía as chaves durante o tempo em que as portas se abriam para o exterior<sup>156</sup>. Quando o médico e sangradores visitassem o Recolhimento, era anunciando a sua presença pela porteira com “[...] três picadas no sino do claustro para que sirva de aviso

<sup>155</sup> De acordo com os Estatutos de 1838, a Vice-Regente assumia também a função de provisora dos géneros alimentares ou despenseira, fazendo diariamente a lista das necessidades do Recolhimento, com a ajuda da criada da casa e por duas órfãs. Devia requisitar ao mordomo, por escrito, os géneros necessários para a comida diária e distribuir e guardar as provisões.

<sup>156</sup> No Recolhimento de Santo António de Moncorvo há a menção que por a porteira ser obrigada a ter contacto exterior, era eleita uma mulher modesta e que não sentisse atração pela vida temporal, no entanto, o mesmo não se verifica no RNSE. Ver FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da — **O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814)**...p.90-92; sobre a função de porteira ver também MACHADO, Carla Manuela Sousa — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**...p.51-53.

a muitas coisas que podem covir”<sup>157</sup>. A porteira não podia permitir que se falasse com a porta aberta, e só a poderia abrir para entrar alguma coisa que não pudesse entrar pela roda. Não podia conceder licença a nenhuma menina de falar à grade, raro ou roda, com qualquer pessoa sem a autorização da Regente<sup>158</sup> e teria que a informar de tudo o que ouvisse e soubesse acerca do Recolhimento.

A formação das meninas exigia a presença da **mestra**, já nos Estatutos 1725. Como no caso das porteirosas, dava-se preferência a mulher solteira do que à viúva ou casada. Devia andar vestida de maneira honesta, sem sedas nem ouro, prata ou pedras finas, polvilhos ou pentes. Deveria ajudar no que pudesse dentro da casa, e por isso recebia um salário. As regras para a mestra também eram rígidas: não podia contrair amizade, nem em carta falar bem ou mal das meninas. O dever da Mestra era ensinar e dar uma educação perfeita, tanto para a vida espiritual como para a temporal. Assim, para ocupar este cargo, a Mestra deveria ser dotada de uma série de qualidades: saber a doutrina cristã, ler, escrever, bordar, cozer, fazer a renda e fiar e ainda, que nunca houvesse fama ou algum rumor acerca da sua pessoa. A ideia era a “[...] criação de uma perfeita mulher”, tal como afirmavam os Estatutos de 1725.<sup>159</sup>

**Tabela 4: Qualidades e Funções da Mestra no RNSE, segundo os Estatutos de 1725**

Oficial	Qualidades	Função
Mestra	-Mulheres de virtude e procedimento ajustado; -Preferência de mulher solteira à viúva ou casada; -Ter conhecimentos para educar (doutrina, labores e instrução)	-Educar para a vida espiritual e temporal, tendo sempre como objetivo a formação de uma perfeita mulher.

<sup>157</sup> No Recolhimento do Anjo, esta função pertencia a Vice-Regente. Ver, JESUS, Elisabete Maria Soares de — **Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)**...p.80.

<sup>158</sup> O contato com o exterior era de fato importante na vida dos recolhimentos, por quererem preservar a honra feminina. A preocupação deu origem a que surgissem nestes edifícios locais específicos que mediavam esses contatos. O espaço era pensado para controlar ao máximo o contato entre pessoas do exterior. No Recolhimento do Porto, havia no átrio uma entrada para uma sala nomeada “grade de fora”, a qual se unia através de janelas gradeadas à chamada “sala da grade”. Cf. Planta do primeiro pavimento do colégio de Nossa Senhora da esperança e igreja, datado de 1897.

<sup>159</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**... p.141.

Tal como a Regente e a Porteira, a primeira mestra do Recolhimento é oficializada em maio de 1731. A mestra Teresa Angélica de São Bernardo era proveniente do Recolhimento do Anjo (Porto) e esteve em funções pouco mais de 2 anos, tendo-se despedido voluntariamente em outubro de 1733. Somente a 3 de maio de 1826, a Mesa determinou a presença na instituição de duas mestras, em que cada uma tratava do seu grupo de alunas e dormia com elas<sup>160</sup>. A 1ª mestra, assim intitulada, foi Francisca Rosa Rodrigues, proveniente do *Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e São José*. Ocupou o cargo entre 29 de junho de 1826 e 15 de dezembro de 1842, acabando por se despedir do cargo sem motivo aparente. Ao mesmo tempo, Inocência Cândida ocupou o cargo de 2ª mestra, tendo saído dois meses depois para ocupar o cargo de Vice-Regente. Foi substituída por Maria das Dores, também proveniente do mesmo recolhimento da 1ª mestra. Foi mestra durante 23 anos, tendo ocupado também o lugar de 1ª mestra. Em 24 de Janeiro de 1849, assumiu o cargo de Vice-Regente e Provisora. A primeira mestra de piano surge em 1831: Constância Emília. Foi demitida três anos depois de ocupar o seu cargo por se envolver em discussões políticas com a porteira. Sucedeu-lhe António Pereira Dias Sampaio, em 15 de outubro de 1834. O primeiro mestre de letras foi João de Oliveira Santos Mirada, em novembro de 1834<sup>161</sup>.

Mais tarde, na década de 70 do século XIX, além das mestras internas, havia também as mestras e mestres externos. Tinham as mesmas funções que as mestras internas de desempenhar com pontualidade e zelo o ensino. Fiéis a todos estes princípios, as Mestras deviam ser escolhidas com todo o cuidado, para que fossem capazes de dar “uma fina educação” e ao mesmo tempo instruir as meninas com “verdadeiros e salvadores princípios da religião sã e moral, havendo todo o cuidado em as educar nos hábitos do trabalho e da sujeição, nos princípios do respeito e obediência e nas práticas e exercícios religiosos, tendo a satisfação de colher os mais felizes resultados”<sup>162</sup>.

Havia no Recolhimento dois tipos de **serventes** ou criadas: de dentro (D) e de fora (F). Ambas tinham funções que as distinguiam.

---

<sup>160</sup> BARREIRA, Aníbal — O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança da Misericórdia do Porto — as órfãs e as porcionistas (1731-1850)...p.484.

<sup>161</sup> Ibidem, p.495.

<sup>162</sup> AHSCMP— Relatório dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericórdia do Porto, durante o anno economico de 1871-1872... (1872), p.52.



**Tabela 5: Qualidades e Funções das Serventes de dentro e fora no RNSE, segundo os Estatutos de 1725**

Oficial	Qualidades	Função
Serventes	- Limpas de toda a raça; -Forçosa e sadia, e que bem possa cumprir com as suas obrigações <sup>163</sup>	- Auxiliar a tudo que fosse determinado pela Regente, atribuindo-se à servente (D) e (F), funções específicas.

Para as **serventes de dentro** os requisitos assemelhavam-se às restantes oficiais: limpa de toda a raça e que não houvesse fama alguma. Entre as suas tarefas, deviam saber cozinhar, cozer o pão para as pessoas do Recolhimento e quando ultrapassado o número de 15 pessoas no Recolhimento teria direito a uma ajudante<sup>164</sup>. A hora que ficasse livre teria de se encarregar daquilo que a regente pedisse. À semelhança dos outros elementos, o traje seria modesto e receberia o salário que a Mesa lhe atribuisse.

As **serventes de fora**, tinham por obrigação fazer externamente todos os recados necessários às pessoas do Recolhimento, e todos os que lhe fossem determinados pela Regente, por intermédio da Porteira, sem que, por nenhum motivo possam entrar no interior do Recolhimento. Ao contrário do que acontecia primeiramente, a servente de fora além de ser renumerada<sup>165</sup>, tinha uma ração diária composta por “[...] uma tijela de caldo, um prato de arroz ou feijões, 180 grammas de carne ou peixe, e 360 grammas de brôa”<sup>166</sup>.

Tal como acontecia no Recolhimento do Anjo, da cidade do Porto<sup>167</sup>, as serventes (ou criadas) estavam divididas em duas categorias. As funções entre ambos os

<sup>163</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.142.

<sup>164</sup> Em oposição àquilo que acontecia no Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, no Recolhimento de Santo António do Campo da Vinha, compreendia-se a existência de uma só serviçal. Ver MACHADO, Carla Manuela Sousa — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**...p.54. Sobre este assunto ver também ARAÚJO, Maria Marta Lobo de — “Mulheres, honra e clausura em Portugal (século XVIII)...p.82.

<sup>165</sup> Ao contrário do que acontecia com a servente de dentro, esta não tinha ração, no entanto teria um salário.

<sup>166</sup> AHSCMP — “Regulamento do Recolhimento de orfãs de Nossa Senhora da Esperança aprovado em sessões de Meza da Santa Casa da Misericórdia do Porto de 30 de janeiro e de 13 de fevereiro de 1890...(1890), p.34.

<sup>167</sup> JESUS, Elisabete Maria Soares de — **Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800)**...p.94-95.

estabelecimentos são semelhantes, destacando-se que tanto no RNSE como no Recolhimento do Anjo, as serventes não tinham qualquer formação espiritual.

### **Empregadas de fora**

Fora do Recolhimento havia outros cargos. Para exercitar o culto religioso no Recolhimento, ficou essa responsabilidade circunscrita aos **confessores**<sup>168</sup> e **capelão**<sup>169</sup>. Tirando-se as ocasiões em que estivessem a exercer as suas funções, tanto aos confessores como ao capelão era-lhes “[...] proibido o tratar ou ver orfã ou outra escolhida sem ser no exercício da sua ocupação”.<sup>170</sup> Entre as funções do Capelão-mor, enumeram-se: rezar a Missa no Recolhimento aos Domingos e dias Santos, desde o 1 de outubro até à Páscoa, às 10h da manhã e entre a Páscoa e o fim de setembro, deveria ser rezada às 9h da manhã. Já o **Sacristão** tinha a obrigação de residir diariamente na casa destinada para a sua habitação e abrir e fechar as portas da capela às horas que lhe fossem determinadas, bem como cuidar da limpeza e asseio dos altares e dos utensílios da capela.

O **Comprador** estava subordinado ao Mordomo: não podia comprar para o Recolhimento sem a ordem dele e devia tratar com respeito a Regente e restantes empregadas. Recebia da Vice-Regente as requisições dos provimentos por escrito, apresentava ao Mordomo e, depois, seguia na compra sob as ordens deste. Era obrigado a fazer o serviço que o Mordomo e a Regente lhe incumbiam. Em caso de doença, competia à Regente chamar o **médico** (ou facultativo), cirurgião ou sangrador. Antes da sua chegada, servia de enfermeira duas órfãs mais aptas para exercer esta função. Outro

---

<sup>168</sup> Na véspera dos dias de confissão a Regente pedia confessores ao padre do *Colégio da Companhia de Jesus* (nomeadamente, quando existia alguma doente). Quando estes não podiam, nomeava a Mesa alguns sacerdotes regulares ou seculares que tivessem a licença de confessar, para substituir os que faltassem. Os confessores nomeados deviam ter os seus nomes escritos numa pauta assinada pelo Provedor de pela Mesa.

<sup>169</sup>Em 1862, e depois de analisados os aditamentos realizados aos *Estatutos de 1725*, reconheceu o Recolhimento a necessidade de criar mais um cargo de capelão, eleito pela Mesa, “[...] devendo exceder a idade de 40 anos, e que vencerão o ordenando arbitrado pela Mesa; um dos quaes, o mais antigo, será denominado Capellão mór”. O **segundo Capelão**, no primeiro período rezava a Missa às 7:30h da manhã e no segundo período às 18h da tarde, aos Domingos e dias Santificados.

<sup>170</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.159.

cargo de fora era o do **Hortelão**<sup>171</sup>. A este incumbia-lhe o trabalho na Cerca e tinha um vencimento diário<sup>172</sup>.

Como acontecia de facto com a organização dos poderes não só nesta, mas em outras instituições do Antigo Regime, os diversos grupos de administradores do recolhimento, das Mesas aos oficiais, encontravam-se posicionados numa cadeia de hierarquias nem sempre muito claras<sup>173</sup>, acabando muitas vezes por dificultar a boa organização da vida quotidiana. Atendendo à dimensão que o Recolhimento começa a ter a partir da segunda metade do século XVIII, há um aumento no número de oficiais que tomavam conta do governo da casa<sup>174</sup>.

Os Estatutos de 1725, no decorrer do tempo, caíram em desuso, por não estarem apropriados aos usos e métodos da educação que cada época considera válidos. No ano económico de 1837-1838, a Mesa coordenou os *Additamentos e Emendas ao Antigo Estatuto*<sup>175</sup> de 24 de Maio de 1725, pelos quais se regulava a administração do Recolhimento<sup>176</sup>. Foi precisamente nestas alterações que foi dada ênfase ao cargo de Mordomo do Recolhimento:

“[...]um dos primeiros actos das Mesas de novo entradas na administração, deve ser o de eleger um dos Conselheiros para Mordomo do Recolhimento, que tenha as

---

<sup>171</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...143.

<sup>172</sup> Na cerca, era responsável pela plantação das hortaliças, árvores, etc, para usufruto das educandas. Destacam-se trabalhos de agricultura (batatas, milho, etc.) mas também de jardinagem, como provam as folhas de pagamento com a compra de várias sementes e plantas. A cerca, pela sua vasta extensão, pretendia admiravelmente educar as meninas para a prática de programas de agricultura, como aconteceu no ano de 1907-1908, em que numa superfície de 25m<sup>2</sup> se fez a plantação de batatas, assistindo algumas educandas e guiadas pelas instruções do “Jornalzinho O Lavrador” (cf. AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerencia do 1º de Julho de 1907 a 30 de Junho de 1908...(1908), p.501.

<sup>173</sup> GANDELMAN, Luciana Mendes — **Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia**...p.169.

<sup>174</sup> O período histórico e de funcionamento do Recolhimento é muito extenso para se abordar todas as pessoas que passaram pelo RNSE. No entanto, desde a imposição dos primeiros estatutos que houve a preocupação de responder às necessidades das recolhidas aumentando sempre que necessário o numero de pessoas ajudantes. O cargo de Regente manteve-se e destacou-se sempre. O de porteira (ou guarda-porta) continuo a assumir as funções como se atribuiu no início do Recolhimento. Relativamente às mestras foi onde houve mais alterações. A evolução do ensino e de novos conhecimentos obrigou a que o RNSE tivesse professores de diferentes áreas.

<sup>175</sup> AHSCMP — Livro 7º de Lembranças. Série D, Bco. 8º nº9, fl.77v.

<sup>176</sup> Estes estatutos deveram-se à iniciativa de Luciano Simões de Carvalho, mordomo do Recolhimento, que chamou a atenção à Mesa para a desatualização dos Estatutos de 1725. Estes novos Estatutos tiveram uma comissão composta pelos irmãos António Alexandre Rodrigues de Oliveira, Domingos José Alves de Sousa e pelo escrivão da Mesa João José Ferreira da Silva.

qualidades necessárias para d'elle se confiar o melindroso cargo de immediata administração do mesmo Recolhimento, a qual por si só deve exercer, sómente coadjuvado na necessária escripturação por os Empregados da Secretaria da Santa Casa da Misericórdia, ficando d'esta sorte extinctos, como ha muito se acham, os outros Empregados que o antigo Estatuto mandava eleger para a administração immediata do Recolhimento.”<sup>177</sup>

Como mordomo, competia-lhe toda a autoridade na administração do Recolhimento dentro dos limites do Estatuto e sempre subordinado à Mesa da Santa Casa da Misericórdia<sup>178</sup>.

Em 1885, é publicado o primeiro Regulamento do Recolhimento das órfãs, completamente diferente, dividido em 8 capítulos. Sucederam-se muitos outros regulamentos que foram aperfeiçoados ao longo do tempo<sup>179</sup>.

Importa também mencionar que nem sempre os empregados de dentro (e também de fora) souberam cumprir com os seus deveres e zelar pelo bom nome da instituição<sup>180</sup>. O mesmo acontecia relativamente às normas e regras impostas em primeiro pelos estatutos e posteriormente pelos regulamentos e instruções regulamentares, onde se percebe que o convencionado por estes documentos, na prática não é cumprido. Alguns estudos têm já colocado esta questão, mas esse seria outro rumo de pesquisa que, neste trabalho não conseguiremos seguir, sobretudo pela dimensão de investigação que implicaria.

---

<sup>177</sup> AHSCMP — Livro 7º de Lembranças. Série D, Bco. 8º nº9, fl.77-79.

<sup>178</sup> Veja-se o capítulo II- Do Mordomo do Recolhimento, suas obrigações e encargos. In AHSCMP — Livro 7º de Lembranças. Série D, Bco. 8º nº9, fl.78-79. Em 1890, a designação de Mordomo do Recolhimento muda para “Mezário, delegado da Meza para a direcção do Recolhimento em 1916 para mesário-diretor (cf. AHSCMP — “Projecto de Reforma do Regulamento do Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança... (1916), p. 2). Em geral, encarregava-se das funções administrativas do Recolhimento.

<sup>179</sup> Sobre isto ver anexo 3 onde se organizaram os estatutos e regulamentos do RNSE, com breve descrição e a sua respetiva localização no AHSCMP.

<sup>180</sup> Ver, LOPES, Maria Antónia — “Transgressões femininas no Recolhimento da Misericórdia do Porto, 1732-1824”. In **Saúde, Ciência e Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016. A autora explora o incumprimento das regras no primeiro período da instituição, focando-se no Capítulos das Visitações presente no AHSCMP.

## Capítulo 2. – A admissão de meninas

Desde a sua fundação, existiam dois tipos de entradas de meninas: órfãs pobres e porcionistas, sendo que as primeiras entravam graciosamente e as segundas pagando um montante. As regras de aceitação e o seu estatuto irão alterar-se, o número também flutuará, como se verá de seguida.

### 2.1. As regras de ingresso e permanência

Era nos primeiros estatutos<sup>181</sup> do RNSE que se encontravam os requisitos de entrada nesta instituição. Previam que seriam preferidas em primeiro lugar no Recolhimento, as meninas mais pobres e desamparadas. E estabelecia-se o critério de pobreza.

Não eram excluídas as órfãs cujas “[...] mãis tiveram casas próprias, não sendo de grande valor, nem as que tiveram de legitima 30\$000 réis, sendo filhas de oficiais, ou 60\$000 réis sendo nobres, porque assim o declara o capítulo 28 do Compromisso da Misericórdia”<sup>182</sup>. Porém, se alguma órfã, depois de recolhida, herdasse fazenda considerável, era logo despedida, caso não quisesse ficar como porcionista, “Porque sendo rica não deve tirar o remedio que pode ter outra necessitada”<sup>183</sup>. As órfãs que tivessem 200\$00 réis de legitima ou 400\$00 reis, sendo nobre e desamparado e não tivesse ninguém para se encarregar dela, podia recolher-se e incluir-se-ia no número de órfãs, dando o rendimento para a ajuda dos seus gastos.

Para a entrada no Recolhimento, cada órfã devia entregar a sua petição à Mesa, no dia para isso declarado no edital que era colocado na porta da Igreja do Recolhimento, oito dias antes. Nas informações da petição constavam: o nome dos pais, dos quatro avós e informações da rua, cidade, vila, aldeia, freguesia, bispado, concelho, comarca, de onde cada um era natural. Devia ainda juntar-se a certidão de batismo do pároco ou do escrivão da Câmara Eclesiástica, para que assim se pudesse apurar a limpeza de sangue da menina candidata. Todas as candidatas que descendessem de mouro, judeu ou de familiares de

---

<sup>181</sup> AHSCMP — Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, nº6 (1674-1738), fl.440-441.

<sup>182</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.144-145.

<sup>183</sup> Ibidem, p.146.

raça negra, eram motivo de exclusão<sup>184</sup>. Mas, a Misericórdia foi ainda mais longe no processo de exclusão: “[...] será reprovada a órfã cujos pais fossem compreendidos em crime” que lhes valesse infâmia ou ainda órfãs cujos pais exercessem ofícios considerados vis, pois apesar da filha não ter culpa, “[...] fica quási impossível a saída e o Recolhimento se não pode entregar de mulher a que não possa dar estado decente”<sup>185</sup>.

Para evitar decisões de parcialidade, não eram também admitidas órfãs que tivessem algum grau de parentesco com o provedor, escrivão ou oficial mais antigo da Mesa, ou ainda filhas de criados que tivessem servido a seus pais e irmãos. Seriam ainda preferidas as filhas de homens nobres às dos oficiais, a que fosse filha do Irmão da Misericórdia à que não fosse e, se as igualdades entre elas persistirem, preferia-se a mais “formosa”<sup>186</sup>.

Já no ano de 1838, nos segundos estatutos da instituição, a órfã a admitir no Recolhimento devia ser pobre e de família com bons costumes, e em igualdade de circunstâncias devia preferir-se: em primeiro lugar, a filha do pai falecido que tivesse servido de mesário; em 2º a filha de pai falecido e Irmão da Santa Casa que tivesse prestado serviços à instituição; e, em 3º, a filha do Irmão que não tivesse prestado qualquer serviço. Em caso de igualdade, a órfã de pai e mãe seria preferida à que fosse só órfã de pai. Não havendo ninguém nesta situação seriam admitidas outras órfãs da cidade e na falta delas, dos arrabaldes até três léguas<sup>187</sup>.

Entre as qualidades que se exigiam na entrada das órfãs (além da limpeza de toda a raça) pedia-se ainda que fossem sadias e não aleijadas, cegas ou com outro problema de vista, nem que tivessem lesão na cara, pois qualquer das deformidades descritas

---

<sup>184</sup> Estas exigências desapareceram por determinação da lei de 25 de maio de 1773, como refere BARREIRA, Aníbal — “O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança da Misericórdia do Porto – as órfãs e as porcionistas (1731-1850) ... p. 476.

<sup>185</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.146.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>187</sup> No trabalho desenvolvido por Ana Sílvia Albuquerque, na qual estudou os “termos de fiança” das meninas órfãs do RNSE, entre 1862-1890, a autora concluiu que as origens geográficas apesar de continuarem a incidir maioritariamente nas freguesias da Sé, Vitória, S. Nicolau, St. Ildefonso e Miragaia, como de acordo com os primeiros e mais alargados segundos estatutos, as três léguas de limite foram em muito ultrapassadas. Segundo a sua pesquisa, 10% das órfãs admitidas eram de terras como Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, entre outros. Cf. ALBUQUERQUE, Ana Sílvia — “Colégio de Nossa Senhora da Esperança: Contributos para a sua história...p.127.

condicionava a sua saída e vida futura fora do Recolhimento<sup>188</sup>. Outra exigência que compunha os critérios de seleção das meninas era a apresentação um fiador que as recolhesse quando acabassem o período de permanência no Recolhimento ou fossem despedidas por situação adversa, tal como prova o *Capítulo 21º* dos Estatutos de 1725. O fiador devia ser “rico de cabedais, casado e pessoa de tão bôa vida”.

O Capítulo 16º dos Estatutos 1725 não estabelecia um número exato de admissão e fixação de educandas por estar dependente de fatores como as rendas e esmolas dos benfeitores. No entanto, havia o cuidado de não preencher totalmente o número de lugares para que, em caso de necessidade urgente, pudessem entrar as que mais precisavam, já que o fim da instituição era esse mesmo. Estabelecia ainda que as meninas deviam ser nascidas na cidade do Porto ou nos seus arredores, e entrarem com idade superior ou igual a 7 anos, “[...] por ficarem assim conforme às dotações da Misericórdia.”<sup>189</sup>. Seriam aceites desta idade até aos 14 “[...] porque depois desta idade por diante são capazes de poderem tomar qualquer estado ou modo de vida: e sendo crescidas com dificuldades se sujeitam às obrigações da Casa e aos ensaios da Mestra”<sup>190</sup>. As meninas podiam permanecer na instituição até aos 25 anos, não podendo “[...] dar-lhe saída e procedendo elas com satisfação”<sup>191</sup>.

O tratamento da informação feito por Luciana Gandelman acerca do tempo de permanência das meninas órfãs no RNSE, para o período de 1731-1800, concluiu que o comportamento era diferente do que acontecia com outros Recolhimentos, mais precisamente com os recolhimentos do Rio de Janeiro e de Salvador que, teoricamente, cumpriam o compromisso da Misericórdia de Lisboa, concedendo somente quatro anos para a residência de meninas órfãs às custas da Irmandade, pois ultrapassado o tempo deveriam ser entregues aos fiadores ou aos parentes. Efetivamente, no RNSE existia uma certa homogeneidade na distribuição dos tempos de permanência, predominando casos em que as meninas estavam na instituição entre 5 a 10 anos e de 11 a 20 anos, embora o

---

<sup>188</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.144.

<sup>189</sup> Ibidem, p.144.

<sup>190</sup> Ibidem, p.145.

<sup>191</sup> Ibidem, p.145. O tempo de permanência também podia variar consoante a vontade de alguns benfeitores ou até mesmo legados, que determinavam a continuidade de algumas meninas mais ou algum tempo ou até permanentemente.

motivo das saídas, em muitos dos casos, seja desconhecido. No mesmo período de tempo, das 132 meninas, conclui-se que 76 meninas deixaram a instituição para tomar algum estado, fosse de casada ou de religiosa, predominando o de casada (72), enquanto apenas 27 das recolhidas voltaram aos seus núcleos familiares ou foram entregues a seus fiadores. Em 6 casos saíram por doença ou falecimento. O número de casos com destino desconhecido é de 22<sup>192</sup>. Em conclusão, os dados sugerem que o RNSE era uma espécie de residência e não apenas um refúgio para situações temporais, já que as meninas permaneciam muitas vezes até à sua fase adulta e entrada ou no mercado laboral ou para casar, ou ainda por outros motivos<sup>193</sup>.

Os critérios de seleção das órfãs alterou durante os anos da sua existência, mas sempre baseados nos estatutos primitivos. Para além das órfãs, eram também admitidas meninas mediante o pagamento de determinadas anuidades. Estas órfãs assumem o lugar de porcionistas, como se escreveu atrás. Segundo os Estatutos de 1725, às porcionistas também lhes estava imposto a pureza de sangue e a apresentação de fiador que se responsabilizasse pelo pagamento da sua permanência. Às porcionistas não lhes era exigido o critério de orfandade sendo admitidas viúvas ou casadas, a qual o marido estivesse longe do reino<sup>194</sup>.

Efetivamente, o RNSE não se dedicava somente às órfãs pobres e abandonadas, como tanto sublinharam os primeiros estatutos. Já na década 80 do século XIX, percebe-se a necessidade de clarificação das duas condições, em particular das pensionistas, e as expressões “colégio de educação”:

“No das orfãs a admissão é mais limitada e recaindo sobre orfãs mais pobre não é sobre aquelas que nasceram e viveram sempre em notável indigência; é mais selecta a admissão aqui; supõem-se que as orfãs começaram a ter uma educação mais cuidadosa e não nasceram na posição mais humilde. É uma classe intermedia entre a

---

<sup>192</sup> Sobre o tempo de permanência Ver estudo aprofundado de GANDELMAN, Luciana Mendes — **Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos Recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)**...p.325.

<sup>193</sup> Durante a investigação foi possível perceber que algumas educandas quando atingido o seu limite de idade iniciaram funções laborais diversas no interior do recolhimento. Contudo a análise destes casos, na longa duração, exigiria uma investigação sistemática, por dependerem do seu perfil social, idade, destino, etc.

<sup>194</sup> De acordo com os Estatutos de 1838, a instituição consagrou a distinção entre porcionistas educandas às quais o Recolhimento dava sustento e educação e porcionistas recolhidas, a quem concedia sustento e habitação em quarto separado. E porcionista recolhida não era obrigada a prestar serviço na casa de labor nem ir à igreja. Cf. AHSCMP — Livro 7º de Lembranças. Série D, Bco. 8º nº9, fl.86 e 86v.



indigente e a que tem recursos suficientes para as necessidades da vida. Por isso este recolhimento tem hoje um duplo caracter; por um lado é casa de caridade para admitir orfãs, que são alimentadas, vestidas e educadas à custa dos fundos do estabelecimento; pelo outro é collegio de educação, admitindo pensionistas, que pagam como se procurassem outra casa similar<sup>195</sup>.

As porcionistas eram vistas como uma necessidade permanente para a continuação do Recolhimento, assegurando-se-lhes por isso, todas as garantias na educação, como se se tratasse de qualquer outra casa de educação “similar”. Esta componente parece ganhar maior expressão nos anos que se seguiram.

As questões deveriam ser prementes e exigiriam alguma regulamentação, sentidas com a aprovação em 29 de março de 1890, pelo Governo Civil do Porto, do “Programa para admissão de pensionistas, senhoras pensionárias, de orphãs pobres e orphãs pobres supranumerárias”. Mas o que se entende por estas classes?

**a. Pensionistas ou porcionistas:** para a admissão desta classe era requerida à Mesa pela pessoa interessada nessa admissão. Tinha um requerimento com nome, idade, morada da pensionista e ainda os nomes dos pais, do(s) fiador(es) que ficava responsável pela anualidade que lhe competia como também para tomar conta de ela quando sair do Recolhimento.

**b. Senhoras Pensionárias:** caracterizam-se por ser bem-educadas, com uma reputação sem nada a assinalar e ainda “[...] que tenham gosto pela prática das virtudes christãs e sejam dotadas de um character sociável e de boa saúde”<sup>196</sup>. O seu número total de entradas no Recolhimento não podia ser superior a 10. Para a sua admissão seria seguido o mesmo processo do das pensionistas.

**c. Órfãs Pobres:** meninas que anteriormente tenham vivido na abundância e sejam órfãs dos pais ou só o pai. Consideram-se pobres “[...] as carecidas não só de bens próprios d’onde possam tirar a sua alimentação, mas também de pessoas com meios de

---

<sup>195</sup>AHSCMP — “Relatorio dos Actos a Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia de 3 de Dezembro de 1884 até 30 de Junho de 1885...(1885), p.36.

<sup>196</sup>AHSCMP — “Programma para a admissão de pensionistas, de senhoras pensionarias, de orphãs pobres e de orphãs pobres supranumerarias no Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança...(1890), p.6.

prestar-lhes alimentos e obrigadas por lei a prestar-lhes”<sup>197</sup>. A admissão de órfãs era feita por despacho da Mesa, em requerimento acompanhado das provas documentais da vida anterior da órfã e assumido pela mãe, tutor ou pessoa que a proteja e dê à Mesa, para o cofre do Recolhimento, 50\$000 réis destinados à instalação da menina.

**d. Órfãs supranumerárias:** para estas órfãs são criados 6 lugares e destinam-se às meninas que “[...] achando-se matriculadas, queiram entrar no Recolhimento antes de ter cabimento”. Para gozarem desta faculdade, teriam de contribuir anualmente com 72\$000 réis, pagas em prestações trimestrais adiantadas, até que chegasse a sua vez de serem chamadas. Esta cláusula cria, por isso, uma outra categoria, que tinha que ter rendimentos.

A natureza das recolhidas assume uma particularidade discutida para o ano letivo de 1896-1897, quando surge a vontade de criar uma seção de surdas-mudas no Recolhimento. A ideia de estender ao sexo feminino os benefícios da fundação Araújo Porto<sup>198</sup> fazia parte da vontade de Francisco de Sousa Carqueja<sup>199</sup>, que por sua iniciativa enviou algumas alunas frequentar o curso de professoras de surdas-mudas instituído pela Santa Casa. Foi, pois, sem surpresas, mas com agrado que a Mesa acolheu a proposta de Jacome Fernandes de Macedo<sup>200</sup>, o qual apresentou um projeto de regulamento para a criação de um curso de surdas-mudas no Recolhimento das órfãs, sustentada pelos recursos do Instituto Araújo Porto<sup>201</sup>. Os atrasos que se fizeram sentir por parte das autoridades para a aprovação do projeto não permitiram que ele fosse executado neste ano letivo. No entanto, a ansiedade para que este projeto fosse um sucesso alimentava o espírito da administração que o via somente como risco sob o ponto de vista económico para o RNSE, por receio que pudessem faltar surdas-mudas pensionistas. Neste caso,

---

<sup>197</sup> AHSCMP — “Programma para a admissão de pensionistas, de senhoras pensionarias, de orphãs pobres e de orphãs pobres supranumerarias no Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança...(1890), p.7.

<sup>198</sup> Sobre esta instituição ver RIBEIRO, Maximina Maria Girão da Cunha — Perspetiva histórica do ensino da pessoa surda: o Instituto Araújo Porto. *Revista Saber & Educar* [Em linha]. nº14 [consult. 28 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/139/108>>.

<sup>199</sup> Foi Mesário-Diretor do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança.

<sup>200</sup> Jacome Macedo foi Mesário-Diretor do Instituto de Surdas-Mudas Araújo Porto.

<sup>201</sup> Foi nomeada uma comissão para apreciar esta proposta a 20 de agosto de 1896 e por ela apresentada a 10 de setembro o projeto do regulamento definitivo que a Mesa e o Definitório aprovaram sucessivamente e por unanimidade. No ano de 1897-1898, a secção de surdas-mudas estava a funcionar com regularidade e existia nesta classe 6 indigentes e uma pensionista.

restavam só as educandas gratuitas<sup>202</sup> sustentadas pelo Instituto Araújo Porto que não dando prejuízo não deixavam lucro e “ocupavam lugar”.

Também neste final de século, além das classes de educandas que recebiam instrução, foi apresentada à Mesa uma proposta para estabelecer no Recolhimento um externato e semi-externato. Foi aprovada a proposta em sessão de 8 de janeiro e pelo Definitório 31 de março de 1897, que sugeriu algumas alterações. Foi esta medida muito discutida, divergindo as opiniões a seu respeito. Por um lado, era mais cómodo para o RNSE não sair do regime de internato exclusivo, pois o externato tinha alguns inconvenientes, por outro, o externato era necessário para criar receita. Propõe-se, assim, mais categorias

**e. Educandas Semi-internas:** tinham direito ao ensino e a alimentação, mediante o pagamento anual de 50\$000 réis, igual as regras adotadas para as pensões internas. Tinham direito a todas as disciplinas professadas no colégio, exceto música, canto, desenho e pintura que teriam de ser pagas como extra.

**f. Educandas Externas:** poderiam ser gratuitas ou pensionistas. As condições de admissão nesta classe eram as mesmas exigidas para as internas, exceto no que dizia respeito aos fiadores, que eram dispensados. O ensino ministrado às externas compreendia: língua portuguesa, costura e bordados a branco, contudo a mesa poderia oferecer alguma disciplina, segundo alguns critérios determinados nos regulamentos. As pensionistas externas pagavam a mensalidade de 3\$500 réis.

As duas propostas desta mesa não ficaram somente por aqui. A terceira proposta consistiu na redução do número de educandas gratuitas. Segundo o quadro que vigorava neste ano existiam: 6 legatárias; 32 ordinárias e 12 supranumerárias. No entanto, a proposta foi de reduzir o número das ordinárias e supranumerárias estabelecendo em compensação uma classe intermediária de subsidiadas que pagariam a mensalidade de 3\$500 réis. Ficaria assim o quadro com o mesmo número de legatárias, 24 ordinárias, 10 subsidiadas e 10 supranumerárias, perfazendo um total de 50 educandas. Esta situação

---

<sup>202</sup> Ao contrário das outras classes, o termo “educandas gratuitas” no RNSE não tem uma definição que se possa colocar a par com as restantes já referidas nas linhas de a. até d.. Em 1897, surge que esta classe está “paralelamente” ligada às órfãs pobres, contudo as informações são muito escassas para a sua caracterização. O mesmo acontece com as “educandas extraordinárias”, em que se sabe que entravam caso houvesse um aumento de vagas.

não evoluiu e a situação continuou igual.

**g. Órfãs Subsidiadas:** esta classe compreende dez lugares, e ficava sujeita às mesmas regras determinadas para as supranumerárias, com a diferença que a pensão anual que tinham de pagar, enquanto não passassem a **efetivas**, era de 36\$000 réis. As vagas desta classe eram preenchidas de modo a que quatro ficassem ocupadas pelas supranumerárias, com três anos de permanência no recolhimento, e seis pelas órfãs que pretendem a sua admissão.

O externato e semi-internato foi, finalmente, criado em 1934-1935.

## **2.2. A dinâmica das entradas**

O movimento das entradas, as suas oscilações ao longo do tempo foram caracteristicamente uma marca na evolução do Recolhimento. Procurar-se-á, portanto, avaliar através de dados já levantados noutros estudos esta componente, a que se acrescentou pesquisa própria que iluminasse alguns aspetos de possível comparação diacrónica.

### **2.2.1. Da fundação à integração das meninas externas**

A 27 de maio de 1731, entrava no Recolhimento a primeira órfã e em junho do mesmo ano, a primeira porcionista<sup>203</sup>. Atendendo sobre os dados disponíveis<sup>204</sup>, construiu-se o gráfico 1.

Verifica-se que, entre 1731-1849, entraram no RNSE um total de 248 órfãs, um valor muito inferior ao das porcionistas, que, no mesmo período, já somavam 355 entradas. Mas o mais interessante é que os anos de 1836 em diante as porcionistas atingem valores nunca antes vistos, embora anos antes, mais precisamente em 1826, também as órfãs tivessem um número de entradas de 10 meninas. Efetivamente, entre 1836 e 1839, foi o período com o maior número de entradas para as porcionistas, oscilando entre 10 a

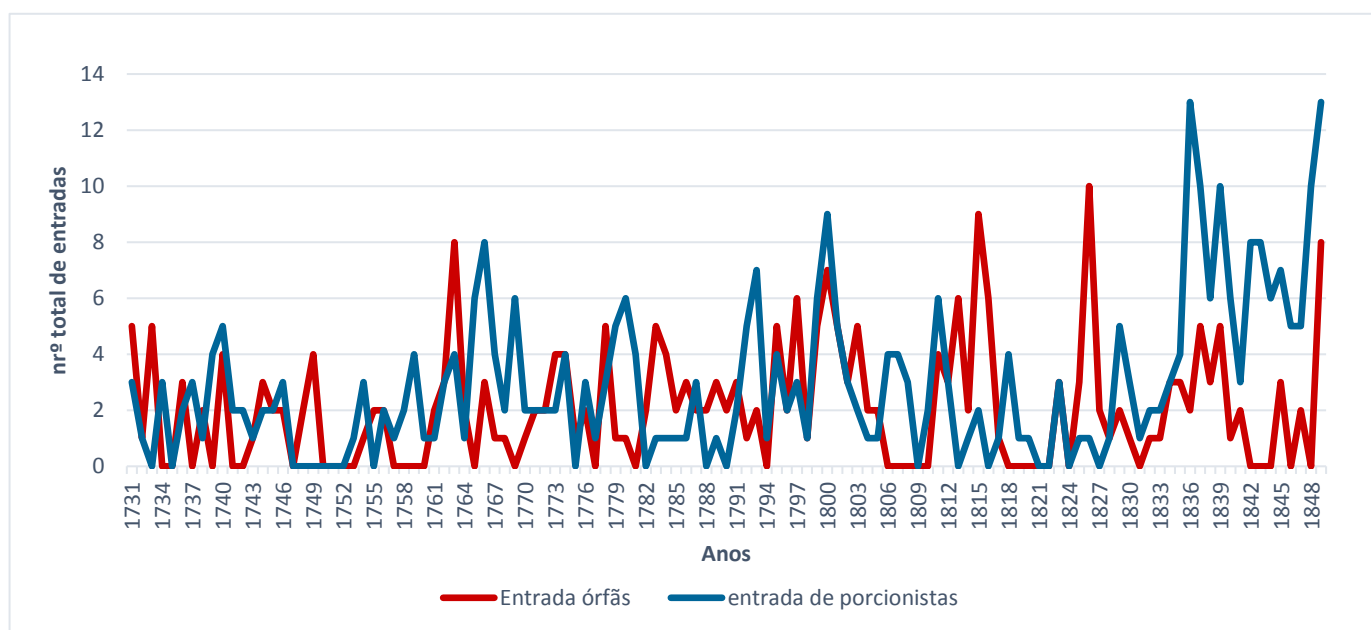
---

<sup>203</sup> AHSCMP — Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, nº6 (1674-1738), fl. 542. Sobre a entrada de órfãs e porcionistas existem os livros de assentos das aceitações e registo.

<sup>204</sup> BARREIRA, Aníbal — “O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança da Misericórdia do Porto — as órfãs e as porcionistas (1731-1850)...p.488-491.

13 entradas. Relativamente às órfãs, o número de maiores entradas regista-se entre 1797 e 1801, oscilando os valores entre 6 a 7 entrada, porém é em 1826 que subiu ao total de 10. A justificação para o aumento do número de porcionistas foi discutida sempre que se colocava a questão da sustentabilidade e da possibilidade de colmatar défices com o rendimento da entrada das porcionistas. Mas havia, certamente, que atrair estas mesmas e esse poderia ser uma questão fundamental no futuro do RNSE.

**Gráfico 3: Número de entradas de órfãs e porcionistas, entre 1731-1849**



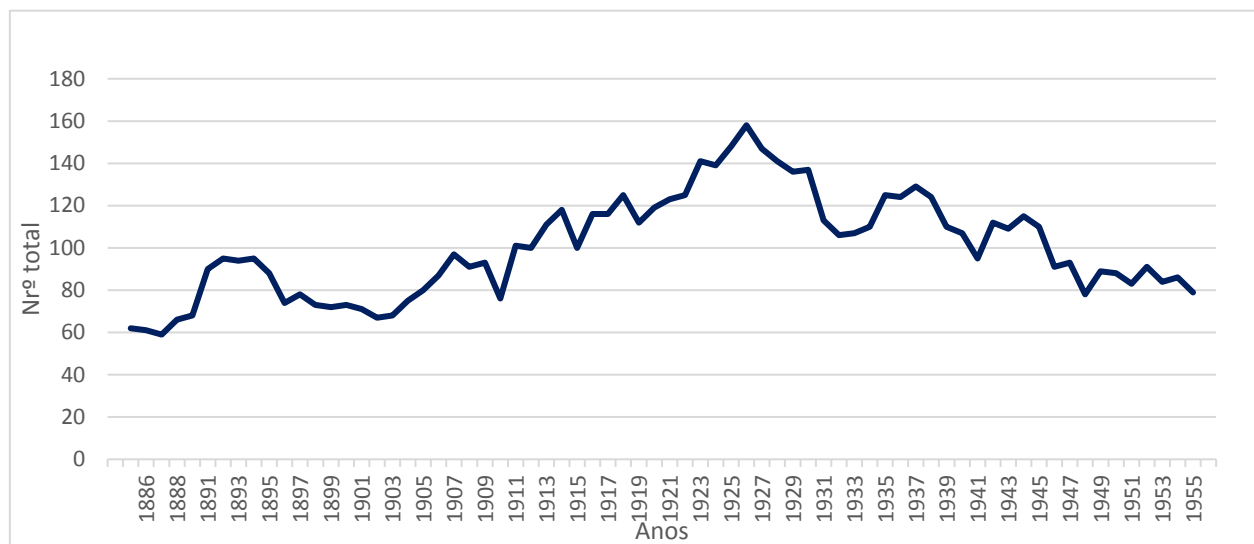
Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados disponíveis em BARREIRA, Aníbal — “O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança da Misericórdia do Porto – as órfãs e as porcionistas...p.489.

Os anos que se seguiram a 1849 foram instáveis. A fama do Recolhimento, destacada pela boa formação que dava às recolhidas perspetivava um aumento considerável de educandas. No entanto, o número de entradas<sup>205</sup> foi condicionado pelas escassas comodidades e por razões económicas. Muitas vezes o número de educandas aumentava devido aos dotes e legados, como foi em 1860 em que o Recolhimento

<sup>205</sup> Para o número de entradas de órfãs por ano e idade no RNSE, entre 1862-1890, consultar o gráfico 1 no trabalho de ALBUQUERQUE, Ana Sílvia — “Colégio de Nossa Senhora da Esperança: Contributos para a sua história...p.125-139.

permitiu mais seis vagas<sup>206</sup>, em virtude do rateio do rendimento do Legado do benfeitor o João Teixeira Guimarães.

**Gráfico 4: Número total de órfãs e pensionistas em regime de internato, entre 1884-1955**



Fonte: Dados extraídos dos Relatórios da SCMP, entre 1884 e 1955. Ver Anexo 5.

A investigação não nos permitiu continuar a fazer a análise comparativa das entradas, mas sim os cálculos dos totais, com muitas cautelas, dado nem sempre se apresentarem da mesma forma<sup>207</sup>. O gráfico 4 representa o movimento total de órfãs e pensionistas registadas no RNSE entre o ano de 1884 e 1955 em regime de internato. Uma primeira fase de ascensão, de 60 para quase 100 (1886 a 1894) educandas, para voltar a descer — mas nunca abaixo das 60 — subindo de forma contínua até às 158 educandas em 1926 (duplicou), nunca atingindo posteriormente um número tão elevado. Em 1931 há novamente uma queda para voltar a pouco mais de 100 meninas, descendo às 80 nos anos de 50, com pequenas oscilações.

<sup>206</sup> AHSCMP — “Relatorio dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto durante o anno economico de 1860 a 1861... (1861), p.34

<sup>207</sup> As contas da gerência desta Instituição eram organizadas até a publicação do Decreto Lei nº 25.299, de 6 de maio de 1935, por anos económicos, que começavam em 1 de julho e terminavam em 30 de Junho seguinte. O referido Decreto-lei manda organizar as contas da gerência por anos civis, e determinou que o ano económico de 1934-1935 fosse prorrogado até 31 de dezembro de 1935, para o efeito do respetivo ajustamento. Como consequência desta disposição legal, as contas que ora vamos apresentar abrangem o período de dezoito meses, e não de doze, como anteriormente.

O ano económico de 1886-1887 marcava-se como bastante animador: o aumento das alunas pensionistas significava uma esperança para que o colégio assumisse novamente o seu prestígio entre os colégios do Porto. Havendo a lamentar a morte de duas órfãs (mais uma que no ano anterior), havia no Recolhimento trinta e cinco órfãs, mais onze que pensionistas. Sem muitas alterações, em 1888, anunciava-se a saída de oito meninas: três irmãs filhas de Francisco Antunes de Brito Carneiro, saíram em consequência de o tutor ter decidido educá-las em casa, contratando para esse fim uma professora privada; outra saiu por ter terminado os seus estudos; duas por terem contraído matrimónio; e as duas últimas, por o visconde de Santo António de Vessadas, ter decidido ter as suas filhas junto da família residente em Barcelos.

“é, porém, urgente attender e estudar maduramente o que é e deve ser esta casa de educação. Pela categoria das educandas não póde ser um collegio da educação mais primorosa, que na actualidade se proporciona ás meninas, que têm de possuir bens de fortuna, e também não deve ser uma casa de educação para serviçaes e misteres caseiros. A índole do estabelecimento é intermediária entre estes limites. Fácil seria estabelecer esta média, se não fôra a classe das pensionistas, que se levantam á primeira categoria; e embora o estabelecimento no seu começo não fosse destinado para esta classe, é certo que sempre a teve e convirá conservá-la porque é uma fonte de receita, que a casa não está em condições de dispensar.”<sup>208</sup>

O excerto anterior revela a carga que se colocou “intermediária” em níveis e limites com a importância dada às pensionistas. As alterações introduzidas pelo “Programa para admissão de pensionistas, senhoras pensionárias, de orphãs pobres e orphãs pobres supranumerárias”, em 1890, visto atrás, não parece refletir-se significativamente no aumento de recolhidas (ver gráfico 4). Pode ter sido mais incentivador à admissão de pensionistas e aumento do seu número, desde 1916, por se suprimir a cota de 20\$000 reis de entrada e fixar-se a anualidade em 120\$000 reis para as de idade inferior a 12 anos e que tivessem começado a sua educação no Recolhimento naquele momento. Para as pensionistas que dessem entrada depois dessa idade, pagariam uma pensão anual de 180\$000 réis (senhoras pensionárias)<sup>209</sup>. Quanto às órfãs, era permitida a sua matrícula desde os 7 aos 12 anos.

---

<sup>208</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1887 até 30 de Junho de 1888...(1888), p.177-178.

<sup>209</sup> Por deliberação da Mesa da Santa Casa, a 7 de setembro de 1916 e atendendo às dificuldades que se sentiam nesse momento, foram elevadas de 120\$00 a 160\$00 as anuidades das pensionistas até aos 12 anos;

O número total de recolhidas no RNSE aumentou no ano de 1890-1891, como se viu, no entanto, lamentava-se a morte de algumas delas<sup>210</sup>, o que nos atrai para a probabilidade de estas oscilações se deverem aos próprios ciclos de morte que atingiam a sociedade em geral nesta época e que aqui não podemos explorar.

Em 1895-1896, impressiona o movimento que iniciou com 35 pensionistas e fecha com 25. Este movimento, em rápido decréscimo, caracteriza o período dos dois últimos anos económicos de 1894 a 1896, em oposição com o movimento, no período anterior de 1888 a 1894, em progressão crescente, apesar de leves oscilações. O estado financeiro do Recolhimento agravava-se, dado o desequilíbrio nas contas face à diminuição progressiva das pensionistas.

A partir de 1900, o número de pretendentes a ingressar no Recolhimento para progredir com os estudos aumentava significativamente, no entanto os problemas permaneciam: falta de condições no edifício e económicas para albergar o número de meninas pretendidas. Dado estes fatos, também os critérios de admissão foram mais cuidadosos. No ano de 1914-1915 resolveu-se tornar obrigatória a apresentação da certidão de inventário orfanológico ou de documento de igual valor jurídico para as novas admissões e inscrições, bem como a apresentação do mesmo por parte dos requerentes da admissão das atuais órfãs (subsidiadas e supranumerárias).

Decorria o ano de 1917-1918, e o movimento geral do internato declarava que existiam 54 órfãs, sendo 34 efetivas<sup>211</sup>, 4 subsidiadas, 15 supranumerárias e 1 do legado de Pereira Pinto; e, ainda, 71 pensionistas, em que 70 eram ordinárias e 1 pensionária. O

---

dos 12 aos 16 pagariam 180\$00 réis e para aquelas que tivessem idade superior a 16 anos pagariam a anuidade de 200\$00.

<sup>210</sup> Na classe das pensionistas da menina Palmira Rosa de Magalhães, filha da Vice-Regente do Recolhimento Maria da Glória Magalhães ou, em dezembro de 1892, de uma menina órfã — Thereza da Graça Teixeira Coelho — em casa de sua mãe em Sabrosa, distrito de Vila Real. AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1890 até 30 de Junho de 1891... (1891), p.216

<sup>211</sup> Nas 34 órfãs efetivas compreendem-se: 18 do concelho do Porto, 6 de outros concelhos do distrito, 8 de outros concelhos de outros distritos e 2 do Brasil. Das órfãs efetivas 2 pertencem ao legado de Manuel Carneiro de Araújo, 1 do legado do Ver.º José Joaquim Teixeira da Rocha, 2 do legado benéfico de Seabra (instituído por Maria Seabra de Moura Soeiro) e mais duas meninas pelo legado da família Caetano de Carvalho (instituído por José Caetano de Carvalho) e 24 órfãs efetivas segundo o Regulamento de 11 de julho de 1916. Há ainda a referir 1 menina em memória da falecida Regente Antónia Marcelina de Matos, outra em memória da benfeitora Tereza de Jesus Gomes Pinto de Oliveira e por último, uma menina em memória do falecido vice-provedor Francisco de Sousa Carqueja.



movimento nos anos seguintes não foi muito diferente.

Entretanto, criaram-se as condições para receber alunas em regime de externato e semi-internato (1934-1935) embora em número reduzido, de modo a que não tivessem de ser feitos desdobramentos de turmas, e em caso nenhum fosse excedido o número de alunas que os princípios pedagógicos indicavam e as prescrições legais fixavam por cada turma. Ficaria assim o internato do recolhimento dividido em órfãs e pensionistas, semi-internato e externato, “funcionando de modo a aconselhar a sua conservação.”<sup>212</sup>

Se verificarmos o gráfico 4, percebemos que o número de alunas em regime de internato começou a decair gradualmente, (possivelmente) consequência da entrada destes dois novos regimes. As informações sobre os primeiros anos de funcionamento do semi-internato e externato no Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança são muito escassas. Sabe-se que em 1942 a sobretaxa a cobrar às pensionistas aumentou. A justificação tinha um contexto externo: as grandes dificuldades que a II Grande Guerra tinha trazido. Esta situação obrigou a adquirir, por elevados preços, os artigos de consumo e outros, de tal modo que a Mesa, resolveu, em sessão de 10 de dezembro de 1942, lançar sobre as mensalidades das educandas pensionistas uma sobretaxa de 50\$00-ou sejam 500\$00 em relação aos 10 meses letivos- sobretaxa essa que deveria ser cobrada enquanto a guerra não terminasse<sup>213</sup>.

A partir do ano de 1947, as informações sobre a situação do Colégio permitem traçar um quadro animador do funcionamento do internato e externato, em termos de número de educandas.

O número de educandas nestes regimes fez disparar a totalidade de alunas a frequentar esta instituição<sup>214</sup>. Veja-se o gráfico 5, que representa claramente a linha de evolução destas classes.

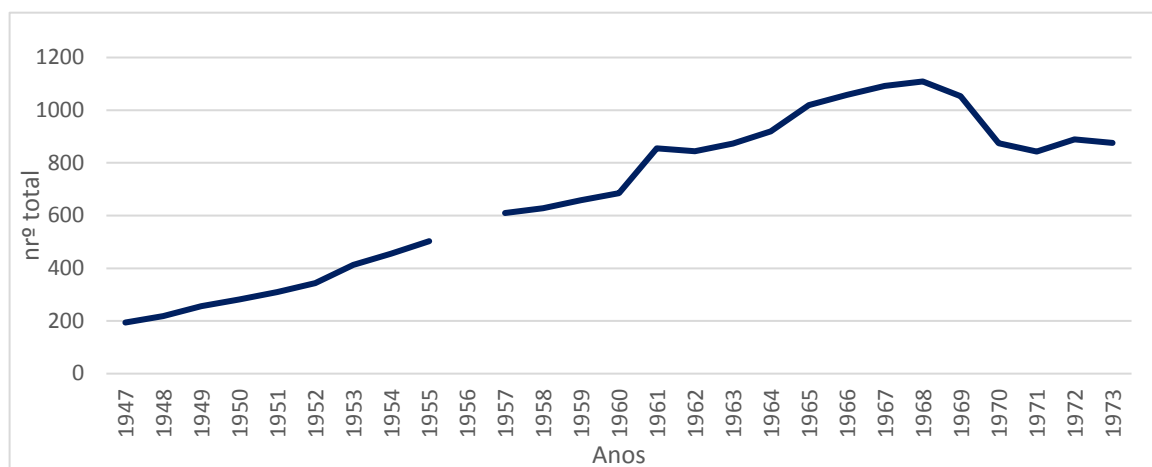
---

<sup>212</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1934 a 31 de Dezembro de 1935...(1936), p.312.

<sup>213</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Janeiro a 31 de Dezembro de 1942...(1943) p. 117.

<sup>214</sup> Para o ano de 1956 não existe qualquer contabilização do número de alunas nos Relatórios da Gerência da SCMP, que se realizavam anualmente e, de onde foram retiradas as informações para os restantes anos.

**Gráfico 5: Número total de alunas semi-internas e externas entre 1947 e 1973**



Fonte: Dados extraídos do Relatórios da SCMP, entre 1947 e 1973. Cf. anexo 6.

Se em 1947 se somava 194 alunas, em 1968 havia 1109. Os valores foram gradualmente ascendendo, sofrendo uma queda a partir de 1970. Efetivamente, se se comparar, entre 1960 e 1973, o número de externas pensionistas com os das alunas semi-internas e internas, o primeiro é muito superior, como se pode verificar na tabela seguinte.

**Tabela 6: Movimento total de meninas internas, semi-internas e externas entre 1960 e 1973**

Anos	a-INTERNAS		b-SEMI-INTERNAS		c-EXTERNAS		TOTAL a+b+c	TOTAL b+c	
	Órfãs	Pensionistas	Órfãs	Pensionistas	Órfãs	Pensionistas	nº	nº	%
1960	35	87	26	88	13	558	807	685	84,88%
1961	32	91	33	90	33	699	978	855	87,42%
1962	33	90	35	91	34	684	967	844	87,28%
1963	32	92	30	97	36	710	997	873	87,56%
1964	20	112	28	108	56	728	1052	920	87,45%
1965	17	113	42	94	49	834	1149	1019	88,69%
1966	19	114	39	107	32	880	1191	1058	88,83%
1967	17	120	48	123	18	903	1229	1092	88,85%
1968	15	121	55	135	27	892	1245	1109	89,08%
1969	18	115	61	156	28	808	1186	1053	88,79%
1970	20	112	48	77	33	717	1006	875	86,98%
1971	19	112	50	105	27	661	975	843	86,46%
1972	18	115	39	96	27	727	1022	889	86,99%
1973	15	80	26	47	23	780	971	876	90,22%
<b>TOTAL</b>	310	1474	560	1414	436	10581	14775		87,93%

Fonte: Dados extraídos dos Relatórios da SCMP entre 1960 e 1973.

Claramente que a partir de 1960, o número de alunas semi-internas e externas (84,88%) era superior ao de alunas internas que ocupavam uma parte mínima do Recolhimento (15,12%). Até 1973, o número de internas diminuiu acentuadamente, verificando-se que neste último ano existiam, somente, 80 alunas, ou seja, 9,78% dos 90,22% das alunas semi-internas e externas (876).

Estas duas categorias (b e c) eram vistas como um foco de receita, tal como o pensionato que foi, durante toda a vida da instituição, importante. Não havia dúvidas que o Recolhimento ao longo dos séculos se modelou às ações externas e à modernização da educação e do ensino (primário e secundário). Apesar de se destinar essencialmente ao “[...] internato de meninas pobres, de boas famílias, decaídas de fortuna”<sup>215</sup>. Recebeu educandas pensionistas e com o objetivo de corresponder às necessidades da “moderna vida social” e desenvolveu uma larga ação no semi-internato e externato.

---

<sup>215</sup>AHSCMP — “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1957)...(1958), p.31.

### Capítulo 3. – A organização do quotidiano ao longo dos séculos

“O recolhimento é uma instituição onde se inscreve o padrão de mulher do qual se reivindica o reforço da moral católica e a preservação dos valores que enquadram a sociedade.”<sup>216</sup>

A vida quotidiana de uma instituição feminina, na longa duração, com características de algum fechamento frente à sociedade torna difícil a sua abordagem. Entende-se, portanto, e concordando com a abordagem proposta nos volumes que dizem respeito à época moderna e contemporânea da obra *História da Vida Privada em Portugal*<sup>217</sup>, assim como alguns capítulos inseridos em *Histórias de Portugal*, como, por exemplo, o texto de Rui Cascão, que o estudo da vida quotidiano, ainda que parco deve ser abordado para entender um conjunto de comportamentos, vivências e emoções experienciadas em diversas instituições<sup>218</sup>. Existem outros estudos sobre instituições conventuais e Recolhimentos congêneres que procuraram entrar nesses espaços (alguns deles já citados no desenvolvimento do texto) e que se fará abordagem neste capítulo, de modo a estabelecer diferenças e semelhanças entre os vários estabelecimentos.<sup>219</sup> Note-se, contudo, que estes estudos não fazem uma abordagem tão aprofundada quanto aquela que se pretende dar neste trabalho.

O que está em causa é perceber a evolução da vida de uma criança (neste caso desde os 7 anos) até à sua fase mais adulta (desde os 14, como os Estatutos do RNSE indicam). Os dados que reunimos evoluem entre os seus regulamentos, a norma, e às práticas. À luz de cada um dos tempos e de entrada das sucessivas meninas, foram-se desfiando histórias de vida, que aqui não faremos, mas que seguem o que é vital ao corpo (dormir, comer, vestir, lavar, etc.) e ao espírito (o ritmo diário das orações à sombra de uma Igreja) em

---

<sup>216</sup> FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da — **O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814)** ...p. 4.

<sup>217</sup> MATTOSO, José (dir.) — **História da Vida Privada: a Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 276-299; MATTOSO, José (dir.) — **História da Vida Privada em Portugal: a Idade Contemporânea**. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

<sup>218</sup> CASCÃO, Rui — “Vida Quotidiana e Sociabilidade” ...p. 439.

<sup>219</sup> COLEN, Luísa — “Assistência às órfãs no Bairro Alto: o Recolhimento da Rua da Rosa...p. 126-139; COLEN, Luísa — “Do Recolhimento das Órfãs ao Instituto de São Pedro de Alcântara... p. 138-151.

que a educação acadêmica passou a ganhar força frente aos trabalhos quotidianos, num quadro social mais vasto, externo às suas paredes, mas que parece, inevitavelmente, penetrar, à medida que internas e externas, se vão encontrando.

### 3.1. O corpo: comer, vestir e viver

A informação que se apresenta recai sobre o que era vital na vida da mulher e que correspondia ao quotidiano, do acordar ao deitar, incidindo, sobretudo, em três períodos como já se tinha referido, embora se possam introduzir referências pontuais a outros momentos: **a.1725-1731; b.1870- 1920; c.1956-1974.**

#### **a) Primeira fase: 1725-1731**

Segundo os Estatutos de 1725, “[...] desde o primeiro de outubro até ao dia de Pascoa”, o dia começava às 6:30h da manhã e no resto do ano às 5:30<sup>220</sup>. As rotinas eram as mesmas durante todo o ano, mudando, somente, os horários das tarefas no período de verão, por existirem mais horas de sol<sup>221</sup>. O dia era preenchido com diversas atividades que se distribuíam pelas refeições, rezas, labores, aprendizagem de leituras, e ainda por alguns momentos de lazer: falar ou ler algum livro “curioso e honesto”. A transcrição dos estatutos permite reconstruir os cenários (lugares – igreja, quarto, etc., posições – joelhos, pé, etc. – humores – distrair, cantar, etc.) e adivinhar os sons.

**Tabela 7: Distribuição de tarefas segundo os Estatutos de 1725 (horário de 1 de outubro até à páscoa)**

<b>Hora</b>	<b>Atividade</b>
6:15h às 6:30h	À mestra incumbia-lhes acordar todas as meninas, batendo com alguma coisa nos pilares dos leitos para todas acordarem e até 6:30h deviam estar todas vestidas e perante a imagem de Cristo, colocada na sua “camera”, rezavam a ladainha de Nossa Senhora, um Padre Nosso, uma Ave Maria ao Anjo da Sua Guarda e ainda, uma Ave Maria “[...]”

<sup>220</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**... p.151-153.

<sup>221</sup> O horário de verão permitia que a seguir ao jantar, as meninas tivessem mais uma hora para lazer.

	aos Santos dos seus nomes, outro pelos bemfeitores da Casa da Misericórdia, outro pelos frutos do mar e da terra” <sup>222</sup> . No fim, cantavam uma Salvé Rainha.
Até 07:15h	As recolhidas acabavam de se compor.
07:30h	Depois de tocar o sino, dirigiam-se para a missa, a qual a mestra reprendia com castigo se não estivessem com atenção.
Final da missa	Dirigiam-se para a casa de labor onde tinham o seu <b>almoço</b> , da qual gastavam um quarto de hora. Posteriormente, entravam a “[...] trabalhar no que à Regente e mestra parecer, ensinando-as a fazer tudo o que pertence a uma perfeita mulher” <sup>223</sup> .
10h às 11:15h	Aprendiam a ler, emendar as matérias, e ensinar a doutrina pela cartilha do padre mestre Inácio Martins <sup>224</sup> .
11:15 às 13h	Deslocavam-se até ao refeitório para <b>jantar</b> . Aqui estavam “[...] todas em pé até a Regente acabar de benzer a meza”. Finalizada a refeição, a Regente fazia sinal para dar graças e todas as meninas rezavam um Padre Nosso e uma Avé-Maria pela alma do Tesoureiro de Cedofeita e mais bemfeitores do Recolhimento. Além disto, até às 13:00h faziam a revisão das matérias e as que já soubessem escrever ensinavam as que necessitavam de ajuda.
13h	Deslocavam-se para a Casa do labor, e eram ocupadas com as tarefas que a Regente e Mestra lhes atribuir.
15h às 15:30h	<b>Merenda</b>
15:30h às 16:45h	Finda a merenda, teriam uma lição de leitura e de emenda das matérias e ainda, o ensino das orações.
16:45h às 19h	Trabalhos na casa de Labor.
19h	As recolhidas iam para o coro rezar [...] alternando o seu rosário em voz inteligível e de gíolos, e as que não poderem estar se assentaram de licença da Mestra ou Regente. Depois hão-de cantar três Salvé-Rainhas á Virgem Nossa Senhora, oferecendo-as por sua tenção para que as guie e ajude ao melhor estado, para gloria de Deus e bem da sua alma.” <sup>225</sup>
Depois da reza	Acabada a reza, dirigiam-se para o refeitório. Assim que acabassem a <b>ceia</b> , as meninas levantavam-se e diziam em “[...] voz inteligível, o cântico de Benedictus Dominus, etc.” <sup>226</sup>

<sup>222</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança...** p. 151.

<sup>223</sup> Ibidem, p.152.

<sup>224</sup> Trata-se de um texto didático e catequético (cartilha da doutrina cristã), elaborada pelos Jesuítas ampliada depois pelo mestre Inácio Martins (1531-1598). Era uma cartilha a pensar nas crianças porque O Padre Inácio ensaiava as crianças nas perguntas e respostas às orações «e capítulos da doutrina», «trabalhando para que dissessem bem hũa vez, e outra para que quando dissessem em publico não errassem, porque quando errão esfriasse a gente, e não ouve com gosto», «também os ensayava nas cantigas que estão na cartilha». Vide CARVALHO, José Adriano de — **Poesia e Hagiografia**. Porto: Centro Inter-Universitário de História e Espiritualidade. Porto, 2008, p.65-66.; MATEUS, Maria Helena Mira — Caminhos do português: exposição comemorativa do ano europeu das línguas [em linha].2001, p. 81. [consult. 11 set 2017]. Disponível em WWW: URL: <https://books.google.pt/books?id=9X0cV-nE9cYC&pg=PT82&lpg=PT82&dq=cartilha+mestre+inacio+martins&source=bl&ots=eYZb8LGH8t&sig=hq2XBH7VEIU6VRzbZqAnX2fCbZA&hl=ptPT&sa=X&ved=0ahUKEwiG3ZLouJ3WAhWIVxoKHQX-BXcQ6AEINjAD#v=onepage&q=cartilha%20mestre%20inacio%20martins&f=false.>>.

<sup>225</sup> FERREIRA, J. A. Pinto, op. cit., p.153.

<sup>226</sup> Ibidem, p.153.

Depois da refeição até às 21:45h	Deslocavam-se até às suas “cameras” e distraíam-se em “[...] em falar, ou ler algum livro curioso e honesto sem fazerem chorrilhos, nem estarem em perfiás até que se faça sinal para a ladainha, que rezarão na forma de manhã.” <sup>227</sup>
21:45h às 21:52h	Por fim, e antes de deitar, num “[...] espaço de meio quarto farão exame da consciencia, no fim do qual repetirá a Mestra os actos de Fé, Esperança e Caridade, e concluirá com um acto de contrição.” <sup>228</sup>

Fonte: FERREIRA, J.A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança (Fundado na cidade do Porto no séc. XVIII)**. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, [19-?].

Além das tarefas descritas, as educandas deviam ajudar rotativamente no refeitório, portaria e enfermaria, bem como prestar serviço na despensa.

O regime alimentar estava dependente da oscilação dos preços e dos produtos de cada estação, consumindo-se preferencialmente alimentos de cada época por serem mais económicos<sup>229</sup> e, ainda de acordo com o capítulo 26º, a ração que as órfãs deviam ter era só o que lhes fosse necessário para o seu sustento, “[...] porque como são pobres, não devem esperar regalos nem os bens deixados à Misericórdia são para este fim”<sup>230</sup>.

A distribuição das refeições<sup>231</sup> era feita em 4 partes: almoço, jantar, merenda e ceia. Ao almoço, tal como a merenda “[...] uma fatia de pão e qualquer coisa mais com ele”<sup>232</sup>; ao jantar, caldo com hortalíça (ou na falta, com arroz) e carne de vaca ou porco, de preferência, e pão de milho. À ceia, “[...] vaca, carneiro, ou peixe guisado como a Regente mandar, porém que não exceda o custo da ração do jantar”<sup>233</sup>. Aos domingos, dias santos, nas festas de Nossa Senhora<sup>234</sup> e no dia da Visitação, as educandas tinham direito a uma porção de arroz. Nas quatro festas do ano, no dia do seu padroeiro, no de S. Jerónimo e no entrudo, as meninas tinham direito a mais um “frangam, ou um pastel, ou

<sup>227</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**... p.153.

<sup>228</sup> Ibidem., p.153.

<sup>229</sup> A mesma situação se verifica no Recolhimento do Anjo. JESUS, Elisabete — **Poder, caridade e honra: O Recolhimento do Anjo no Porto**... p.90-91.

<sup>230</sup> As recolhidas de Santo António de Campo da Vinha eram exortadas a uma alimentação que procurasse apenas o sustento do corpo e não o seu deleitamento, devendo abster-se de qualquer tipo de gula, considerada pela Igreja pecado capital. Ver MACHADO, Carla Manuela Sousa — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**...p.114-115.

<sup>231</sup> Ao Provedor, cabia-lhe a função de se deslocar todos os dias de manhã ao Recolhimento, para saber junto da regente ou da provisora, o que nele fosse preciso para o sustento das recolhidas.

<sup>232</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.154.

<sup>233</sup> Ibidem, p.154.

<sup>234</sup> Também nas festas de S. Francisco, Santa Teresa, Santo Xavier, S. Gonçalo, S. Vicente, a alimentação era igual.

outra coisa de semelhante custo”. Durante o período da Quaresma e dias de jejum “[...] se darão as consoadas, por que as que estão desobrigadas deste preceito, pelas merendas se refazem. Inda que de 15 anos por diante se podiam sujeitar a esta penitência, assim como o fazem nos mosteiros”<sup>235</sup>. A ração das porcionistas era igual a das órfãs, mas se as porcionistas optassem por comer pão de trigo, a Regente mandava comprar à sua custa “[...] e se lhe abaterão nos alimentos dez mil reis em cada ano. E quando a porcionista entrar lhe ha-de taxar a pessoa que a recolher o quanto quer que ela coma cada dia; e feito o computo do que soma em todo ano, se ha-de entregar com a porção adeantada ao tesoureiro”<sup>236</sup>.

Todas as meninas que não estivessem doentes deviam, sem exceção, comer no refeitório, para onde se dirigiam as horas determinadas e depois de tocar o sino. À mesa, em silêncio, as meninas faziam as suas refeições e a mestra ensinava-lhes as boas práticas.

Se atendermos somente às informações dos primitivos estatutos percebemos que seria difícil entender a variedade dos produtos consumidos. No entanto, os livros de receita e despesa vem provar que havia a compra de diferentes peixes como o rodovalho, que aparecem pela primeira vez em 1744, o bacalhau e o polvo entre 1745 e 1747. Relativamente à carne, muitas vezes o consumo passava pela carne de vaca bem como por miudezas — língua de boi<sup>237</sup>. As meninas consumiam também grão-de-bico<sup>238</sup> e tremoços<sup>239</sup>. Surge também a 29 de janeiro de 1776, a compra de queijo parma, uma novidade nesta época<sup>240</sup>.

Relativamente ao vestuário<sup>241</sup> (e tal como na alimentação), o uniforme estabelecido devia ser modesto, a fim de evitar grandes despesas e também para fazer jus à condição

---

<sup>235</sup> FERREIRA, J.A. Pinto, op. cit., p.154.

<sup>236</sup> Ibidem, p.155.

<sup>237</sup> AHSCMP — Livro de Despesa (Bolsa). Série K, Bco.1, nº 2, fl.4 (1736)

<sup>238</sup> AHSCMP — Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco.1, nº8(1747-1749), fl.9. Surge pela primeira vez em maio de 1748, mas é um alimento muito consumido durante os anos seguintes, como sugere a documentação.

<sup>239</sup> AHSCMP — Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco.1, nº 5 (1741-1743), fl.3

<sup>240</sup> AHSCMP — Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco.1, nº15 (1774-1777). A primeira vez que aparece a compra de queijo parma é a 29 de janeiro de 1776, sendo, contudo, consumido com maior frequência a partir dos finais do século XVIII.

<sup>241</sup> Também o cabelo obedecia a um certo rigor e uniformidade em todas as recolhidas: as órfãs até aos 14 anos de idade, não lhes era permitido usar cabelo atado ou com trança, bem como o comprimento do cabelo não podiam exceder a parte inferior da orelha. Eram obrigadas a usar uma risca ao meio do cabelo, sendo proibido o uso de fitas ou outro enfeite no cabelo.



da instituição de assistir a órfãs pobres e desamparadas. Todas deviam andar da mesma cor, serafina parda: “[...] uma vestia uma saia sem mais feitiço azul, e um colete fechado no pescoço, de pano branco sem que em coisa alguma se difference umas das outras, ainda que sejam muito desiguais em nascimento.”<sup>242</sup>. Nos dias mais frios, as mantilhas, de baeta. Na cabeça, traziam umas toucas fechadas e curtas, que usariam nos atos da comunidade ou quando falassem com uma pessoa de fora.

Combatia-se a ostentação e preservava-se a uniformidade, todavia, nem todas as meninas conseguiam seguir à risca todas as indicações: em 1766, duas porcionistas sofreram um castigo por se apresentarem com demasiado asseio no cabelo e usarem sapatos de laço e fivelas de prata<sup>243</sup>.

No campo de possíveis enfermidades, o artigo 35.º indicava *Como as enfermas hão-de ser assistidas nas doenças*. A enfermaria seria o primeiro lugar onde as meninas eram conduzidas para serem assistidas antes da chegada do médico, cirurgião ou sangrador. Servia de enfermeira uma das empregadas superiores internas, designada pela Regente, que tratava das doentes segundo as prescrições do médico<sup>244</sup>, e a qual podia ser ajudada por duas órfãs “mais aptas”. Estas eram dispensadas dos labores e os restantes serviços da casa enquanto estivessem a exercer esta função, normalmente um mês.

Dependendo do grau de enfermidade, as doentes tinham direito a uma alimentação diferente e podiam, nestes casos, não se juntarem à hora das refeições com as restantes educandas. Nos livros de Receita e Despesa do Recolhimento, surge muitas vezes a dieta alimentar que as meninas doentes deveriam ter: “carneiro e outras carnes para doentes”,

---

<sup>242</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.150. A saia acaba por ser substituída nos Estatutos de 1838 por um vestido de chita de cor escura ou algodão.

<sup>243</sup> AHSCMP — Capítulo de Visitações. Série M, Bco. 2, nº9 (1732-1824), fl. 19-19v. Ver também trabalho na íntegra de Antónia Lopes, que transcreve algumas destas situações vivenciadas no Recolhimento. LOPES, Maria Antónia — “Transgressões femininas no Recolhimento da Misericórdia do Porto, 1732-1824”. In **Saúde, Ciência e Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016. p.95-123.

<sup>244</sup> As receitas que o médico prescrevia para as meninas doentes ficavam, segundo os Estatutos de 1725, registadas num livro como usava o Hospital de D. Lopo de Almeida. Contudo durante a investigação não se acedeu a estes dados nem se obteve conhecimento da sua existência.

“doce p<sup>a</sup> huma doente”<sup>245</sup> e ainda “latas de asucar p<sup>a</sup> doentes”<sup>246</sup>. Em 1746, há referência à compra de mel (para fins medicinais)<sup>247</sup>.

Entre a igualdade (vestuário) e a diferenciação (alimentação), alguns momentos permitiam o convívio em torno da mesa, em ciclos marcados, muito certamente, pelas sucessivas ocupações quotidianas. Os desvios, contudo, não nos são tão perceptíveis, ou, pelo menos, poucos conseguimos apontar.

#### **b) Segunda fase: 1870-1920**

O ritmo diário era o mesmo (almoço, jantar, merenda e ceia), mas as refeições das meninas começaram a ser mais elaboradas e completas. No pequeno-almoço introduziu-se chá ou café, pão com manteiga e biscoitos, tal como a merenda, em que se acrescentavam frutos secos (ex. figos e as nozes). À hora do “jantar”, e tal como já acontecia anteriormente, o caldo era o elemento mais importante da refeição, sendo que nos dias de abstinência, as recolhidas tinham “[...] caldo d’unto com hortaliça, e feijões; peixe, havendo-o barato, ou bacalhau, e batatas, e arroz.”<sup>248</sup> A sobremesa era fruta “[...] quando a houver em favorável preço”<sup>249</sup>, ou outra iguaria. As recolhidas tinham ainda direito a “[...]um quarteirão de vinho verde desde 1º de Abril até 31 de Outubro; e maduro nos outros mezes”<sup>250</sup>. Na última refeição do dia, as meninas continuavam a receber uma

---

<sup>245</sup> AHSCMP — Livro de Despesa (Bolsa). Série K, Bco. 1, nº7 (1745-1746), fl.7.

<sup>246</sup> AHSCMP — Livro de Despesa (Bolsa). Série K, Bco. 1, nº8 (1747-1748), fl. 9v

<sup>247</sup> AHSCMP — Livro de Despesa (Bolsa). Série K, Bco. 1, nº7 (1746), fl.9 Este foi o único registo que se encontrou a este produto nos vários livros consultados.

<sup>248</sup> AHSCMP — “Additamentos e Emendas ao Estatuto de 26 de Novembro de 1731 do Recolhimento das Orfãs... (1863), p.15.

<sup>249</sup> AHSCMP — “Additamentos e Emendas ao Estatuto de 26 de Novembro de 1731 do Recolhimento das Orfãs... (1863), p.16.

<sup>250</sup> AHSCMP — “Additamentos e Emendas ao Estatuto de 26 de Novembro de 1731 do Recolhimento das Orfãs... (1863), p.16

alimentação equilibrada, sendo regulada de forma a que fosse económica<sup>251</sup>. Não muito diferente era a alimentação das meninas no Recolhimento da Rua da Rosa, em Lisboa<sup>252</sup>.

Desde 1731<sup>253</sup> que o Recolhimento regista as suas compras para a alimentação das educandas. O consumo de carne era constante: consumia-se carne de vaca, vitela, porco, carneiro — comprado especialmente para as meninas doentes —, e ainda, carne de frango, frangão, galinha e pombo (1910). Tal como a carne, também o peixe foi de extrema importância na dieta alimentar das meninas. De entre os peixes adquiridos pelo RNSE, aparecem referências ao bacalhau<sup>254</sup>, à sardinha, pescada fresca, enguias, solha, cavala, lampreia, ao polvo (muito raramente, pelos menos nos primeiros anos), ao congrio e ao rodovalho. A partir de 1854, o robalo era um produto muito consumido tal como a faneca, gorazes, muges e linguado.

As verduras mais adquiridas eram nabos, grelos, repolho, couve, abóbora e, excecionalmente, a cenoura e o brócolo (1907) e ainda, a beterraba (1908). Também o feijão (branco, verde e frade), tremoços e grão-de-bico<sup>255</sup> faziam parte das leguminosas consumidas, se bem que já existia referência à sua compra nos primeiros anos de vida do Recolhimento. A fruta variava consoante a estação do ano, nos meses mais quentes eram consumidas melancias, melões, figos, cerejas, ameixas damascos ou laranjas; enquanto nas estações mais invernosas, surgem as uvas, pêras e as maçãs. Regista-se também a compra de limão, ainda que raramente.

A compra de cereais, como o milho, centeio ou o trigo, denuncia provavelmente a confeção de pão dentro do colégio, apesar de existirem inúmeras folhas de pagamento

---

<sup>251</sup> Ao fim de distribuídas todas as porções pelas recolhidas, e havendo crêscimo, ou sobras, da comida do “jantar”, essa era distribuída pela Vice Regente e Provisora pelas Criadas de dentro, Serventes de fora e pelo Sacristão da Capela, e se mesmo assim ainda houver sobra de comida, era utilizada para a ceia. Já nos Estatutos de 1725, as sobras das rações eram repartidas à porta do Recolhimento e também pelos presos ou lázaros.

<sup>252</sup> A comida é abundante e de boa qualidade. Têm chá com leite, pão e manteiga, sopa, vaca, arroz, sobremesa, merenda e ceia de carne; nos dias de magro, peixe fresco ou bacalhau. Vide COLEN, Luísa — Assistência às órfãs no Bairro Alto: o Recolhimento da Rua da Rosa...p. 133.

<sup>253</sup> AHSCMP — Livro de Despesa (Bolsa). Série K, Bco. 1 (ver livros nº1 até ao 15)

<sup>254</sup> A partir de 1884 aparece recorrentemente nas folhas de pagamento a compra de bacalhau inglês à *Sociedade Cooperativa Doméstica*, na Rua de Cedofeita (Porto). Veja-se a compra do dia 30 de novembro de 1884. AHSCMP — Folhas de pagamento, (1884-1885).

<sup>255</sup> Sobre o consumo ver também os alimentos consumidos no primeiro período da instituição.

com a compra de pão branco e pão de broa cozido<sup>256</sup>. Também a compra de farinha era uma constante, tal como ovos e açúcar (branco e mascavado). Os biscoitos<sup>257</sup> faziam parte da refeição das meninas, e a partir de 1900, compravam-se com frequência “doce e azedos”, bem como Pão- de- ló<sup>258</sup>, até porque em dias da festividade da padroeira, havia oferta de tabuleiros de doces e regueifas<sup>259</sup>.

Em 1886, surge a compra de 4kg de *chocolate hespanhol*<sup>260</sup>, sendo rara a aquisição desta iguaria. A geleia e a gelatina, ainda que consumidas com alguma regularidade, eram sobretudo para as meninas enfermas. A compra de Tapioca e, em 1910, de “1 pacote de Maizena”<sup>261</sup>, são as novidades que se vão introduzindo.

Na dieta alimentar das meninas introduziu-se o arroz desde cedo e com bastante assiduidade, enquanto a batata, além de alimentar as meninas, servia para sustentar as crias que estavam na cerca. A massa, “[...] não era um produto popular em Portugal da primeira metade do século XVIII”<sup>262</sup> e é somente no final do século que surge com maior frequência: *pevíde*<sup>263</sup>, *talharim*<sup>264</sup>, *macarronete*<sup>265</sup>, *aletria* e *estrelinha*. A 2 de Maio de 1888, salta à vista a compra de 4 kg de *cuscuz*<sup>266</sup>. Frutos secos como nozes, castanhas e amêndoas, eram regularmente consumidos. A azeitona também fazia parte das despesas.

---

<sup>256</sup> Cf. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1883-1884), com particular incidência nas faturas da *Padaria Mecânica d'Andrade Villares*, onde se verifica a compra deste alimento com maior regularidade.

<sup>257</sup> A *Padaria Hespanhola. Pao Hespanhol e Portuguez*, vendia com frequência os biscoitos doces e azedos consumidos no RNSE, como se pode verificar, por exemplo a fatura correspondente ao dia 31 de junho de 1885. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1885-1886).

<sup>258</sup> Cf. Fatura da Padaria Mecânica d'Andrade Villares, dia 30 de junho de 1905. AHSCMP — Livro das Folhas de Pagamento, (1904-1905)

<sup>259</sup> A *Pastelaria e Confeitaria Brigantina Francisco Augusto de Barros*, localizada na Rua de Santa Catarina no Porto, fornecia alguns desse tipo de doces. A 10 de maio de 1884, comprou-se, inclusive, rebuçados. Cf. AHSCMP — Folhas de Pagamento, (1883-1884).

<sup>260</sup> Compra efetuada a loja *Leão de castilha. Casa fundada em 1858 fabrica de luvas. Deposito de miudezas e artigos de Paris*, a 31 de agosto de 1887. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1887-1888).

<sup>261</sup> Compra efetuada no *Estabelecimento de Merceria por atacado e retalho*, a 1 de julho de 1884. AHSCMP — Livro das Folhas de Pagamento (1884-1885).

<sup>262</sup> BRAGA, Isabel M. R. M. Drumond — **Cultura, Religião e Quotidiano**. Lisboa: Hugin Editores, Lda., 2005. p.178

<sup>263</sup> Cf. fatura correspondente ao dia 3 de dezembro de 1885, no *Estabelecimento de Merceria por atacado e retalho*. AHSCMP — Livro das Folhas de Pagamento (1885-1886).

<sup>264</sup> Compra efetuada a 2 de março de 1887, em *Fernandes e Soares. Merceria e Loteria*. AHSCMP — Folhas de pagamento (1886-1887).

<sup>265</sup> Cf. fatura correspondente ao dia 2 de maio de 1888, no *Estabelecimento de merceria por junto e retalho de Joao Pinto Soares*. AHSCMP — Livro das Folhas de Pagamento (1888-1889).

<sup>266</sup> Cf. fatura correspondente ao dia 2 de maio de 1888, no *Estabelecimento de merceria por junto e retalho de Joao Pinto Soares*. AHSCMP — Livro das Folhas de Pagamento, (1888-1889).

O leite era consumido como bebida, e tanto era de jumenta como de vaca<sup>267</sup>. Havia ainda o consumo de derivados, nomeadamente queijos de diferentes tipos<sup>268</sup>: flamengo, queijo do Alentejo<sup>269</sup>, queijo da serra, parma e fresco. A manteiga, além de derivado do leite, também fazia parte de uma das várias gorduras utilizadas na culinária, como é o caso do unto ou banha, o *toucinho gordo*<sup>270</sup>. O azeite<sup>271</sup>, além de usado na dieta alimentar, era utilizado para iluminar a instituição. De entre os condimentos utilizados nas refeições das meninas, contam-se especiarias como açafrão e pimenta<sup>272</sup>, colorau doce (1907), caril, canela, noz moscada, alho, cebola, entre outras “espécies” não caracterizadas. Surgem também a compra de vinagre e sal.

O vinho era uma bebida consumida com regularidade. Os registos provam a compra constante de vinho<sup>273</sup> do Douro, bem como de aguardente e *cognac*<sup>274</sup>. Também era normal alguns benfeitores oferecerem vinho, como foi o caso de Francisco Pinto Nogueira que brindou o Recolhimento com doze garrafas de “Vinho Eupeptico Nutritivo de Moraes”<sup>275</sup>. Entre outras bebidas consumidas, era notório o consumo de chá<sup>276</sup> a partir de 1840, bem como a compra de café em grão do Rio<sup>277</sup>.

---

<sup>267</sup> Relativamente à compra de leite, a partir de 1883-1884, existem faturas dirigidas a Ana Nogueira que assume a distribuição de leite no Recolhimento.

<sup>268</sup> No Recolhimento da Rua da Rosa, na falta de peça de fruta por pessoa durante as refeições, à sobremesa devia constar queijo nacional, distribuindo-se 25 gramas a cada educanda. No RNSE, não há informação de quando era consumido este ingrediente, contudo são inúmeras as vezes que este surge no registo das folhas de pagamento. Ver COLEN, Luísa — Assistência às órfãs no Bairro Alto: o Recolhimento da Rua da Rosa... p.134.

<sup>269</sup> AHSCMP — Despesa diária do Recolhimento. Série M, Bco. 2, n° 18 (1852-1865), fl.5.

<sup>270</sup> Cf. fatura do dia 31 de janeiro de 1889, *Mercearia Antiga Casa Damas*. AHSCMP — Livro das Folhas de Pagamento, (1888-1889).

<sup>271</sup> Denota-se a compra frequente de azeite do Douro.

<sup>272</sup> Ainda que a primeira data seja de 1731, a pimenta é uma especiaria que vai ser adquirida posteriormente, ainda que seja rara a sua aquisição. AHSCMP — Livro de Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco.1, n°1(1731-1734), fl. 20.

<sup>273</sup> A Cerca do Recolhimento possuía algumas videiras, no entanto quando insuficientes eram compradas as quintas no Douro. Em 1889, produziram-se três pipas de vinho e João Lourenço da Fonseca emprestou cascos de uvas precisos para o trasfego e envasilhamento do vinho.

<sup>274</sup> Surge pela primeira vez, a 31 de março de 1888, a compra desta bebida à *Sociedade Cooperativa Economia Domestica*. AHSCMP — Livro das Folhas de Pagamento, (1888-1889).

<sup>275</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1892 até 30 de Junho de 1893...(1893), p.157.

<sup>276</sup> Nas folhas de pagamento nota-se a compra de chá hysson verde e também preto na *Companhia de Florinda Filhos & A*.

<sup>277</sup> Durante a consulta a folha de pagamento é possível perceber que o RNSE fazia uma elevada compra de café, nomeadamente ao *Armazem de Chá e Papel de Diversas qualidades na Rua de St. Catarina* Porto.

Nos inventários e folhas de pagamento, o carvão, lenha, mato, entulho e carqueja eram compras frequentes e serviam para aquecer e cozinhar as refeições.

Já o vestuário mereceu atenção especial. Deveu-se a Francisco de Sousa Carqueja, mesário diretor do Recolhimento, grandes melhoramentos no colégio, tendo sido ele quem reuniu esforços para conseguir vestuários para as asiladas saírem à rua<sup>278</sup>. Algumas dessas saídas eram realizadas quando as meninas iam a “banhos ao mar”, tendo por isso, sapatos próprios, casacos de agasalho e lenços de malha para a cabeça<sup>279</sup>.

Não há referências precisas da roupa utilizada em festividades pelas meninas, no entanto, no jornal *O Comércio do Porto*, em 1908, numa visita do Rei D. Manuel II ao Recolhimento, há menção que o grupo de meninas que cantavam e tocavam instrumentos nessa cerimónia estavam “trajando de azul e branco.”<sup>280</sup>.

Se, por um lado, o Recolhimento em 1860 era um dos candidatos para assumir o papel de melhor escola de educação de meninas no Porto, por outro, as instalações do Recolhimento caíam em degradação e intensificava-se a insalubridade<sup>281</sup>. Apesar da dedicação do médico da instituição — José Rodrigues Leal de Faria — se esforçar em melhorar as condições higiénicas em favor das meninas, em 1895 as doenças não paravam de aumentar. O aspeto doentio das órfãs era manifesto, desenvolvendo-se doenças de estômago, vias digestivas e garganta. As meninas acusavam ainda anemia, clorose, doenças de espinha, raquitismo e tuberculose<sup>282</sup>. A justificação para este alastrar de

---

Em 1854, há inclusive a compra de café de Cabo Verde, em janeiro de 1854. Cf. AHSCMP — Despesa Diária do Recolhimento. Série M, Bco.2, nº18 (1852-1865), fl. 22.

<sup>278</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1888 até 30 de Junho de 1889...(1889), p.136-137.

<sup>279</sup> Já que as meninas órfãs muitas vezes tinham de recorrer às meninas pensionistas para estas lhe emprestarem vestidos, chapéus, calçado, etc., em 1888, um anónimo ofereceu a quantia de 100\$000 réis para ser aplicada na confeção de roupa e distribuídos pelas educandas mais necessitadas. Seguiram-se outras pessoas a abraçar este gesto, tendo atingido a importante cifra de 390\$500 réis e contemplar todas as meninas. Dispensou-se para o vestuário 260\$545 réis, ficando o saldo de 129\$955 réis para agasalhos no inverno, também necessitados pelas meninas. Para os vestuários foram ainda oferecidas 5 peças de pano morim, por um anónimo e 2 ditos de morim cru, também por um anónimo.

<sup>280</sup> Ver Jornal *O Commercio do Porto*, nº 286 do dia 2 de dezembro de 1908.

<sup>281</sup> Esta situação já havia sido alertada três anos antes (1857), pelo mordomo Manoel Fernandes Rosas, que tinha solicitado à Mesa uma autorização para levar água a todos os dormitórios, casas e dependências do Recolhimento para gastos de higiene pessoal, mas também para limpeza das divisões de modo a fazer desaparecer todo o mau cheiro da casa. Esta situação, associada ao número de óbitos, dava ainda mais má imagem do Recolhimento.

<sup>282</sup> No ano 1894-1895, faleceu Alzira das Dôres da Silva Rocha, de meningite tuberculosa.

situação era atribuída ao regime alimentar pouco variado e baseado quase exclusivamente no uso de carne cozida o que não era o mais recomendado. Aconselhava-se, por isso, que a carne cozida fosse substituída por uma alimentação baseada no uso de leite e seus derivados, sobre os vegetais, peixe e moderadamente carne, preparada mais utilmente<sup>283</sup>.

No entanto, não se pode afirmar que isto seja totalmente verdade dado que existe a compra de uma rica variedade de alimentos, como se mostrou anteriormente. Contudo, e como se pode averiguar, a justificação do médico pode ser entendida no que, o relatório deste ano faz referência: “[...] há educandas que se sustentam a fructa; outras no comem mais de 125 grammas de carne por dia; outras não comem sopa. Houve uma até que por muito tempo só comia pão e asucar”<sup>284</sup>. Associado a isto, estava ainda o tempo de recreio depois de jantar, que o mordomo defendia que era curto, não permitindo a digestão e causando desse modo algumas das doenças, conceitos da época que procuravam explicações nem sempre comprovadas.

Em 1896, corria em público a ideia de que o Recolhimento era “insalubre”. Para tal motivo surge “[...] a fuga das pensionistas, pois ninguém de senso recto e coração bem formado, por melhor que seja o ensino e educação que lhe promettam, vae metter uma filha n’um collegio na duvida de que seja verdade ou não o que se afirmava, e de a ver atacada de anemia, chlorose, tuberculose e tantas outras doenças que dizem ali fervilharem”<sup>285</sup>. As consequências foram desastrosas com as finanças a agravarem-se profundamente. Neste ano, o RNSE era habitado por 70 educandas. Os boletins clínicos assinados pelo médico Leal de Faria davam o seguinte quadro:

---

<sup>283</sup> AHSCMP— “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1894 até 30 de Junho de 1895...(1895), p.368.

<sup>284</sup> AHSCMP— Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1894 até 30 de Junho de 1895...(1895), p.369.

<sup>285</sup> AHSCMP — Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1896 até 30 de Junho de 1897...(1897), p.374.

**Tabela 8: Doenças no RNSE no ano de 1896-1897**

Doença	Número de casos
Angina <sup>286</sup>	3
Bronquite	1
Diarreia	1
Conjuntivite	2
Embaraço gástrico	1
Erisipela de face <sup>287</sup>	5
Gastrite <sup>288</sup>	1
Oftalmia	2
<u>TOTAL</u>	<b>16</b>

Fonte: AHSCMP — Relatório dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1896 até 30 de Junho de 1897... (1897).

Relativamente aos números que esta tabela apresenta, a erisipela de face apresentava-se com maior intensidade, mas não em valores alarmantes. Estes casos explicavam-se por a doença ser infecciosa. O embaraço gástrico que neste ano atingiu uma menina, em 1890 afetou a menina Rosalina Joaquina da Rocha, a qual acabou por evoluir para uma febre tifóide. Acabou por falecer com uma meningite, o que revela a dificuldade em estabelecer diagnósticos. O ano económico seguinte, para além das doenças já identificadas na tabela, acrescentavam-se 1 caso de congestão pulmonar e dispepsia<sup>289</sup>, 4 casos de gripe e 3 de sarampo. No entanto, na generalidade dos resultados, o CNSE não apresentava valores alarmantes como os que o denunciavam. O colégio, relativamente a este assunto, apoiava-se no facto de muitas meninas órfãs serem filhas de pais cujo organismo apresentava fragilidades e que assim justificam a origem de muitas das doenças que as meninas tinham.

---

<sup>286</sup> A “angina” de peito é um sintoma de doença coronária que se caracteriza por uma dor forte ou sensação de pressão no peito ou na zona do esterno.

<sup>287</sup> A “erisipela” é uma infeção da camada superficial da pele que provoca feridas vermelhas, inflamadas e dolorosas, e que se desenvolve, essencialmente, nas pernas, rosto ou braços, apesar de poder surgir em qualquer parte do corpo.

<sup>288</sup> A “gastrite”, é a inflamação do revestimento do estômago.

<sup>289</sup> “Dispepsia”, caracteriza-se por ser uma dificuldade de digestão



No período entre 1891 e 1892 a febre tifoide não deu tréguas às meninas. Foi então que se teve de fazer um isolamento das enfermas e se transportaram as incólumes para a casa da Rua da Paz<sup>290</sup>, onde se instalaram com tudo que era indispensável, não interrompendo a vida regular das educandas, nem o seu ensino, nem os atos de culto, nem a confiança pública. Nesta conjuntura anormal foram várias a provas de dedicação e zelo dados não só pelo clínico José Rodrigues Leal de Faria<sup>291</sup>, que recebeu a patente de irmão, como também pela regente Antónia Adelaide Marcelino de Matos. O presidente da comissão económica e administrativa do Hospital Geral de Santo António, Bento António de Freitas Guimarães, recebeu da Mesa um voto de louvor por todo o auxílio prestado durante este tempo.

Regra geral, em situação de doença, as casas de educação enviavam as meninas doentes para casa dos seus pais, mas, o RNSE, tentava evitar essa situação e prolongar a estadia das meninas na instituição visto que muitas delas tinham piores condições em casa para se curarem. As meninas também recebiam tratamentos em estabelecimentos da Misericórdia como é o caso do Hospital dos Convalescentes ou o Hospital Santo António, dependendo do grau e tipo de enfermidade.

Havia a necessidade de modernizar a higiene escolar e esses passos passavam por: reformar os dormitórios, melhorar as condições do serviço de banho, melhorar questões de ventilação e sobretudo, e urgente seria, organizar e regularizar o regime alimentar e restabelecer atividades físicas que pudessem ajudar na saúde das meninas. Neste quadro, em 1900, a Comissão decidiu que se ensinasse “[...] algumas noções elementares de higiene da alimentação, do vestuário e da habitação”<sup>292</sup> às meninas, em virtude das doenças provocadas pela falta de higiene e bom serviço. Para a sua higiene pessoal regista-se a compra de pentes, escovas de lavar os dentes e ainda, despesas com idas ao cabeleireiro<sup>293</sup>.

---

<sup>290</sup> A 4 de Abril, as meninas regressaram ao edifício do RNSE.

<sup>291</sup> O médico José Rodrigues Leal de Faria faleceu a 1 de dezembro de 1902, tendo servido esta instituição durante 21 anos. Foi substituído pelo médico José Guedes.

<sup>292</sup> AHSCMP— “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1º de julho de 1900 a 30 de junho de 1901... (1901), p.239.

<sup>293</sup> Sobre tudo a partir de 1890, nota-se com maior regularidade a compra destes objetos.

Conforme determina o único do art.33.º do regulamento, em 1888, o mês de setembro era destinado a férias, podendo tanto as meninas pensionistas como as órfãs sair para casa das suas famílias. Não obstante, muitas meninas acabaram por ficar no recolhimento e a algumas delas por receita do médico, iam a “banhos ao mar”. ou ida à “praia”<sup>294</sup>, está relacionada com a saúde das meninas. Eram os próprios médicos e higienistas que aconselhavam as recolhidas a fazerem esta prática, que se intensificou, sobretudo, a partir do século XIX. Os benefícios que eram obtidos pelos banhos marítimos, contribuíram para melhorar a saúde das recolhidas (melhorar a digestão, estimular os sistemas respiratórios e nervoso)<sup>295</sup>.

A compra de medicamentos devia fazer-se na “Pharmacia do Hospital de Santo António”. A comissão esforçou-se para manter este princípio de boa economia e proibiu formalmente a compra em outras farmácias, salvo caso de urgência comprovado pelo facultativo do Recolhimento. Existem inúmeras faturas que compravam estas compras, como também na “Pharmacia Oriental”. No livro de despesas em outubro de 1855, há referência a compra de “pomada para olhos”<sup>296</sup> e em 1863, óleo curativo para as meninas.<sup>297</sup> Outras despesas se realizaram com alguma frequência: óleo de amêndoas, pomada de belladona, ácido bórico e fécula de batata, água das Pedras Salgadas, e, em 1903, na *Drogaria com productos Chimicos e Pharmaceuticos*, óleo de linhaça. Há ainda registo da compra de material ortopédico.

### c) Terceira fase: 1956-1974

As informações sobre o vestuário e saúde escassearam, tal como a alimentação, já que este período deixou menos elementos relativamente a estes traços quotidianos, aprofundando as questões da instrução e ensino de matérias novas.

---

<sup>294</sup> Algumas dessas idas eram à Foz, como comprovam, por exemplo, as folhas de pagamento ao *Estabelecimento de Aluguer de Trens* em 1889.

<sup>295</sup> A prática dos banhos de mar e os seus benefícios praticou-se em inúmeros recolhimentos, um desses casos foi o Recolhimento de Santo António do Campo da Vinha, administrado pela Misericórdia de Braga. Sobre a importância que os banhos marítimos alcançaram como fonte medicinal ver o trabalho BRAGA, Isabel Drumond — **Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal (séculos XV-XIX)**. Lisboa: Universitária Editora, 2001. p.140.

<sup>296</sup> AHSCMP — Despesa diária do Recolhimento. Série M, Bco.2, nº18 (1852-1865), fl.62.

<sup>297</sup> AHSCMP — Despesa diária do Recolhimento. Série M, Bco.2, nº 18 (1852-1865), fl.22v.

As fotografias evocam passeios, como elementos estruturadores do convívio, mas sabe-se muito pouco sobre os detalhes, em grande medida porque também a documentação não está, ainda, acessível (ver introdução)

De qualquer forma, as preocupações com a saúde deixam de ser uma questão exclusiva do já Colégio – é uma preocupação que extravasa o seu interior, tanto mais que as alunas externas são a esmagadora maioria (ver capítulo anterior).

### 3.2. Ensino de prendas: casa de labores

Desde a sua fundação, parte do dia-a-dia das meninas era passado na Casa de Labores. Aqui, as meninas aprendiam a “[...] bordar, cozer, fazer rendas, fiar”<sup>298</sup>, que na década 60 do século XIX já se concretizava em outras tarefas, tais como, fazer a meia, engomar, talhar vestidos e roupa branca<sup>299</sup>. Juntamente com os labores que as meninas aprendiam e que seriam uma preparação para o seu futuro, a Regente também as ocupava com o “serviço da casa”<sup>300</sup>, nomeadamente varrer, espanar, cozinhar<sup>301</sup>, amassar e o que mais houvesse para fazer na casa e que considerasse ser tarefa para tornar as meninas em mulheres perfeitas. No ano de 1732, aquando da visita da Mesa, esta reforçava o princípio de as meninas ajudarem no serviço da cozinha e da casa de forno, a cada semana, tal como faziam com a leitura e restantes serviços feitos no refeitório. A mesma Mesa, determinou ainda que a lavagem da roupa fosse feita dentro do Recolhimento pelas serventes de dentro, com a ajuda das órfãs.

Os trabalhos manuais, realizados pelas meninas na casa de labores tiveram uma vertente formativa e educativa. Desde o início do Recolhimentos que surgem rendimentos

---

<sup>298</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.141.

<sup>299</sup> AHSCMP — “Additamentos e Emendas ao Estatuto de 26 de Novembro de 1731 do Recolhimento das Órfãs... (1863), p.15-16.

<sup>300</sup> FERREIRA, J. A. Pinto op.cit., p.153.

<sup>301</sup> No Recolhimento de Santo António de Campo da Vinha, às recolhidas competia-lhes cozinhar na sua semana, durante a qual podiam contar com a ajuda da única criada permitida no estabelecimento. Cada uma estava incumbida de fazer as refeições para todas, e todas jantariam e ceariam em comunidade, estando proibidas de o fazer isoladamente, a não ser em caso de doença. Sobre este assunto, no RNSE sabe-se que as meninas ajudavam a servente na cozinha. No entanto, como a cozinha se torna um elemento importante na formação da mulher, o Recolhimento vai introduzir um curso de culinária nas suas instalações. Cf. AHSCMP — Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerencia do 1.º de julho de 1908 a 30 de Junho de 1909...(1909), p.11.

a partir da venda do que produziam<sup>302</sup>. No século XIX existe mesmo a menção a uma caixa de economias, resultado das receitas do trabalho de costura das meninas<sup>303</sup>. Esta componente resultou, certamente, do apuramento de tarefas que se materializaram na organização de exposições dos trabalhos que se efetuavam na casa de labor, vaidade para os mestres, que demonstravam o produto e a aplicação dos seus ensinamentos, de acordo com o grau de ensino das órfãs e porcionistas. Os trabalhos consistiam na apresentação de bordados a branco, a ouro, a prata, a cor, e a “cabbello”, a fio de seda, a “escomilha” e o *point lace*<sup>304</sup>; desenhos, fazer flores e outros objetos. Em 1856-1857, e dada a importância que se atribuía a estes trabalhos, a Mesa deliberou uma Comissão para avaliar os “[...] produtos mais bem acabados, que n’ella achassem, e ella adujicar prémios correspondentes ás meninas, que os houvessem apresentado”<sup>305</sup>.

O mérito dos trabalhos mereceu a visita de figuras régias, como aconteceu inesperadamente, a 26 de agosto de 1861, pelo rei D. Pedro V, em visita à cidade do Porto<sup>306</sup>. Noutros casos, na coleta de verbas para erigir no Brasil o monumento ao rei, organizou-se uma outra Exposição, em 1863. A Comissão do Monumento de D. Pedro V pretendia assim que os trabalhos das meninas porcionistas e órfãs estivessem presentes com o fim de “[...] mostrar aos nossos compatriotas e Irmãos, residentes no Rio de Janeiro, e no Brasil em geral, o seu reconhecimento pelos benefícios que delles tem recebido esta Santa Casa”<sup>307</sup>. As 71 obras a serem vendidas foram exibidas ao lado de

---

<sup>302</sup> Os livros de Receita e Despesa do Recolhimento tem uma referência à Casa de Labor, na qual consistia segundo o texto de 1750 na paga que recebe o recolhimento da “obra de agulha e outro semelhante que fazem as meninas órfãs, trabalhando para fora” (AHSCMP — Receita e Despesa do RNSE. Série M, Bco.1, nº11 (1747-1750)). Veja-se a referência em 1731-1732, onde se registam 1\$120 réis que se conseguiram com a venda de lençóis, toalhas e outras obras, vendida ao hospital da Misericórdia e mais 600 réis que a regente conseguiu com a venda de outros trabalhos das meninas (AHSCMP — Receita e Despesa do RNSE, nº8 (1731-1735), fl. 28).

<sup>303</sup> Surgiu no ano letivo de 1884-1885.

<sup>304</sup> Este novo tipo de bordado surge em 1872, e mereceu grandes elogios dos visitantes.

<sup>305</sup> AHSCMP — “Relatorio que leu á Mesa da Santa Casa da Misericordia, da cidade do Porto, O conselheiro A.R.O. Lopes Branco, Provedor da Mesma Santa Casa, no fim do anno de 1856-1857... (1857), p.77-78.

<sup>306</sup> Visitou, na companhia do seu irmão, o Infante D. João, duque de Beja, o Hospital de S. António e dois dias depois o RNSE. Cf. AHSCMP — “Relatorio dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto. Durante o anno economico de 1861 a 1862...(1862), p.6

<sup>307</sup> O mordomo do RNSE, Gonçalves Braga, recebeu um convite para ajudar o Comendador José Bento Ramos Pereira na realização de algumas prendas para o leilão que se iria realizar a 28 de setembro no Hospital de Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro, em auxilio desse estabelecimento. AHSCMP —

trabalhos executados pelas meninas. A reunião de todos os objetos e a sua exibição formaram um conjunto “brilhante, não só de boa disposição, e colocação dos objectos, mas pelo bom gosto e escolha dos bordados de todas as especies, que formaram parte d’ella e de outros muitos objectos differentes que formavam aquelle todo”<sup>308</sup>.

A exposição, acabou por ser animada pela execução de peças de música ao piano. Entre os numerosos trabalhos que as meninas executavam, há inúmeras situações que se se destacam, nomeadamente, no ano letivo de 1888-1889, em que as educandas confeccionaram seis ramos de flores artificiais, destinadas ao altar-mor da capela ou um pano destinado à porta da sala do despacho da SCMP, bordado a lã e seda<sup>309</sup>. A certa altura, as exposições acabam também por receber trabalhos de aguarela e crayon, o que panteava a diversidade de produção<sup>310</sup>.

Aquando da transferência das educandas para a quinta da Rua da Paz (provisoriamente) em fevereiro de 1892 devido a situação doentia que se vivia no interior do Recolhimento, as alunas Arminda de Oliveira, Maria da Glória Pinheiro e Artemísia Rosa Guedes, auxiliadas pelo trabalho de outras companheiras e pelos donativos de várias pessoas, bordaram a primor um manto de cetim azul para a imagem da Virgem das Dores, que se venerou nessa altura na capela do Recolhimento<sup>311</sup>. Também em ocasião da inauguração do Instituto de Surdos Mudos em 1893, a menina Maria Josefina Rodrigues ofereceu em nome de todas as recolhidas uma “[...] rica pasta das côres symbolicas da Casa Samodães — verde e amarello — as excellentes composições poética e musical que pouco antes haviam desempenhado”<sup>312</sup>, ao Provedor Conde de Samodães. Na face

---

“Relatorio dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto. Durante o anno economico de 1863 a 1864...(1964), p.34.

<sup>308</sup> AHSCMP — “Relatorio dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto. Durante o anno economico de 1863 a 1864...(1964), p.36 Esta informação pode promover pesquisas futuras e de localização da peça.

<sup>309</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerencia do 1.º de Julho de 1888 até 30 de Junho de 1889...(1889), p.137. Possivelmente este pano ainda se encontra nas instalações do atual CNSE, contudo, durante o período de estágio, este assunto não foi tratado.

<sup>310</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerencia do 1.º de Julho de 1893 até 30 de Junho de 1894...(1894), p.191-192

<sup>311</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerencia do 1.º de Julho de 1891 até 30 de Junho de 1892...(1892), p.181. Possivelmente este pano ainda se encontra nas instalações do atual CNSE, contudo, durante o período de estágio, este assunto não foi tratado.

<sup>312</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerencia do 1.º de Julho de 1893 até 30 de Junho de 1894...(1894), p.283-284. Possivelmente este pano ainda se encontra nas instalações do atual CNSE, contudo, durante o período de estágio, este assunto não foi tratado.

anterior da pasta de veludo verde, tinha uma coroa de conde e por baixo o monograma C.S. todo bordado a ouro.

Se as professoras de bordado mereceram notável apreço pela Mesa relativamente ao trabalho desenvolvido, também as meninas foram recebendo louvores pelo seu respeitável trabalho. Em 1869-1870, a Mesa reconheceu que muitos bordados ensinados e executados debaixo da direção da órfã Carolina Cândida Pereira, mereciam reconhecimento e demonstravam o perfeito ensino que esta casa instruía. Os bons serviços desta órfã, levou a Mesa a eleva-la a Mestre de Bordados, “[...] tendo verdadeiro prazer em galardoar o mérito, e que a escolha de Professora rechaísse em uma Orfã que faz honra ao Recolhimento, mesmo para que tão salutar exemplo servisse de nobre estímulo e animasse as educandas”<sup>313</sup>. Decorria o ano de 1907-1908, que graças à dedicação desta mestre que chegou a Regente do Recolhimento, no dia da festividade da padroeira, colocou-se um frontal de cetim branco com bordados a matiz e a ouro executados pelas meninas<sup>314</sup>.

Em Sessão de 3 de dezembro de 1913, o Provedor apresentou um projeto para a execução da bandeira desta Santa Casa. Foi aprovado e resolvido para que ela fosse confeccionada no Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança<sup>315</sup>. Em comunicação nº 1118, de 14 de janeiro (1916), deferiu a Mesa criar uma petição do Núcleo Reformista do Porto para que a bandeira nacional fosse colocada em Paris, comemorando o ingresso de voluntários portugueses nas hostes aliadas, aquando da I Guerra Mundial. Depois de concluída, foi entregue aos dirigentes do Núcleo que, depois de dois anos de exposição no estabelecimento, a fizeram seguir o seu destino. Recebeu os maiores elogios, nomeadamente da correspondência estrangeira.

---

<sup>313</sup> AHSCMP — “Relatorio dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericórdia do Porto, durante o anno economico de 1869-1870...(1870), p.60.

<sup>314</sup> Em 1908, devido à dedicação da digna Regente do Recolhimento (Carolina Cândida Pereira da Cunha), estrearam no dia da festividade um esplendido frontal de cetim branco com primorosos bordados a matiz e oiro e sete “lindos ramos de flores artificiais”. Estes trabalhos foram executados sob a direção da professora do Recolhimento Luísa da Costa Ferreira, pelas educandas órfãs Guilhermina Mattos, Maria do Carmo Tavares e Francisca Lyon e pelas educandas pensionistas Antónia Alvim, Amelia Pereira e Lydia Meirelles, e são uma prova da competência daquela professora.

<sup>315</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerencia da Santa casa da Misericórdia do Porto, desde 1º de Julho de 1913 a 30 de junho de 1914...(1914), p.51. O trabalho foi entregue à órfã efetiva Emília Ermelinda Soares Duarte, auxiliada pela sua condiscípula Aurora da Silva Vida Garcia, sob a direção da professora de bordados a ouro e a cores, Cristina Augusta Monteiro de Almeida.

“Recebemos já as duas corôas de flores artificiais e a bandeira de sêda, bordada a oiro, que nos foram enviadas do Pôrto. Como sabem trata-se duma consagração piedosa de saudade e de patriotismo à memória dos dois primeiros voluntários portugueses que morreram na linha de fogo. E a bandeira, tecida pelas doces e adoráveis mãos das educandas do Recolhimento das Orfãs do Pôrto, é destinada ao Museu do Exército nos Inválidos.

Todas as parienses têm admirado o belo trabalho, tao finalmente artístico do bordado a matiz e oiro. Não se faz melhor em França! E podemos afirmar que será uma das mais ricas (senão a mais bela) de todas as bandeiras expostas na magnifica e rica sala dos Marechais, no andar nobre dos Inválidos.”<sup>316</sup>

Já na década 40 do século XX, sob um ambiente que articulava o RNSE com o contexto da época, sublinhe-se a integração de trabalhos nas exposições da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) e pela Juventude Estudantil Católica (JEC), até ao ano de 1974. Na festa de natal de 1950, as meninas fizeram uma exposição dos berços e enxovais confeccionados com destino às crianças pobres e a quem foram distribuídos. Estes trabalhos foram executados durante as aulas de labores da MPF e ainda ofereceram às crianças necessitadas e doentes brinquedos, tendo sido contemplados o Hospital de Santo António, Hospital de Crianças Maria Pia e a Casa da Paralisia Infantil da Foz. Em 1954, as alunas contribuíram para a semana da Mãe (data festiva dia 8 de dezembro) com 14 camas, 2 alcofas e respetivos enxovais, e distribuíram no natal brinquedos e 850 peças de roupa confeccionadas pelas próprias alunas. Uma das camas que foi enviada para a exposição da MPF recebeu o 1º prémio.<sup>317</sup>

Outro sinal destas mudanças é a participação da Conferência de S. Vicente de Paulo nas cerimónias das meninas, a partir de 1957, nas quais se distribuíam roupas, géneros alimentícios e brinquedos distribuídos mensalmente pela cidade pelos que eram considerados, à época, os mais pobres.

---

<sup>316</sup> AHSCMP — Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1915 a 30 de Junho de 1916...(1916), p.560-561.

<sup>317</sup> Sabe-se da transferência de documentação do CNSE para o AHSCMP, nomeadamente álbuns de fotografias, onde possivelmente haverá referência a este objeto. Contudo, e até ao momento, a sua consulta ainda não é acessível ao público.

### 3.3. A prática e a formação religiosa: oração, culto e associativismo

A vida religiosa e espiritual não estava à parte das restantes atividades, mas era-lhe intrínseca. Relembre-se que “Aprendiam a ler, emendar as matérias, e ensinar a doutrina pela cartilha do padre mestre Inácio Martins<sup>318</sup>”. Ensinar a doutrina incluiria formas de rezar e manifestar essa relação com Deus e a Virgem, o que pressupunha o cumprimento de um calendário religioso diários e anual: orações diárias, missa, festividades ligadas à figura da Padroeira do Recolhimento, tal como acontecia noutras instituições da época<sup>319</sup>.

Os primeiros estatutos delimitam bem de que forma havia ter de ficar distribuída a prestação do culto: às 6:30h da manhã (depois de vestidas), as meninas, perante a imagem de Cristo, que estaria nos seus quartos, rezavam a ladainha de Nossa Senhora, que a mestra recitava por um livro. Seguidamente, professavam um Pai Nosso e uma Ave-Maria ao anjo da sua guarda, outra aos santos dos seus nomes, outro aos benfeitores da SCMP, e outro, pelos “frutos do mar e da terra”, para que nada faltasse. Por fim, cantavam uma Salve Rainha a Nossa Senhora. Uma hora depois, iam à missa. Ao fim de jantar (almoço), faria a Regente sinal para se levantarem todas as educandas e rezarem um Pai Nosso e uma Ave-Maria pela alma do Tesoureiro de Cedofeita e restantes benfeitores do Recolhimento. Depois das 19h, as meninas deslocavam-se novamente para o coro rezar o Rosário, “[...] em voz inteligível e de giolhos<sup>320</sup>, e as que não poderem estar assentarão de licença da Mestra ou Regente”<sup>321</sup>. Depois cantavam ainda três Salve-Rainhas à Virgem Nossa Senhora, “[...] oferecendo-as por sua tenção para que as guie e ajude ao melhor estado, para a gloria de Deus e bem da sua alma”<sup>322</sup>. Ao finalizar a sua ceia diziam em voz alta o cântico de *Benedictus Dominus* e antes de dormir, rezavam a ladainha e faziam um momento de silêncio e um exame de consciência.

---

<sup>318</sup> Trata-se de um texto didático e catequético (cartilha da doutrina cristã), elaborada pelos Jesuítas ampliada depois pelo mestre Inácio Martins (1531-1598). Era uma cartilha a pensar nas crianças porque O Padre Inácio ensaiava as crianças nas perguntas e respostas às orações «e capítulos da doutrina». Veja-se a nota 224.

<sup>319</sup> No Recolhimento de Santo António de Campo da Vinha, a oração também fazia parte da ordem das recolhidas: rezavam no oratório, no coro e na igreja. Também durante as refeições praticavam típicas orações, semelhantes a que se verificaram no RNSE. MACHADO, Carla Manuela Sousa — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**...p.105-106.

<sup>320</sup> Giolhos tem o mesmo significado de Joelhos.

<sup>321</sup> FERREIRA, J. A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança**...p.153.

<sup>322</sup> Ibidem, p.153.



O período que se seguia entre as 10h e o almoço, além de emendar as matérias, servia para as meninas aprenderem segundo a cartilha do padre Inácio Martins. Essa cartilha, escrita por padres Jesuítas (importantes na divulgação dos preceitos tridentinos no império português), apresentava a base da doutrina católica de forma dialógica e especialmente elaborada para a educação de crianças. Além disto, a cartilha preparava as meninas para a “[...] ênfase na oralidade na vivência da religiosidade católica de então, com os cânticos, as rezas e a confissão”<sup>323</sup>.

Além disto, as meninas tinham um calendário específico, de reavivamento da memória, encomendação da sua alma e da dos que faleceram e foram benfeitores, assim como de práticas de comunhão e confissão, como qualquer cristão, católico. Veja-se o quadro seguinte.

**Tabela 9: Distribuição de tarefas em dias religiosos, segundo os Estatutos de 1725**

<b>Dias</b>	<b>Tarefas</b>
Segunda a Sexta-feira	Missa <sup>324</sup> de quarta-feira pela alma do desembargador João Vieira de Macedo
Terça a Sábado	Reza do rosário pelos benfeitores do recolhimento. Rosário de sexta pela alma do desembargador João Vieira de Macedo
Domingos	Manhã a rezar e a ouvir missa. De tarde, por volta das 13h no inverno e às 14h no verão, cantavam o terço a que todas as meninas haviam de assistir. Comungar 15 em 15 dias Missa pelos benfeitores do recolhimento.
Dias santos	manhã a rezar e a ouvir missa. De tarde, por volta das 13h no inverno e às 14h no verão, cantavam o terço a que todas as meninas haviam de assistir.
Dias de confissão	manhã a rezar e a ouvir missa. De tarde, por volta das 13h no inverno e às 14h no verão, cantavam o terço a que todas as meninas haviam de assistir.

<sup>323</sup> GANDELMAN, Luciana Mendes — **Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos Recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)** ...p.261.

<sup>324</sup> Os mais rosários e missas poder-se-iam aplicar por tempo futuro pela tenção de alguma pessoa que aumente as rendas do Recolhimento e seja um grande benfeitor dele, o que determinava a Mesa com parecer dos definidores, e enquanto não resolver se aplicavam pelos benfeitores gerais.

Domingos de advento e Quaresma	Percurso via sacra, rezando em cada cruz e estação
Domingo de Ramos	À noite, a Regente informava que a partir de segunda de manhã se iniciavam até quinta-feira, os exercícios espirituais. Na quarta-feira de tarde realizavam-se as confissões e na quinta de manhã comungavam. O resto do dia de quinta-feira e sexta-feira, as meninas resguardavam-se dos divertimentos, gastando o tempo nas devoções, com rezas e vias-sacras.

Fonte: Dados recolhidos dos Estatutos de 1725.

Com mais ou menos rigidez, além da oração, o silêncio e os exames de consciência fizeram parte dos momentos dedicados à reconciliação, de arrependimento, de repetição de normas comportamentais à imagem do evangelho e da vida de santos, modelar de percursos de vida<sup>325</sup>.

Tais momentos repetiram-se ao longo do século XIX, em torno de missas em memória da alma de pessoas que se tivessem distinguido por se preocuparem e ofereceram ao Recolhimento e em particular, às meninas, prendas e legados. Um desses casos aconteceu em 1890-1891, quando foi instituído o legado “Orphãs do legado benéfico de Seabra”, realizando-se uma missa para sufragar a alma da benfeitora, Maria Seabra de Moura Soeiro<sup>326</sup>. Contudo, também eram celebradas missas em honra de pessoas que durante uma parte da sua vida se dedicaram às meninas e de algum modo mereciam reconhecimento. Veja-se o caso de Francisco de Sousa Carqueja<sup>327</sup>, cuja morte

<sup>325</sup> Também no Recolhimento das beatas do Campo da Vinha, as recolhidas faziam momentos de consciencialização. Esses exames pretendiam levar as internas a refletirem sobre as faltas cometidas e a arrependem-se das mesmas. MACHADO, Carla Manuela Sousa — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga...** p.106-107.

<sup>326</sup> Neste caso admitiram-se duas órfãs indicadas pela direção da Associação benéfica dos Ourives do Porto. Outro caso e em agradecimento e gratidão aos benfeitores Miguel Joaquim Gomes Pinto e a sua mulher Tereza de Jesus Gomes Pinto de Oliveira celebrou-se na capela do Recolhimento, dia 8 de dezembro de 1891, consagrado à Imaculada Conceição, uma missa aplicada em ação de graças pelos dois insígnos benfeitores. No mesmo mês, da 20, celebrou-se uma missa de ação de graças pelas melhoras de saúde pelo deputado Manoel Vieira de Andrade; e dia 21, houve na capela um Lausperene extraordinário, em cumprimento de uma devoção. Cf. AHSCMP— “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1891 até 30 de Junho de 1892...” (1892), p. 176-177.

<sup>327</sup> Ainda não era decorrido o primeiro trimestre do ano económico de 1908 e já o Recolhimento registava a perda de um dos grandes benfeitores daquela casa, Francisco de Sousa Carqueja (21 de setembro de 1908). Em ocasião da sua morte e para sua homenagem, a Comissão Diretora propôs que se concedesse a antiga educanda órfã Francisca Delfina Lyon (protegido especial do falecido) que tendo terminado o tempo do seu internamento em 9 de setembro de 1908, se conservava-se no recolhimento por não ter ninguém que

justificou a presença da rainha D. Amélia, que fez questão de se dirigir ao Recolhimento para chorar a sua morte.

Para além da catequese, ministrada desde 1894 por dois capelães da casa, as tarefas e práticas religiosas das meninas aconteciam ao domingo e dias santos, uma aula de catequese<sup>328</sup> às quintas-feiras, à prática da confissão, à preparação especial para a comunhão e para a crisma, à organização de uma pequena congregação religiosa entre as educandas e por fim à Festividade da Padroeira.

A festividade da padroeira era um dos momentos altos do Recolhimento. Chamada de “Festividade de Nossa Senhora da Esperança, padroeira do Recolhimento<sup>329</sup>” (desde 1854). Durante a sua cerimónia fazia-se a exposição do Santíssimo Sacramento, missa cantada e sermão na parte da manhã e à tarde, cantavam a ladainha de Nossa Senhora, e as meninas cantavam no coro, na missa<sup>330</sup>. No ano económico de 1866-1867, as meninas porcionistas e órfãs cantaram uma nova missa, oferecida à Mesa pelo professor de canto Joaquim José Lopes, para ser entoada pela primeira vez na festividade. No ano seguinte, repetiu-se a mesma festividade, com a adição de um novo órgão: “[...] a linda musica d’esta exellente composição produzidas este anno ainda muito melhor effeito, e realçou muito mais, por ser acompanhada pelo bello orgão, com que este anno foi dotado o Estabelecimento”<sup>331</sup>. A 16 de junho 1895, também nesta cerimónia, e pela primeira vez, festejava-se a primeira comunhão das educandas, festa que existia em todos os colégios católicos<sup>332</sup>.

Assumia, portanto, a atenção de toda a população do Recolhimento como a exterior e, o desejo que ela fosse grandiosa desdobrava tantos os mestres como as educandas a

---

acesse aos seus cuidados para a recolher (o mesmo benefício que gozam as órfãs contempladas com o legado “Carneiro de Araújo”, em que se tratam de órfãs vitalícias).

<sup>328</sup> Em 1962 há referência que se ministra o ensino da catequese a crianças não alunas do colégio aos Domingos, as quais já se encontravam inscritas 40 meninas.

<sup>329</sup> A capela estava sempre profundamente ornamentada, com valiosas plantas fornecidas gratuitamente pela *Real Companhia Hortícola-Agrícola*. Também serviam nesta ocasião muitas plantas da estufa do Recolhimento.

<sup>330</sup> As despesas em torno desta festividade, retinham uma grande parte do orçamento do culto. Normalmente, os valores variavam entre os 55\$000 e os 60\$000 réis, que se distribuíam pelo pagamento ao celebrante e acólitos, ao sermão, armação, miudezas de cera e gizamentos e despesas diversas.

<sup>331</sup> AHSCMP — “Relatorio dos trabalhos da Mesa administradora da Santa Casa da Misericórdia do Porto, durante o anno economico de 1867 a 1868... (1968), p.69.

<sup>332</sup> Teve inicio às 9:00h da manhã, sendo a missa presidida pelo José Rodrigues Cosgaya.

aperfeiçoarem as suas apresentações. Realizada anualmente, entre maio e junho, ativava o interesse de benfeitores e visitantes, que presenteavam as meninas com vestuário, objetos para a igreja, dinheiro, entre outros. Esta festividade servia, ainda, para a distribuição de prémios e para a apresentação de alguns trabalhos das recolhidas.

A partir do século XX, surgiram os retiros espirituais. O primeiro aconteceu no ano de 1953, entre os dias 21 e 23 de fevereiro sob a orientação do Reverendo Mário Branco, contudo teve uma frequência anual. Neste mesmo ano, a importância da educação religiosa fez com que todas as semanas se realizassem conferências sobre o catecismo às alunas. A partir daqui o ensino religioso foi praticado também através de visitas a locais sagrados como Fátima e Santiago de Compostela como se pode verificar de seguida.

A importância em torno da “mãe”, fez com que a partir de 1957, fosse solenizado uma missa dedicada às “mães”, e exposição de enxovais e berços destinados as mulheres pobres. Em 1961, teve um significado especial esta sessão solene: além de homenagear a Mãe do Céu e com Ela as Mães da terra”, neste ano, de acordo com a iniciativa da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) foi também celebrado o dia da Mãe do Soldado, porque a guerra Colonial sublinhava esta dimensão.

Outra dimensão da formação religiosa e articulação com movimentos católicos nacionais e diocesanos, nos anos posteriores a 1950, foi a comunhão do Recolhimento com organismo de ação católica, a Juventude Estudantil Católica (JECF). Esta ligação favorecia nas suas filiadas o espírito de iniciativa e interesse pelos outros e desenvolvia também o sentido de responsabilidade apostólica<sup>333</sup>. Em 1969, alguns militantes deste organismo, foram responsáveis por várias iniciativas, como por exemplo, uma exposição sobre *Os Direitos do Homem- caminho para a Paz* e uma peregrinação a Fátima nos dias 3 e 4 de maio, que pretendiam alimentar a devoção das alunas à Virgem e estreitar os laços de convívio fraterno.

---

<sup>333</sup> Por sua iniciativa, em 1968, organizaram-se três encontros destinados às finalistas do Colégio, para as ajudar a escolher o curso que mais lhe convinha

### 3.4. Instrução: desenvolvimento e metodologia de ensino

O que se leu nos primeiros Estatutos apontavam um programa integrado, em que se aprendia a ler pela cartilha e se diversificavam tarefas, sob a vigilância de algumas figuras. A educação e as reformas institucionais associadas ao Iluminismo projetam um leque de conhecimentos em diferentes colégios e na Universidade de Coimbra. Estes são aspetos gerais aplicados, fundamentalmente, ao sexo masculino.

O liberalismo e os parâmetros que os definiu (ausência do ensino congregacionista e a liberdade de ensino, consignada na Constituição de 1822), terão possibilitado, ou criado condições para se verificarem mudanças no ensino privado e com isso o nascimento de colégios femininos e masculinos, a cargo de seculares ou de proprietários eclesiásticos. Este ensino privado, apesar de aberto a novas ideias, privilegiando o “estar em sociedade, o conhecimento das línguas vivas, ao canto, à dança, ao exercício físico”<sup>334</sup>, permanecia ligado à matriz católica, que continuava a ser parte integrante da educação dos meninos e meninas deste tipo de instituições. A generalidade dos proprietários deste tipo de colégios, mantinham o ensino da religião e moral católica, a prática de festas religiosas, a assistência em missas, entre outros<sup>335</sup>, como se viu no ponto anterior relativamente ao RNSE. Os colégios de ordem privada, muitas vezes em regime de internato ou com internato e externato, eram, normalmente, orientados por concepções católicas, que incluíam a participação nos diferentes atos litúrgicos. Alguns deles estavam ligados a Irmandades e a Casas de Misericórdia, como é o caso do RNSE. Por outro lado, se em relação ao sexo masculino o ensino profissional deu os seus passos no contexto das iniciativas de industrialização, a verdade é que permaneceram conceitos pouco favoráveis ao progresso cultural feminino<sup>336</sup>. É certo que a partir da Regeneração, o ensino começou

---

<sup>334</sup> Felgueiras, Margarida L. — “A difícil e frágil emergência de um ensino privado não confessional em Portugal (final do século XIX e primeira metade do século XX)...p.301.

<sup>335</sup> Se a secularização empreendida no período liberal libertou algumas práticas sociais das limitações impostas pela religião, do ponto de vista simbólico o Estado manteve-se confessional, pouco aberto à liberdade religiosa. A educação estava, pois, enquadrada nessa ordem simbólica e cultural dos deveres dos súbditos para com o Deus e para com o Rei, que se deveria reproduzir através do ensino. Cf. Felgueiras, Margarida L. — “A difícil e frágil emergência de um ensino privado não confessional em Portugal (final do século XIX e primeira metade do século XX)...p.301-302.

<sup>336</sup> PINTO, Maria Teresa Valente — **A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e Representações**. Lisboa: 2008. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Aberta.

a assumir outro panorama, e a partir da década de 70 o debate sobre o papel da mulher na vida futura — não só como mulher do lar e de aprendizagem dos labores — é posta em causa, tal como os ensinamentos que se lhe deviam atribuir. Apesar das boas intenções governamentais de instruir a população feminina, o panorama continuou muito deficiente até ao final do século XIX<sup>337</sup>.

Não obstante, mesmo sem a perceção da originalidade ou semelhança com outras instituições, procuraremos perceber qual foi o percurso seguido pelo RNSE para lá do tempo dedicado aos labores e à aprendizagem e prática religiosa, já observadas atrás.

Entre o ensino religioso, a prática de labores, o Recolhimento, nos seus primeiros anos de vida, dedicava-se, no que ao ensino diz respeito, à leitura e a aprendizagem das letras. As informações sobre este período são simplesmente estas.

Os meados do século XIX abriram uma discussão no seio da Misericórdia (já anteriormente citado), acerca da natureza das suas meninas, das categorias em que se inseriam e das exigências na sua formação, a par das dificuldades de sustentabilidade. Contudo, na década de 80, em particular, o RNSE era uma referência por oferecer uma educação completa às educandas. Tanto na língua portuguesa como nas línguas estrangeiras (francês e o inglês), ou desenho, as meninas eram aprovadas com distinção no Liceu da cidade, onde faziam os exames de instrução primária, os exames para o magistério primário e admissão às Escolas Normais, de formação de professores<sup>338</sup>, etc.<sup>339</sup>.

Contudo, a educação praticada pelas órfãs, que viviam das verbas de benfeitores era diferente das pensionistas, que pagavam o seu sustento. O plano de estudos das pensionistas estava dividido em três campos<sup>340</sup>: literária (composta pela instrução

---

<sup>337</sup> VAQUINHAS, Irene — Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance. *TURRES VETRAS III, Actas de História Contemporânea* [Em linha]. [consult. 13 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/36891>>.

<sup>338</sup> Por exemplo, em 1889-1890, Jacome Macedo enviou ao Recolhimento uma nota de valor de 100\$000 reis, para ser aplicada nas despesas inerentes à habilitação para o magistério primário de algumas meninas que quisessem seguir a carreira de professorado.

<sup>339</sup> Por o recolhimento se tratar de uma instituição privada, as meninas para aprovarem nas disciplinas tinham de se dirigir ao liceu mais perto da cidade. AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1889 até 30 de Junho de 1890... (1890).

<sup>340</sup> Ver AHSCMP — “Programma para a admissão de Pensionistas, de Orphãs de varios legados, das da Primitiva Instituição e das Supranumerarias no Recolhimento... (1894).

primária e complementar, tradução e conversação de língua francesa e inglesa, geografia, história); artes de recreio (desenho linear, de ornato, de figura, de paisagem, piano e outros instrumentos, canto e higiene); trabalhos (todas as tarefas consideradas como aperfeiçoamentos em mão-de-obra, “prendas”: cozer, fiar, etc)<sup>341</sup>. Tal como para as pensionistas, era obrigatório às órfãs o ensino primário elementar e artes femininas (ou trabalhos). Obrigatório para as órfãs e facultativo para as pensionistas era o ensino de brunir, engomar e cozinhar. Relativamente ao ensino complementar, era somente dado às órfãs que mostrassem aptidão para alguma dessas matérias<sup>342</sup>.

No último quartel do século XIX, nomeadamente a partir de 1886, o ensino que se praticava no RNSE voltava a ser discutido. No Recolhimento, e para Francisco Carqueja<sup>343</sup>, a aplicação do tipo de ensino profissional seria a solução para o destino das órfãs. Assim, as meninas que se destacassem “[...] pela sua índole e dotes de intelligencia e tiver um natural pendor para o magistério, justo será habilital-a para realizar o competente exame na escola normal, obter o seu diploma oficial e focar com o direito de requerer uma cadeira do ensino primário”<sup>344</sup>, enquanto as meninas que pelas suas predisposições tivessem uma vertente prática para trabalhos industriais, o recolhimento devia oferecer atelieres próprios.

No entanto, a preocupação residia nas pensionistas: se por um lado o destino das órfãs poderia estar assegurado, por outro havia a preocupação das pensionistas:

“Com a introdução do ensino profissional no estabelecimento afastar-se-hiam as pensionistas? Por certo que não. Essas, como têm a esperar maiores ou menores fortunas, seguiram na esteira trilhada até aqui, pelo que respeita á educação, nada tendo que vêr como tal ensino, salvo se manifestassem desejos de o receber. É, porém, quasi certo que muitas pensionistas procurariam com agrado a aprendizagem de industrias, que na vida,

---

<sup>341</sup> Sobre este assunto ver VAQUINHAS, Irene — “Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino do século XIX: o caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880)”. Gestão e Desenvolvimento [Em linha] (1996), 213-247. [consult. 13 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: [https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/33121?locale=pt\\_PT](https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/33121?locale=pt_PT)>.

<sup>342</sup> Cf. AHSCMP — “Regulamento do Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança...(1894), p.22-23.

<sup>343</sup> O grande mérito na direção impressa ao estabelecimento desde 1887 pertenceu a Francisco Carqueja, onde nas suas bases continuou um antigo sistema de educação e aliou aos aperfeiçoamentos necessários, sem, todavia, exagerar. Encarregado de administrar o Recolhimento, Francisco Carqueja foi elogiado pelo sua honestidade, bondade e zelo pelas meninas. seu período de administração na instituição ter sido caracterizado como áureo e de grandes mudanças.

<sup>344</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1888 até 30 de Junho de 1889...(1889), p.151.

sujeita a tantas vicissitudes e contingencias, podem ser, ás vezes, elementos de abençoadas venturas. A idéa ahi fica lançada; oxalá ella germine e furtifique”<sup>345</sup>

Apesar da vontade, este ramo de ensino tardou a implantar-se. Em 1894-1895, Adriano Maria Cerqueira Machado, novo mordomo diretor do Recolhimento, propôs-se a organizar e a apresentar à Mesa novas Instruções Regulamentares, em que procurava melhorar alguns pontos dentro do Recolhimento. No que respeita à educação, procurava dividir em 8 anos o curso do recolhimento e finalmente torna-lo profissional, tal como já se havia pensado. Além “[...] dos estudos de portuguez, francez, inglez, desenho, historia, geographia e literatura, tem-se estudado alli a mathematica, a introducção ás sciencias naturaes e o curso de professoras da Escola Normal, e ultimamente estão estudando o curso especial para professoras de surdas-mudas”<sup>346</sup>.

A inexistência de preocupação pelo futuro das meninas foi-se arrastando. Esta situação mereceu uma particular reflexão por parte do mordomo Adriano Maria Cerqueira Machado.

**Tabela 10: Destino das órfãs durante os anos de 1865 e 1887**

Anos	Número de saídas	Destino
1887	2	Desconhecido
1888	1	Professora particular
1889	3	Desconhecido
1890	3	1 professora; 1 casou; 1 desconhecido
1891	2	1 professora; 1 desconhecida
1892	2	Falecidas
1893	5	1 professora; 2 falecidas; 2 desconhecido
1894	2	Falecidas
1895	5	2 falecidas; 3 desconhecido
Total:	23	5 com profissão; 8 falecidas; 12 sem profissão conhecida

Fonte: AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1894 até 30 de Junho de 1895... (1895).

<sup>345</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1888 até 30 de Junho de 1889... (1889), p.152.

<sup>346</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1894 até 30 de Junho de 1895... (1895), p.364.



Analizada a tabela, era notório que a instrução dada às meninas não era apropriada para as suas necessidades futuras. O mordomo não se poupou em apontar erros graves. O ensino profissional devia ser posto em prática de imediato: “Fazer boas modistas; boas cabelleireiras; boas empregadas de escriptorio; boas enfermeiras; boas telegraphistas ou photographas; boas desenhistas; boas professoras de desenho, ou de musica; boas preceptoras de creanças”<sup>347</sup>, eis os objetivos que o recolhimento devia dar às suas educandas.

Sem dúvida que Adriano Maria Cerqueira Machado reprovava a educação que nos colégios nacionais se dava à mulher portuguesa; defendia que ensinar música, desenho e algumas línguas, geografia e história era útil, mas sê-lo-ia mais o estudo de economia doméstica, governo, administração e ornamentação da casa, de diversas artes e industriais femininas, e ainda os conhecimentos práticos da cozinha, de algumas ciências naturais especializadas, e de escrituração doméstica. Outras reformas que pretendia era o desdobramento do Recolhimento propriamente dito em Colégio de educação, ou seja, “[...]scindir em dois o atual Recolhimento, dando a cada um o seu regimento próprio, e, colocando á frente do Recolhimento propriamente dito uma parte do pessoal actualmente existente, entregar o Collegio de educação a um instituto religioso”<sup>348</sup>; organização do plano geral de estudos que consistia na distribuição das alunas pelos cursos pré-estabelecidos<sup>349</sup>; estabelecimento de um bom regime interno; e, colocação das órfãs depois de educadas (ou seja, o destino que estas poderiam ter, por exemplo lugar de professora ou enfermeira dentro da instituição).

Para o mordomo, não havia dúvidas que educação moderna devia ter um cunho essencialmente prático, no entanto, sabia também que seria difícil instituir rapidamente todas estas mudanças, mas que tudo o que propôs seria realizável se o Recolhimento fosse elevado à condição de primeira escola profissional do país para o sexo feminino. A

---

<sup>347</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1894 até 30 de Junho de 1895...(1895), p.366.

<sup>348</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1894 até 30 de Junho de 1895...(1895), p.382.

<sup>349</sup> O mordomo defendia que a educação não devia levar mais de oito anos e que devia ter uma parte geral e outra profissional. Ao longo desses anos as meninas iriam adquirir conhecimentos que futuramente as habilitaria para integrar um leque variado de profissões.

instabilidade do ensino manteve-se, a situação financeira piorava e a administração considerava-a desorganizada. O cenário era impotente para impelir o estabelecimento no caminho do progresso. Em 1896 tentava-se seguir a proposta de trabalhos do mordomo Adriano Machado. Mas sem efeito.

Ao mesmo tempo que se discutia esta situação, no ano letivo de 1896-1897, foi apresentada a primeira proposta para a criação de uma seção de surdas-mudas no RNSE. Quando no ano de 1893 o Instituto de Surdos-mudos Araújo Porto (ISMAP) se fundou, lamentava o facto de não poder alargar o ensino a meninas, justificando-se que o estabelecimento não estava dotado de material e pessoal adequado para as receber. Os anos foram decorrendo e a grande demora no acabamento dos novos anexos do Instituto obrigava a que se iniciasse o ensino das alunas surdas fora da própria instituição, tendo sido decidido alojá-las, provisoriamente, no Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança, ficando o seu ensino a cargo de ex-alunas do Recolhimento que, no próprio Instituto, tinham frequentado o Curso Pedagógico<sup>350</sup>. Foi, pois, sem surpresas, mas com agrado, que a Mesa acolheu a proposta de Jacome Fernandes de Macedo, o qual apresentou um projeto de regulamento para a criação de um curso de surdas-mudas no Recolhimento das órfãs, sustentada pelos recursos do Instituto Araújo Porto<sup>351</sup>. Ou seja, embora as alunas surdas e professores estivessem sujeitas ao regime interno do Recolhimento, somente em relação ao ensino especial estas alunas estavam sob a inspeção e responsabilidade do ISMAP<sup>352</sup>.

As meninas surdas-mudas, vivendo no Recolhimento, ficavam sujeitas às normas das restantes recolhidas, pois deviam trabalhar no estabelecimento de ensino, em tudo que à Regente e à Mestra parecesse, a que lhes incumbia o ensino para as tornar “perfeitas mulheres”. Aprendiam a fazer meia, crochet e outros trabalhos de costura. Além de alguns conhecimentos literários que lhes eram incutidos, era notória a intenção de as dotar de

---

<sup>350</sup> RIBEIRO, Maximina Maria Girão da Cunha — “Perspetiva histórica do ensino da pessoa surda: o Instituto Araújo Porto...p.4.

<sup>351</sup> Foi nomeada uma comissão para apreciar esta proposta a 20 de agosto de 1896 e por ela apresentada a 10 de setembro o projeto do regulamento definitivo que a Mesa e o Definitório aprovaram sucessivamente e por unanimidade. No ano de 1897-1898, a secção de surdas-mudas estava a funcionar com regularidade e existia nesta classe 6 indigentes e uma pensionista.

<sup>352</sup> AHSCMP — “Regulamento para o Estabelecimento Provisorio da Secção de Surdas-Mudas no Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança...(1897).

uma instrução profissional, permitindo-lhes angariar meios de subsistência aquando da sua saída do internato<sup>353</sup>.

A partir de 1904 começavam a sentir-se as melhorias na situação financeira deste estabelecimento e em agosto desse mesmo ano, realizavam-se pela primeira vez no Recolhimento os exames das educandas às disciplinas que frequentavam. Anteriormente as meninas ao atingirem os 15 anos de idade executavam os exames nos liceus, mas, a Comissão de 1904 ficou tão bem impressionada com os resultados nos exames que permitiram a sua realização no recolhimento.

As melhorias também se verificaram no plano de estudo. A Comissão encarregou-se de modificá-lo e organizá-lo, abrangendo o ensino primário e secundário. O ensino primário seguiu o modelo das escolas oficiais, sendo ainda ministrado o ensino prático da conversação francesa (aprovado em 1903 depois de encontrada a professora M. <sup>elle</sup> Ethel Goodhall) e o de piano e canto. No plano do ensino secundário, a Comissão procurou distribuir por quatro classes todas as disciplinas, segundo o Regulamento do Recolhimento 1894 (português, francês, inglês, geografia, história, higiene, desenho, piano, canto e labores) e ainda restabeleceu o ensino da ginástica sueca, que noutras épocas se havia já ministrado, ficando o ensino desta disciplina a cargo do professor de geografia e história. A organização sofreu algumas dificuldades visto que, por cada disciplina, só havia um professor.

**Tabela 11: Distribuição das lições semanais por disciplinas**

Disciplinas	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	4ª Classe
Português	3	3	3	3
Francês	2	2	2	—
Inglês	—	2	2	2
Geografia	1	1	1	—
História	1	1	1	—
Higiene	1	1	1	1
Desenho	2	2	2	2

---

<sup>353</sup> Somente em 27 de junho de 1904, com a inauguração do novo edifício do ISMAP se procedeu à transferência das alunas para o Instituto.

Canto	2	2	2	2
Piano	2	2	2	2
Ginástica <sup>354</sup>	1	1	1	1
Lavores	3	3	3	4

Fonte: AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1904 a 30 de Junho de 1905...(1905), p.314.

Apesar da importância que o ensino da música tinha na vida das recolhidas, este ainda não era visto como uma disciplina obrigatória. Via-se a necessidade de reestruturar esta educação, que apesar de importante era escasso em recursos<sup>355</sup>. Um ano depois, acrescentou-se o ensino de uma nova disciplina com o título “Arithmetica e geometria práticas e escripturação comercial”<sup>356</sup>, criada sob a proposta que a Comissão Diretora apresentou em sessão de Mesa de 24 de agosto de 1906, com o fim de poder organizar no Recolhimento um “Curso de empregadas do commercio”<sup>357</sup>. A disciplina ficou inteiramente à regência de Guilhermina Prata, médica e professora de matemática elementar.

Em seguimento desta reestruturação dos planos de estudos, o Recolhimento procedeu à adaptação de umas das dependências do rés-do-chão para uma cozinha de estudo de arte culinária. Assim as educandas passavam a estar habilitadas a preparar as suas refeições, estando o ensino nesta aula dividido numa componente mais teórica, necessária para compreensão dos passos a executar nos pratos, e uma parte mais prática, para a confeção das receitas. Os resultados obtidos foram ótimos<sup>358</sup>, na qual fizeram exame final duas educandas que obtiveram a classificação de distintas<sup>359</sup>. Ainda neste plano, iniciaram-se alguns trabalhos de agricultura e jardinagem. A cerca, pela sua vasta

<sup>354</sup> No ano letivo de 1907-1908, as aulas de ginástica realizavam-se duas vezes por semana, contribuindo para a educação física das educandas.

<sup>355</sup> O ensino era visto como um fator poderoso de educação moral e estético e que poderia preparar um modo de vida bastante remunerado tanto para as meninas como para os professores que a lecionassem

<sup>356</sup> O primeiro ano em que esta aula funcionou foi o ano letivo de 1907-1908.

<sup>357</sup> O curso era constituído pelas seguintes disciplinas: português, francês, inglês, geografia, história, aritmética e geometria prática, escripturação comercial e desenho.

<sup>358</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de julho de 1908 a 30 de Junho de 1909...(1909), p.11.

<sup>359</sup> O curso foi dirigido inicialmente pela professora Eugénia de Noronha, que adoecendo, foi substituída pela antiga educanda Hortência de Laneuville que, em virtude da resolução da mesa de 3 de agosto, assumiu o lugar.

extensão, servia para dar o ensino da agricultura que fazia parte dos programas do ensino primário (cumprindo-se assim a feição prática que o ensino exigia)<sup>360</sup>.

O projeto de munir as futuras mães e esposas, ou as “perfeitas mulheres”, através de um percurso escolar, de um conjunto de conhecimentos e de saberes práticos, adaptados às exigências inerentes ao contexto sociocultural, revelou-se controverso. Com o alargamento da escolarização, ao longo do século XIX, os processos educativo e instrutivo tenderam a fundir-se, apesar das profundas contradições que atravessavam os objetivos da instituição. No século XX, faltava atender a fatores que se relacionavam com a diferença económica entre órfãs e pensionistas. Se, para as primeiras, eram mais que suficientes os cursos e disciplinas existentes no internato, para as segundas, afim de que aumentasse a receita que a sua admissão representava, havia que elevar o seu ensino à situação de outros colégios do Porto.

Uma das iniciativas para o aumento da escolaridade feminina foi, em 1916, a instituição da cadeira de enfermagem e higiene no colégio<sup>361</sup>. Acrescentou-se ainda um regime de notas para as aulas literárias e de ciências, labores e música que, com as colhidas no Liceu, Escola de Belas Artes e Escola Normal eram, depois escritas em livros próprios e enviadas trimestralmente aos pais ou família das meninas. Isto seria o modo de estes saberem o aproveitamento de qualquer educanda e qual o seu comportamento e também uma indicação na modernização do ensino.

O ensino religioso deixa de ser referido no Regulamento de 1916 e o ensino passa a ser descrito como intuitivo, prático e utilitário. O ensino geral dividia-se em 3 graus:

- 1) Primeiro grau, a Instrução Primária Elementar, ministrado em 3 anos;
- 2) Segundo grau, a Instrução Primária Complementar, ministrado em 2 anos. O seu ensino orientava-se no sentido de utilizações práticas e profissionais;

---

<sup>360</sup> O secretario da administração do Hospital Conde Ferreira e diretor da Gazeta das Aldeias prometeu à Comissão que no ano letivo de 1909-1910 faria no Recolhimento, em palestras semanais, o curso prático das disciplinas de botânica, horticultura e jardinagem, o que seria muito proveitoso para as educandas pois as educandas não fizeram nem acompanharam os trabalhos da cerca a que se havia dado no ano letivo de 1907-1908.

<sup>361</sup> Ficou a cargo do clínico do Recolhimento e professor da cadeira de enfermagem no Hospital de Santo António, que garantiu reger nesse ano a cadeira com a promessa de no futuro dotar a escola com aparelhos e elementos de ensino necessários — mobiliário especial, como manequim, mapas, balanças, aparelhos, copos graduados, esqueletos, etc. Ainda neste mesmo ano, as meninas que faziam exame no Liceu Feminino, passaram a ter a cadeira de Moral, Higiene e Economia.

- 3) Por último, o terceiro grau integra: língua portuguesa, língua francesa, língua inglesa, geografia e história (especialmente de Portugal), matemáticas elementares e suas aplicações, “siências-físico-químicas e histórico-naturais”, desenho de ornato e por fim a música, ministrada em 3 anos.

Relativamente ao ensino profissional, teórico-prático, contemplava as seguintes modalidades: exercício de arranjo caseiro e de economia doméstica (*Enseignement ménager*)<sup>362</sup>; Atelier de costura, de prendas manuais e de modista; Aula-escritório (escrituração comercial, dactilografia e estenografia); Lições de enfermagem.

Com o ensino geral e profissional do Recolhimento, mediante programas mínimos, convenientemente organizados e aprovados pela Mesa, o Recolhimento ministrava as seguintes habilitações profissionais: governanta, preceptora, contabilista-comercial, dactilografista, estenografista, modista (roupa branca, espartilhos, modista de vestidos e chapéus), fotografia (retoque) e enfermagem. Além de uma instrução geral, que tinha por fim “cultivar a inteligência”, a educação feminina devia facultar às meninas uma aprendizagem profissional que as habilitasse a ganhar no futuro a sua subsistência, dentro e fora de sua casa, preparando a mulher para a missão de família.

Apesar de 1916 ser a data onde surge a ideia de instalação do ensino profissional, é no ano letivo de 1919-1920 que nos relatórios da SCMP se sublinha que a educação feminina não poderia consistir exclusivamente na educação doméstica. A organização dos programas metódicos, bem como a remodelação do programa geral do recolhimento iam ditar o futuro do ensino profissional nestas instalações.

A partir de 1930, estabilizada a situação depois de uma fase mais crítica não só em Portugal, mas também pela Europa, o CNSE iniciou uma era de incremento do ensino, palestras, conferências<sup>363</sup> e atividades como meio cultural e formação educacional. Estas atividades procuraram aproximar as meninas com a realidade social. Também neste ano pensou-se em criar, para educação das meninas, algumas novas divisões laboratoriais e de recursos pedagógicos no colégio: uma biblioteca; um Laboratório de Química; um

---

<sup>362</sup> PINTO, Maria Teresa Valente — **A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910)** ... p.207.

<sup>363</sup> A primeira conferência realizada no Recolhimento foi proferida por Maria de Castro Henriques Osswald sobre alguns assuntos de carácter pedagógico: *Palavras de Mãe*, efetuada dia 20 de dezembro de 1930.

Gabinete de Física; gabinete de Geografia, um gabinete de Zoologia; um gabinete de Desenho; um Gabinete de História Natural; um gabinete de Ciências<sup>364</sup>. Inaugurou-se, também neste ano letivo, uma aula de Composição Literária, e criou-se uma Caderneta escolar, “[...] que em muito convinha para uma orientação moderna do ensino”<sup>365</sup>. As cadernetas para além de uso escolar serviam também para registar os incidentes de carácter clínico ocorrido no decurso da frequência escolar<sup>366</sup>.

Em 1933, o mesário-diretor Alfredo Coelho de Magalhães, inspirado pela obra *Educação da Mulher Contemporânea*, de Vitor Mirguet, substituiu a ginástica por “[...] jogos e movimento não regulamentado” ao ar livre, em que o autor defendia serem essenciais para a saúde física e moral dos alunos. Em maio de 1935, era publicada a lei nº1:916, onde era instituído o curso de Higiene em todos os liceus e cursos de puericultura<sup>367</sup> para as alunas nos liceus femininos ou mistos, onde houvesse turmas femininas. Neste mesmo ano, o curso de direito feminino realizava uma palestra sobre o valor educativo do ensino e da literatura<sup>368</sup>.

Neste mesmo ano, é criado no recolhimento o semi-internato e externato<sup>369</sup>. Lançando novos desafios de adaptação às ocorrências do tempo, o RNSE procurou proporcionar às alunas condições de trabalho, de modo a tirarem o melhor rendimento do seu estudo e adaptando as suas condições às necessidades de cada aluna (por exemplo, as alunas que tivessem um maior grau de dificuldade nas aulas, foram criadas salas de estudo, para assim contribuir para um melhor aproveitamento).

O aparecimento da Mocidade Portuguesa criou na educação das meninas (para além das disciplinas já obrigatórias), outras adequadas à sua missão de propaganda: danças regionais, corte e costura, arte de representar, artes plásticas e organização de uma

---

<sup>364</sup> Inaugurado dia 2 de abril de 1935 na sessão solene de distribuição dos prémios que contou com a reitora do Liceu D. Carolina Michaelis, Maria Emília Duarte Costa.

<sup>365</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1930 a 30 de Junho de 1931... (1931), p.288.

<sup>366</sup> A propósito das cadernetas, sabe-se que foram recolhidos alguns exemplares que se encontravam nas instalações atuais do colégio. Não foi possível a sua consulta durante o período de estágio por terem sido sujeitas a um processo de limpeza e desinfestação.

<sup>367</sup> É a área da saúde que se dedica ao estudo dos cuidados com o ser humano em desenvolvimento, mais especificamente, o acompanhamento do desenvolvimento infantil

<sup>368</sup> Desta palestra surgiu a vontade de efetuar lições de direito feminino no Recolhimento.

<sup>369</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1934 a 31 de Dezembro de 1935...(1935), p.312.

biblioteca, entre outras, facetas que por um lado parecem vir na sequência do já existente, mas provavelmente com outras tendências ideológicas que não conseguimos apurar. Não será por acaso que algumas iniciativas de carácter cultural se inserem numa reforma associada ao Estado Novo, como por exemplo, a 16 de maio de 1937, no Recolhimento o *IV Centenário da morte de Gil Vicente*, o Mesário-Diretor Alfredo Rodrigues Coelho de Magalhães dirigiu às meninas uma conferência<sup>370</sup>, registada no jornal *O Comércio do Porto* que sublinhava o apelo aos valores nacionalistas e o apelo à raça. Esta conferência surgiu da vontade pessoal do mesário de falar às educandas da “[...] da obra de Gil Vicente, que, sendo a mais viva expressão literária do nacionalismo lusitano, é, ao mesmo tempo, inspirada por um largo espírito de humanidade”<sup>371</sup>. O seu propósito era através da leitura de alguns trechos da obra vicentina, incentivar para o estudo da obra nos cursos secundários pois poderia ser aproveitada como elemento de formação moral das meninas. Além disto, tratou ainda do problema do estudo dos poetas quinhentistas e, de uma maneira geral, dos antigos escritores clássicos, nos liceus, colocando em destaque a função educativa da literatura. Apresentou ainda alguns aspetos da vida privada de Gil Vicente, nomeadamente o facto de ter vivido num período de transição da idade média para a moderna, o que em grande parte explicava o carácter do seu teatro em que “vivem e eternamente viverão a alma medieval e a alma renascentista de Portugal”<sup>372</sup>.

Outro momento importante onde se realizaram conferências de interesse e enriquecimento educacional, foi na abertura de cada ano letivo. No ano 1955, a conferencista Maria de Jesus Amaral apresentou uma conferência de interesse às meninas, o Cinema — *Cinema e literatura na vida da juventude*. Um ano mais tarde, a conferente Francisca Carmo Faria propunha uma reflexão *A evolução da poesia em Portugal*. A professora de História e Geografia, Cândida de Paiva Pinho, em 1958, dissertou sobre o tema *Danças e Cantares como documentário geográfico-etnográfico*, tendo sido a lição

---

<sup>370</sup> Em 1967, também nas comemorações vicentinas, realizou-se no Colégio uma tarde dedicada ao assunto, sendo conferencista a professora Beatriz Dias Delgado, que subordinou o seu trabalho ao tema *Viagem breve pelo Mundo de Gil Vicente*.

<sup>371</sup> Ver em Jornal *O Comercio do Porto*, do dia 17 de maio de 1937. Durante este período, este jornal incumbiu-se de várias notícias de glorificação e de redação dos acontecimentos que aconteciam dentro das instalações do RNSE.

<sup>372</sup> Cf. Jornal *O Comercio do Porto*, 17 de maio de 1937.



executada com cantares regionais executados pelas meninas do RNSE e ensaiadas pelo professor de canto coral, Manuel Tino.

Em 1959, também na sessão solene de abertura do ano, a professora Maria da Conceição Sá Carneiro Cardoso Lopes dissertou sobre o tema *Os impressionistas como precursores da pintura Moderna*, e ilustrou a sua lição com projeções de quadros dos diversos pintores que detalhadamente analisou. Em 1960, Irene Pires de Silva falou sobre a figura da Igreja e Pátria, o *Santo Condestável Nuno Álvares Pereira* e em 1963, *O mar na poesia portuguesa* ficou a cargo de Julieta Listopad.

Não há dúvida que a Guerra Colonial suscitou um interesse, ou mesmo necessidade de organização de palestras que se focassem ou integrassem um espaço que não era focado pela opinião pública e que pode ser encarado como elemento de aculturação política. Com efeito, integradas nas comemorações da “Semana do Ultramar”, realizaram-se no colégio a partir do ano de 1959, palestras sobre o assunto. Neste ano, ocorreram três: uma proferida pela professora Irene Silva *Problemas actuais mais instantes do Ultramar Português* e as outras pelas alunas do 7º ano de preparação para ciências económicas *Estabelecimento de Industrias do Ultramar* e *Os portos e o Comércio das Províncias Ultramarinas com a Metrópole*. Em 1962, houve a conferencia presidida por Cândida de Paiva e Pinho e Irene da Purificação Silva *A presença secular de Portugal no ultramar e a comunidade multirracial portuguesa*. Em 1963, *A expansão portuguesa no mundo e a formação de uma comunidade nacional* e em 1964 *Formação Espiritual da Nação Portuguesa*, por Cândida Paiva.

Ainda integradas nas comemorações da Semana do Ultramar, realizaram-se em 1966 no Colégio, palestras pelas professoras de história e geografia, nas várias turmas do 2º e 3º ciclo, sendo desenvolvido os seguintes temas: *os recursos económicos do nosso ultramar*; *Acção missionária no Ultramar Português*, seu auxilio no desenvolvimento económico; *Plano económico em Angola*; *Mão-de-obra no ultramar português*; *Humanismo económico em terras de além-mar e desenvolvimento económico em Moçambique*. Nas aulas de moral do 1º ciclo desenvolveu-se o tema *Desenvolvimento Economico no Espaço Português*.

Neste mesmo ano as professoras, empregadas e alunas, corresponderam com todo o interesse ao apelo feito para um subsídio coletivo a favor das vítimas do” terrorismo em Angola”, tendo conseguido reunir uma importância de 11 mil e 500 escudos que foi entregue na Subdelegacia da M.P.F.

As visitas de estudo passaram a ser elementos pedagógicos e de lazer<sup>373</sup>. Já no ano de 1936, durante o ano letivo, eram promovidas várias visitas de estudos, em algumas das quais, as alunas registavam, por escrito, as suas observações e impressões, para a elaboração de relatórios que, como obrigação escolar, tinham de apresentar posteriormente. Entre os passeios, as meninas percorriam locais emblemáticos não só de Portugal como de Espanha. As intensidades destas visitas começaram a ser sobretudo a partir de 1951, com uma frequência anual<sup>374</sup>.

**Tabela 12: Visitas de Estudo efetuadas pelas meninas do Recolhimento entre 1951 e 1959**

ANO	PERCURSO
1951	Dias 15 a 18 de março passeio a Vigo, Santiago de Compostela e Corunha.
1952	No mês de maio, visita de peregrinação ao Santuário de Fátima.
1953	Dias 8 a 11 de abril, teve os mesmos destinos do ano de 1951. Realizou-se ainda o 1º retiro espiritual de 21 a 23 de fevereiro.
1954	1º ciclo — Bom Jesus e ao Santuário do Sameiro com visita a Santo Tirso, Guimarães e Ofir; 2º e 3º ciclo — Santuário de Fátima, Luso, Buçaco, Coimbra (universidade, abrigo das pequeninos e jardim botânico), Conimbriga e Tomar (Convento de Cristo, Fábrica de Papel Prado, e Barragem do Castelo de Bode). No regresso visita a Leiria, Figueira da Foz e Aveiro.

<sup>373</sup> Existem fotografias cedidas por famílias/meninas que frequentaram a instituição, e recolhidas pela responsável do Património Artístico do MMIPO, de duas visitas de estudo no período de 1950-1960.

<sup>374</sup> Em 1936, as meninas da 4ª Classe, saíram acompanhadas das professoras e foram visitar Coimbra, Luso, Buçaco, Curia e Aveiro. Além desta excursão, realizaram várias visitas no Porto. O ano seguinte, um grupo de meninas visitou o Mosteiros de Paço de Sousa e Cete e o 2º grupo foi a Lisboa, Batalha, Leiria, Alcobaça, Tomar e Santarém. Durante a sua estadia em Lisboa, foram hospedes do Instituto Feminino de Educação e Trabalho de Odivelas, de onde trouxeram várias recordações. Em 1938, o percurso fez-se mais a norte, tendo um grupo visitado Leça do Balio, São Miguel de Seide, a Citânia, Guimarães, a Penha, o Sameiro, Bom Jesus e Braga e o segundo grupo, Aveiro, fazendo uma visita à Fábrica da Vista Alegre.

1955	1º ciclo — Aveiro; 2º e 3º ciclo — Luso, Buçaco e Coimbra.
1956	3º ciclo — Vigo, Santiago de Compostela e Corunha.
1957	1º ciclo — Guimarães; 2º ciclo — Coimbra; 3º ciclo — Buçaco, Coimbra e a Fátima onde pernoveram na Casa dos Retiros de Fátima. Na continuação do trajeto foram a Lisboa e visitaram Batalha, Caldas da Rainha e Mafra. Durante 3 dias e estadia em Lisboa visitaram os principais centros de interesse cultural, como sejam Museu da Arte Antiga, Museu dos Coches, Aquário Vasco da Gama, Estufa Fria, Jardim Zoológico, Aeroporto, Castelo de S. Jorge, Parque de Monsanto, Palácios Nacionais de Sintra, Cascais (Boca do Inferno), Estoril e bairros urbanísticos da capital. O regresso foi feito por Santarém e Tomar onde visitaram os principais monumentos. (inserir esta parte das visitas nas atividades festivas e culturais).
1958	3º ciclo — Vigo, Santiago de Compostela e Corunha.
1959	realizaram-se em maio. 1º ciclo — Guimarães e Braga; 2º ciclo — Minho com visita à barragem da Caniçada; 3º ciclo — Buçaco e Aveiro. As alunas que frequentaram o curso de graduadas da mocidade portuguesa feminina realizaram visitas de estudo destacando-se Casa do Gaiato, Instituto de Serviço Social, Museu de Etnografia Nacional, Instituto de Surdas-mudas Radio Renascença e Museu Soares dos Reis.

Fonte: Dados recolhidos dos Relatórios da SCMP, entre 1951-1959.

Nos primeiros dias do 3º período de 1961, as alunas do 3º ciclo acompanhadas de algumas professoras realizaram o seu passeio anual tendo visitado os principais centros de interesse na Guarda, Salamanca, Ávila, Segóvia, Zamora e Bragança. Já as alunas de 2º ciclo fizeram um digresso pelo Minho com visita à barragem da Caniçada, enquanto as meninas do 1º ciclo visitaram o Buçaco e Aveiro. Observa-se, ainda, que a partir de 1959, houve um particular interesse pela visita de museus e monumentos históricos que proporcionassem às alunas conhecimentos através de método prático e experimental, tornando as disciplinas mais acolhedoras, práticas e ajustadas às exigências da época<sup>375</sup>.

Dentro deste princípio, a partir de 1968, eram realizadas às quartas-feiras de tarde visitas aleatórias: Museu Etnográfico do Porto; Igreja de S. João Novo; Salão árabe; Igreja de S. Francisco e respetivo museu; exposição de mineralogia patente na universidade do Porto; Casa Guerra Junqueiro; Museu Soares dos Reis; Sé do Porto; em Guimarães visita ao Castelo, Penha Paços e museu; Vila da Feira visita ao Castelo e Quinta do Castelo; em Santa Maria de Lamas visita ao museu igreja e jardins. Nestas visitas as alunas foram

<sup>375</sup> Ainda relacionada com a componente educativa das meninas, ainda era preenchida visitas regulares a exposições, como exemplo, do pintor António Carneiro e do ilustre paisagista Fausto Gonçalves, para apurar o seu sentido artístico.

sempre acompanhadas por professores e projetaram-se filmes sobre assuntos históricos e um sobre “Apolo 8”, gentilmente cedido pelo consulado americano (1970)<sup>376</sup>.

### **3.5. De Recolhimento a espaço de sociabilidade externo — para lá do quotidiano**

Como se viu, as festividades religiosas, nomeadamente a Festa da Padroeira era um ponto de encontro com o exterior, momento de beleza e harmonias: vocal, instrumental, sessão solene de distribuição dos prémios, assistindo um grande número de pessoas distintas, mas ao qual também iam devotos que reconheciam, no domingo da Paixão, a veneração a S. Lázaro (contra a lepra), o santo que existia na Capela do Hospital dos Lázaros (ver capítulo sobre a fundação).

O século XIX trouxe outras iniciativas, fruto da própria evolução formativa das meninas e da aquisição de instrumentos (órgãos e pianos), que muito foram impulsionados pelo mestre de canto e piano Joaquim José Lopes e depois por Eduardo da Fonseca<sup>377</sup>. Em 1889, este último tentou o ensino de instrumentos de corda, violino, violeta e violoncelo. Primeiro três alunas, a que se seguiram outras, à procura de uma que tocasse contrabaixo<sup>378</sup> — função que acabou por ser assumida por uma professora (Carolina Cândida Pereira da Cunha) — contribuindo para formar uma pequena orquestra, cujos instrumentos foram fruto de ofertas e empréstimos<sup>379</sup>:

“No desempenho das peças executadas na festividade tocaram violino as educandas Amelia Laura Pereira Guimarães, Anna Maxima Soares da Fonseca, Maria Christina de Mello Macedo, Ricardina Augusta Pinto Alves e Thereza de Jesus Valente Coimbra; violoncello, Maria da Gloria Pereira Guimarães e Maria Joanna de Mello Macedo; piano, a educanda Anna de Jesus Monteiro; piano, a educanda Isabel Ferreira da Silva. O câro orfeónico era composto

---

<sup>376</sup> “Apolo 8” foi a segunda missão tripulada do *Projeto Apollo*, de levar os homens a circunvagarem a Lua.

<sup>377</sup> No ano de 1865-1866, eram professores José Pedro d’Oliveira (mestre de piano, faleceu em 1869) e Joaquim José Lopes (professor de canto/ piano e mestre de capela). No ano de 1900-1901, é Cesar Augusto Pereira de Neves que assume a parte musical no Recolhimento. A partir de 1901-1902, é António Dias Seabra d’Albuquerque que assume o lugar.

<sup>378</sup> Designado por “contrabasso”.

<sup>379</sup> Custodio Cardoso Pereira & C.<sup>a</sup> uma violeta; Eduardo Alves Salazar, um violoncelo; João Baptista Corrêa outro violoncelo; José António Ferreira, outro violoncelo; Julio Moreira duas rabecas; e Luiz Carqueja outra rabeca. Cf. AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1889 até 30 de Junho de 1890...” (1890), p.178-179

das educandas Adelaide Coelho Simões, Arminda Ferreira da Silva, Arminda de Oliveira Guimarães, Artemisia Rosa Guedes, Belmira Eduarda Corrêa Pinto, Luiza Neves, Maria das Dôres, Maria da Glória Pinheiro de Azevedo, Maria da Graça Corrêa, Maria Josephina Lobo, Thereza Abreu e Thereza da Graça Teixeira.”<sup>380</sup>

Também na festividade de Nossa Senhora da Misericórdia, padroeira da Santa Casa, em 1888, algumas das educandas do recolhimento foram abrilhantar o evento. Cantaram “[...] com todo o mimo a Ave-Maria de A. Marianni pela educanda D. Maria Josphina Lobo, acompanhada ao piano e no órgão pelas educandas D. Maria Christina Macedo e D. Isabel Ferreira da Silva.”<sup>381</sup> Na mesma festividade, a suplica *Prière* de António Soller, foi cantada por um coro composto por nove meninas e mereceu largos elogios, pois era a primeira vez que as meninas cantavam fora do recolhimento. Também o professor Eduardo da Fonseca foi elogiado pelo modo como ensaiou as executantes. Aliás, foi condecorado no ano de 1891-1892, pelo Rei D. Carlos e a Rainha D. Maria Amélia numa visita aos estabelecimentos da SCMP. Desde 1906 a festividade passou a integrar outras manifestações, como aconteceu com a introdução da ginástica sueca novamente na sua educação, passaram a exemplificar movimentos e exercícios dessa modalidade na festividade da Padroeira, causando entusiasmo entre os assistentes e elogios à professora Inês da Silva Teixeira<sup>382</sup>.

Outras peças musicais foram importantes e executadas em ilustres festividades, em várias ocasiões e diferentes locais (como é exemplo o Colégio Barão de Nova Cintra). Entre as inúmeras peças musicais destaca-se: *Libera-me*, *L’orpheline*; *La Baladine* do pianista Lysberg; *Sérénade* de Desormes; *Buona notte*, de Martini; *Funiculi-Funiculá* de Denza<sup>383</sup>; marcha *Felicitação*, *Dialogo*, coro orfeónico, e *Graciosa*, pequena valsa de Eduardo da Fonseca.

---

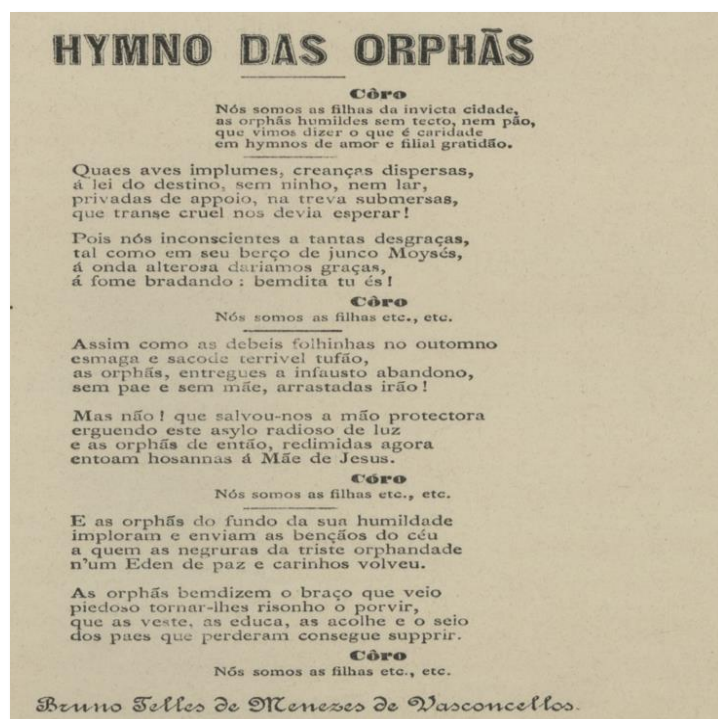
<sup>380</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1888 até 30 de Junho de 1889...(1889), p.159. As vinte e cinco meninas que tomaram parte no desempenho da música da festividade, brindaram o provedor com uma fotografia, onde se agrupam e também figura a professora Carolina Cândida Pereira da Cunha. Essa fotografia, bem como outros exemplares foram ofertados pelos senhores Fonseca & Cª, proprietários da Fotografia *União*. Esta fotografia não foi encontrada durante este trabalho de investigação

<sup>381</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1888 até 30 de Junho de 1889...(1889), p.121.

<sup>382</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1º de Julho de 1906 a 30 de junho de 1907...(1907), p. 390-391.

<sup>383</sup> *Funciuli-Funiculá* é uma canção italiana famosa. Foi composta em 1880 para celebrar a abertura do primeiro elétrico do Monte Vesúvio em 1879.

Em muitos outros casos, desempenharam funções: por exemplo, na capela do Recolhimento, quando a igreja da Misericórdia esteve impedida, fez-se a bênção dos Ramos, sendo os motetos e a missa executados pelas educandas com o acompanhamento do órgão musical (1892). Ou ainda, a sessão solene comemorativa dos atos de beneficência em favor da SCMP, a 10 de julho de 1892; a inauguração do Instituto de Surdas-Mudas Araújo Porto, 26 de fevereiro 1893; e a comemoração do 23º aniversário da morte do benemérito Barão de Nova Cintra, no respetivo estabelecimento de ensino, a missa por alma do Conde de Paris na igreja da Misericórdia.



**Ilustração 5: Exemplo de Hino cantado pelas meninas nas Festividades** — *Hymno das Orphãs do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança*. Letra de Bruno Telles de Menezes de Vasconcellos e música de Eduardo da Fonseca [1893?]. Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa.

Além das peças musicais e instrumental, as meninas passaram também a executar peças de comédia em português e em francês. Em 1904, foram ensaiadores dos diversos números do programa as professoras Ethel Goodall e Maria Mesquita Pimentel da Camara e ainda o professor de instrumento de corda, Antonio Dias Seabra d'Albuquerque. Além

disto, Constantino do Vale Coelho Cabral contribuiu com a seu cenário de teatro particular para a realização da peça<sup>384</sup>.

Ainda neste ano, foi realizado a comédia *Tristis est anima mea*, sendo a autora a professora Maria M. P. da Câmara, acompanhada pelos trechos de música que escreveu o professor Eduardo da Fonseca para os coros da comédia e ainda Seabra de Albuquerque e Augusto Suggia<sup>385</sup>.

No ano de 1908, o professor Augusto Suggia, propôs a organização de um concerto para que alunas pudessem patentear o seu aproveitamento ao longo do último ano de ensino. Assim sucedeu, a 2 de março, no salão de labores do Recolhimento, a que deu o título de “Ensaio Musical”.

“Constituiu esse ensaio uma festa que, comquanto singela, foi extremamente proveitosa para que as educandas. Abrilhamaram-na com a sua presença dois dignos Vereadores da Ex.<sup>ma</sup> Camara Muncipal, muitos dos nossos colegas da Ex.<sup>ma</sup> Mesa, alguns senhores Definidores, o digno Vice-Provedor Honorario, e irmãos da Santa Casa, que se dignaram de aceitar os convites que para esse fim lhes foram dirigidos. Assistiram tambem: todo o pessoal docente do Recolhimento, as educandas e suas famílias ás quaes igualmente se dirigiram convites, atendendo-se ao interesse que estas, de certo, têm em observar o aditamento das suas parentes.”<sup>386</sup>

As meninas também assistiam e participavam na Festa do Prémio “Xavier Motta”, que se realizava anualmente no *Atheneu Commercial* do Porto, dirigido pela respetiva direção e pelos beneméritos proprietários do período *O Commercio do Porto*. Uma das participações era um dueto cómico “Se o pilho mata-o”, também realizado no *ensaio musical* de Augusto Suggia. Além das felicitações que as meninas recebiam por participar nesta festa no *Atheneu*, eram premiadas aquelas que fizessem exames primários e secundários. Os prémios consistiam em moedas de ouro, circundadas por aro de ouro, a fim de se assemelharem com a forma de uma medalha.

---

<sup>384</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1º de Julho de 1903 a 30 de junho de 1904... (1904), p. 275.

<sup>385</sup> Augusto Suggia é o pai da conhecida violoncelista Guilhermina Suggia. Augusto Suggia veio residir para o Porto quando convidado pela Santa Casa da Misericórdia para o cargo de professor. Foi auxiliar do Mestre-Capela e foi incumbido do ensino de instrumentos de arco. Cf. AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1º de Julho de 1906 a 30 de junho de 1907... (1907), p.390.

<sup>386</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1º de Julho de 1907 a 30 de Junho de 1908... (1908), p.496-497.

Em 1908, o rei visitou o recolhimento e entre as inúmeras representações que as meninas já estavam habituadas a fazer à visita das majestades foram muito elogiadas:

“S.M. percorreu em seguida varias dependências da utilíssima instituição, elogiando muito as excellentes condições hygienicas e o asseio e limpeza irreprehensíveis observadas por toda a parte [...]”. A importância da visita do rei notou-se também no salão “[...] galhardamente ornamentado por uma comissão de alumnas, sob a direcção da professora snr.<sup>a</sup> D.Luiza Ferreira, oferecendo o conjunto das decorações um aspecto encantador. As paredes revestiam-se de trophéus de bandeiras, escudos, folhagem e flôres, colchas de damasco, instrumentos musicos, violinos, pandeiretas, etc., e outras applicações de fantasia, tudo muito bem-disposto. / Ao centro salientava-se, sobre um estrado alcatifado, um soberbo docel de damasco encarnado, encimado pela corôa real e vendo-se n’elle em caracteres doirados, esta saudação: «Salvè, D.Manuel II!»./ As demais dependencias do edificio, de cujas janellas pendiam colgaduras de damasco, tambem estavam embelezadas com plantas e arbustos”<sup>387</sup>.

Antes da cerimónia terminar, uma educanda proferia palavras de agradecimento ao rei e entregava em nome de todas as meninas, um bouquet confeccionado pelas alunas, com flores cultivadas do jardim “orchideas, avenca, etc., tendo pendentes largas fitas de glacê azues e brancas, come esta legenda primorosamente pintada por uma professora com a seguinte inscrição “Ao jovem sympathico monarca D.Manuel II — Offerecem as educandas do Recolhimento d’Orphãs — 1—12—908”<sup>388</sup>



**Ilustração 6: Fotografia que marca a presença das meninas num evento fora do Colégio.**  
Fonte: Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto na sua gerencia do 1º de Julho de 1907 a 30 de Junho de 1908.... (1908).

<sup>387</sup> Jornal *O Commercio do Porto*, 2 de dezembro de 1908.

<sup>388</sup> Jornal *O Commercio do Porto*, 2 de dezembro de 1908.



Após a instauração da República notam-se outras participações, como, por exemplo, a 30 de abril de 1916, foram convidadas a assistir a um festival que o Recolhimento das Meninas Desamparadas levou a efeito no Teatro Águia de Ouro. Neste mesmo ano, tiveram as meninas um convite feito pela Sociedade Arrendatária do Palácio de Cristal Portuense para visitarem a exposição de rosas que se realizou nesse espaço.

Já no Estado Novo, as alunas tomaram parte das comemorações do *IV Centenário da morte de Gil Vicente*.<sup>389</sup> A festa abriu com o *Hino da Raça* (“Portugal”), entoado pelo Orfeão do Recolhimento, música do maestro Afonso Valentim e letra de Oliveira Cabral, colaborador de o jornal *O Comercio do Porto*. Seguiu-se-lhe a música *Serões Manuelinos*, também de Oliveira Cabral e música da professora Estefânia Cabreira, dirigindo os coros a professora Margarida Portela.

Além da conferência proferida pelo mesário-diretor do Recolhimento e que recebeu inúmeros aplausos por parte da assistência, destacaram-se pela interpretação dramática de alguns trechos da obra de Gil Vicente, um grupo de alunas<sup>390</sup>. A educanda Noémia da Fonseca leu uma página da *Campanha Vicentina*, do poeta Afonso Lopes Vieira; seguiu-se a representação de alguns passos do *Auto da Mofina Mendes*, interpretado por nove educandas; e ainda mais quatro educandas deram relevo à interpretação de *Todo o Mundo e Ninguém*, do *Auto da Lusitana*. Por fim, o Orfeão cantou a *Canção de Caterina*, do *Auto Pastoril Português* e o *Canto de Natal*, do *Auto da Mofina Mendes*.

Em maio de 1958 realizou-se na cerca do Colégio uma demonstração de canto coral e educação física, com a exibição de danças regionais de todas as províncias portuguesas o qual o Provedor e o mesário assistiram. Neste mesmo ano, em comemoração do 5º centenário do nascimento da Rainha D. Leonor, as alunas visitaram as crianças doentes do Hospital de Santo António e da Prelada e os velhos dos Hospitais Menores, distribuído a todos lembranças. Em 1959, as educandas colaboraram na festa da “RAÇA”, da Mocidade Portuguesa Feminina no Palácio dos Desportos, tendo-se exibido com agrado

---

<sup>389</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Janeiro a 31 de Dezembro de 1937...(1938), p.264.

<sup>390</sup> A propósito do 4º Centenário Vicentino, algumas alunas que participaram nas representações teatrais, tiveram direito a assistir, acompanhadas pela Diretora e professora Isaura Silva, às representações vicentinas realizadas pela Companhia do Teatro Nacional e por iniciativa do Governo da Nação, ao ar livre, nos Jardins do Palácio de Cristal.

geral em números de ginástica e danças regionais, ensaiadas pelas professoras de Educação Física. No ano seguinte, comemorou-se o *V centenário da morte do Infante D. Henrique*, com uma tarde cultural. As meninas, com indumentária ao gosto da época, recitaram poesias alusivas ao esforço de alguns navegadores e missionários (Infante D. Henrique, Gonçalves Zarco, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque)<sup>391</sup>.

Em 1972, para além das habituais festividades, colaboraram no festival nacional da juventude, no teatro Sá da Bandeira do Porto e no festival de canto coral no teatro Sá de Miranda em Viana do Castelo. No teatro Sá de Bandeira algumas alunas do ciclo preparatório apresentaram “a gata borralheira” e “branca de neve e os sete anões” adaptadas a fantoches.

Os motivos para a realização de tais momentos de sociabilidade foram diferentes, fruto da própria mudança das diretrizes educacionais e do sentido de festa que evoluiu, aspetos que não se irão interpretar, mas que se inserem em quadros sociais, culturais e políticos muito mais latos.

### **3.6. O reconhecimento do mérito — um conceito de educação**

Esta abordagem procura assinalar a afirmação pública do mérito de meninas que, afinal, contrariavam o conceito de educação baseada nas tarefas domésticas. Com efeito, estiveram associadas ao sucesso escolar e surgem, fundamentalmente, no século XIX

Os prémios mais importantes que as meninas recebiam eram entregues no final da Festa da Padroeira. Contudo, em 1907, por vontade da Comissão Diretora fez-se a alteração do dia para a primeira época do ano letivo, por se reconhecer que o mês de junho era muito preenchido para as meninas, que tinham de se preparar para os exames do ensino primário ou secundário e ainda os para os ensaios da festa. Foi, portanto, transferida para outubro ou novembro.

O bom desempenho das alunas era reconhecido anualmente por muitos. Por isso, instituíram-se prémios, que muitas vezes eram entregues em grandes cerimónias (visitas

---

<sup>391</sup> AHSCMP — “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1960)...(1961), p. 46. A propósito deste assunto, no mesmo dia foi inaugurada uma exposição de desenhos, labores, trabalhos manuais e literários, na qual uma secção era dedicada a temas Henriquinos.

reais e da Mesa, festa da padroeira, exposições). Às meninas que eram aprovadas nos exames, era-lhes entregue um diploma de honra e um bouquet de flores naturais como prémio dos seus méritos<sup>392</sup>. A importância do prémio não devia ser um incentivo ao orgulho, pelo contrário, as educandas que acabavam de ser galardoadas tinham por obrigação ser bondosas para com as não premiadas.

Também o jornal *O Commercio do Porto* tinha, desde 1880, instituído o sorteio dos “Prémios Camões” e a 1 de dezembro de 1888, concorreram algumas educandas, embora não contempladas. Receberam um diploma honorífico, bem como livros para os alunos de instrução primária elementar no “Fabulario composto e dedicado a S.A.R. o Principe Carlos”, de Henrique O’Neill e, para os alunos distintos em instrução secundária, “O Resumo Histórico acerca da antiga India Portuguesa na Asia, Oceania, China e Africa”, com um apêndice de Sebastião José Pedroso<sup>393</sup>.

Vários prémios foram instituídos ao longo do tempo. Caso dos benfeitores Thereza de Jesus Gomes Pinto de Oliveira e Miguel Joaquim Gomes Pinto<sup>394</sup>, que criaram um prémio anual para a menina órfã que se distinguisse pelo bom comportamento e aplicação no estudo, entregue no dia da Padroeira, que foi materializado, em 1893, numa medalha que lembrasse, para sempre, os bustos dos doadores<sup>395</sup>.

---

<sup>392</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1888 até 30 de Junho de 1889... (1889), p.140.

<sup>393</sup> Os livros foram oferecidos em brochura, tendo o reverendo Sebastião Leite de Vasconcelos, diretor da Oficina de S. José, comunicado a Regente que iria mandar encadernar todos os livros, com uma luxuosa encadernação Este ato deve-lhe ao reverendo Sebastião Leite de Vasconcelos na ata da sessão da Mesa de 6 de dezembro de 1888, um voto de louvor pela sua atitude.

<sup>394</sup> A Teresa de Jesus Gomes Pinto de Oliveira fez testamento como viúva deste seu 2º marido e primo em 1905, sem filhos, sendo designada como “capitalista e proprietária”. Sobre este assunto consultar: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/21428/?> [consult. 25 ago. 2017]

<sup>395</sup> Para a referida medalha, executada na Alemanha, os benfeitores ofereceram a 16 de agosto de 1893 a quantia de 70\$000 réis em dinheiro para o respetivo cunho e uma inscrição do valor normal de 100\$000 réis para os juros serem aplicados à cunhagem anual e correspondente prata. Cf. AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1893 até 30 de Junho de 1894... (1894), p.187-188.



**Ilustração 7: Anverso e Reverso de medalha de mérito do Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança, referente ao prémio de dois beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto: Teresa de Jesus Gomes Pinto de Oliveira e seu marido, Miguel Joaquim Gomes Pinto.** Fonte: Imagem disponível em WWW: <URL: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/291464/?>>. [consult. 25 ago. 2017]

Eram entregues conjuntamente com uma recompensa com o seguinte impresso no cartão:

“Os predicados de character, a persistência e afan no trabalho, a applicação da intelligencia ao engrandecimento educativo — são joias de tal quilate n’uma menina, que não há adorno capaz de a tornar mais deslumbrante na sociedade. Aquella que brilha pelo que é e pelo que vale, tem um esplendor que os anos não apagam e que a humanidade não contesta. Por isso, nada mais grato do que conferir uma publica recompensa a tão apreciáveis dons, esperando que o premio de hoje, em vez de ser motivo para vãos desvanecimentos, sirva para animar á conquista de novos prémios pelo estudo, pela applicação, pelo comportamento, enfim, pelo cumprimento pleno dos deveres que incumbem a uma menina.

Porto e Santa Casa da Misericórdia, 10 de junho de 1894. — O provedor, *Conde de Samodães*.<sup>396</sup>

Além dos prémios que já se referiram na distribuição da Festa do prémio Xavier de Motta, em 1908-1909, instituiu a direção do “Atheneu Comercial do Porto” um prémio anual de 10\$000 réis, com a designação “Premio Sousa Carqueja”, para ser sorteado entre as concorrentes que se estivessem a candidatar ao “Premio Xavier de Motta”. A sorte não favoreceu as educandas do Recolhimento, no entanto, todas elas acabaram por ser premiadas por Miguel Joaquim Gomes Pinto, que, em homenagem à morte de Francisco de Sousa Carqueja, ofereceu ao Ateneu uma inscrição de 100\$000 reis, com a designação

<sup>396</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1893 até 30 de Junho de 1894... (1894), p. 197-198.

“Premio Francisco Carqueja”, a atribuir, por sorteio, a uma das educandas órfãs do Recolhimento aprovada em exame de instrução primária ou secundária<sup>397</sup>. As restantes educandas também foram premiadas com uma moeda de 5\$000 réis com aro e fio de ouro, para o pescoço. Estes foram prémios suplementares, organizados por donativos pecuniários. Ainda nesta festa, nota-se a distribuição do prémio “Dr. Forbes de Magalhães”, uma moeda de 5\$, o prémio “António Emílio de Magalhães”, uma libra em ouro, o prémio “José da Silva Pimenta”, distribuído as meninas que tivessem melhor aplicação e aproveitamento.

As meninas também eram incentivadas com prémios atribuídos por professores. Foi o caso da professora Guilhermina Prata, professora de aritmética e geometria prática e escrituração comercial no Recolhimento, que prometeu um prémio de dez mil reis à educanda que mais se distinguisse no seu curso do segundo ano. No ano de 1908-1909, foi a educanda Guilhermina Pereira de Matos que em agosto de 1909 recebeu o prémio. Também Augusto Suggia seguiu o mesmo exemplo, constituindo-se a sua recompensa por livros instrutivos e com bonitas encadernações.

Já no Estado Novo, no âmbito da inauguração da exposição dos berços e enxovais da MPF, havia sempre a distribuição de lembranças às alunas que mais se distinguissem por esse trabalho dedicado aos pobres, dando assim cumprimento ao prémio “Nossa Senhora da Esperança” (1954).

---

<sup>397</sup> Foi neste ano contemplada a educanda Ana Martins Ferreira, que foi aprovada com distinção no exame de português e aprovada nos exames de francês e desenho da 3ª classe dos liceus.

## **Capítulo 4. – Manter o legado vivo — entre a História e o Património**

O percurso até agora realizado procurou conhecer o porquê da longevidade de uma instituição complexa, que se destinou à formação de meninas. Os traços desta longevidade restaram na documentação emitida, nos objetos e também na construção. O que procurámos foi coser as linhas dispersas, no sentido de interpretar e dar entendimento ao que se encontrou do ponto de vista material (objetos e construções), procurando fazer (na medida do possível) a sua reconstrução.

### **4.1. Entre legado e património — o uso do passado e o(s) museu(s) — breve reflexão**

O projeto museológico da SCMP para o Colégio de Nossa Senhora da Esperança surge no século XX, dentro de parâmetros que já não têm a ver com os paradigmas do século XVIII, de colecionismo de curiosidades, nem mesmo do século XIX em que os museus, acompanharam as transformações das ciências em geral, especializaram-se e tomaram um novo carácter com vista a conservar os mais variados tipos de património cultural. Podia dizer-se que o museu era visto como um espaço de autoeducação, com a preocupação de instruir o público através dos objetos expostos, colocando de parte o lazer<sup>398</sup>. Esta ideia, de ver o museu como um espaço de conservação, exposição e divulgação de objetos de interesse cultural e artístico alterou-se no século XX: as mudanças de uma nova época ligada aos tecnológicos e científicos, fez com que se pensasse em novas experiências no Museu para o Homem se ligasse àquilo que é material para contar a sua História. A partir de então, e sobretudo desde 1960, que o universo museológico sofreu várias alterações com a criação de inúmeros museus com diferentes papéis. Em 1974, o ICOM (International Council of Museums), procurou dar uma definição: “[...] o museu é uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao

---

<sup>398</sup> MENDES, J. — **Museus e Educação. Estudos do Património**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra 2009.

serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe para fins de estudo, educação e deleite, testemunhos materiais do homem e do seu ambiente”<sup>399</sup>. Além dos seus objetivos tradicionais (reunir, colecionar, estudar, preservar e divulgar o respetivo património), os museus procuraram trabalhar na dinamização cultural, divulgação e exibição do património, bem como na sua função educativa. Várias são as alterações que se efetuaram nas práticas museológicas até a atualidade:

“[...] O museu deixa de ser sinónimo de [*prédio*] e assemelha-se a território; o objeto museológico deixa de ser apenas material e descobre-se também imaterial; a preservação deixa de ser função central e cede espaço para a pesquisa e a comunicação; a coleção deixa de ser prioridade absoluta e proporciona lugar à comunidade; a exposição deixa de ser fim e transforma-se em meio; o público deixa de ser coadjuvante e assume o papel de protagonista”<sup>400</sup>.

#### 4.1.1. Museus e Educação

Também a relação de museu e educação se torna difícil de dissociar já que o museu não tem somente a finalidade de armazenar e preservar os bens culturais mas procura, sobretudo, o entendimento e o uso do acervo preservado, pela sociedade, para que através da memória preservada seja entendida e modificada a realidade do presente<sup>401</sup>. A mudança do paradigma da museologia (o objeto deixa de ter o seu foco principal sendo transferido para o homem), trouxe uma importância crescente no sentido educativo do museu.

Por isso, o nosso projeto seguiu as linhas propostas por estas instituições, e pelos novos padrões propostos relativamente às funções museológicas que um museu deve

---

<sup>399</sup> A definição transcrita foi adotada pelo ICOM na sua 11ª Assembleia Geral realizada em Copenhaga em 1974. Veja-se a definição de Museu [Em linha] disponível em: <URL:[http://icom-portugal.org/documentos\\_def,129,161,lista.aspx](http://icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx)>

<sup>400</sup> FIGURELLI, Gabriela Ramos — “Articulação entre educação e museologia e as suas contribuições para o desenvolvimento Humano”. Revista Eletrónica do programa de pós-graduação em Museologia e Património [Em linha]. vol.4, nº2 (2011). [consult. 27 jul. 2017] Disponível em WWW: <URL:<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/208/169>>.

<sup>401</sup> SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura — “A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania”. Cadernos de Sociomuseologia [Em linha]. vol.3, n.º 3 (1994). [consult. 29 jul. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/307>>.

cumprir: em primeiro lugar, a pesquisa e o estudo, que fundamentam todas as outras funções; depois desenvolver estudos sobre os bens culturais a ele afetos bem como apresentar conteúdos ao público com uma boa fundamentação científica<sup>402</sup>. Por isso, podemos dividir as funções museológicas por três ações:



**Ilustração 8: Funções museológicas baseado na Lei Quadro dos Museus Portugueses.**

Pode dizer-se que o fazer museológico é compreendido por um processo, caracterizado pela aplicação das ações de pesquisa, preservação e comunicação. A **pesquisa**, ou investigação, têm como objeto a descoberta, a invenção e o progresso de conhecimentos novos ligados às coleções<sup>403</sup>, suporte para todo o processo museológico pois não se foca, somente, na descrição e análise de objetos, mas procura interpretar o objeto qualificado como património cultural. Frequentemente, a pesquisa incide sobre coleções, mas envolve também o estudo e a análise do próprio edifício do museu, e dos seus objetos, não inseridos em coleções<sup>404</sup>. A **preservação**, que pressupõe a proteção de um conjunto de coisas em situação de risco, englobando uma série de operações que passam por incorporação/aquisição, entrada em inventário e documentação, segurança e

<sup>402</sup> **Lei Quadro dos Museus Portugueses** [em linha]. [Consult. 20 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:

[http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus\\_e\\_monumentos/credenciacao\\_de\\_museus/lei\\_do\\_s\\_museus.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/credenciacao_de_museus/lei_do_s_museus.pdf)>.

<sup>403</sup> DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François — **Conceitos-Chave de museologia**. [Em linha]. (2013), p.77. [Consult. 26 jul. 2017]. Disponível em WWW:<URL: [http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Key\\_Concepts\\_of\\_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia\\_pt.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf)>.

<sup>404</sup> MAGALHÃES, Fernando - **Museus, património e identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição**. Porto: Profedições, 2005. p.73.



conservação com a finalidade de contribuírem para a missão do museu. A conservação surge num momento em que há uma consciência de preservar um objeto que deixa de ter a sua função utilitária para ser representante de uma memória que invoca o passado. Por fim a **comunicação**, que compreende a educação e a exposição, responsáveis pela transmissão e aquisição de conhecimentos, bem como pela sensibilização e pela realização de novas experiências. A importância que a função educativa tem adquirido ao longo do tempo parece suficiente para que lhe seja acrescentado o termo de mediação, ou seja, todas as intervenções que estabeleçam ponto de contacto entre aquilo que é exposto e o significado que os objetos ou sítios podem transmitir (conhecimento).

Entendendo o museu como um lugar de memorização, de confronto entre o passado e o presente, a sua função ajuda no entendimento do património cultural num determinado contexto temporal, espacial e social. A aplicação das funções museológicas de pesquisa — preservação — comunicação, permite perceber que os museus exercem inúmeras contribuições no sentido de preservação da memória (através dos acervos) como também para a educação patrimonial, através de ações que permitam o contato entre o público e o objeto (mediação), contribuindo desse modo para a construção de novos conhecimentos.

Assim, o museu procurou evoluir no sentido de se tornar um local de participação, de troca de opiniões e de espaço de lazer. Trocou os frequentadores passivos e inseriu novos públicos, que através das ações museológicas e educativas viram no museu um lugar de conhecimento e aprendizagem. O desenvolvimento de uma imagem do museu associada a um “[...] cemitério de objetos, a lugar de coisas ricas e velhas, a templo sagrado, a palácio de princesas e reis”<sup>405</sup>, foi cada vez mais dissociada dos museus. Havia a real necessidade de renovar a vocação das instituições museológicas.

Ao repensar a estrutura museológica, a importância do seu conteúdo patrimonial, levou também a pensar no significado que o objeto assume. O objeto não tem o valor em si, mas o valor que cada um lhe atribui, por representar uma parte cultural num determinado momento da história. O objeto ou bem patrimonial preservado e a relação que o indivíduo tem com ele, associa-se a ações educativas, pois é o contacto do Humano

---

<sup>405</sup> CHAGAS, Mário — “No museu com a turma de Charlie Brown”. Cadernos de Museologia [Em linha]. n.º2 (1994), 49-65. [Consult. 18 jun. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://revistas.ulusoфона.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/535>>.

com o bem cultural preservado que o potencializa, contribuindo para a processo de aquisição de conhecimento.

É neste ponto que o museu procura privilegiar a aprendizagem, e que o público se interesse e estimule um olhar crítico sobre as coleções e objetos, crie novos significados e narrativas bem como se identifique com o espaço no qual está. A ação educativa, neste sentido, encontra no património cultural preservado a memória de um tempo passado, por isso a sua ação, no interior do museu, deve ser capaz de cativar o indivíduo, qualificando a relação que este estabelece com a sua realidade mediante iniciativas que potencializam essa interação.

Atualmente, existe também uma preocupação de tornar a exposição dos objetos acessível ao público, de modo a que estes sejam capazes de a compreender e atribuir um significado. Nesse sentido, não só a equipa dos serviços educativos como também restantes elementos das instituições museológicas contribuem na criação de um plano pedagógico de aproximação do indivíduo ao conhecimento do interior de cada museu. Por exemplo, nos museus de ciência, pelas coleções e objetos que possui, tem aperfeiçoado a sua eficácia pedagógica através do princípio conhecido como “hands-on” (manuseamento de objetos/aparelhos ou suas réplicas)<sup>406</sup>, em que o público sente uma maior realidade através da interação com o objeto. A observação direta dos objetos e o seu manuseamento, constitui um recurso pedagógico, para que mantenham os museus vivos por transportar o indivíduo para uma maior realidade (exemplo do Museu de Escola Primária de Marrazes). Estas práticas correspondem, à própria evolução do que se considera serem práticas pedagógicas fora da sala de aula, a importância dada à educação não-formal (exemplo do museu), que entende a educação enquanto processo e privilegia o desenvolvimento do ser humano ao longo da vida<sup>407</sup>, em vários períodos de tempo e de espaço, e, ao contrário daquilo que se passa com a educação formal (de carácter obrigatório), é procurada e desejada, voluntariamente pelo próprio interessado<sup>408</sup>.

---

<sup>406</sup> MENDES, J. Amado — **Museus e Educação**...p.17-27.

<sup>407</sup> FIGURELLI, Gabriela Ramos — “Articulação entre educação e museologia e as suas contribuições para o desenvolvimento Humano... p.119-120.

<sup>408</sup> ZETTERBERG, Hans L. — **Museums and adult education**. Nova Iorque: A. M. Kelley Publishers for the International Council of Museums, 1969. p.18-21.

Enfim, o museu desempenha o papel de mediador, “[...] articulando público, património e espaço, na busca pela construção, ressignificação e apropriação das identidades que auxiliam no processo de conscientização social”<sup>409</sup>. A ação museológica procura suscitar a criação de novos conhecimentos, mas essa ação só é possível se o indivíduo for consciente e se interagir com o espaço/objeto/ coleção/património.

É deste modo que o museu é local perfeito para promover e incentivar a consciencialização para o valor da herança, que se transforma em património e se projeta no futuro. Independentemente da instituição e do seu conteúdo, o contacto do objeto com o visitante acaba por suscitar sentimentos de proteção e salvaguarda do património, mas deve criar a percepção de que se tratou de uma escolha do presente em relação ao passado e que essa escolha deverá ser justificada

#### **4.1.2. Da pertinência da criação do Núcleo Museológico no CNSE**

A vontade de criar um NM, surge para preservar e salvaguardar um largo acervo representativo da cultura material relativo ao Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, como também na sua correta interpretação e divulgação. A proposta de um projeto para a realização deste NM dá resposta a uma necessidade de mediação do património material.

Os museus/núcleo museológicos têm trabalhado nos últimos anos para desenvolver a sua componente educativa e fortalecimento da ligação entre o indivíduo e o objeto/coleção. Através da prática e ação museológica, o indivíduo interpreta, crítica, observa, questiona e estimula outras sensações que lhe atribuem novos conhecimentos, como já se disse anteriormente. Mas para isso, é preciso investir em planos educativos adaptados a cada tipo de museu, identificar as possibilidades de aprendizagem e ainda, oferecer a todo as faixas etárias de público, oportunidades educacionais. A função educativa assume-se atualmente, como o elemento principal que norteia as instituições museológicas.

---

<sup>409</sup> FIGURELLI, Gabriela Ramos — “Articulação entre educação e museologia e as suas contribuições para o desenvolvimento Humano...p.125-126.

O que se apresenta neste projeto vai de encontro com as linhas que o NM poderia assumir nas suas futuras instalações. Resolveu cruzar-se a informação do material que existia e tinha sido adquirido, com o que agora existe, por se achar que poderia ser um meio de entendimento entre o que falta adquirir para representação do quotidiano das recolhidas, já que o espólio é praticamente inexistente.

Face a esta situação, importa atender a pontos fortes e fracos (relacionados com ambiente interno e possíveis de gerir), e as ameaças e oportunidades (relacionados com o ambiente externo e sem capacidade de controlar) na criação deste NM- CNSE<sup>410</sup>. A junção destes quatro fatores e das suas variáveis simplificou a tomada de deliberações na definição das estratégias.

**Tabela 13 Exercício de análise para instalação do NM-CNSE**

<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização — central e junto de edifícios históricos);</li> <li>- Edifício — histórico, com capela e arquitetonicamente importante;</li> <li>- Acervo — de grande importância para a representação da cultura escolar;</li> <li>- Boas acessibilidades;</li> <li>- Capacidade de marcar a diferença na área da educação e na salvaguarda da memória;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acervo — perca de algum espólio, algum ainda se encontra em utilização e ainda coleções que não estão à guarda da instituição;</li> <li>- Missão CNSE vs missão salvaguarda do património;</li> <li>- Edifício Histórico — poucas áreas de disponibilização para o NM bem como de acondicionamento dos artefactos (reserva, exposições, serviços educativos, etc);</li> <li>- Falta de equipamentos de divulgação do acervo</li> <li>- Difícil local de estacionamento para visitas e grupos organizados;</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio ao estudo sobre a educação em Portugal;</li> <li>- Aquisição de conhecimentos e a prática do sentido de valor e memória</li> <li>- Visibilidade para entidades relacionadas com a proteção e divulgação do património cultural;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Missão educativa do CNSE vs missão salvaguarda do património;</li> <li>- Edifício Histórico — poucas áreas de disponibilização para o NM e ocupação indevida desse espaço;</li> </ul>

<sup>410</sup> A tabela que se segue é uma adaptação do que se entende por análise SWOT que permite encontrar os pontos fortes (Strengths), os pontos fracos (Weaknesses), oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) na instalação do Núcleo Museológico.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de sensibilidade em relação à salvaguarda e comunicação do património cultural</li> <li>- Falta de pessoas com experiência nas áreas necessárias (património, museologia, etc.)</li> </ul>
--	---

A combinação destes quatro pontos pretende ajudar a traçar um rumo no Núcleo Museológico no CNSE e mostrar os obstáculos que tem de ser ultrapassadas até se tornarem oportunidades, respondendo assim aos objetivos que se impõem na implementação desta estrutura.

#### **4.2. Inventariar —um passo para a conservação e desenvolvimento do discurso museológico: Núcleo Museológico no CNSE**

Um núcleo museológico precisa de ser um espaço capaz de organizar e gerir o museu, bem como de integrar todo o património existente, através das exposições permanentes ou não. O facto de se construir o NM no CNSE, visa permitir uma maior aproximação entre o espaço e o público e recriar uma história mais próxima com a realidade através da exposição dos artefactos e dando uma noção de como o espaço se preencheu durante vários períodos de tempo. Além do mais, será o prolongamento do apontamento agora existente no Museu da Igreja da Misericórdia do Porto, que se multiplicaria em diferentes núcleos, que visitariam as outras instituições sobre a sua tutela, uma espécie de “como saber mais”<sup>411</sup>.

O plano de instalação exige, certamente, o cumprimento de várias etapas, definindo a sua missão, ou seja, **para quê e porquê um Núcleo Museológico**. Sucintamente:

- Conferir prestígio à instituição e celebrar a memória da SCMP, que vista a sua importância não só no campo da educação como em outras áreas (saúde, assistência e caridade, lazer, etc.);

<sup>411</sup> A este propósito, a SCMP possui já um museu dedicado ao longo acervo da instituição (MMIPO). Há que referir que há uma série de instituições ligadas como é o caso do Hospital Santo António (Centro Hospitalar do Norte que tem já um museu <http://www.museu.chporto.pt/>); Centro Hospitalar Conde Ferreira; Colégio Barão de Nova Sintra; Centro Integrado de Apoio à Deficiência (reúne o antigo instituto de S. Manuel, o Instituto Araújo Porto e o Centro Professor Albuquerque e Castro); Casa da Prelada; Parque Avides Moreira; Quinta d' Alva, entre outros.

- Manter a memória do CNSE viva, reforçando a sua identidade;
- Apresentar um espaço expositivo, de arquivo e de preservação do património/acervo museológico;
- Divulgar a riqueza histórica da educação da instituição como exemplo para outros estabelecimentos;
- Aquisição/ recolha e manutenção em reserva do espólio material e documental de interesse museológico, a fim de evitar que objetos e documentos desapareçam (criar registos e inventários);
- Prevenção da dispersão do património escolar e a apropriação indevida do mesmo;
- Aproximar a pessoa ao objeto: deixar que o público se envolva com os artefactos e reveja nos mesmo uma memória passada;
- Valorizar e preservar o espólio pedagógico e didático, facilitando a compreensão da ação educativa;
- Promover ações de salvaguarda e comunicação da cultura material do CNSE;
- Propiciar um espaço de aprendizagem e descoberta de novos conhecimentos através da oferta de programas e serviços adequados aos diferentes públicos;
- Compreender a história como cruzamento do tempo longínquo e do tempo recente, estando o tempo histórico na origem das coleções do museu;
- Demonstrar a vida quotidiana dentro do Recolhimento e fazer um estudo comparativo, através de exposições dinâmicas, de reflexão do passado com o presente.

Ao mesmo tempo tentou-se perceber **para quem** seria esta instituição museológica de interesse. O papel que o público desempenha nos museus tem vindo a alterar-se. A grande alteração reside no entendimento que existe em deixar de ver o museu somente como um espaço educativo e social, indo ao encontro dos interesses do público em geral. Compreende-se, portanto, que os museus cada vez mais devem ter um acesso amplo e a todo o tipo de público. Claro que é preciso atender a uma série de fatores/barreiras e tomar medidas para superação das mesmas. Neste NM, procura-se responder:

- Faixa etária mais jovem (escolas, por exemplo ou crianças em visita familiar);

- Profissionais (historiadores, museólogos, técnicos do património, professores, entre outros);
- Estudantes (nomeadamente, universitários que queiram desenvolver trabalhos de estágio ou pesquisa) que procurem aprofundar investigações na área da educação, arquitetura, património, museologia, etc.;
- Antigos alunos e profissionais da instituição;
- Atuais alunos do CNSE;
- Turista — a massificação do turismo, envolve um novo tipo de público, nomeadamente estrangeiro, que através deste NM pode compreender uma realidade diferente do ensino/vida praticado dentro do Recolhimento;
- Público com dificuldades motoras ou deficientes visuais: inclusão de todo o tipo de públicos no museu.

Um dos passos fundamentais neste percurso de estágio foi o de, não só, procurar contextualizar o espaço e os objetos, reconstruindo a vida e as vidas (pelo menos de alguns), como também perceber que trabalho havia sido já realizado na inventariação do legado material. Na SCMP designa-se por acervo, coleções que integram objetos de diferente tipologias e forma. O nosso percurso foi o de realizar uma pesquisa que permitisse a sua história (contexto temporal, social e económico, etc.) e o seu sentido: quem o encomendou, fez, usou, com que fins. Ou seja, não basta a salvaguarda (acondicionamento), mas entender uma outra leitura, por serem portadores de conhecimento, de transmissão de valor e identidade.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido durante o estágio foi uma ínfima parte da série de inventários realizados em diferentes momentos. Existiram algumas dificuldades em relacionar o trabalho já realizado de inventários anteriores com a localização das peças, sendo que parte delas continuam a desempenhar as suas funções de uso ancestral (na Igreja, há um grande espólio por tratar e ainda continua a ser usado para as celebrações religiosas), ou então, ao serem armazenadas, perderam a sua ligação ao RNSE. O nosso trabalho constituiu, fundamentalmente, um exercício que se situou na procura de atualização de três tipos de objetos do património móvel do RNSE: cerâmica, instrumentos musicais e pinturas/quadros.

Em primeiro lugar, acrescentaram-se campos aos já existentes, como se pode ver em anexo 2. O objetivo era o de atualizar o inventário e aprofundar a investigação/estudo das coleções, estruturar e criar uma base de dados dos artefactos para permitir o conhecimento dos objetos existentes por público interessado (Escolas, Investigadores, Visitantes), mas, sobretudo, criar um corpus passível de ser usado em exposições temporárias (e no NM), apurar, mesmo, se houve lacunas (desaparecimento, destruição) que justifiquem a encomenda de réplicas ou aquisição de material (Ex.: cadeiras, mesas, armários, mapas, ...) para adaptação ao espaço e assim demonstrar com mais pormenor a vida quotidiana das meninas. Fica ainda a atenção que este trabalho pode vir a justificar e promover a doação de coleções privadas (depósitos, doações de educandas que frequentaram o CNSE, como cadernetas, trabalhos escolares, ou até o seu testemunho real) que possam enriquecer o espaço e sejam testemunhos de uma parte da história da instituição.

#### **4.3. O espaço: instalar o Núcleo Museológico**

O edifício do CNSE é o espaço natural, existe, foi alvo de alterações e por si só, seguir esses percursos é valorizar a sua interpretação. No capítulo 1 já o fizemos, entre Recolhimento de S. Lázaro, RNSE e Colégio Nossa Senhora da Esperança (CNSE), junto ao hoje conhecido Jardim de S. Lázaro, Porto, mas que nem sempre existiu<sup>412</sup>. Tratar-se-á de um espaço nucleado, que beneficiará do apoio central do MMIPO, acabando por funcionar em rede com os restantes equipamentos culturais (polinucleado). No trajeto que fizemos conseguimos perceber as alterações nos dois pisos, cerca e sua envolvente, assim como adaptações funcionais. Destaque para as obras que alteraram a portaria e que se poderá, facilmente, reconstituir. Esta é um ponto de partida inquestionável.

Como qualquer espaço ele pode ser objeto de leitura *per si*, como é o caso, como deve ter uma narrativa que o situe, adicionando “âncoras” de tempo, relativamente aos usos que teve. Neste caminho, é evidente que não pode, nem deve ser uma acumulação

---

<sup>412</sup> A morada correta do CNSE é Avenida Rodrigues de Freitas, em frente do Jardim Marques de Oliveira. Porto.



de peças, pelo que se compreende que se prevejam salas de exposição de dois tipos: permanentes (longa duração) ou temporárias (curta duração). Propõe-se, assim, criar um espaço que coloque os objetos nessa mesma área, procurando aproximar da realidade (projeto integrado, na linha de propostas conhecidas: *Understanding Place: Historic Area Assessments*) e produzir um percurso expositivo e guião de auxílio ao visitante, apoiado numa plataforma online (folheto eletrónico, museu virtual ou museu interativo) para assim disseminar informação sobre o estudo das coleções e cativar o público para a sua visita. Muitas vezes, as plataformas online são o primeiro contacto que o público tem com o museu daí que a sua presença seja importante para cativar pessoas e aumentar o número de visitas ao museu.

A tabela seguinte representa em suma, aquilo que se pretende incluir no percurso expositivo do CNSE, mas não pode ser mais do que um trabalho que apenas quer situar uma sequência de vidas – da fundação à atualidade. Para ajudar neste propósito criou-se ainda uma cronologia que segue em anexo (ver anexo 8), e que também poderia ser eventualmente aplicada na instalação do NM-CNSE.

**Tabela 14: Proposta para um percurso expositivo do NM-CNSE**

	<b>SALA</b>	<b>PERCURSO EXPOSITIVO/TEMÁTICAS</b>	<b>FORMATO DE EXPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES</b>
<b>EXPOSIÇÃO PERMANENTE</b>	<b>Sala 1:</b> as raízes	-O que é um Recolhimento; -A fundação do RNSE; -Evolução do edifício;	- Paineis explicativos (friso cronológico – “time-line” -Utilização de fotografias e plantas anexadas em painéis virtuais;
	<b>Sala 2:</b> conhecer a estrutura interna do recolhimento/colégio	-Estrutura orgânica do RNSE; -Critérios para admissão de meninas: quem viveu num recolhimento/colégio;	- Paineis explicativos: organograma dinâmico; - Utilização das fontes primárias (livros de registo) para exemplo; - Dados trabalhados – fluxos e entradas e/ou presenças
	<b>Sala 3 e 4:</b> viver e aprender numa instituição de recolhidas	- Saúde, alimentação, vestuário; - Trabalhos: contributos para a perfeita mulher - Educar: evolução do ensino - Oração e culto	- Recrear espaços: quarto, sala de trabalhos, sala de aula, refeitório, entre outros espaços com os objetos existentes e colocados nos locais à época; - Interação dos objetos com o público: criar réplicas ou desenhos para uso do visitante e como fator de aprendizagem (exemplo, uma secretária, com os objetos utilizados na época e com a sua explicação);
	<b>Sala 5:</b> sociabilidades – a relação com o exterior	- Celebrações religiosas - Festividades educativas - Comemorações nacionais - Prémios	- Utilização de fotografias; - Um filme com uma reprodução dessas festividades; - Representação de algumas cenas; - Utilização do espaço: exemplo Igreja para demonstrar o culto
<b>EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA</b>	<b>Sala 6:</b> desenvolver/aprofundar tópicos, segundo calendário de comemorações	- A definir posteriormente	- Incluir artefactos que não podem ser apresentados durante a exposição permanente; -Especificar um assunto; - Exposição com testemunhos vivos (adaptação a conferências); - Cruzar conhecimentos: criar parcerias com outras instituições (por exemplo, troca de peças)

A tabela anterior resulta da pesquisa que se realizou durante o estágio e no contributo histórico apresentado nos capítulos anteriores (1 a 3). Desse modo procurou-se dividir as salas por temáticas, proporcionando ao visitante uma aproximação à história da instituição desde da sua fundação. Neste percurso, e vislumbrando o trabalho que foi feito nos inventários, seria interessante criar espaços que representassem uma cena da época, contemplando o património material existente e fazendo “alusão” ou até criando réplicas ou desenhos, que pudessem ilustrar a vida quotidiana.

O passo seguinte resulta de um cruzamento de informações, entre os dados recolhidos nas fontes primárias (compra identificadas nos relatórios de gerência, folhas de pagamentos e livros de despesa) e os inventários atualizados da SCMP (função). Este cruzamento vai permitir visionar o recheio da instituição e a sua localização no espaço e perceber o que poderia ser inserido nas futuras instalações do NM-CNSE.

Atendendo as linhas propostas anteriormente (*Historic House Collections: Drawing up a Collections Management Plan*), os objetos vão ser apresentados pelas divisões que se achavam mais importantes no Recolhimento e possíveis de reconstruir, com o objetivo de contribuir e ilustrar as vivências das meninas, numa reconstrução que, tanto quanto possível, possa vir a servir para a adaptação de espaços do colégio num núcleo museológico, mas também de adaptação à própria exposição do MMIPO, no nicho que lhe foi atribuído.

#### **4.4. Reviver uma Casa com História(s)**

Metodologicamente, assumiu-se um risco de partir de um inventário — o de 1883 — para estabelecer o percurso do RNSE desde a sua fundação (1725) até à sua evolução mais tardia (1910 e 1950), no que aos objetos diz respeito. Não tendo sido possível um levantamento sistemático das coleções, por existem períodos em que a informação acerca do património móvel é frágil ou praticamente inexistente (1750-1850; 1920-1950), optou-se por referenciar os objetos que se acharam possíveis de integrar no NM (se já inexistentes, através de réplicas, aquisição ou desenhos) e os locais possíveis de inserção (como alternativa, usar as novas tecnologias para representação do espaço).

Muito concretamente, pareceu ser possível associar as plantas do edifício do RNSE, disponibilizadas em 1897-1898 (ver capítulo 1) percorrendo os diferentes espaços

(poderia ser desenhada virtualmente para se perceber qual era o espaço original que se estava a ser visitado — mesmo a 3 dimensões) e neles colocar objeto(s) que reconstituíssem o uso quotidiano, em vários momentos da vida do RNSE.

Apenas se indicam alguns casos, porque muito haverá a acrescentar em pesquisas e trabalhos futuros.

#### **a) o refeitório/sala de jantar e cozinha:**

Sabemos já qual era a importância do espaço de convívio em torno das refeições. Atendendo ao espólio que hoje existe, ele inclui cerâmica de equipamento (chávenas, pires, tijelas, jarro, leiteira, cafeteira, açucareiro, terrina e sopeira, manteigueira, azeitoneira, bule, prato vazado, pequeno, médio, grande, de sopa), não existindo, contudo, nenhum utensílio da confeção de alimentos.

Não obstante, a documentação que se percorreu enumera muitos mais utensílios que permitem vislumbrar as práticas. Com efeito, as primeiras aquisições feitas para a cozinha do Recolhimento datam de 1731. Entre os objetos, adquiriram-se “facas de meza”, “quatro marinheiras p<sup>a</sup> cozinha”, “huã dúzia de garfo, e outra de culheres, todas estas de estanho do Norte”; pratos e 2 de Covilhetes tudo de Villa Nova, e 4 pratos galinheiros e dois de meia cozinha” e ainda “vinte varas de guardanapos”<sup>413</sup>. Compraram-se cântaros, panelas, púcaros, testos e louça vidrada, bem como vassouras, conchas, “testos de ferro p<sup>a</sup> forno”<sup>414</sup>. Nos anos seguintes foram comprados diversos objetos para preparação dos alimentos: panelas de cobre, alguidares, fogareiro<sup>415</sup>, um pilão de ferro para a cozinha, por \$600<sup>416</sup> e uma sertã<sup>417</sup>.

Para servir os alimentos sólidos e semissólidos, o Recolhimento possuía diversas louças: moinho para o café (1856)<sup>418</sup> e mais tarde um torrador de café (1861), açucareiros (porcelana), terrinas (brancas), pratos, tigelas, travessas, manteigueira (1855)<sup>419</sup>. Para servir os alimentos líquidos, adquiriu o Recolhimento: bules (1744), almotolia (1744), taças para ferver o leite ou leiteiras (1854), chocolateira para café (1856), chávenas e

---

<sup>413</sup> AHSCMP — Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco.1, nº1 (1731-1734), fl. 3-3v.

<sup>414</sup> AHSCMP — Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco.1, nº5 (1741-1743), fl. 9.

<sup>415</sup> AHSCMP — Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco.1, nº7 (1745-1747), fl. 9-9v.

<sup>416</sup> AHSCMP — Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco.1, nº8 (1747-1749), fl.4.

<sup>417</sup> AHSCMP — Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco.1, nº8 (1747-1748), fl. 8.

<sup>418</sup> AHSCMP — Despesa diária do Recolhimento. Série M, Bco.2, nº 18 (1852-1865), fl.83.

<sup>419</sup> AHSCMP — Despesa Diária do Recolhimento. Série M. Bco.1, nº18 (1852-1865), fl.45.

pires, caneca com bico, canecas esmaltadas, copos de vidro para vinho e para a água, copos cálice e outros artigos de vidro<sup>420</sup>. Para o serviço pessoal de comida, colheres para tirar o açúcar (1856). Registrou-se, em 1891, a compra de colheres para o arroz e também para a sopa, ao *Bazar do Louvre*<sup>421</sup>.

Era ainda muito frequente a compra de louça tipo inglesa: caçarola estanhada, pratos azuis (cavos e ladeiros), travessas e tijelas, xícaras para almoço, frequentemente adquiridas no *Deposito de Louças e Vidros Nacionais e Estrangeiros*. Em 1894, regista-se a compra de loiças de Sacavém<sup>422</sup> e no ano de 1908, a compra de loiça faiança. Há ainda o registo de compra de loiça dourada<sup>423</sup> e amarela.

No ano de 1883, o conteúdo da cozinha e do refeitório referido no Inventário desse ano era muito simples:

**Tabela 15: Objetos da cozinha e do refeitório em 1883**

COZINHA		REFEITÓRIO	
Quantidade	Objeto	Quantidade	Objeto
6	Terrinas	5	Armários aparadores “a fingir madeira”
8	Pratos	10	Mesas de pau óleo castanho
70	Pratos de sopa	18	Bancos de pau óleo castanho
72	Pratos ladeiros	1	Oratório fixo na parede
60	Pratos de sobremesa	1	Mesa que serve de aparador
14	Travessas	3	Armários grandes
60	Xícaras e pires		
12	Açucareiros		
6	Leiteiras		
2	Bules		
1	Cafeteira		

Fonte: Tabela com base AHSCMP —Tombo do Recolhimento. Inventário de todos os haveres... (1883)

Muitos objetos foram-se adquirindo, como é o caso de: tesouras, baldes, balança de corda, cântaros, gamela para estender o pão, 16 alcatruzes (agosto de 1766), e um tacho para cozer o peixe, bandejas, facas de metal e colheres de pau. Em 1889, o RNSE devia ao Estabelecimento Humanitário Barão de Nova Cintra um espremedor de batatas, um

<sup>420</sup> Cf. as folhas de pagamento de 1893-1894, na *Loja Vermelha, Bazar especial de objectos de cozinha e meza. Ferragens e quinilherias de Exequiel Vieira de Castro & C.ª*. AHSCMP — Folhas de pagamento (1893-1894).

<sup>421</sup> Cf. folha de pagamento no estabelecimento *Bazar do Louvre*, a 7 de fevereiro de 1891. AHSCMP — Folhas de Pagamento, (1890-1891).

<sup>422</sup> Cf. AHSCMP — Folhas de pagamento, (1894-1894).

<sup>423</sup> Cf. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1890-1891).

funil, três regadores e uma enfusa<sup>424</sup>. Entre outros objetos adquiridos, no ano de 1885, adquiriram-se para o refeitório 70 cadeiras de nogueira, sistema austríaco<sup>425</sup>, 10 iguais de faia e pintadas a preto e ainda se compraram panos de estopa para limpar a louça e espanadores de penas. Os anos 60, marcam já uma modificação completa nos objetos utilitários e de confeção, tendo em conta a introdução de outras fontes de energia. Ainda em 1953, adquiriu o Recolhimento um frigorífico e um descascador de batatas<sup>426</sup>, depois a compra de um aspirador elétrico (1.450\$00) e uma máquina de descascar batatas (4.410\$00). Comprou-se ainda um fogão a propacidlá por 66.650\$00, 1 batedeira elétrica por 609\$00 e 1 frigorífico (12.450\$00)<sup>427</sup>.

#### **b) o quarto das meninas e o quarto de banho**

Até ao ano de 1860/70, não existem informações sobre a organização dos quartos das recolhidas e mesmo o inventário de 1883, não adianta muitas mais. Contudo, ficamos a saber que os quartos deviam ser constituídos por: camas de ferro, colchões, travesseiras e travesseirinhos, cobertas e cobertores, lenços, cadeiras, bolsas de folha, mesa de cabeceira, cómodas e tapetes. Em relação ao quarto de banho, também as informações são parcas. Sabe-se que em 1883 deveriam existir: bacias de zinco e lavatórios. Sobre isto, a 11 de junho de 1888, no *Bazar da Trindade*, o Recolhimento adquire lavatórios e espelhos, bacias e uma caixa para meter o sabão.

Para a sua higiene, sobretudo a partir de 1889, compram-se escovas para as unhas e para os dentes, pentes para alisar e pentes para a caspa<sup>428</sup>, embora em 1854 tivessem aparecido os “espanadores de cabelo”. Em 1901, há referência a compra de pentes de caspa “Christovão Colombo” ao *Antigo Estabelecimento de Fazendas Nacionais e Estrangeiras por junta e retalho*<sup>429</sup>.

---

<sup>424</sup> Cf. despesa realizada no dia 31 de março de 1900. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1899-1900).

<sup>425</sup> Ver a compra em março de 1885. AHSCMP — Tombo do Recolhimento. Inventário de todos os haveres... (1883).

<sup>426</sup> AHSCMP — Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1953) ... (1954), p. 202

<sup>427</sup> AHSCMP — Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1963)... (1964), p. 220

<sup>428</sup> Cf. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1888-1889).

<sup>429</sup> Cf. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1900-1901).

**Tabela 16: Enxoval para a instalação de uma menina órfã em 1888**

<b>Quantidade</b>	<b>Objeto</b>	<b>Preço</b>
<b>2 pares</b>	Sapatos	900 réis
<b>5 pares</b>	Meias	220 réis
<b>3.50 metros</b>	Baeta de algodão para dois saíotes por 200 réis cada	700 réis
<b>3 metros</b>	Baeta de lã para um vestido por 800 réis cada	2400 réis
<b>12</b>	Lenços de assoar	600 réis
<b>6</b>	Lenços para a cabeça por 120 réis cada	720 réis
<b>6</b>	Guardanapos por 50 réis cada	300 réis
<b>1</b>	Talher	340 réis
<b>3</b>	Toalhas para limpar o rosto por 240 réis cada	720 réis
<b>6 metros</b>	Pano para forrar os vestidos a 60 réis cada	360 réis
	Miudezas para os ditos	1000 réis

Fonte: Tabela com base nas informações recolhidas nas Folhas de Pagamento do ano de 1888

Pressupondo que era no quarto que as meninas se vestiam, procurou-se estabelecer, a partir das informações contidas nas folhas de pagamento, o que seria necessário para o seu enxoval, aquando da sua entrada no recolhimento. Dos elementos referenciados neste tópico existe, somente, uma banheira de mármore que se localiza na Casa da Prelada, e pertencente ao RNSE. Desse modo, todo o material possível de representação nesta “divisão” teria de ser adquirido.

### **c) sala de aulas, laboratórios, biblioteca e sala de música**

Segundo as fontes primárias existentes, é possível fazer um levantamento do que existiria em cada um dos espaços indicados. Os bustos utilizados para as aulas de desenho e pianos para as aulas de música são assinalados, sendo que algum desses objetos “sobreviveram” e encontram-se na reserva da SCMP e outros ainda no CNSE.

Até ao ano de 1883, como se escreveu atrás, as referências a matérias não tiveram uma importância notória e desse modo, não existem informações da compra de materiais. O inventário que se estipulou como referência divide-se em sala de desenho e de instrução complementar:

**Tabela 17: Objetos da sala de desenho e de instrução complementar em 1883**

<b>DESENHO</b>		<b>INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR</b>	
<b>Qtd.</b>	<b>Objeto</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Objeto</b>
<b>1</b>	Armário de pau caixão	<b>1</b>	Armário de pau mogno, com portadas de vidro
<b>1</b>	Lavatório de ferro com jarra e bacia	<b>1</b>	Mesa de pau de óleo para uso do professor

6	Escrivaninhas de pinho pintada a preto	3	Mesas de pau vinhateiro para estudo de alunas
3	Cavaletas para desenho	18	Cadeiras
12	Tábuas para estudo de desenho	1	Cadeiras de braços
12	Lousas grandes	1	Lousa grande
6	Bancos grandes de pau a óleo	3	Bancos
24	Modelos de pau de pinho	1	Gobo terrestre
2	Cadeiras	1	Esfera armilar
8	Tinteiros de vidro	2	Cartas geográficas de Portugal
24	Modelos de gesso para desenho em relevo		Vários quadros de História Natural
1	Secretária de professor com escudo de pinho	8	Tinteiros de vidro
1	Quadro com a moldura dourada com o retrato instituidor da casa	1	Jogo de pesos e medidas para estudo do sistema métrico
		1	Barómetro
		1	Termómetro
		2	Cartas Cosmográficas

Fonte: Tabela com base AHSCMP —Tombo do Recolhimento. Inventário de todos os haveres... (1883).

Como se pode verificar pelo inventário anterior, não há referência a qualquer manual nem a materiais que se já se encontraram nos registos de despesa e folhas de pagamento em anos anteriores: material como penas de ave e aço, papel de catecismo<sup>430</sup>. Já posteriormente, compravam giz, folhas de papel *Whatman* (folhas de filtro), lápis carvão, borrachas, caderno quadriculados, tinteiros<sup>431</sup>, canetas, tinta francesa, folhas de papel químico, cadernos, réguas e esquadros. Em 1903, o Recolhimento adquire lápis da marca *Faber*, nº3 e em 1907 a compra de lápis *Parisen* e lapis *Hardh*. Para as aulas de desenho comprava-se também lousa, cavaletes, telas e esfuminhos folhas de papel para desenho (1896), caixa de paletas de cores, estojos e ainda tintas para a pintura (1889) e canivete *Rodgers* (1901).

Atendendo aos registos das folhas de pagamento (1883- 1916) é possível perceber que a educação ministrada às meninas era baseada em obras clássicas e que demonstravam a exigência da instituição na instrução, desde do início do seu funcionamento. Prova disso, são a extensão de livros objetos que serviam para ensinar as alunas e que se encontraram como despesas nas folhas de pagamento.

Mencionam-se algumas das compras, incluindo-se materiais didáticos, cujo grau de atualização e modernidade não poderemos, de momento, analisar, por exigir

<sup>430</sup> AHSCMP — Livro de Receita e Despesa. Série M, Bco.2, nº18 (1852-1865), fl.48.

<sup>431</sup> Cf. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1889-1890).



comparabilidade com outras instituições e o que seriam as práticas pedagógicas e os conteúdos de conhecimento exigidos:

- **FRANCÊS**: dicionários, gramáticas e livros de exercícios, mapas (abril de 1855), como é o caso de “Chapsal, Gram. Francez” (1888), “Conversação Parisiense” (1888), “Roquette, Dic. Francez” (1893), “Epiphania, Gram. Franceza” (1890);
- **INGLÊS**: a compra de “Bensabat, Gram. Ingleza” (1893) e “Methodo Inglez” (1889), “Valle, Selecta ingleza” (1889);
- **ALEMÃO**: “Otto, gram.<sup>ca</sup> alemã- portugueza” (1889), “Menffler, selecta alemã” (1889);
- **ARITMÉTICA**: o “Systema Metrico de Adirão de Sousa Carneiro” (1881), “Cunha, arith.<sup>ca</sup> pratica” (1889), “Figueirinhas, Arithmetica” (1901), “Figueiredo, Economia polticia” (1901). Em novembro de 1904, dá-se a compra de um mapa de pesos e medidas por 2\$000 réis;
- **PORTUGUÊS**: utilizaram-se muitos livros de leitura “Raposo Botelho, 3º livro” (1888) “, “Dinis, Livro de Leitura (1895), Leite, Gram. Port.” (1888), “Bento J. O’Oliveira, Gram. Portugueza” (1893), “Theoria da Comp.<sup>são</sup> littr.” (1901), “Vasconcelos, Gram. Portugueza” (1901); “Livro de verbos” (1903);
- **HISTÓRIA E GEOGRAFIA**: “Luso, Geograpahia” (1889), “Delamarche, Atlas de Geographia” (1893), “R. Botelho, Geograpahia” (1893). Em 1891, compram um livro de “Corographia<sup>432</sup> portugueza” de Raposo e outro de Lemos em 1895; “Mappa de Portugal e da Europa grande” (1901). Em História, as aulas eram dadas com base no livro de “M. Veiga, Historia de Portugal” (1888), “Mattoso, Historia Universal” (1889), “Histórias bélicas” (1901). Relacionado com a história e com a geografia em 1904 compra-se uma esfera e ainda quatro mapas das colonias por 2\$280 réis. Em 1927, oferta de livros escolares (compêndios de geografia de que é autor) por Mário de Vasconcelos e Sá. Em 1962 regista-se a compra de 1 globo terrestre com meridiano 520\$00<sup>433</sup>.
- **DESENHO**: tinham como referência “Abreu, Desenho Rigoroso”, “Serrasqueiro, Geometria” (1901), “Motta, Desneho 4º ano” (1901);

---

<sup>432</sup> Corografia — trata-se de uma especialidade da geografia que se dedicava ao estudo geográfico de um país ou de alguma região.

<sup>433</sup> AHSCMP — “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1962) ... (1863), p.259.

- **CIÊNCIAS:** nesta área incluem-se a compra de três livros do autor Lemos em 1889: “Physica”, “Zoologia”, “Botânica” e em 1901 “Geologia”. Ainda neste ano a compra de “Coutinho, Botânica” e “Nobre, Physica e Chimica”, “Henriques, Botânica” (1901). Em 14 de novembro de 1904, o RNSE adquire um esqueleto em cartão por 1\$500 e 1 a face do corpo humano por 900 réis e ainda oito quadros de história natural por 6\$000 réis. No ano de 1965, compraram-se diversos mapas de botânica por 3.320\$00<sup>434</sup>.
- **MÚSICA:** “noções de musica, B.<sup>co</sup> Do Povo” (1903), “Carlos Silva, Pautas” (1903);
- **OUTROS:** “Almanak do Porto” (1901), “Hygiene, B.<sup>co</sup> Do Povo” (1901), “Lopes, Moral” (1901), livros de missa (1902); compra de 12 tábuas (1903); “Agricultura” (1903); “Educação cívica” (1905), “Cartilhas de doutrina” (1902), que se juntou à antiga primeira cartilha da educação cristã, já comprada em 1734, por cento e oitenta réis<sup>435</sup>.

Além dos nomes já anunciados anteriormente importa perceber que muita desta bibliografia e ainda a que não há referência de compra (Fernão Lopes, Alexandre Herculano, referenciado em 1931)<sup>436</sup> encontrava-se na biblioteca do Recolhimento (1930), contando-se ainda a oferta de vários livros por pessoas particulares: José Miguel d’Abreu, doou os seus livros e ainda estampas para as aulas de desenho<sup>437</sup>; oferta de livros por Joaquim Leitão, secretário geral da academia das ciências de Lisboa, em que foi lida uma carta comunicando de que deseja oferecer à biblioteca do recolhimento de órfãos uma coleção de livros de sua autoria.

Relativamente ao material de laboratório, existem no CNSE, alguns materiais que já foram inventariados e podem ser incluídos na representação laboratorial durante a exposição no NM, ou até mesmo numa exposição temporária. Das informações que se recolheram das fontes primárias, nomeadamente através dos Relatórios de Gerência, sabe-se que os laboratórios (Ciências naturais, física e química) exerceram um papel importante na vida educativa das meninas.

---

<sup>434</sup> AHSCMP — “Relatório da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto. 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1965...(1966), p. 270.

<sup>435</sup> AHSCMP — Despesa (Bolsa) de julho de 1734 até junho de 1735, fl. 12.

<sup>436</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Porto desde o 1º Julho de 1931 a 30 de Junho de 1932...(1932), p. 268.

<sup>437</sup> AHSCMP — “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1º de Julho de 1903 a 30 de junho de 1904...(1904), p.273.

Em 1915-1916, o RNSE surge a primeira despesa em material de laboratório não especificado 2817\$30 réis. Nesse mesmo ano, compra um microscópio por 4940\$00 réis e ainda material para o laboratório de física no valor de 3030\$00 réis. Em 1932, o Gabinete de História natural (corresponde ao gabinete de Ciências naturais) recebeu de Augusto Nobre, professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 10 exemplares zoológicos<sup>438</sup>. Em 1951, há registo da compra de 1 “camara para microscópio”, 1 “ocular” e 1 “micrómetro” por 1260\$00 e ainda de um “efusiómetro de Bruzen e uma ponte de fio e cursor” por 706\$30<sup>439</sup>. Compra-se também diverso material para o laboratório de Física por 3.030\$00, em 1954<sup>440</sup>. Em 1960, regista-se a compra de 7 espécies de fósseis (122\$50) e ainda de 5 espécies de minerais (87\$50)<sup>441</sup>. O ano de 1962 ficou registada a compra de: 2 balanças de precisão por 3.180\$00, 1 barómetro por 3.900\$00, 1 caixa de resistências por 1.050\$00, 1 calorímetro 800\$00, 2 colunas com suporte de pinça 560\$00 e 1 manómetro por 2.358\$00<sup>442</sup>. Em 1965 há também registo da compra de: 1 aparelho de queda-livre, para o laboratório (3.400\$00); 1 aparelho de Tesla, para laboratório (1.200\$00); 1 prensa hidráulica, para laboratório (240\$00); 1 máquina pneumática, para laboratório (1.280\$00), 1 aparelho para comparação de intensidades (350\$00) e ainda, 1 balança de *Roverbal*, para laboratório (410\$00)<sup>443</sup>. Comprou-se ainda 1 central hidroelétrica para laboratório (1.140) e 1 máquina eletrostática para demonstrações (1.530\$00) em 1966<sup>444</sup>. Já em 1955, inaugurou-se o uso da máquina de projetar, que foi adquirida para reproduzir filmes culturais e recreativos<sup>445</sup>.

Outra componente importante a incluir no NM é a sala de música/piano, que fazia parte da formação das meninas desde a sua fundação, tanto em manifestações religiosas

---

<sup>438</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1932 a 30 de Junho de 1933...(1933), p.268.

<sup>439</sup> AHSCMP — “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Janeiro a 31 de Dezembro de 1950...(1951), p.139.

<sup>440</sup> AHSCMP — “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1954) ...(1955), p.146.

<sup>441</sup> AHSCMP — “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1960)...(1961), p.181.

<sup>442</sup> AHSCMP — “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1962)...(1963), p. 259.

<sup>443</sup> AHSCMP — “Relatório da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto. 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1965...(1966), p.270.

<sup>444</sup> AHSCMP — “Relatório da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto. 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1966...(1966), p. 218.

<sup>445</sup> AHSCMP — “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1955...(1956), p.211

como educativas ou festivas. Das informações que existem sobre os instrumentos musicais em inventário, contabilizam-se a presença de um órgão de tubos da Igreja do RNSE<sup>446</sup>, um órgão harmónico e dois pianos<sup>447</sup>.

Das informações recolhidas no inventário de 1883, não existe nenhum instrumento musical que tenha chegado aos dias de hoje. Sabe-se que estariam divididas por quatro salas, respetivamente preenchidas com mobiliário.

**Tabela 18: Conteúdo das salas de piano em 1883**

	Quantidade	Objeto
<b>SALA 1</b>	1	Piano de Mesa do autor <i>Radecher &amp; Leman</i>
	1	Cadeira
	1	Escrivaninha grande de madeira, pintada a preto
<b>SALA 2</b>	1	Piano de Mesa do autor <i>John Browood &amp; sons</i>
	1	Mesa grande
	1	Cadeira
<b>SALA 3</b>	1	Piano de Mesa do autor <i>Collard &amp; Collard</i>
	1	4 cadeiras
<b>SALA 4</b>	2	Pianos de Mesa do autor <i>Collard &amp; Collard</i>
	1	Piano em mau estado do autor <i>J. Cosper &amp; C<sup>a</sup></i>

Fonte: Tabela com base AHSCMP — *Tombo do Recolhimento. Inventário de todos os haveres...* (1883).

A compra de instrumentos foi frequente como se verifica pelas folhas de pagamento: um piano grande autor *Foché Fils Ainé*, custo 212\$987<sup>448</sup> (fevereiro de 1891); a compra de um órgão inglês de grandes dimensões (novembro 1891)<sup>449</sup>, um órgão de *Jules Mangé* (maio 1892): um piano de fabricante *Fockè*, modelo salão, modelo nº1415 (agosto 1894)<sup>450</sup>. No ano de 1899, o Recolhimento adquiriu um piano do autor *Eleké*, da loja *Armazem de pianos e musicas de José Schumacher* na Rua do Almada 272-274<sup>451</sup>.

<sup>446</sup> Este órgão está na Igreja do CNSE, e continua a ser um elemento fulcral na representação do património material desta instituição. O órgão teve a primeira experiência no dia 14 de novembro, por ocasião do Lausperene semanal, e foi inaugurado solenemente no domingo dia 22 de novembro, dia em que o rei e a rainha visitaram o Recolhimento. Trata-se de órgão que teve por base um donativo importante feito entre 1891 e 1892 para a instituição pelos benfeitores Miguel Joaquim Gomes Pinto e a sua mulher Teresa de Jesus Gomes Pinto de Oliveira

<sup>447</sup> A este propósito consultar o inventário “Instrumentos Musicais”. Sobre a compra de instrumentos e materiais de música deixa de haver registo a partir de 1916, uma vez que as folhas de pagamento só foram consultadas até 1915-1916, por não se ter tido acesso a documentação integrada no Arquivo da Prelada e os relatórios não fazerem qualquer menção ao assunto até 1973.

<sup>448</sup> Este piano foi comprado para integrar posteriormente o coro.

<sup>449</sup> O órgão antigo foi enviado para o Estabelecimento Humanitário do Barão da Nova Cintra

<sup>450</sup> Compra feita ao *Armazem de pianos, Instrumentos e musicas Eduardo da Fonseca*. Cf. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1894-1895).

<sup>451</sup> Cf. AHSCMP — Livro das Folhas de Pagamento (1899-1900).

Verifica-se, no entanto, que existiam concertos de violoncelos (o que se supõem a sua compra ou oferta) durante vários anos, e também a compra de bandolim, como refere a folha de pagamento em 1901 aos *Armazem de Pianos Moreira de Sá*<sup>452</sup>.

Relativamente ao material necessário para essas aulas, e do que se recolheu das folhas de pagamento, sabe-se que eram compradas cordas, palhetas, pautas e livros de canto<sup>453</sup> com alguma frequência. Regista-se ainda a compra de pautas de natureza religiosa, para o órgão como confirma a fatura ao *Armazem de Pianos, Instrumentos e musicas Eduardo da Fonseca*, em 18 de dezembro de 1893, por \$300 réis.<sup>454</sup>

#### **d) Sala de Lavoros**

Em 1731, uma das primeiras compras foi uma lançadeira, mas pouco mais se sabe.

No Inventário de 1883, a sala de Lavoros era constituída por armários e lavatórios, sem descrição nem presença de algum artefacto que denunciassem a presença de atividades de labor nesta sala. Logo em 1885, adquiriram-se três máquinas de costura, que foram trocadas em 1892 por máquinas da marca Singer. Em novembro deste mesmo ano voltaram a adquirir-se duas máquinas da mesma marca pelo valor de 23\$000 réis, à loja *Companhia fabril singer de nova York — únicos fabricantes das celebres machinas singer para coser*<sup>455</sup>. No ano seguinte, o RNSE gastou 35\$000 réis com a compra de uma “Machina white nº7”, ao *Depósito de machinas de costura white — únicas sem rival*<sup>456</sup>.

Compras que se efetuaram com frequência era agulhas e agulhas da máquina de coser, alfinetes, linhas pretas e de cor, dedeiras, linho para fazer trabalhos e também para roupa, estopa, botões (pérola, “dosso”, louça), colchetes e ainda, fitas. Compravam ainda algodão de várias cores (vermelho, branco, preto), lã preta para lenços de luto, malha e linho. Nota-se muito a compra de pano cru e ainda chitas de cor<sup>457</sup>.

Não existe muita informação sobre a sala de brunir e a rouparia (apesar de se saber da sua existência). No inventário de 1883, sabe-se que a rouparia era constituída por armários com boas acomodações. Através das folhas de pagamento, há referência à

---

<sup>452</sup> Cf. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1901-1902).

<sup>453</sup> Em outubro de 1853, há compra de 2 livros de canto por 3\$840 réis. AHSCMP — Livro de Receita e Despesa. Série M, Bco.2, nº18 (1852-1865), fl.39v

<sup>454</sup> Cf. AHSCMP — Folhas de Pagamento (1893-1894).

<sup>455</sup> AHSCMP — Folhas de Pagamento (1893-1894).

<sup>456</sup> Cf. AHSCMP — Livro Folhas de Pagamento, 1893-1894).

<sup>457</sup> A partir de 1890, e nas folhas de pagamento, nota-se que o Recolhimento começa a adquirir produtos com mais variedade, nomeadamente tecidos de cor e de diversos tipos (lã, algodão).

compra de um ferro a vapor em 1883, contudo, também se conseguiu apurar que existem a compra de ferros de brunir ao longo do tempo.

#### **e) Tempos de oração e de lazer**

Os momentos de oração marcavam o dia, às horas que os estatutos indicavam, como citado anteriormente. A Igreja é um espaço fundamental, mas esse deve ser visitado, na ligação entre os restantes espaços, plena de significados. Esse é um espaço que fala por si só, articulado com o calendário religioso anual e de devoção coletiva<sup>458</sup>.

Os relógios<sup>459</sup> são múltiplos, registados nas folhas de pagamento e marcam o tempo, assim como elementos de iluminação<sup>460</sup>, que são referenciados algumas vezes nas folhas de pagamento, mas nas quais não há uma localização própria

O lazer é espaço entre todas as obrigações atrás indicadas. Existiu desde sempre, nas conversas à noite (ver capítulo 3), mas o registo a um jogo de croquet, comprado no Palácio de Cristal por 11\$000 em 1883<sup>461</sup>, dá sinal de um mundo que também entra. Esta é a única referência que existe na história do RNSE a um jogo de diversão das educandas.

Finalmente, os retratos que existem na Reserva da SCMP, não se sabendo pormenores sobre o seu percurso até à entrada no RNSE, sugere-se que se pondere a sua representatividade em torno de figuras marcantes para a relação do RNSE e a sociedade que deixava os seus legados<sup>462</sup>.

A par destes espaços, muitas outras propostas poderiam ser feitas. Todos estes elementos poderiam fazer parte da exposição permanente no NM, contudo, poderia existir

---

<sup>458</sup> Para a musealização do objeto religioso, ver os trabalhos da autora Maria Isabel Roque. Num dos trabalhos desta autora “A exposição do Sagrado no Museu”, faz uma apresentação dos processos museológicos para o património religioso, quando extraídos da sua função e colocados em ambiente de museu. A autora aponta ainda para ideias para representar a função dos objetos e dos espaços musealizados através de elementos gráficos animados.

<sup>459</sup> Existem na Reserva da SCMP, relógios provenientes do CNSE. Nas folhas de pagamento que foi possível consultar, há a referência a compra de alguns relógios, contudo, as informações são muito escassas para identificar os relógios ainda existentes. Sabe-se que havia a compra de relógios de peso (1895) e de um “relógio de parede americano” (1897, Relojoaria e Ourivesaria Moura de João Martins e Moura.). O resto das informações, nomeiam somente concertos.

<sup>460</sup> Na Casa da Prelada, existem dois candeeiros pertencentes ao CNSE.

<sup>461</sup> AHSCMP —Tombo do Recolhimento. Inventário de todos os haveres... (1883).

<sup>462</sup> Entre o retrato do Padre Manuel de Passos Castro, já comentado na nota 95, há também na Reserva da SCMP, um quadro do pedagogo João de Deus (durante o estágio identificou-se o autor e ano da pintura), de uma criança na qual não há nenhuma referência e ainda da benfeitora Teresa de Jesus Gomes Pinto de Oliveira, ver nota 384.

também uma sala temporária que se dedicasse ao aprofundamento de um assunto em particular na vida do CNSE (por exemplo relacionado com o papel das meninas com a faculdade de belas-artes<sup>463</sup>, levantamento de informações sobre o comportamento das meninas nos exames liceais, presença de meninas em festividades, a importância de determinadas pessoas na vida do Recolhimento — veja o exemplo de Teresa de Jesus Gomes Pinto, entre outros), tantos outros que, esperamos, o nosso trabalho sugira.

---

<sup>463</sup> Sobre este assunto, ver trabalhos de MÓNCOVIO, Susana — “A educação feminina pelas Belas Artes na sociedade de oitocentos”. In RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco Miguel (coord.) — **A História da Educação em Vila Nova de Gaia**. Porto: CITCEM, 2017, p. 125-142; e da mesma autora MÓNCOVIA, Susana — **Prenda ou Arte? A participação feminina nas Exposições Trienais da Academia Portuense de Belas Artes (1842 – 1887)**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

## Conclusão

O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, com as mais bem fundadas razões, sempre chamou a atenção pelo fim a que se destinava: sendo um estabelecimento piedoso e de caridade, pretendia dar uma educação a meninas e ensinar-lhes todas as “prendas” e dotes que eram próprios e necessários a uma mulher, fosse ela mais abastada ou não. Entre essas prendas, estava também o ensino, ou seja, o estudo de matérias cujo conteúdo foi evoluindo. Adaptado às ocorrências do tempo, o RNSE procurou proporcionar às alunas condições de trabalho de modo a tirarem o melhor rendimento do seu estudo e adaptando as suas condições às necessidades de cada aluna.

Inicialmente o recolhimento era designado, expressamente por Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança de Meninas Orfaz, no Bairro de São Lazaro<sup>464</sup>, contudo, o RNSE não se dedicava somente às órfãs pobres e abandonadas, como tanto sublinharam os Estatutos de 1725, o que justificou a alteração da sua designação durante o seu período de funcionamento. Na década de 80 do século XIX, percebe-se a necessidade de clarificar estas duas condições, em particular a das pensionistas, e as expressões “colégio de educação”, que surgem das discussões relacionadas com o aperfeiçoamento da educação que já contemplava a escola primária e secundária, mas que se devia introduzir o ensino profissional. Oficialmente, a palavra Colégio surge plasmada nos seus estatutos do *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de 1981*, apesar de o termo colégio e recolhimento serem utilizados sem rigor durante toda a história da instituição como se verificou nas fontes primárias<sup>465</sup>.

Com uma hierarquia administrativa definida entre a Mesa, Empregados de dentro e de fora, percebemos também que os Estatutos, emendas e regulamentos, ajudaram na orientação e criação de regras. São estas fontes que nos traçam, ainda, os requisitos necessários para a entrada e admissão das meninas nesta instituição, que sofreram muitas alterações. Desde a sua fundação, existiam dois tipos de entradas de meninas: órfãs pobres e porcionistas, sendo que as primeiras entravam graciosamente e as segundas pagando

---

<sup>464</sup> AHSCMP — Livro 6º das Lembranças. Série D, Bco 8, nº 8 (1786-1825), fl.2.

<sup>465</sup> Houve viragem no uso do termo, contudo, esse assunto não foi trabalhado neste relatório. É provável que seja consequência do ensino de Veiga Simão que apresentou em 1971, o Projeto do Sistema Escolar (introdução do conceito de democratização do ensino). Ver, STOER, Stephen R. — “A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»?”. *Revista Análise Social* [Em linha]. vol. XIX, (1983), 793-822. [Consult. 20 set. 2017. Disponível em WWW: <URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465326H7aDW8sd7Bn98GQ5.pdf>>.



um montante. As regras de aceitação e o seu estatuto irão alterar-se, nomeadamente a partir de 1935, com a instalação do semi-internato e externato, em consequência de todas as mudanças que se fizeram sentir a partir de 1890 no ensino. São estas duas categorias que vem alterar completamente o movimento de alunas nesta instituição com um progressivo aumento populacional que em 1973 justificava um total de 90,22%, contra 9,78% de alunas internas.

Este estabelecimento foi objeto de várias reformas e era importante perceber os seus fins, discutidos em Mesa da Misericórdia, em torno do que deveria ser a sua função formativa, que universo, como se adaptar, e superou-se até hoje. Com efeito, o período que se tratou, é somente um contributo de uma parte da história da instituição, que continua para além de 1974, onde, no caminho do ensino, o Colégio continua a ser de grande honra para a SCMP<sup>466</sup>.

Sobre o trabalho, foi perceptível que entre a investigação e o trabalho desenvolvido durante o estágio tiveram que ser redefinidos alguns objetivos inicialmente propostos, nomeadamente, a identificação e caracterização de todo o material do espólio considerado do CNSE. Em primeiro lugar, uma grande parte do tempo foi despendido na análise de fontes que se revelaram insuficientes para o desenvolvimento desta tarefa porque as informações escassearam. Contudo, conseguiu-se contribuir para a história do Recolhimento/Colégio e fez-se uma aproximação ao quotidiano ritmado das meninas, entre o corpo e o espírito, sendo que ensino das meninas, até então desconhecido, se tornou mais claro a partir da exploração de um universo documental significativo.

Desenvolveu-se ainda uma proposta para a organização de um núcleo museológico, atividade enriquecida durante o estágio. O NM visa ser o projeto de mediação entre o património cultural do RNSE e o público, contribuindo para medidas de preservação e salvaguarda. Acredito, que a investigação levada a cabo durante o último ano de mestrado em conjunto com o estágio desenvolvido no MMIPO, sirva, num futuro próximo, de instrumento e enriquecimento para um projeto museológico. E, além disso, uma referência a nível nacional pela proposta de reconstituir as práticas quotidianas e o ensino praticado numa instituição particular com anos de celebração e que continua a preservar

---

<sup>466</sup> No relatório de atividade do Colégio Nossa Senhora da Esperança referente ao ano de 1986, sabe-se que se instalou em parte do edifício, (alugado para o efeito), a Universidade Portucalense.

a memória e reconstituir os percursos seculares de um estabelecimento de referência na cidade do Porto.

Finalmente, o estágio curricular no MMIPO revelou-se uma experiência muito enriquecedora. Trabalhar numa equipa, com diferentes serviços, que tenta interpretar, gerir e salvaguardar o património da SCMP, não esquecendo a sua mediação ao público, conferiu-nos a experiência de trabalhar em ambiente profissional e inserir-nos nos próprios projetos da SCMP. Em suma, e numa atitude prospetiva, o estágio foi importante para refletir no processo de aquisição de competências. Não se realizaram todas as tarefas pensadas inicialmente, nem se puderam realizar outras que foram surgindo durante o estágio (nomeadamente, a recolha de testemunhos vivos), pois a falta de informações sobre esta instituição obrigou a tomar um novo rumo tanto na parte de pesquisa como na parte de aplicação patrimonial.

Por último, procurou-se, neste relatório não só descrever tarefas, mas também propor resultados, apontando um conjunto de rumos futuros na interpretação do percurso do Colégio de Nossa Senhora da Esperança e, até, uma metodologia de aproximação aos traços patrimoniais. Efetivamente, o trabalho desenvolvido no MMIPO demonstrou a necessidade de conjugar a investigação histórica para a aquisição de conhecimentos que pudessem fortalecer o acervo do CNSE. A conjugação destes dois parâmetros permitiu criar uma visão mais alargada da importância de salvaguarda e preservação do património e ainda a importância que a mediação patrimonial pode ter na criação do NM-CNSE ao reconstituir espaços, ao dar vida a objetos e ao materializar as sombras dos que por ali passaram.

## Referências bibliográficas

### Fontes Manuscritas — Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP)

#### SÉRIE D:

- Livro 4º de Lembranças. Série D, Bco 8, nº6. (1674-1738).
- Livro 5º das Lembranças. Série D, Bco. 8, nº7. (1739- 1787).
- Livro 6º das Lembranças. Série D, Bco 8, nº 8, (1786-1825).
- Livro 7º de Lembranças. Série D, Bco. 8º nº9. (1825-1840).

#### SÉRIE K:

- Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco. 1, nº. 1-15 (1731-1777).
- Despesa (Bolsa) com o Recolhimento. Série K, Bco. 2, nº. 1, 1a (1777-1779).
- Despesa diária do Recolhimento. Série K, Bco. 2, nº2-6 (1799-1820).

#### SÉRIE L:

- Despesa do Recolhimento das órfãs de Nossa Senhora da Esperança. Série L, Bco.6, nº.26 (1821-1822).

#### SÉRIE M:

- Estatutos para o Recolhimento das meninas órfãs de S. Lázaro da administração da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Série M, Bco. 1, nº1 (1722-1731).
- Estatutos para o Recolhimento das meninas órfãs de S. Lázaro. Série M, Banco 1, nº1a (1733).
- Despesa da obra do Recolhimento das meninas órfãs. Série M, Bco. 1, nº.2 (1728-1732).
- Receita e despesa do Recolhimento das meninas órfãs. Série M, Bco.1, nº.8-15 (1731-1779).
- Despesa diária do Recolhimento. Série M, Bco.1, nº.16-18 (1816-1865).
- Receita e despesa do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança. Série M, Bco.2, nº.1-6 (1774-1793).
- Inventário dos bens do Recolhimento. Série M, Bco. 2, nº8 (1773-1780)
- Saída de órfãs, oficiais e serventes do Recolhimento. Série M, Bco.2, nº11 (1731-1781).
- Capítulos das Visitações. Série M, Bco. 2, nº9 (1732-1824).
- Entradas das meninas órfãs, oficiais e serventes no Recolhimento. Série M, Bco. 2, nº.10 (1731-1783).

- Assento das entradas das porcionistas para o Recolhimento de S. Lázaro. Série M, Bco.2, nº12 (1731-1787).
- Assento das saídas das porcionistas do Recolhimento das meninas órfãs. Série M, Bco. 2, nº13 (1732-1782).
- Assento da Mesa das aceitações e registo das porcionistas para o Recolhimento de S. Lázaro. Série M, Bco. 2, nº14 (1731-1865).
- Assentos das Aceitações e registo das órfãs oficiais e serventes do Recolhimento de S. Lázaro. Série M, Bco. 2, nº15 (1731-1787).
- Tombo do Recolhimento. Inventário de todos os haveres pertencentes ao Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança (1883). Série M, Bco. 2, nº2a

#### FOLHAS DE PAGAMENTO:

- Folhas de pagamento entre 1908-1909 (H-10-8) e 1915-1916 (H-11-8)

#### **Fontes Impressas — Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP)**

-A propósito dos Estatutos, Regulamentos e Normas do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, consultar Anexo 3.

AHSCMP — *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto*. Porto: Tipografia Primitiva Da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, 1987.

“Relatorio que leu á Mesa da Santa Casa da Misericordia, da cidade do Porto, O conselheiro A.R.O. Lopes Branco, Provedor da Mesma Santa Casa, no fim do anno de 1856-1857, o terceiro que servio este cargo, com os mapas de que neste Relatorio se faz menção: o orçamento para o seguinte anno; e a Conta por fim da Receita e Despeza da Santa Casa durante o sobredito anno”. Porto: na typographia de Sebastião José pereira, 1857.

“Relatorio dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto durante o anno economico de 1860 a 1861”. Porto Typographia de C. Gandra, 1861.

“Relatorio dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto. Durante o anno economico de 1861 a 1862”. Porto, Typographia de C. Gandra, 1862.

“Relatorio dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto. Durante o anno economico de 1863 a 1864”. Porto, Typographia de C. Gandra, 1864.

- “Relatorio dos trabalhos da Mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto, durante o anno economico de 1864 a 1865”. Porto, Typographia de C. Gandra, 1865.
- “Relatorio dos trabalhos da Mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto, durante o anno economico de 1867 a 1868”. Porto, na typ. De Manoel José Pereira, 1868.
- “Relatorio dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto, durante o anno economico de 1869-1870”. Porto, tyo. Da livraria nacional, 1870.
- “Relatorio dos trabalhos da mesa administradora da Santa Casa da Misericordia do Porto, durante o anno economico de 1871-1872”. Porto: Typographia central, 1872.
- “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto durante o anno de 1875-1876”. Porto: Imprensa Portuguesa, 1876.
- “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto durante o anno de 1877-1878”. Porto: Imprensa Portuguesa, 1878.
- “Relatorio dos Actos a Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia de 3 de Dezembro de 1884 até 30 de Junho de 1885”. Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1885.
- “Relatorio dos Actos da mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1887 até 30 de Junho de 1888 apresentado ao Definitorio em sessão de 10 de Julho de 1888 pelo Proedor Conde de Samodães”. Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1888.
- “Relatorio dos Actos da Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1888 até 30 de Junho de 1889 apresentado ao Definitório em sessão de 10 de Julho de 1889 pelo Provedor Ayres Frederico de Castro e Solla”. Porto: Typograhia de A. J. da Silva Teixeira, 1889.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1889 até 30 de Junho de 1890 apresentado ao Definitorio em sessão de 10 de julho de 1890 pelo vice-provedor Henrique Carlos de Miranda”. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1890.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1890 até 30 de Junho de 1891 apresentado ao Definitorio em sessão de 13 de Julho de 1891 pelo provedor Julio Lourenço Pinto”. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1891.

- “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1891 até 30 de Junho de 1892 apresentado ao definitório em sessão de 9 de julho de 1892 pelo Provedor Conde de Samodães”. Porto: Typographia de Antonio Jose da Silva Teixeira, 1892.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1892 até 30 de Junho de 1893 apresentado ao definitório em sessão de 10 de Julho de 1893 pelo Provedor Conde de Samodães”. Porto: Typographia de Antonio Jose da Silva Teixeira, 1893.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1893 até 30 de Junho de 1894 apresentado ao definitório em sessão de 10 de Julho de 1894 pelo Provedor Conde de Samodães”. Porto: Typographia de Antonio Jose da Silva Teixeira, 1894.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1894 até 30 de Junho de 1895 apresentado ao definitório em sessão de 10 de Julho de 1895 pelo Provedor Wenceslau de Sousa Pereira Lima”. Porto: Typ. De Arthur de Sousa & Irmão, 1895.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1895 até 30 de Junho de 1896 apresentado ao definitório em sessão de 10 de Julho de 1896 pelo vice-provedor Dr. Francisco Gomes Teixeira”. Porto: Typ. De Arthur de Sousa & Irmão, 1896.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1.º de Julho de 1896 até 30 de Junho de 1897 apresentado ao definitório em sessão de 10 de Julho de 1897 pelo provedor Paulo Marcelino Dias de Freitas”. Porto: Typ. A vapor de Arthur de Sousa & Irmão, 1897.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerencia do 1.º de Julho de 1897 a 30 de Junho de 1898 apresentado ao Definitorio em sessão de 11 de Julho de 1898 pelo Provedor Paulo Marcellino Dias de Freitas”. Porto: Typ. A vapor de Arthur de Sousa & Irmão, 1898.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerencia do 1º de julho de 1900 a 30 de junho de 1901, apresentado ao Definitorio em sessão de 10 de Julho de 1901 pelo Provedor Paulo Marcellino Dias de Freitas”. Porto Typ. A vapor de Arthur de Sousa & Irmão, 1901.

- “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerencia do 1º de Julho de 1903 a 30 de Junho de 1904, apresentado ao Definitorio em sessão de 9 de Julho de 1904 pelo Provedor José Antonio Forbes de Magalhães”. Porto: Officina Typographica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1904.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua Gerencia do 1º de Julho de 1906 a 30 de Junho de 1907, apresentado ao Definitorio em sessão de 6 de Julho de 1907 pelo Provedor José Antonio Forbes de Magalhães”. Porto: Officina Typographica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1907.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1º de Julho de 1907 a 30 de Junho de 1908, apresentado ao Definitorio em sessão de 3 de Julho de 1908 pelo Provedor José Antonio Forbes de Magalhães”. Porto: Officina Typographica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1908.
- “Relatorio dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto na sua gerencia do 1º de Julho de 1908 a 30 de Junho de 1909, apresentado ao Definitorio em sessão de 8 de Julho de 1909 pelo Provedor José Antonio Forbes de Magalhães”. Porto: Officina Typographica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1908.
- “Relatório da Gerencia da Santa casa da Misericordia do Porto, desde 1º de Julho de 1913 a 30 de Junho de 1914 pelo Provedor Dr. António Luís Gomes”. Porto: Oficina Tipográfica do Hospital do Conde de Ferreira, 1914.
- “Relatorio da Gerecia da Santa Casa da Misericordia do Pôrto desde o 1.º de julho de 1914 a 30 de Junho de 1915 pelo Provedor Dr. António Luís Gomes”. Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1915.
- “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1915 a 30 de Junho de 1916 pelo Provedor Doutor Antonio Luís Gomes”. Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1916.
- “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1930 a 30 de Junho de 1931 pelo Provedor Doutor António Luís Gomes”. Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1931.
- “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1931 a 30 de Junho de 1932 pelo Provedor Doutor António Luís Gomes”. Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1932.

- “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1932 a 30 de Junho de 1933 pelo Provedor Doutor António Luís Gomes”. Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1933.
- “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Julho de 1934 a 31 de Dezembro de 1935 pelo Provedor Doutor António Luiz Gomes”. Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1936.
- “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Janeiro a 31 de Dezembro de 1937 pelo Provedor Doutor António Luiz Gomes”. Porto: Oficina Tip. do Conde de Ferreira, 1938.
- “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Janeiro a 31 de Dezembro de 1942 pelo Provedor Doutor António Luís Gomes”. Porto: Tip. do Hospital do Conde de Ferreira, 1943.
- “Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto desde o 1º Janeiro a 31 de Dezembro de 1950 apresentado Provedor Coronel Alberto Carlos de Almeida Frazão”. Porto: Tipografia do Conde de Ferreira, 1951.
- “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1953) Apresentado pelo provedor Prof. Doutor Luis de Pina”. Porto: Tip do Conde de Ferreira, 1954.
- “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1954) Apresentado pelo provedor Prof. Doutor Luis de Pina”. Porto: Tip do Conde de Ferreira, 1955.
- “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1955) Apresentado pelo provedor Prof. Doutor Luis de Pina”. Porto: Tip. do Hospital do Conde de Ferreira, 1956.
- “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1957) Apresentado pelo provedor José de Souza Machado” Fontes. Porto: Tip. do Hospital do Conde de Ferreira, 1958.
- “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1960) Apresentado pelo provedor Domingos Braga da Cruz”. Porto: Tip. do Hospital do Conde de Ferreira, 1961.



- “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1962) Apresentado pelo provedor Domingos Braga da Cruz”. Porto: Tip. do Hospital do Conde de Ferreira, 1963.
- “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1963) Apresentado pelo provedor Domingos Braga da Cruz”. Porto: Tip. do Hospital do Conde de Ferreira, 1964.
- “Relatório da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto. 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1965 apresentado pelo Provedor José Joaquim Pio Maria Guimarães Pestana Leão Pereira de Vasconcelos”. SANTA CASA DA MISERICORDIA DO PORTO: Março de 1966.
- “Relatório da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto. 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1966”.
- “Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório (Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973) Apresentado pelo provedor Domingos Braga da Cruz”. Porto: Tip. H. C. F., 1974.

## **Bibliografia**

- ABREU, Laurinda — **Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)**. Lisboa: Colibri, 2004.
- ALBUQUERQUE, Ana Sílvia — “Colégio de Nossa Senhora da Esperança: Contributos para a sua história”. In **Saúde, Ciência e Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Misericórdia do Porto, 2014. p. 125-139.
- ALGRANTI, Leila Mezan — **Honradas e devotas: mulheres da colônia. Estudo sobre a condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. São Paulo: 1992. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- ALMEIDA, João Ferreira de — “Integração social e exclusão social: algumas questões”. Análise Social [Em linha]. vol. XXVIII, nº123-124 (1993), 829-834. [consult. 22 set.

- 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292685C6oHU6bm4Iv42AH9.pdf>>.
- ALMODOVAR, António – “Crescer e sustentar”. In AMORIM, Inês (coord.) — **Sob O Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: SCMP, 2017. vol. III. (no prelo).
- ALVES, Luís A. Marques; PINTASSILGO, José (coord.) — **Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação**. Porto: CITCEM, 2017.
- AMORIM, Inês – “Roteiro do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto”. Separata. Revista de História. vol.7 (1987), p.229-263.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de — “Dotar para casar: os dotes e as órfãs do padre Francisco Correia da Cunha (1750-1890)”. Ler história [Em linha]. n.º 44 (2003), 61-72. [consult. 2 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8299>>.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de — “Mulheres, honra e clausura em Portugal (século XVIII)”. In PÉREZ, Laureano Rubio (coord) — **Instituciones y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (XVI-XX)**. Léon: Universidad de Léon, 2012. p.77-98.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de — “Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas misericórdias portuguesas (séculos XVI- XVIII)”. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra, coord. — **Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)**. Braga: CITCEM, 2010.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) — **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. 1(2000) -vol. 4(2001).
- BARREIRA, Aníbal — “O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança da Misericórdia do Porto – as órfãs e as porcionistas (1731-1850)”. In **Culto, cultura, caridade. Atas do II Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Misericórdia do Porto, 2012. p.473-495.
- BASTO, Artur de Magalhães — **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. 2ª ed. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1997.
- BRAGA, Isabel Drumond — **Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal (séculos XV-XIX)**. Lisboa: Universitária Editora, 2001.

- BRAGA, Isabel M. R. M. Drumond — **Cultura, Religião e Quotidiano**. Lisboa: Hugin Editores, Lda., 2005.
- CALADO Rafael Salinas — **Faiança Portuguesa: sua evolução até ao início do século XX**. Lisboa: Edição da Direcção de Filatelia, Correios de Portugal, 1992.
- CARDOSO, Armando — **Manual de Cerâmica**. Lisboa: Nova Biblioteca de Instrução Profissional.
- CARVALHO, José Adriano de — **Poesia e Hagiografia**. Porto: Centro Inter-Universitário de História e Espiritualidade, 2008. p.65-66.
- CASCÃO, Rui — “Vida Quotidiana e sociabilidade”. In MATTOSO, José (dir.) — **História de Portugal**. Editorial Estampa, vol. 5. p. 439-440.
- CASTRO, Maria de Fátima — “O Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha. Da sua instituição à administração pela Santa Casa da Misericórdia.” Bracara Augusta. Braga. vol. 46. (1998), 169-250.
- CHAGAS, Mário — “No museu com a turma de Charlie Brown”. Cadernos de Museologia [Em linha]. nº2 (1994), 49-65. [Consult. 18 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/535>>.
- COATES, Timothy J. — **Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português (1550-1755)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998
- COLEN, Luísa — “Assistência às órfãs no Bairro Alto: o Recolhimento da Rua da Rosa”. Revista da SCML [Em linha]. n.º 32 (2014), 126-139. [Consult. 10 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: [http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2015-05/2015-05-25103012\\_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33\\$\\$72f445d4-8e31-416a-bd01-d7b980134d0f\\$\\$292E1578-3CAE-49DB-9AD4-88C3C6D9CD52\\$\\$storage\\_image\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2015-05/2015-05-25103012_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33$$72f445d4-8e31-416a-bd01-d7b980134d0f$$292E1578-3CAE-49DB-9AD4-88C3C6D9CD52$$storage_image$$pt$$1.pdf)>.
- COLEN, Luísa — “Do Recolhimento das Órfãs ao Instituto de São Pedro de Alcântara”. Revista da SCML [Em linha]. n.º 33 (2015), 138-151. [consult. 10 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: [http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2015-11/2015-11-17110305\\_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33\\$\\$72f445d4-8e31-416a-bd01-d7b980134d0f\\$\\$F7C30241-D4AE-498A-9050-0BD09721256B\\$\\$storage\\_image\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2015-11/2015-11-17110305_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33$$72f445d4-8e31-416a-bd01-d7b980134d0f$$F7C30241-D4AE-498A-9050-0BD09721256B$$storage_image$$pt$$1.pdf)>.

- CORREIA, Fernando da Silva — **Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François — **Conceitos-Chave de museologia**. [Em linha]. (2013). [Consult. 26 jul. 2017]. Disponível em WWW:<URL: [http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Key\\_Concepts\\_of\\_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia\\_pt.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf)>.
- Evolução da Marca — **Vista Alegre catálogo** [Em linha]. [consult. 29 abr. 2017]. Disponível em WWW:<<https://vistaalegre.com/catalog/evolucaomarca.pdf>>.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro — “A difícil e frágil emergência de um ensino privado não confessional em Portugal (final do século XIX e primeira metade do século XX)”. In PINTASSILGO, J. (coord.) — **Laicidade, religiões e educação na Europa do Sul no Século XX** [Em linha]. Lisboa, (2013) p. 299-318. [consult. 13 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70370?locale=pt>>.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia — “Viúvas ideais, viúvas reais: modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI e XVII).” Faces de Eva: estudos sobre a mulheres. n.º1-2, (1999), 51-86.
- FERREIRA, J.A. Pinto — **Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança (Fundado na cidade do Porto no séc. XVIII)**. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, [19-?].
- FIGURELLI, Gabriela Ramos — “Articulação entre educação e museologia e as suas contribuições para o desenvolvimento Humano”. Revista Eletrónica do programa de pós-graduação em Museologia e Património [Em linha]. vol.4, nº2 (2011). [Consult. 27 jul. 2017]. Disponível em WWW: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/208/169>>.
- FONSECA, Maria Adília Bento Fernandes da — **O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814). Clausura e destinos femininos**. Braga: 2013. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- GANDELMAN, Luciana Mendes — **Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos Recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de**

- Janeiro e Porto – século XVIII).** Campinas: 2005. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- HENRIQUE, Luís – **Instrumentos musicais.** 2ª ed. Lisboa: Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- Historic House Collections: Drawing up a Collections Management Plan** [Em linha]. [consult. 11 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.english-heritage.org.uk/content/learn/conservation/2543455/2543024/drawing-up-collections-management-plan.pdf>>.
- HOLSBEKE, Mirelle et al. — **The object as mediator: On the Transcendental Meaning of Art in Traditional Cultures.** Antuérpia: Etnografisch Museum, 1996.
- HORTA, Cristina (coord.) — **Museu de Cerâmica: Roteiro.** Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003.
- Itinerário da faiança do Porto e Gaia.** Porto: Instituto Português de Museus, 2001.
- JESUS, Elisabete — “O Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança”. In AMORIM, Inês (coord.) — **Sob O Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto.** Porto: SCMP, 2017. vol. II (no prelo).
- JESUS, Elisabete Maria Soares de — **Poder, caridade e honra: o Recolhimento do Anjo do Porto (1672-1800).** Porto: 2006. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Lei Quadro dos Museus Lei Quadro dos Museus Portugueses** [em linha]. [Consult. 20 jun. 2017]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus\\_e\\_monumentos/credenciacao\\_de\\_museus/lei\\_dos\\_museus.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/credenciacao_de_museus/lei_dos_museus.pdf)>.
- LOPES, Maria Antónia — “Dominando corpos e consciências em recolhimentos portugueses (séculos XVIII-XIX)”. In PÉREZ, Laureano Rubio (coord.) — **Instituciones y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (siglos XVI-XX).** León: Universidad de León, 2012. p.99-130.
- LOPES, Maria Antónia — **Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850).** Viseu: Palimage Editores, 2000.

- LOPES, Maria Antónia — **Protecção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de Estudo e Investigação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- LOPES, Maria Antónia — “Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres - uma luta perdida no Recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743)”. **Revista Portuguesa de História**. (2005). p.189-229
- LOPES, Maria Antónia — “Transgressões femininas no Recolhimento da Misericórdia do Porto, 1732-1824”. In **Saúde, Ciência e Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016. p.95-123.
- MACEDO, Jorge Borges de — **Vista Alegre. Porcelanas**. Lisboa: Inapa, 1989.
- MACHADO, Carla Manuela Sousa — **Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**. Braga: 2014. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Minho
- MACHADO, Maria de Fátima — “A misericórdia do Porto e a dotação das órfãs (1540-1580)”. In **A Solidariedade nos séculos: A confraternidade e as obras. Actas do I Congresso da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2009.
- MACHADO, Maria de Fátima — “Dotes para casar ou entrar num convento”. In AMORIM, Inês (coord.) — **Sob O Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: SCMP, 2017. vol. I (no prelo).
- MAGALHÃES, Fernando - **Museus, património e identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição**. Porto: Profedições, 2005.
- MATEUS, Maria Helena Mira — Caminhos do português: exposição comemorativa do ano europeu das línguas 2001 [Em linha]. [consult. 11 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://books.google.pt/books?id=9X0cV-nE9cYC&pg=PT82&lpg=PT82&dq=cartilha+mestre+inacio+martins&source=bl&ots=eYZb8LGH8t&sig=hq2XBH7VEIU6VRzbZqAnX2fCbZA&hl=ptPT&sa=X&ved=0ahUKEwiG3ZLouJ3WAhWIVxoKHQX-BXcQ6AEINjAD#v=onepage&q=cartilha%20mestre%20inacio%20martins&f=false>>.

- MATTOSO, José (dir.) — **História da Vida Privada em Portugal: a Idade Contemporânea**. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- MATTOSO, José (dir.) — **História da Vida Privada: a Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- MATTOSO, José (dir.) — **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. vol.5
- MENDES, J. — **Museus e Educação. Estudos do Património**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra 2009.
- MÓNCOVIO, Susana — “A educação feminina pelas Belas Artes na sociedade de oitocentos.” In RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco Miguel (coord.) — **A História da Educação em Vila Nova de Gaia**. Porto: CITCEM, 2017. p.125-142
- MONCÓVIA, Susana — **Prenda ou Arte? A participação feminina nas Exposições Trienais da Academia Portuense de Belas Artes (1842 – 1887)**. Porto: 2009. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MORENO, Humberto Baquero — “A exclusão social no Portugal medievo. Exclusão na História”. **Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social**. Oeiras: Celta Editores, 2000. p.12.
- PAIVA, José Pedro (coord.) — **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. vol. 1 (2002), vol. 9 (2010).
- PESSANHA, José — **A porcelana em Portugal: a fábrica da Vista Alegre**. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924.
- PINTO, Maria Teresa Valente — **A formação profissional das mulheres no ensino industrial público (1884-1910). Realidades e Representações**. Lisboa: 2008. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Aberta.
- POULIOS, Looanis — **The Past in the Present: A Living Heritage Approach - Meteora, Greece** [Em linha]. London: Ubiquity Press, 2014. [consult. 22 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://dx.doi.org/10.5334/bak>>.
- QUEIRÓS, José — **Cerâmica portuguesa e outros estudos**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- REIS, Maria de Fátima — “Educação e Assistência em Portugal: ritmos e evolução.” Revista Saber & Educar [em linha]. nº21 (2016), 148-155. [consult. 10 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/issue/view/26/showToc>>.

- REIS, Maria de Fátima Dias dos Reis — Poder régio e tutela episcopal nas instituições na época moderna. Os recolhimentos de Lisboa. In ABREU, Laurinda — **Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica (séculos XVII-XVIII)**. Lisboa: Colibri, 2004.
- RIBEIRO, António Magalhães da Silva — **Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI- XVIII)**. Braga: 2009. Tese de doutoramento em História.
- RIBEIRO, Maximina Maria Girão da Cunha — “Perspetiva histórica do ensino da pessoa surda: o Instituto Araújo Porto”. Revista Saber & Educar [Em linha]. nº14. [consult. 28 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/139/108>>.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) — **Iniciação à museologia**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.
- ROQUE, Maria Isabel — “A exposição do sagrado no museu”. **Revista Comunicação e Cultura** [Em linha]. nº11(2011), 129-146. [consult. 9 nov 2017]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.academia.edu/4051147/A\\_exposi%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_sagrado\\_no\\_museu](https://www.academia.edu/4051147/A_exposi%C3%A7%C3%A3o_do_sagrado_no_museu)>.
- SÁ, Isabel dos Guimarães — [Assistência]: II Época Moderna e Contemporânea. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). — **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p.140-148.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – **As Misericórdias de D. Manuel I a Pombal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “Os espaços de reclusão e a vida nas margens”. In MATTOSO, José (dir.) — **História da Vida Privada: a Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p.276-299.
- SÁ, Isabel dos Guimarães — “Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas”. Revista Oceanos [Em linha]. n.º 35 (1998), 42-50. [Consult. 22 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4549>>.



- SÁ, Isabel dos Guimarães — **Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- SANTOS, Armando Vieira — **A cerâmica portuguesa. A arte portuguesa: artes decorativas**. Lisboa, 1948. vol. 2.
- SANDÃO, Artur de — **Faiança portuguesa: séculos XVIII-XIX**. Livraria Civilização, Porto, 1977.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura — A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. Cadernos de Sociomuseologia [Em linha]. vol.3, n.º3 (1994). [consult. 29 jul. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/307>>.
- SANTOS, Regina Maria Andrade Pereira dos — **Património Artístico da Santa Casa da Misericórdia do Porto: Dinâmica da sua conservação no século XVIII**. 1995. Seminário apresentado em Ciências Históricas - Variante do Património na Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- SILVA, António de Moraes — **Diccionario da Língua Portuguesa**. 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1844. vol. II.
- SILVA, Armando Coelho F. da — Museus da Universidade do Porto. Projeto museológico. Revista da Faculdade de Letras [Em linha]. vol.1, série I, (2002), 221-246. [consult. 2 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: [ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3581.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3581.pdf)>.
- SIMAS, Filomena; ISIDRO, Sónia — **Dicionário de Marcas de Faiança e Porcelana Portuguesas**. Lisboa: Estar Editora, 1996.
- SMITH, Laurajane — **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.
- STOER, Stephen R. — “A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»?” Revista Análise Social [Em linha]. vol. XIX, (1983), 793-822. [Consult. 20 set.2017. Disponível em WWW: <URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465326H7aDW8sd7Bn98GQ5.pdf>>.
- VALENTE, Vasco — **Cerâmica Artística Portuense dos séculos XVIII e XIX**. Porto: Livraria Fernando Machado.

- VALENTE, Vasco — **Museu Nacional de Soares dos Reis: Antigo Museu Portuense**. Porto: Tip. Gonçalves & Nogueira, 1933-1934.
- VALENTE, Vasco — **Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Cavaquinho e Santo António do Vale da Piedade**. Porto: Imprensa Moderna, 1936.
- VAQUINHAS, Irene — “Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino do século XIX: o caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880)”. Gestão e Desenvolvimento [Em linha] (1996), 213-247. [consult. 13 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: [https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/33121?locale=pt\\_PT](https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/33121?locale=pt_PT)>.
- VAQUINHAS, Irene — Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance. In TURRES VETRAS III, Actas de História Contemporânea [Em linha]. [consult. 13 set. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/36891>>.
- VITORINO, Pedro - **Cerâmica portuense**. Gaia: Edições Apolino, 1930.
- ZETTERBERG, Hans L. — **Museums and adult education**. Nova Iorque: A. M. Kelley Publishers for the International Council of Museums, 1969.

### **Sítios Eletrónicos**

- CASA DA PRELADA [Em linha]. [consult. 15 ago 2017]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.scmp.pt/casa-da-prelada/contactos\\_14](http://www.scmp.pt/casa-da-prelada/contactos_14)>.
- COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA. [Em linha]. [consult. 2 set 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.scmp.pt/pt-pt/educacao/cnse>>.
- DGPC. Normas de Inventário. [Em linha]. [consult. 9 Mar 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/NormasInventario.aspx>>.
- ICOM [Em linha]. [consult. 20 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: [http://icom-portugal.org/documentos\\_def,129,161,lista.aspx](http://icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx)>.
- IN WEB. [Em linha]. [consult. 15 abr 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://inwebonline.net/index.htm>>.
- MUSEU E IGREJA DA MISERICÓRDIA DO PORTO [Em linha]. [consult. 30 ago. 2017] Disponível em WWW: <URL: <http://www.mmipo.pt/>>.

PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO DA EDUCAÇÃO [Em linha]. [consult. 15 abr. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://edumuseu.sec-geral.mec.pt/>>.

REDE PORTUGUESA DE MUSEUS [Em linha]. [consult. 15 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>>.

SCMP [Em linha]. [consult. 15 ago 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.scmp.pt/pt-pt/noticias/mmipo-passa-a-fazer-parte-da-rede-portuguesa-de-museus>>.

SISTEMAS DO FUTURO [Em linha]. [consult. 15 abr. 2017]. Disponível em WWW: <http://sistemasfuturo.pt/>.

### **Periódicos**

Jornal *O Commercio do Porto*, 2 de dezembro de 1908.

Jornal *O Comercio do Porto*, 17 de maio de 1937.

## **Anexos**

## **Anexo 1: Relatório breve de Estágio realizado no Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO) em torno da construção de conteúdos destinados à criação de um Núcleo Museológico do CNSE**

No âmbito do mestrado em História e Património — ramo mediação patrimonial, foi estabelecido um protocolo entre a SCMP e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no sentido de se realizar um estágio no MMIPO, sediado na Rua das Flores, nº15, em pleno centro histórico da cidade do Porto.

O museu funciona na antiga sede da instituição (SCMP), que aí operou desde meados do século XVI até 2013. Ao longo dos séculos, o edifício sofreu várias alterações, sendo a mais recente a sua adaptação para funções museológicas. Trata-se de um museu que procura dar a conhecer a História da Misericórdia do Porto e os seus propósitos institucionais, bem como divulgar as coleções de pintura, paramentaria, escultura, ourivesaria e documentos com mais de 500 anos de história. Entre elas, surgem peças de grandes artistas portugueses, obras maiores da pintura europeia e emblemáticos trabalhos da ourivesaria nacional, como é o caso de um cálice e uma patena, em prata dourada, oriundas do Mosteiro de Arouca, que servia de apoio às celebrações religiosas. Possui ainda o painel *Fons Vitae* e a escultura contemporânea de Rui Chafes, que estabelece a definitiva ligação do museu à rua e à cidade.

Inaugurado a 15 de julho de 2016, o MMIPO constitui um dos museus mais recentes em Portugal. Um ano após a sua abertura, a 3 de junho de 2016, foi distinguido com o Prémio Museu Português do ano 2016, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia<sup>467</sup>. Mais recentemente, em junho de 2017, o MMIPO passou a integrar a Rede Portuguesa de Museus composta por 149 membros<sup>468</sup>. Obteve esta credenciação por cumprir o estipulado no artigo 110.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses, que consiste na avaliação e no reconhecimento oficial da qualidade técnica dos museus, tendo em vista a promoção do acesso à cultura e o enriquecimento do património cultural<sup>469</sup>.

### **1.1. Atividade desenvolvida durante o estágio**

---

<sup>467</sup> A APOM é uma entidade que se dedica à museologia e atribui os prémios anualmente, desde 1997, a museus, projetos, profissionais e atividades desenvolvidas no setor.

<sup>468</sup> Rede Portuguesa de Museus. Disponível em WWW: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>>. [consultado 8 ago 2017]

<sup>469</sup> SCMP. Disponível em WWW: <<http://www.scmp.pt/pt-pt/noticias/mmipo-passa-a-fazer-parte-da-rede-portuguesa-de-museus>> [consultado 8 ago 2017]

A proposta de estágio a realizar no Museu da Santa Casa da Misericórdia do Porto teve como objetivo concreto o de colaborar com um projeto que contribuísse para estimular as capacidades cognitivas e favorecer o interesse do público, entre o qual os visitantes mais jovens e as crianças, pelo(s) conteúdo(s) do museu. A narrativa museológica existente no museu evidenciava uma preocupação da SCMP pela educação. Neste quadro, e mais diretamente relacionado com o nosso objetivo, encontravam-se alguns objetos expostos do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança (1724), instituição ligada a criação e educação de meninas órfãs.

Através das marcas patrimoniais deste Recolhimento e da reconstituição do quotidiano das meninas, pretendia-se contextualizar as coleções existentes. Para isso, tomou-se como proposta realizar, durante o estágio, tarefas que se prendiam na identificação do papel do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança depois Colégio, no contexto das obras de caridade e assistência desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia (orfandade, família, exclusão/inclusão); localização do património existente e o seu reconhecimento contextual (proveniência, tipologia, etc.) e por fim, contribuir para uma narrativa expositiva.

O período do estágio (de janeiro a junho) dividiu-se semanalmente e, sobretudo, por duas instituições: MMIPO e pelo Casa da Prelada<sup>470</sup>, onde se localiza o atual arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP). Obrigatoriamente, foi necessário trabalhar nestas duas instituições de forma faseada porque, se no MMIPO tinha a informação relativamente às peças que estavam localizadas na reserva da SCMP e também no museu, no arquivo da CP — possuidora de um grande acervo documental reunido durante anos de atividade sobre as inúmeras instituições tuteladas por esta instituição e algumas delas já extintas — tínhamos acesso à documentação histórica relativa ao RNSE.

---

<sup>470</sup> Casa da Prelada. Disponível em WWW: <[http://www.scmp.pt/casa-da-prelada/contactos\\_14](http://www.scmp.pt/casa-da-prelada/contactos_14)>. [consultada 9 ago 2017]. A Casa da Prelada, situada na freguesia de Ramalde, até aos inícios do século XX, pertenceu à família Noronha de Menezes. Em 1903, D. Francisco de Noronha e Menezes, último proprietário, doou a propriedade à Misericórdia do Porto. Por vontade do benemérito, a Misericórdia converteu a casa num Hospital de Convalescentes em primeiro, depois num Centro de Recuperação de Diminuídos Físicos e, por último, num Lar de Terceira Idade. Entre 2010 e 2013, após profundas obras de reabilitação do espaço, a Casa da Prelada, é atualmente um espaço cultural que acolhe o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, uma Biblioteca e ainda várias áreas para a realização de iniciativas de natureza lúdica/cultural.

Durante as 400 horas de estágio, tentou-se cumprir todos os objetivos propostos, contudo, convém aludir que houve etapas que se alteram perante o percurso na instituição. Inicialmente o projeto consistia em enriquecer o espólio que se encontrava no MMIPO, no entanto, com o evoluir da investigação, percebeu-se que poderia investir-se na criação de um núcleo museológico no CNSE, isto porque para além de celebrar a memória da SCMP, seria um projeto importante no panorama nacional de exposição da vida quotidiana das meninas como também da cultura material escolar.

Numa primeira fase, a importância das fontes primárias para entendimento do funcionamento da instituição, obrigou-me a redefinir o plano semanal de estágio, ocupando grande parte da semana no **AHSCMP**. No seu todo, a consulta destas fontes permitiu traçar um quadro de como funcionava o CNSE durante os seus anos de vida, embora haja períodos cronológicos que acabam por não possuir tanta informação quanto a desejada.

Numa segunda fase, e em conjunto com a equipa do MMIPO, de estudo e investigação do património cultural e artístico, o projeto de estágio teve uma componente aplicativa do realizado na Casa da Prelada. Ou seja, a pesquisa nas fontes primárias seriam a porta de abertura para conhecimento e interpretação da coleção do CNSE, como também para a atualização dos inventários já existentes. Nesta fase, realizaram-se visitas ao MMIPO, ao CNSE, a reserva da SCMP, ainda à CP.

Como já mencionei, o **MMIPO**, principal local no estágio, agrupa uma pequena parte do espólio pertencente ao colégio das meninas: uma réplica dos primeiros estatutos, uma amostra de alguns objetos de higiene pessoal (pente), de suporte à mesa (peças de cerâmica como pratos, chávena...) e ainda de suporte espiritual e religioso, como é o cálice de Arouca, reconhecido como uma das peças mais extraordinárias no museu.

A visita ao **CNSE** foi de reconhecimento do espaço (análise da estrutura geral do edifício e das características que e mantiveram apesar das mudanças ao longo do século — caso da entrada onde permanece a roda) mas também de visualização dos artefactos que ainda se encontravam nas instalações do colégio, nomeadamente o órgão de tubos que se destaca na igreja, pianos, material de laboratório, objetos de carácter religioso, entre outros. Numa dessas visitas, foram localizadas no Colégio algumas fontes pertinentes, que se achavam numa sala fechada. Tratava-se de álbuns de fotografias, cadernetas escolares das meninas, fotografias em quadros, inventários, entre outros materiais. Esses

elementos não vão ser integrados nem tratados neste relatório de estágio por terem sido recolhidos para limpeza e desinfestação, antes da sua disponibilização ao público e ao qual não foi possível aceder até ao final do estágio<sup>471</sup>.

Também a este propósito, e no sentido de um reconhecimento da coleção que chegou aos nossos dias e que pertenceria ao quotidiano das recolhidas, foram visitadas as instalações da **reserva da SCMP**, localizada na atual estrutura do Colégio Barão de Nova Sintra, e onde se encontra o restante acervo do colégio. Neste local, fez-se uma identificação das peças (já vistas em fotografias nas instalações do MMIPO) e um novo levantamento dos materiais, já que havia objetos que eram dados como existentes e já não existiam ou tinham ainda sido reconhecidos. O objetivo final deste levantamento não foi tanto a identificação sistemática das peças, pois isso foi entendido como uma tarefa praticamente impossível, mas ir acrescentando informações a partir das fontes consultadas, que mesmo escassas em dados, iam construindo e aperfeiçoando os inventários existentes, de forma a virem a ser usadas para exposição ou constituição de núcleo museológico. Neste sentido, desenvolveu-se um novo tipo de inventário, baseado nas linhas orientadoras do *Historic House Collection: Drawing up a Collections Management Plan*<sup>472</sup>

Além do estudo das fontes existentes no AHSCMP, na **CP**, fez-se ainda o levantamento do património pertencente ao RNSE: banheira de mármore, relógio, candeeiros e mobiliário.

A divisão do estágio por estas entidades foi necessária e com tarefas distintas que culminavam com o mesmo objetivo: identificar o acervo do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, atual Colégio Nossa Senhora da Esperança. Contudo as **dificuldades** que se apresentaram em todas as instituições limitaram em grande parte o objetivo final:

O curto período de tempo de estágio não permitiu ultrapassar todas as dificuldades apresentadas e demonstraram que exigem um trabalho continuado. No entanto, e perante algumas dificuldades que se associaram às circunstâncias normais da investigação, surgiu

---

<sup>471</sup> Até ao dia 31 de julho de 2017, parte dos materiais recolhidos já tinham sido alvo de desinfestação, no entanto ainda não estavam inventariados e, por isso, impossíveis para consulta.

<sup>472</sup> Historic House Collections: Drawing up a Collections Management Plan [Em linha]. [consult. 11 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.english-heritage.org.uk/content/learn/conservation/2543455/2543024/drawing-up-collections-management-plan.pdf>>.



uma vontade maior de dar valor ao património como construção material e simbólica do passado.

Perante esta situação, tiveram que se tomar opções: ao verificar-se que as fontes primárias não estavam a ajudar nem a contribuir para o enriquecimento das informações já existentes nas folhas de inventariação relativas às peças do CNSE, entendeu-se que seria importante (e como inicialmente já se tinha definido) avançar para a construção de uma história contextualizada daqueles materiais, ainda que faseada (incidindo sobretudo em espaços de tempo com maior área de reflexão) baseada nas fontes primárias. Posteriormente, e, dando assim jus ao estágio desenvolvido no MMIPO e instituições associadas, organizaram-se os objetos segundo uma lógica interpretativa, de modo a que pudessem ser integradas numa futura exposição e/ou num núcleo museológico.

Em suma, e numa atitude prospetiva, o estágio foi importante para refletir no processo de aquisição de competências. Não se realizam todos as tarefas pensadas inicialmente, nem se puderam realizar outras que foram surgindo durante o estágio (nomeadamente, a recolha de testemunhos vivos), pois a falta de informações sobre esta instituição obrigou a tomar um novo rumo, tanto na parte de pesquisa, como na parte de aplicação patrimonial.

**Anexo 2: Exemplo da estrutura de inventário adotada para os objetos do CNSE, baseada no modelo *Historic House Collections: Drawing up a Collections Management Plan* (em Excel)**

Os inventários que se realizaram durante o estágio (diferentes categorias: instrumentos musicais, cerâmica, retratos) assumiram todos a mesma estrutura em *Excel*, que contemplava os campos que já existiam nos modelos da SCMP bem como novos campos que se acharam necessários de acrescentar. Para isso dividiu-se o inventário em 3 fases: identificação, informação e histórico da peça. Seguidamente, veja-se o exemplo realizado para o caso da cerâmica e a devida explicação.

1. **Identificação:** classificação e identificação geral da peça para efeitos institucionais (categoria, número de inventário, localização atual e incorporação).

Identificação	INSTITUIÇÃO	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	NRº INV. ATUAL	NRº INV. ANTIGO	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO ATUAL	INCORPORAÇÃO
	SCMP	Cerâmica	Cerâmica de Equipamento	SP0183	str	Chávena	reserva da SCMP	str

2. **Informação da Peça:** elementos que podem caracterizar o objeto no seu aspeto exterior, nomeadamente informação técnica, estado de conservação e descrição física

INFORMAÇÃO DA PEÇA	DIMENSÃO	MATÉRIA	TÉCNICA	CONDIÇÃO	CONSERVAÇÃO/ TRATAMENTO	INVENTÁRIO FOTOGRÁFICO	FOTO DA PEÇA	DESCRIÇÃO FÍSICA
	alt 7 x larg. 7,5 cm	Porcelana, decoração azul	str	Bom	str	SP-0183; SP-0183a; SP-0183b; SP-0183c;		*Chávena em porcelana branca com motivos a azul. A parte inferior é ligeiramente mais larga do que o bocal. Tem uma linha azul a circundar o corpo, interrompido pelo escudo de armas da SCMP. A asa é retilínea triangular* in Fichas Inventário MIMPO

A parte 1 e 2 são elementos que se integram na generalidade todos os inventários. Recorre-se à coleção de títulos *Normas de Inventário*<sup>473</sup>, publicado pela DGPC que, no âmbito das suas competências em matéria da elaboração de normativos e recomendações na área do inventário e da digitalização de Património Cultural Móvel, permitiu a identificação de alguns objetos e aprofundamento de conhecimentos na identificação de coleções.

<sup>473</sup>Direção-Geral do Património Cultural: DGPC. Normas de Inventário [Em linha]. [consult. 9 mar. 2017]. Disponível em WWW: <URL:http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/NormasInventario.aspx>.

**3. Histórico da Peça:** campos que tem, nomeadamente, informações históricas sobre a peça.

HISTORIAL DA PEÇA	PROVENIÊNCIA	HISTÓRIA E FUNÇÃO	POSSÍVEL DE INSERÇÃO À ÉPOCA	FOTO DO SÍMBOLO	CARACTERÍSTICAS	FOTO DA MARCA	FABRICANTE E ESPECIFICAÇÕES	DATA	INFORMAÇÃO CRUZADA EM BIBLIOGRAFIA	OBSERVAÇÕES	VALIDAÇÃO
	CNSE	Servia para dar de beber uma refeição líquida às recolhidas	Refeitório/Cozinha		Escudo de armas da SCMP		Fábrica: Fábrica de Cerâmica do Candal Centro: Local de Execução: Portugal	Ano: ...1877 Século: XX	str	Faz parte de um conjunto de 75 peças (2008).	Preenchido: Abril de 2008 Fotografia: Armanda Canhota Ano: Janeiro de 2008 Atualizado por: Ana Paiva Ano: Abril de 2017

Todos estes campos têm como objetivo pormenorizar a peça, do ponto de vista histórico, atendendo à sua função ou/e história, locais possíveis de inserção, representações simbólicas e de marcas, bem como cruzamento dessa informação em bibliografia. Estes campos foram a novidade na proposta de inventário baseada na linha conhecidas do *Historic House Collections: Drawing up a Collections Management Plan*<sup>474</sup>. Selecionaram-se pontos que poderiam ser importantes para fazer um historial da peça, mas também que podiam ser úteis para a sua implementação em exposições futuras, com a sua representação em espaços dinâmicos (ver sobre estudo assunto Capítulo 4), permitindo a pessoa ou visitante, ter uma visão do objeto no espaço com uma realidade aproximada à época (por exemplo, uma divisão representativa de um refeitório, onde se pode inserir peças de cerâmica tal como se apresentava num determinado espaço temporal). Ou seja, mais que um inventário, procura ser um guia para adaptação em espaços museológicos, contribuindo com “materiais” necessários e que só são possíveis pelo processo de cruzamento de informações em fontes primárias e secundárias, como se encontra representado durante todo o Relatório.

<sup>474</sup> Historic House Collections: Drawing up a Collections Management Plan [Em linha]. [consult. 11 ago. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.english-heritage.org.uk/content/learn/conservation/2543455/2543024/drawing-up-collections-management-plan.pdf>>.

**Anexo 3: Listagem de normas que vigoraram no Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança e presentes no AHSCMP. Breve descrição**

<b>Título</b>	<b>Data do Regulamento</b>	<b>Data de Publicação</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Cota</b>
<i>Estatutos para o Recolhimento das meninas órfãs de S. Lázaro da administração da Santa Casa da Misericórdia do Porto</i>	1725	1731-26-11 (aprovados)	Primeiro Estatuto do Recolhimento <sup>475</sup> .	M, Bco.1, nº1
<i>Additamentos e Emendas ao antigo Estatuto de 1725</i> <sup>476</sup>	-	1838-06-06 (aprovados)	Segundo Estatuto do Recolhimento. Este estatuto é praticamente igual ao de 1863, nota-se a introdução, somente de no capítulo XVII ser introduzido “Das orfãs do legado do Bemfeitor Reverendo José Joaquim Teixeira da Rocha”, p. 14	D, Bco. 8º nº9, p.75-89
<i>Additamentos e Emendas ao Estatuto de 26 de Novembro de 1731 do Recolhimento das Orfãs, sob a invocação de Nossa Senhora da Esperança, situado na Praça de S. Lazaro Aprovados pelo Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto, administradora do mesmo Estabelecimento</i> (impresso)	1862-05-28	1863	A cota J-10-ex1-24 corresponde ao original. Tem várias anotações na margem e colagens. Na cota J-10-ex1-24 <sup>a</sup> encontramos a publicação. Os estatutos são compostos por 22 capítulos: I Das obrigações das Mesas da Santa Casa da Misericórdia, como administradoras do Recolhimento; II Do Mordomo do Recolhimento, suas obrigações e encargos; III Das empregadas e empregados do Recolhimento; IV Da Regente. Qualidades que deve ter e obrigações inerentes a este Cargo; V Da Vice-Regente, suas obrigações e atribuições; Cap. VI Da porteira, suas obrigações e atribuições; VII Das Mestras do Recolhimento; VIII Das criadas de dentro; IX Dos empregados de fora do estabelecimento (Da Servente); X Do	Cota atual: J-10-ex1-24 <sup>a</sup> J-10-ex1-24  Cota antiga: H-11-23 <sup>a</sup> H-11-23

<sup>475</sup> Na obra Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança (Fundado na cidade do Porto no séc. XVIII). Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, [19-?], o autor J.A. Pinto Ferreira, fez uma transcrição dos Estatutos de 1725.

<sup>476</sup> Designado também pelos *Estatutos de 1838*, os segundos da instituição.

			comprador; XI Do Capelão; XII Do Sacristão; XIII Do Hortelão; XIV Dos Facultativos; Cap. XV Do número das Órfãs admissíveis no Recolhimento e dos requisitos necessários para a sua admissão; XVI Das Órfãs do Legado do Benfeitor Manoel Carneiro de Araújo; XVII Das Órfãs do Legado do Benfeitor Reverendo José Joaquim Teixeira da Rocha; Cap. XVIII Das Porcionistas; XIX Das prendas, que se devem ensinar, e a comida de que se deve usar no Recolhimento; XX Disposições gerais sobre o que diariamente se deve praticar no Recolhimento; Cap. XXI Da Enfermeira e Enfermaria; XXII Dos ordenados dos Empregados do Recolhimento).	
<i>Regulamento do Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança</i>	1885-06-10	1885	Tem 8 capítulos e 73 artigos. I- Dos fins, administração, e direcção do Recolhimento; II- Das órfãs, sua admissão e saída; III- Das pensionistas; IV- Da alimentação e vestuário no Recolhimento; V- Da educação e ensino no Recolhimento; VI- Da caixa d' economias das órfãs e da caixa d'auxílios para as mesmas; VII- Dos empregados e empregadas do Recolhimento; VIII- Disposições transitorias.	J-10-ex1-41;  Cota antiga: H-11-39
<i>Instrucções permanentes para a execução dos artigos 9.º e 10.º dos Regulamentos do Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança e Estabelecimento Humanitario do Barão da Nova Cintra Aprovados em 10 de Junho de 1885</i>	1887-02-10	desconhecida	É composto por 19 artigos. Está relacionado com a continuação do anterior.	J-10-ex1-29  Cota antiga: H-11-27
<i>Regulamento do Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança Aprovado Em sessões da Meza da Santa Casa da Misericórdia do Porto de 30 de janeiro e de 13 de fevereiro de 1890 e do</i>	1890-03-09	1890	A cota J-10-ex1-42a corresponde ao original com as assinaturas. É constituído por 9 capítulos e 78º artigos. I- Dos fins, administração e direcção do Recolhimento; II- Das órfãs, sua admissão e saída; III- Das pensionistas; IV- Das senhoras pensionárias; V- Da alimentação e vestuário no Recolhimento;	J-10-ex1-42 J-10-ex1-42a

<i>definitório da mesma Santa Casa de 11 d'este ultimo mez e anno</i>			VI- Da educação e ensino no Recolhimento; VII- Da caixa de economias das órfãs e da caixa de auxílios para as mesmas; VIII- Dos empregados e empregadas do Recolhimento; IX- Disposições transitórias.	Cota antiga: H-11-40 H-11-40ª
<i>Programma para a admissão de pensionistas, de senhoras pensionarias, de orphãs pobres e de orphãs pobres supranumerarias no Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança da Cidade do Porto Administrado pela Santa Casa da Misericórdia, da mesma cidade segundo os preceitos do regulamento approved por alvará do Governo Civil do Porto de 29 de março de 1890</i>	desconhecida	1890	Programa das pensionistas: parte literária (artigo 39º), artes de recreio (artigo 39º), em trabalho (artigo 39º), processo de admissão (artigo 19º); retribuição (artigo 20º a 22º); Condições de Instalação: Mobiliário e roupas (artigos 23.º e 24.º); Alimentação (artigos 27.º e 28.º); Dias feriados (§ único do artigo 38.º); Das Senhoras pensionárias (Capítulo IV artigo 26.º e seus §§); Das Órfãs pobres (Disposições principais do regulamento) e Das Órfãs supranumerárias (artigo 13.º).	J-10-ex1-32  Cota antiga: H-11-30
<i>Disposições regulamentares referente ás preferencias para admissão de educandos no Recolhimento d'Orphãs de Nossa Senhora da Esperança e Estabelecimento Humanitario do Barão da Nova Cintra, e de asylados nos Hospitales de Entrevados e Entrevadas, Lazaros e Lazaras, Recolhimentos de Velhas Invalidas de Santa Clara e de Viuvas Pobres de Nossa Senhora das Dores e do Instituto de Surdos-Mudos - Araujo Porto.</i>	1894-01-18	desconhecida	Tem um total de 7 artigos.	J-10-ex1-26  Cota antiga: H-11-25
<i>Regulamento do Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança Approved em sessões de Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto de 16 e 28 de novembro de 1893, e de 5 e 14 de junho de 1894 e do Definitório da mesma Santa Casa de 22 e 26 de junho de 1894.</i>	--	1894-08-07	Possui 9 capítulos e 86 artigos e tem assinatura da Mesa e do Definitório: I- Dos fins, administração e direcção do Recolhimento; II- Das orphãs, sua admissão e saída; III- Das pensionistas; IV- Da alimentação e vestuário no Recolhimento; V- Da educação e ensino; VI- Da caixa de economias das orphãs e da caixa de auxílios para as mesmas; VII- Dos empregados e empregadas do Recolhimento; VIII- Disposições penaes; IX- Disposições geraes.	J-10-ex1-43  Cota antiga: H-11-41

<i>Programma para a admissão de Pensionistas, de Orphãs de varios legados, das da Primitiva Instituição e das Supranumerarias no Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança da Cidade do Porto Administrado pela Santa Casa da Misericórdia, da mesma cidade, segundo os preceitos do Regulamento approved por alvará do Governo Civil do Porto de 27 de agosto de 1894</i>	desconhecido	1894	Programa das pensionistas: Educação e ensino; Parte Literária (art. 38.º); Artes de recreio (art. 38.º); Em trabalhos (art. 38.º); Processo de admissão (art. 24.º); Retribuição (artigos 25.º e 26.º); Condições de Instalação (Mobiliário) e Permanência no Recolhimento (artigos 27.º a 29.º); Alimentação (artigos 30.º e 31.º); Dias feriados (§ único do artigo 37.º) e Das Órfãs de vários legados, das da primitiva instituição e das supranumerárias (Regulamento, artigos 7.º a 22.º).	J-10-ex1-33  Cota antiga: H-11-31
<i>Projecto de Regulamento para o Estabelecimento Provisorio de Surdas-Mudas no Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança Apresentado é meza da Santa Casa da Misericórdia do Porto por Jacome Fernandes Alves Macedo Mezario-Director do Instituto de Surdos-Mudos Araujo Porto</i>	1896	1896	Composto por 10 artigos e ainda o orçamento.	J-10-ex1-35  Cota antiga: H-11-33
<i>Parecer sobre o Projecto de Regulamento para o Estabelecimento Provisorio da Secção de Surdas-Mudas no Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança Apresentado á Meza da Santa Casa da Misericórdia do Porto pela Comissão nomeada em sessão de 20 de agosto de 1896</i>	1896-09-10	1896	Inclui o parecer sobre o regulamento, em que é explicada a necessidade de criar uma secção de ensino de surdas-mudas do Instituto de Surdos-Mudos "Araújo Porto", a funcionar no edifício do Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. O regulamento é composto por 13 artigos, incluindo o orçamento para funcionamento da secção.	J-10-ex1-31  Cota antiga: H-11-29

<i>Artigos Addicionaes ao Regulamento do Recolhimento de Orphãs de N. S. da Esperança aprovados pela Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto em sessão de 8 de janeiro de 1897 e pelo Definitório em sessão de 31 de março de 1897<sup>477</sup></i>	1897-03-31	1897	Contém no J-10-ex1-25 (original) a “Ephoca de admissão das educandas gratuitas” (artigo 87º) e “admissão de educandas externas e semi-internas” (artigo 88º até 91º). Na cota J-10-ex1-25a (1897-07-10), existem ainda os artigos 92º a 95º	J-10-ex1-25 J-10-ex1-25a  Cota antiga: H-11-24 H-11-24 <sup>a</sup>
<i>Regulamento para o Estabelecimento Provisorio da Secção de Surdas-Mudas no Recolhimento de Orphãs de Nossa Senhora da Esperança Aprovado pela Meza da Santa Casa da Misericordia do Porto em Sessão de 15 de outubro de 1896 e pelo Definitorio em sessão de 31 de março de 1897</i>	1897-03-31	1897	Documento original, contém as assinaturas dos membros da Mesa e Definitório. O regulamento é composto por 13 artigos, incluindo o orçamento para funcionamento da secção. É baseado no «Parecer sobre o Projecto de Regulamento...». de 1896 (Cf. cota J-10-ex1-31).	J-10-ex1-39  Cota antiga: H-11-37
<i>Projecto de Reforma do Regulamento do Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança</i>	1916	1916	É constituído por 8 capítulos e 54 artigos. I- Introdutório; II- Admissão e saída do Recolhimento; III- Das pensionistas; IV- Da alimentação; V- da educação e ensino; VI- Da caixa escolar das órfãs; VII- Dos empregados e empregadas; VIII- Disposições penais.	J-10-ex1-34  Cota antiga: H-11-32
<i>Regulamento do Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança</i>	1916-07-11	desconhecida	O regulamento é composto por 8 capítulos, a saber: I: introdutório; II- Admissão e saída do Recolhimento; III Das pensionistas IV Da alimentação; V Da educação e ensino; VI Da Caixa escolar das Órfãs; VII Dos empregados e empregadas; VIII Disposições penais. <u>Tem por base o projeto de reforma da cota J-10-ex1-34</u>	J-10-ex1-41  Cota antiga: H-11-42

<sup>477</sup> Título corresponde ao J-10-ex1-25a por ser mais específico relativamente ao conteúdo.



<i>Recolhimento de Orphãs de N.ª S.ª da Esperança Regulamento Geral 1920</i>	1919-08-30	1920	Possui 8 capítulos, com 54 artigos. A cota J-10-ex1-40, é o original e contém as assinaturas das vogais da Mesa e Definitório. I- Introdutório; II-Admissão e saída do Recolhimento; III-Das pensionistas; IV- Da alimentação; V- da educação e ensino; VI- da caixa escolar das órfãs; VII- Dos empregados e empregadas; VIII- Disposições Penais.	J-10-ex1-40 J-10-ex1-40ª Cota antiga: H-11-38 H-11-38ª
<i>Colégio de Nossa Senhora da Esperança (da Santa Casa da Misericórdia do Porto) Para Educação de Meninas Internas-Semi Internas e Externas.</i> No interior: <u>Disposições Regulamentares</u>	---	---	Trata-se de um folheto que contém “Colégio de Nossa Senhora da Esperança Disposições Regulamentares”. Contém algumas regras relativamente a postura das educandas, condições de admissão, o enxoval e o preçário da alimentação, do ensino e de “cursos acessórios”.	J-10-ex1-27  Cota antiga: H-11-26
<i>Colégio de Nossa Senhora da Esperança (Administrado pela Misericórdia do Porto). Alvará nº769 para educação de meninas internas, Semi-internas e externas</i> No interior: <u>Regulamento para as alunas externas</u>	---	---	Folheto constituído por 11 artigos. Possui as condições de admissão, preçário, curso de conservatório de música, cursos acessórios e semi-internato (preço por alimentação).	J-10-ex1-37  Cota antiga: H-11-35
<i>Colégio de Nossa Senhora da Esperança (Administrado pela Misericórdia do Porto). Alvará nº769 para educação de meninas internas, Semi-internas e externas</i> No interior: <u>Regulamento para as alunas externas</u>	---	---	Folheto constituído por 12 artigos. É semelhante ao folheto com a cota J-10-ex1-37. O art. 12º “ É proibida às alunas externas serem portadoras de quaisquer objectos ou recados escritos ou verbais, das ou para alunas internas”. Nas condições de admissão pede-se “ficha da M.P.F com fotografia”. Há alteração no preçário e também nos cursos acessórios.	J-10-ex1-37a  Cota antiga: H-11-35a
<i>Colégio de Nossa Senhora da Esperança (Administrado pela Misericórdia do Porto). Alvará nº769 para educação de meninas internas, Semi-internas e externas</i> No interior: <u>Regulamento para as alunas externas</u>	---	---	É semelhante ao folheto J-10-ex1-37 e ao J-10-ex1-37ª. Possui 11 artigos. Há alterações nos preçários e também nos cursos acessórios. Possui um curso no Conservatório de Música e há referência ao semi-internato.	J-10-ex1-37b  Cota antiga: H-11-35b
<i>Colégio de Nossa Senhora da Esperança (Administrado pela Misericórdia do Porto). Alvará nº769 para educação de meninas internas, Semi-internas e externas</i>	---	---	Praticamente idêntico ao J-10-ex1-37.	J-10-ex1-37c  Cota antiga: H-11-35c

No interior: <i>Regulamento para as <u>alunas externas</u></i>				
<i>Colégio de Nossa Senhora da Esperança (Administrado pela Misericórdia do Porto). Alvará nº769 para educação de meninas internas, Semi-internas e externas</i> No interior: <i>Regulamento para <u>alunas internas</u></i>	---	---	Tem 9 artigos; condições de admissão; mobiliário e enxoval das pensionistas; preçário do ensino.	J-10-ex1-38  Cota antiga: H-11-36
<i>Colégio de Nossa Senhora da Esperança (Administrado pela Misericórdia do Porto). Alvará nº769 para educação de meninas internas, Semi-internas e externas</i> No interior: <i>Regulamento para <u>alunas internas</u></i>	---	---	Escrito com caneta “outubro de 1946”. Igual ao J-10-ex1-38, mas com alterações feitas a caneta	J-10-ex1-38a  Cota antiga: H-11-36a
<i>Colégio de Nossa Senhora da Esperança (Administrado pela Misericórdia do Porto). Alvará nº769 para educação de meninas internas, Semi-internas e externas</i> No interior: <i>Regulamento para <u>alunas internas</u></i>	---	---	Idêntico em quase tudo aos regulamentos com a cota J-10-ex1-38, J-10-ex1-27 e J-10-ex1-38c, mas apresenta diferenças no ponto IV (relativo a pagamentos), no ponto V (relativo ao desconto para irmãs que frequentem o Recolhimento), nas condições de admissão e nos itens abrangidos no preçário.	J-10-ex1-38b  Cota antiga: H-11-36b
<i>Colégio de Nossa Senhora da Esperança (Administrado pela Misericórdia do Porto). Alvará nº769 para educação de meninas internas, Semi-internas e externas</i> No interior: <i>Regulamento para <u>alunas internas</u></i>	---	---	Tem a caneta “revogado em sessão de 1950”. Tem ainda a caneta referência as supranumerárias.	J-10-ex1-38c  Cota antiga: H-11-36c

**Anexo 4: Número de entradas de órfãs e porcionistas, entre 1731-1849**

<b>ANOS</b>	<b>Entrada órfãs</b>	<b>Entrada de porcionistas</b>
1731	5	3
1732	1	1
1733	5	0
1734	0	3
1735	0	0
1736	3	2
1737	0	3
1738	2	1
1739	0	4
1740	4	5
1741	0	2
1742	0	2
1743	1	1
1744	3	2
1745	2	2
1746	2	3
1747	0	0
1748	2	0
1749	4	0
1750	0	0
1751	0	0
1752	0	0
1753	0	1
1754	1	3
1755	2	0
1756	2	2
1757	0	1
1758	0	2
1759	0	4
1760	0	1
1761	2	1
1762	3	3
1763	8	4
1764	2	1
1765	0	6
1766	3	8
1767	1	4

1768	1	2
1769	0	6
1770	1	2
1771	2	2
1772	2	2
1773	4	2
1774	4	4
1775	1	0
1776	2	3
1777	0	1
1778	5	3
1779	1	5
1780	1	6
1781	0	4
1782	2	0
1783	5	1
1784	4	1
1785	2	1
1786	3	1
1787	2	3
1788	2	0
1789	3	1
1790	2	0
1791	3	2
1792	1	5
1793	2	7
1794	0	1
1795	5	4
1796	2	2
1797	6	3
1798	1	1
1799	5	6
1800	7	9
1801	5	5
1802	3	3
1803	5	2
1804	2	1
1805	2	1

1806	0	4
1807	0	4
1808	0	3
1809	0	0
1810	0	2
1811	4	6
1812	3	3
1813	6	0
1814	2	1
1815	9	2
1816	6	0
1817	1	1
1818	0	4
1819	0	1
1820	0	1
1821	0	0
1822	0	0
1823	3	3
1824	0	0
1825	3	1
1826	10	1
1827	2	0
1828	1	1
1829	2	5
1830	1	3
1831	0	1
1832	1	2
1833	1	2
1834	3	3
1835	3	4
1836	2	13
1837	5	10
1838	3	6
1839	5	10
1840	1	6
1841	2	3
1842	0	8
1843	0	8
1844	0	6
1845	3	7

1846	0	5
1847	2	5
1848	0	10
1849	8	13

Fonte: BARREIRA, Aníbal — O Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança da Misericórdia do Porto – as órfãs e as porcionistas...p. 473-495.

**Anexo 5: Número total de órfãs e pensionistas em regime de internato, entre 1884-1955**

ANOS	PENSIONISTAS	ÓRFÃS	TOTAL
1884-1885	28	34	62
1885-1886	27	34	61
1886-1887	24	35	59
1887-1888	30	36	66
1888-1889	32	36	68
1890-1891	49	41	90
1891-1892	52	43	95
1892-1893	45	49	94
1893-1894	44	51	95
1894-1895	35	53	88
1895-1896	26	48	74
1896-1897	28	50	78
1897-1898	32	41	73
1898-1899	31	41	72
1899-1900	31	42	73
1900-1901	32	39	71
1901-1902	29	38	67
1902-1903	27	41	68
1903-1904	34	41	75
1904-1905	40	40	80
1905-1906	45	42	87
1906-1907	45	52	97
1907-1908	36	55	91
1908-1909	38	55	93
1909-1910	29	47	76
1910-1911	49	52	101
1911-1912	47	53	100
1912-1913	55	57	111
1913-1914	63	55	118
1914-1915	45	55	100
1915-1916	62	54	116
1916-1917	66	50	116
1917-1918	71	54	125
1918-1919	63	49	112
1919-1920	72	47	119
1920-1921	74	45	123
1921-1922	79	42	125
1922-1923	97	44	141
1923-1924	97	42	139
1924-1925	105	43	148
1925-1926	110	48	158
1926-1927	96	51	147

1927-1928	91	50	141
1928-1929	87	49	136
1929-1930	86	51	137
1930-1931	73	40	113
1931-1932	66	40	106
1932-1933	64	43	107
1933-1934	61	50	110
1934-1935	77	48	125
1935-1936	80	44	124
1936-1937	77	52	129
1938	72	52	124
1939	57	53	110
1940	57	52	107
1941	43	52	95
1942	60	52	112
1943	53	56	109
1944	61	54	115
1945	65	45	110
1946	54	37	91
1947	51	42	93
1948	42	36	78
1949	53	36	89
1950	58	30	88
1951	54	29	83
1952	65	26	91
1953	53	31	84
1954	55	31	86
1955	46	33	79

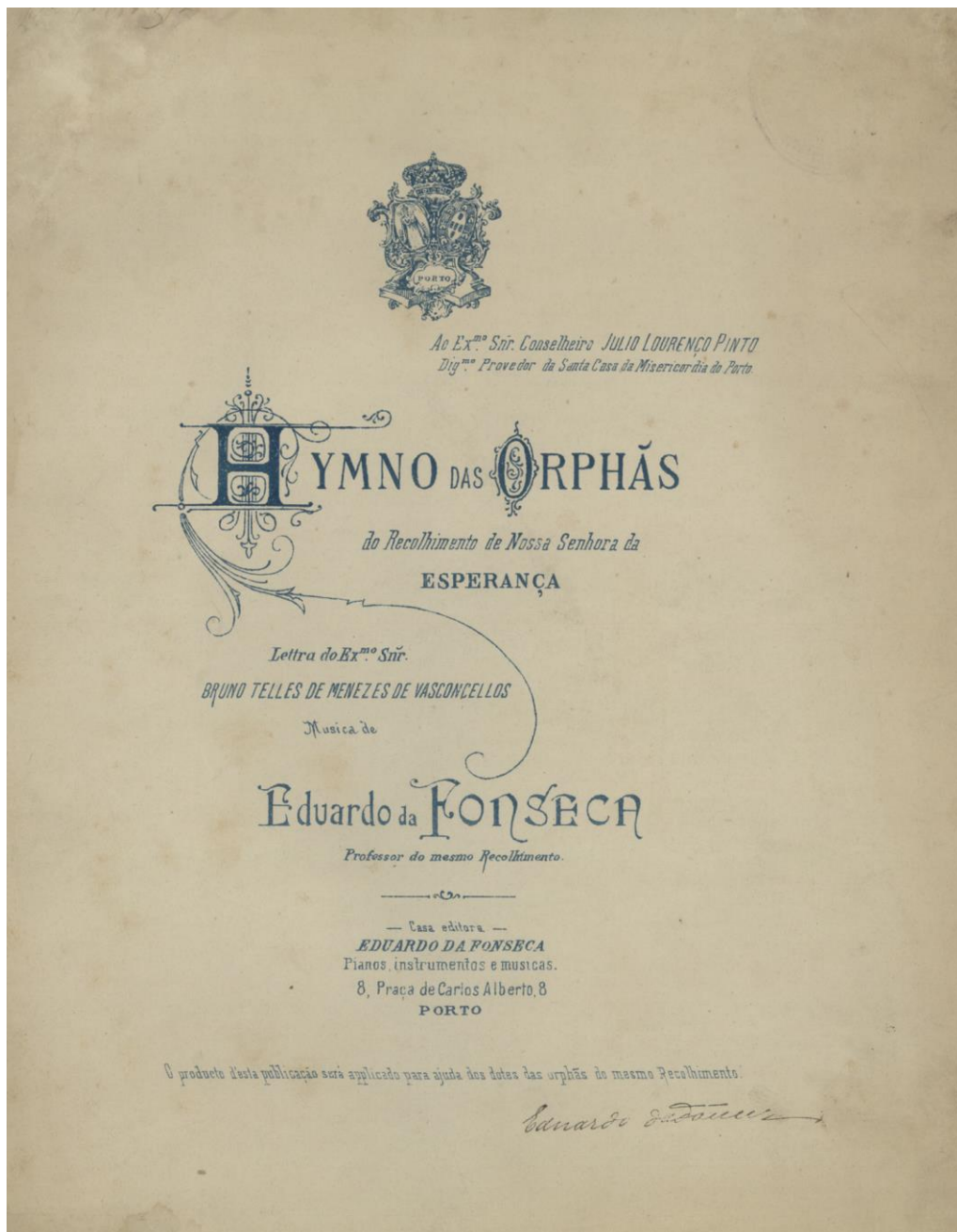
Fonte: Relatórios da SCMP, entre 1885 e 1956.

**Anexo 6: Número total de alunas semi-internas e externas entre 1947 e 1973**

<b>ANOS</b>	<b>Semi-internato e externato</b>
1947	194
1948	218
1949	256
1950	282
1951	310
1952	344
1953	413
1954	455
1955	503
1956	Sem dados
1957	610
1958	628
1959	658
1960	685
1961	855
1962	844
1963	873
1964	920
1965	1019
1966	1058
1967	1092
1968	1109
1969	1053
1970	875
1971	843
1972	889
1973	876

Fonte: Relatórios da SCMP entre 1960 e 1973

## Anexo 7: Hino das Recolhidas





CN  
1330

AO EX.<sup>ma</sup> SNR.

Conselheiro Julio Lourenço Pinto

*Dignissimo Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto*

## HYMNO DAS ORPHÃS

### Côro

Nós somos as filhas da invicta cidade,  
as orphãs humildes sem tecto, nem pão,  
que vimos dizer o que é caridade  
em hymnos de amor e filial gratidão.

Quaes aves implumes, creanças dispersas,  
à lei do destino, sem ninho, nem lar,  
privadas de apoio, na treva submersas,  
que transe cruel nos devia esperar!

Pois nós inconscientes a tantas desgraças,  
tal como em seu berço de junco Moysés,  
á onda alterosa dariamos graças,  
á fome bradando: bemdita tu és!

### Côro

Nós somos as filhas etc., etc.

Assim como as débéis folhinhas no outomno  
esmaga e sacode terrível tufão,  
as orphãs, entregues a infausto abandono,  
sem pae e sem mãe, arrastadas irão!

Mas não! que salvou-nos a mão protectora  
erguendo este asylo radioso de luz  
e as orphãs de então, redimidas agora  
entoam hosannas á Mãe de Jesus.

### Côro

Nós somos as filhas etc., etc.

E as orphãs do fundo da sua humildade  
imploram e enviam as benções do céu  
a quem as negruras da triste orphanade  
n'um Eden de paz e carinhos volveu.

As orphãs bemdizem o braço que veio  
piedoso tornar-lhes risonho o porvir,  
que as veste, as educa, as acolhe e o seio  
dos paes que perderam consegue supprir.

### Côro

Nós somos as filhas etc., etc.

Bruno Telles de Menezes de Vasconcellos.

11-1740186

Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa.

## Anexo 8: Cronologia dos acontecimentos do Recolhimento, segundo o presente relatório de estágio

ANOS	ACONTECIMENTOS
<b>1718</b>	Falecimento do Padre Manuel de Passos Castro.
<b>1722</b>	Sugestão da aplicação do remanescente do Padre num Recolhimento para órfãs.
<b>1724</b>	Início das obras.
<b>1725</b>	Primeiro Estatutos da instituição. Alunas tem um horário rígido e dividido entre a oração, alimentação, educação (letras e labores).
<b>1731</b>	Entrada da 1ª menina no Recolhimento, Regente e Porteira.
<b>1743</b>	Fim das obras. Aquando do fim das obras, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia determinou a construção da Igreja de N.ª Senhora da Esperança bem como de outras obras
<b>1763</b>	A construção da Igreja deu-se por finalizada a 17 de março de 1763, aquando da cerimónia da sua bênção.
<b>1838</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segundos estatutos da instituição.</li> <li>• A 13 de Maio de 1838, é requisitado à Câmara Municipal do Porto a licença e a aprovação de planta, destinada ao alargamento.</li> </ul>
<b>1854-55</b>	Passa a haver todos os anos uma celebração à Padroeira do Recolhimento
<b>1859-60</b>	Propôs-se a criação de uma capelania por não ser já possível que todas as meninas recolhidas assistissem a única missa que havia. No entanto era necessária a autorização do definitório. Alguém resolveu assumir os custos e assim as meninas passavam a ter duas missas aos domingos e dias santos.
<b>1862-1863</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foi construída pelo lado da cerca uma sala de 14,08m de comprimento e 4,84 de largura, e um corredor. Esta obra foi dispendiosa, mas importante pela utilidade que serviu no serviço interno;</li> <li>• Início da construção do Refeitório;</li> <li>• Concluiu-se o aqueduto com 117,81m permitindo assim que se torne mais higiénica as condições do estabelecimento.</li> </ul>
<b>1863-64</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obras para o Refeitório praticamente concluídas. Vai responder as necessidades do Recolhimento e assim a sala do almoço irá servir para outros fins. O refeitório é constituído por um arco;</li> <li>• A Exposição deste ano teve um carácter especial: ajudar o Hospital da Sociedade de Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro e mostrar aos “irmãos e compatriotas” residentes no Rio o reconhecimento pelos benefícios que deles recebe a SCMP.</li> </ul>
<b>1872-73</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram realizadas pequenas obras: reformas do dormitório das órfãs (travejado e soalhado de novo), novas divisões, colocaram-se ventiladores e removeram-se as latrinas para outro local. Aumentaram-se dois quartos.</li> <li>• Consignou a administração disponibilizar um orçamento de 3.000\$000 para obras novas e reparos no edifício.</li> </ul>
<b>1875-76</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inicia-se obras de alinhamento no muro da Cerca do Recolhimento</li> <li>• Conclusão da construção dos arcos para assentar o pavimento nobre do edifício, construção do salão que dará lugar a três salas de labor e outras vezes à Sala de Exposição. Em redor do claustro serão construídos 12 quartos ou saletas para Porcionistas.</li> </ul>

<b>1877-78</b>	Professor Moreira de Sá exige a compra de instrumentos de química e física necessários para exemplificar as matérias
<b>1884-85</b>	Um melhoramento importante em favor das órfãs foi introduzido no recente regulamento publicado por esta mesa, com a caixa dos doentes e economias
<b>1885</b>	Publicado o primeiro Regulamento do Recolhimento das órfãs, completamente diferente, dividido em 8 capítulos.
<b>1886</b>	Discussão para a aplicação do ensino profissional no RNSE
<b>1889</b>	Forma-se uma pequena orquestra.
<b>1893</b>	A benfeitora Thereza de Jesus Gomes Pinto de Oliveira e Miguel Joaquim Gomes Pinto criaram um prémio anual para a menina órfã que se distinguisse pelo bom comportamento e aplicação no estudo, numa medalha que lembrasse, para sempre, os bustos dos doadores.
<b>1894</b>	O ensino dividia-se em: literário, artes de recreio e trabalhos. Não sendo igual para as órfãs e pensionistas
<b>1896</b>	Discussão acerca da função do Recolhimento.
<b>1897-98</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação da secção de surdas-mudas;</li> <li>• Mudança na estrutura do espaço do Recolhimento.</li> </ul>
<b>1890</b>	Assume-se a necessidade de transformação nas condições da casa.
<b>1902-03</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução do ensino prático da língua francesa</li> <li>• Falecimento do clínico do Recolhimento: Dr. José Rodrigues Leal de Faria</li> </ul>
<b>1903-04</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valioso donativo de José Miguel d' Abreu de livros e estampas para a aula de desenho.</li> </ul>
<b>1904-05</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizaram-se pela 1ª vez no Recolhimento exame às educandas;</li> <li>• Novo plano de estudos no ensino primário e secundário;</li> <li>• Restabelecimento o ensino de ginástica.</li> <li>• Instituição de um Lausperene perpetuo na Capela do RONSE</li> </ul>
<b>1906-07</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nova disciplina: “arithmetica e geometria práticas e escripturação comercial”</li> </ul>
<b>1907-08</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1ª aula de estudo da arte culinária.</li> </ul>
<b>1908-09</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Notícia no jornal Comércio do Porto: descrição de uma festa das recolhidas;</li> <li>• Visita da Rainha D. Amélia. Chorou a morte do benfeitor Francisco de Sousa Carqueja;</li> <li>• A professora de “arithmetica e geometria”, criou um prémio de dez mil réis à educanda que se distinguisse no seu curso, para despertar o interesse dos alunos em geral pela disciplina.</li> <li>• Organização de um concerto organizado por Augusto Suggia.</li> </ul>
<b>1909-10</b>	Palestras semanais, sendo um curso prático, com noções práticas e elementares de botânica, de horticultura e jardinagem.
<b>1912-13</b>	Publicação da História da fundação do Recolhimento, presente no Relatório da SCMP deste ano.
<b>1915-16</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pensa-se na necessidade de substituir o regulamento por outro mais adequado à época.</li> <li>• Reformas e concertos: átrio e portaria, ampliação de salas, despensa, enfermaria, sala de labores, dormitórios e terraço, pomar, cerca e hortas.</li> </ul>
<b>1916</b>	O ensino religioso deixa de ser referido no Regulamento de 1916 e o ensino passa a ser descrito como intuitivo, prático e utilitário.
<b>1919-20</b>	A organização dos programas metódicos, bem como a remodelação do programa geral do recolhimento iam ditar o futuro do ensino profissional nestas instalações.
<b>1932-33</b>	Inauguração do gabinete de ciências.

<b>1930-31</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do Livro de Honra dos grandes benfeitores.</li> <li>• Surgimento da Caderneta Escolar, para uma orientação mais moderna do ensino.</li> <li>• Inauguração da aula de Composição Literária, como subsídio da cultura liceal.</li> </ul>
<b>1934-35</b>	Instalação do externato e semi-internato no RNSE.
<b>1936</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início de excursões e visitas de estudo;</li> <li>• Inauguração de um campo de jogos.</li> </ul>
<b>1937</b>	Comemoração do IV Centenário da morte de Gil Vicente, solenizada no RONSE.
<b>1951</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na festa do Natal, houve uma exposição dos berços e enxovais confeccionados pelas alunas, com destino às crianças pobres, e executados durante as aulas dos trabalhos da Mocidade Portuguesa Feminina.</li> <li>• As visitas de estudo começam a realizar-se com mais frequência e a sítios religiosos, culturais e educativos.</li> </ul>
<b>1955</b>	Inauguração da máquina de projetar: modernização no material de ensino.
<b>1959</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião de antigas alunas num almoço no refeitório do CNSE.</li> <li>• integradas nas comemorações da “Semana do Ultramar”, realizaram-se no colégio a partir deste ano, palestras sobre o assunto</li> </ul>
<b>1960</b>	Pensa-se na remodelação do edifício.
<b>1961</b>	Inicia-se a construção de um ginásio, laboratórios de ciências naturais, física e química.
<b>1962</b>	Finalizadas as obras de ampliação das instalações.
<b>1968</b>	O número de alunas semi-internas e externas atinge valores nunca antes vistos, com 1109 alunas.
<b>1970</b>	Organização da biblioteca, preparação de ficheiros, de diapositivo, filmes, postais.
<b>1971</b>	Desejo de criar uma Classe Infantil.
<b>1972</b>	Palestra sobre o progresso económico e social do Estado de Angola.
<b>1973</b>	9,78% alunas internas e 90,22% das alunas semi-internas e externas.